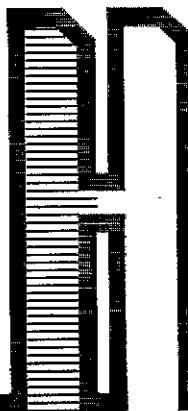




DIÁRIO



# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XL — Nº 142

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 1 DE NOVEMBRO DE 1985

## CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, item I, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1985

Aprova o texto do Protocolo concernente à emenda ao Acordo de Comércio e Pagamentos, de 5 de junho de 1975, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Romênia, concluído em Brasília, a 29 de dezembro de 1983.

Art. 1º. É aprovado o texto do Protocolo concernente à emenda ao Acordo de Comércio e Pagamentos, de 5 de junho de 1975, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Romênia, concluído em Brasília, a 29 de dezembro de 1983.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.  
Senado Federal, em 31 de outubro de 1985. — Senador José Fragelli, Presidente.

#### PROTOCOLO CONCERNENTE À EMENDA AO ACORDO DE COMÉRCIO E PAGAMENTOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA SOCIALISTA DA ROMÊNIA, DE 5 DE JUNHO DE 1975

O Governo da República Federativa do Brasil e  
O Governo da República Socialista da Romênia,  
Desejando desenvolver e fortalecer as relações comerciais entre os dois países, em base de igualdade de interesse mútuo, e

Considerando que um volume de intercâmbio compatível com as reais necessidades dos dois países requer instrumentos mais aperfeiçoados.

Decidiram, de comum acordo, dar nova redação aos artigos XV e XVII do Acordo de Comércio e Pagamentos firmado entre os dois Governos, em Brasília, a 5 de junho de 1975, como especificado abaixo:

#### Artigo I

Os artigos XV e XVII do Acordo de Comércio e Pagamentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Romênia passam a ter a seguinte redação:

“Artigo XV — A fim de facilitar o intercâmbio comercial entre os dois países, as Partes Contratantes concedem, de modo recíproco, um crédito técnico renovável de US\$ 20,000,000,00 (vinte milhões de dólares americanos), utilizável nas formas mencionadas no artigo XIV.

A taxa de juros a incidir sobre o saldo das mencionadas contas, bem como sua periodicidade de cálculo, registro e pagamento, serão objeto de entendimento entre o Banco Central do Brasil e o Banco Romeno do Comércio Exterior.

Artigo XVII — O Banco Central do Brasil e o Banco Romeno do Comércio Exterior estabelecerão, através de entendimento, as condições para regularização dos saldos das contas mencionadas no artigo XIV, inclusive de eventuais excessos sobre o limite do crédito técnico”.

#### Artigo II

Permanecem em vigor as demais disposições do Acordo de Comércio e Pagamentos entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Romênia, de 5 de junho de 1975.

#### Artigo III

O presente Protocolo será aplicado provisoriamente a partir de 1º de janeiro de 1984 e entrará em vigor na data da última notificação pela qual as Partes Contratantes se comunicarem reciprocamente o cumprimento das formalidades, previstas nas respectivas legislações, concernentes à entrada em vigor dos acordos internacionais.

Feito e assinado em Brasília, no dia 29 de dezembro de 1983, em dois originais, nas línguas portuguesa e romena, ambos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: Ramiro Saraiva Guerreiro.

Pelo Governo da República Socialista da Romênia: Gheorghe Apostol.

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS**

Diretor-Geral do Senado Federal

**JOSÉ LUCENA DANTAS**

Diretor Executivo

**JOÃO MORAES DA SILVA**

Diretor Administrativo

**MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA**

Diretor Industrial

**PEDRO ALVES RIBEIRO**

Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 3.000,00

Ano ..... Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, item VII, da Constituição, e eu, José Fragelli, Presidente, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 120, DE 1985

Suspender, por inconstitucionalidade, a execução do art. 213 da Lei Complementar nº 28, de 1982, do Estado da Paraíba.

Artigo único. É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida em 10 de maio de 1984, nos autos do Recurso Extraordinário nº 100.148-8, do Estado da Paraíba, a execução do art. 213 da Lei Complementar nº 28, de 1982, daquele Estado.

Senado Federal, em 31 de outubro de 1985. — Senador José Fragelli, Presidente.

## SUMÁRIO

### 1 — ATA DA 213ª SESSÃO, EM 31 DE OUTUBRO DE 1985

#### 1.1 — ABERTURA

#### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Aviso do Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

Nº 739/85, encaminhando esclarecimentos prestados pelo Ministério do Trabalho com a finalidade de instruir o estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 16/84.

#### 1.2.2 — Leitura de projeto

Nº 328/85, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que atribui à carteira de radialista a qualidade de prova de identidade para todos os efeitos legais.

#### 1.2.3 — Comunicação da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/43, de 1985 (nº 145/85, na origem), do Sr. Governador do Estado de São Paulo, solicitando autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 80,000,000,00, para os fins que especifica.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos com Ordem do Dia que designa.

#### 1.2.4 — Discursos do Expediente

**SENADOR ADERBAL JUREMA** — Aspectos das próximas eleições municipais e do pacto social proposto pelo Governo.

**SENADOR LUIZ CAVALCANTE** — Mordomias na Nova República. Observações sobre o pagamento de jetons aos parlamentares ausentes.

**O SR. PRESIDENTE** — Esclarecimentos sobre tópicos do discurso do Sr. Luiz Cavalcante.

**SENADOR LUIZ CAVALCANTE**, em explicação pessoal — Aduzindo novas considerações ao pronunciamento feito por S. Ex\* na presente sessão.

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Denúncia de boicote à música brasileira pelas emissoras de rádio e televisão.

**SENADOR NIVALDO MACHADO** — Encaminhando à Mesa, projeto de lei que dispõe sobre a progressão vertical dos integrantes da Carreira de Magistério Superior nas instituições federais de ensino superior.

#### 1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 201/85 — Complementar, que cria o Estado de Tocantins, e dá outras

providências. (Em regime de urgência.) Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 3/81 (nº 1.889/76, na Casa de origem), alterando a redação dos arts. 7º, 9º e 10 da Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União, pelo Congresso Nacional, e dá outras providências. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 13/81 (nº 78/79, na Casa de origem), introduzindo modificações na Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento do salário nos dias feriados civis e religiosos. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 14/81 (nº 2.977/80, na Casa de origem), que suprime a alínea "b" do art. 3º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 9/82 (nº 3.048/80, na Casa de origem), que facilita ao segurado a retificação do enquadramento correspondente a seu tempo de filiação à Previdência Social. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 10/82 (nº 4.608/81, na Casa de origem), que autoriza o Poder

Executivo a instituir a Fundação Universidade das Missões, com sede em Santo Ângelo — RS. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 55/82 (nº 2.631/80, na Casa de origem), acrescentando parágrafo ao art. 27 da Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957, que disciplina o regime penitenciário. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 22/83 (nº 5.450/71, na Casa de origem), que concede anistia a mães de família condenadas até 5 (cinco) anos de prisão. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 17/84 (nº 2.845/76, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para dispor sobre o segurado que tiver assumido cargo público e perdido o prazo para continuar contribuindo como autônomo. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 55/84 (nº 759/83, na Casa de origem), determinando que os depósitos e repasses dos órgãos públicos federais do Nordeste sejam feitos no banco do Nordeste do Brasil S/A. — BNB. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 14/85 (nº 2.393/79, na Casa de origem), que altera a redação do art. 135 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a concessão das férias anuais remuneradas. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 17/85 (nº 2.296/83, na Casa de origem), que dispõe sobre a defesa de médico, servidor público, em processos judiciais decorrentes do exercício da profissão. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 50/81 (nº 2.048/79, na Casa de origem), que dá nova redação

ao § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre o fornecimento de transporte para o trabalhador. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 60/82 (nº 3.427/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem e dá outras providências. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei da Câmara nº 33/85 (nº 1.550/83, na Casa de origem), que declara feriado nacional o dia 20 de novembro, já celebrado Dia Nacional da Consciência Negra pela Comunidade Afro-Brasileira. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 244/81 — Complementar, acrescentando o § 4º ao art. 2º da Lei Complementar nº 1/67, que visa a reduzir, em casos que especifica, o limite populacional de que trata o inciso I do mesmo artigo. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Resolução nº 115/85, que autoriza a Prefeitura Municipal de Uberaba (MG) a elevar em Cr\$ 100.988,400 (cem milhões, novecentos e oitenta e oito mil e quatrocentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada. Votação adiada por falta de quorum.

— Requerimento nº 423/85, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara 124/85 (nº 4.014/84, na Casa de origem), que proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 173/82, que altera o dispositivo da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, possibilitando o divórcio entre pessoa nunca antes divorciada e outra já divorciada anteriormente. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 225/83, que cria e regula aplicação pela Censura Federal, o certificado de liberação restrita, e dá outras providências. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 96/80, que dispõe sobre a participação dos servidores nos órgãos de direção e fiscalização das entidades que menciona. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 129/80) Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 129/80, que assegura a participação dos empregados na direção das empresas públicas e sociedades de economia mista. Votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 336/80, que dispõe sobre privilégios assegurados às empresas de auditagem de capital nacional e dá outras providências. Votação adiada por falta de quorum.

### 1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Jubileu Sacerdotal de Ouro de Dom Avelar Brandão Vilela.

### 1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

#### 1.4 — ENCERRAMENTO

#### 2 — ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

Nºs 26 e 27, de 1985

#### 3 — ATAS DA COMISSÃO

#### 4 — MESA DIRETORA

#### 5 — LIDERES E VICE-LIDERES DE PARTIDOS

#### 6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## Ata da 213ª Sessão, em 31 de outubro de 1985

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

*Presidência do Sr. José Fragelli*

*ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:*

— Aloysio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — José Lins — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Aderval Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Carlos Lyra — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Nelson Carneiro — Benedito Ferreira — Mauro Borges — José Fragelli — Alcides Saldanha — Octávio Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havia número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

### EXPEDIENTE AVISO

Do Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

Nº 739/85, de 31 do corrente, encaminhando esclarecimentos prestados pelo Ministério do Trabalho com a fi-

nalidade de instruir o estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1984, que “aprova o texto da Convênio nº 87, relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948, por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho”.

(A Comissão de Relações Exteriores.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — O Expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Sobre a Mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

### PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 328, de 1985.

“Atribui à carteira de radialista a qualidade de prova de identidade para todos os efeitos legais.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A carteira de radialista, expedida pelos sindicatos da categoria, constitui prova de identidade para todos os efeitos legais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Algumas profissões, devidamente regulamentadas, constumam atribuir a seus exercentes à vantagem de considerar prova plena de identidade a carteira expedida pelo órgão sindical competente ou órgão fiscalizador do exercício profissional.

Entretanto, para que tal aconteça, é preciso que a lei o diga expressamente, como, por exemplo, na Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, disciplinadora da atividade profissional dos advogados, cujo art. 63, § 1º, cuida de dar à carteira expedida pela OAB o caráter de “prova de identidade para todos os efeitos legais”.

O mesmo tratamento pode e deve ser dispensado ao radialista (profissão regulamentada pelo Decreto nº 52.287, de 1963), cuja carteira profissional, expedida pelo sindicato da categoria, tem todos os dados ou elementos individuadores do portador, tais como fotografia, nome completo, filiação, data de nascimento, assinatura, habilitação profissional específica, etc.

É o que aqui se pleiteia.

Sala das Sessões, 31 outubro de 1985. — Nelson Carneiro.

(A Comissão de Constituição e Justiça.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — A Presidência recebeu o Ofício nº S/43, de 1985 (nº 145/85, na origem), do Governador do Estado de São Paulo, solicitando, nos termos do item IV do art. 42 da Constituição, autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 80,000,000 (oitenta milhões de dólares norte-americanos), para os fins que específica.

A matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 78, de 1984, que determina que a eleição de Juiz de Paz nos municípios será feita por sufrágio direto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aderbal Jurema.

**O SR. ADERBAL JUREMA PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

**O SR. LUIZ CAVALCANTE** (PFL — AL) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

De certo tempo a esta parte incorporei aos meus hábitos a leitura diária do *Estado de Minas*. Em seu número de ontem, o grande matutino mineiro publica primoroso editorial sob o título "Mordomias Teimosas", do qual pinço os três tópicos seguintes:

#### "MORDOMIAS TEIMOSAS

As mordomias continuam sendo um problema para a Nova República, a julgar pela recomendação que o Presidente José Sarney reitera ao seu Ministro da Administração no sentido de que sejam tomadas providências objetivas para a extinção ou pelo menos o controle das que ainda existem no serviço público federal."

Segundo tópico:

"A extinção de mordomias — e não só a chamada residência funcional — é compromisso que diz respeito à moralidade pública e à recuperação de uma imagem que o governo federal vinha perdendo, ainda por força de uma série de outras situações, inclusive a corrupção direta através do tráfico de influência e várias outras fórmulas de envolvimento e dilapidação patrimonial. Existe ainda a imperiosa necessidade de contenção do gasto público, que já apresenta um déficit que o governo pretende cobrir com elevação de impostos, sacrifício lançado sobre a população, em que pese ter o sistema tributário correções a fazer para melhor distribuição de participações."

Terceiro e derradeiro tópico:

"A austeridade, vista como norma geral que deve presidir todas as ações que dizem respeito à coisa pública, precisa ser implantada no Brasil como instrumento de recuperação da credibilidade da administração e exemplo, especialmente no momento em que o governo discute a eliminação de seu grande déficit, procura renegociar a dívida externa e enfrenta movimentos sociais por toda parte. É preciso que sejam exibidos à Nação os números e as providências concretas que comprovem a extinção real das mordomias."

E agora falo eu:

No campo da austeridade e no campo das mordomias, o Congresso tem a dar uma mesma apreciável contribuição, pois absenteísmo é uma mordomia, e, como tal, briga com a austeridade.

Locupleta-se dessa mordomia o que é useiro e vêseiro em faltar às sessões e às votações, e ganha como se a elas

tivesse comparecido, tolerância essa que é uma das causas do esvaziamento dos plenários da Câmara e do Senado, além de frontal infringência à Constituição.

É nas sessões extraordinárias conjuntas das duas Casas que esse esvaziamento se torna mais aberrante. Dos 548 parlamentares de que se compõe o Congresso, nem a metade da dezena (48) comparece costumeiramente às sessões extraordinárias. Então, como não há **quorum** para a votação, as matérias que deram causa à convocação ficam adiadas para a próxima sessão, na qual se repete este mesmo ritual: findo o pinga fogo, um Deputado ou Senador pede suspensão da sessão por evidente falta de **quorum**, pedido que é atendido pelo Presidente, não sem antes convocar outra sessão para 2 ou 3 minutos depois. Daí as 60,70 e até 80 sessões extraordinárias a cada mês, que ficariam reduzidas à terça parte, ou à metade, se votada fosse a matéria na primeira vez. E como cada sessão extraordinária custa à Nação um mínimo de 500 milhões de cruzeiros, a supressão de 20 sessões mensais já pouparia o dispêndio de 10 bilhões a cada mês. Isso não salvaria a Pátria, mas seria merecido culto à austeridade.

E, para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero lembrar aqui o que de certo V. Ex<sup>a</sup> já sabem, ou já leram. No romance "As Aventuras de Zadig", de Voltaire, o grande escritor francês conta que Zadig ao chegar à Babilônia encontrou uma terrível dissensão a respeito de uma lei de Zoroastro que proibia comer carne de grifo. O grifo era animal da mitologia persa, com corpo de leão, cabeça e asas de águia e o costado coberto de plumas. A população da Babilônia estava dividida em duas facções a respeito da proibição de Zoroastro. "Mas como proibir que se coma grifo se esse animal não existe?", objetavam uns. "É mister que exista, posto que Zoroastro não quer que se coma da sua carne", retrucavam outros.

O astuto Zadig pôs, então, as duas partes em perfeita paz e harmonia mediante este conselho: "Se há grifos, não comamos deles, e, se não os há, comamos ainda menos, e desse modo todos obedeceremos a Zoroastro".

Pois bem, o parlamentar falso contumaz se inspira em Zadig para dizer a si próprio e talvez a mais alguém: "Se não há sessões no Congresso, não compareçamos lá, e, se há sessões compareçamos ainda menos, e deste modo todos ganharemos mais".

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Srs. Senadores, desejo dar uma rápida explicação sobre o pronunciamento do nobre Senador Luiz Cavalcante.

As sessões do Congresso têm que ser convocadas para cumprir a Constituição. Nós convocamos essas sessões para questão da votação dos decretos-leis, que têm que entrar na Ordem do Dia em dez sessões consecutivas. De sorte que havendo ou não número, para que um decreto-lei entre em apreciação e votação no Congresso, devemos fazer essas dez sessões consecutivas, sem o que não decorre o prazo para a discussão e votação dos decretos-leis. Quando acontece que há verificação de votação, ou quando acontece que seja exigido um **quorum** especial, como de 2 terços, tenho levantado a questão. Ainda ontem levantei. A melhor resposta está aí, ontem tínhamos duas sessões, e como na primeira não havia o **quorum** qualificado que se exigia na segunda, não convoquei a segunda sessão ontem. E assim é que nós temos procedido.

De sorte que o artigo lido por V. Ex<sup>a</sup> mostra desconhecimento do Regimento Comum da Casa, e da Constituição, em matéria de decreto-lei. Assim, fazemos estas convocações para cumprir o dispositivo constitucional referente aos decretos-leis, e para cumprir o Regimento. E quando se exige um **quorum** qualificado, insisto, e não há número, como ainda ontem aconteceu por acaso, não convoquei a segunda sessão. Então, não é sempre que, apesar de haver falta de número, se convoca a sessão, quando é apenas para leitura e discussão, e não votação, nós podemos convocar a segunda sessão, apesar de não ter número para votação. Isso é do Regimento e assim sempre se procedeu. De sorte que há um desconhecimento do que dispõe a Constituição e o Regimento Comum da Casa, para se fazer a crítica que agora mesmo foi feita, através de uma leitura que S. Ex<sup>a</sup> fez de um artigo publicado, parece-me que num jornal de Minas Gerais.

**O SR. LUIZ CAVALCANTE** — Sr. Presidente, sendo citado por V. Ex<sup>a</sup> peço a palavra para uma explicação pessoal.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

**O SR. LUIZ CAVALCANTE** (PFL — AL) Para explicação pessoal. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

De fato sou quase jejuno em Regimento e em Constituição, embora tenha sido militar por 30 anos.

Mas não há obrigatoriedade alguma que a apreciação, pelo Congresso, de um decreto-lei, se estenda por todas as 10 sessões. Absolutamente. Se a apreciação for completada na primeira sessão, as outras 9 não serão realizadas. Se for iniciada na primeira e completada na segunda sessão, as 8 restantes não serão realizadas. Mas, no Congresso, via de regra, são esgotadas todas as 10 sessões e não se decide coisa alguma. Passa-se, então, às votações, em sucessivas sessões, pois também não há **quorum**. E ontem mesmo, V. Ex<sup>a</sup>, numa sessão extraordinária da nossa Casa, do Senado, deixou de submeter a matéria à votação por falta de **quorum**.

Nada mais tenho a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — (RJ) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Ordem dos Músicos do Brasil encaminhou um relatório ao Governo, como representante de trinta e dois mil músicos inscritos, denunciando emissoras de rádio e televisão que desrespeitam o critério de obrigatoriedade contido no Decreto nº 50.929, de 1961 deixando de transmitir um mínimo de cinqüenta por cento de músicas brasileiras, chegando algumas delas a divulgar mais de noventa por cento de músicas estrangeiras.

Esse boicote à produção musical brasileira produz aguda crise no mercado de trabalho afetando os músicos profissionais, limitados a atuar nos bares, boates, hotéis e casas de diversão, onde também cresce a utilização de música estrangeira gravada. Ocorre, então, a maior crise de desemprego da classe no País, atingindo compositores, cantores, instrumentistas, regentes e arranjadores, sendo que, dos trinta e dois mil músicos inscritos no Rio de Janeiro, apenas três mil têm trabalho regularmente.

Paralelamente, ocorre uma evasão de talentos, quando muitos se vêm obrigados a emigrar, recebendo, no exterior, fama e ótimas compensações materiais, com a oportunidade de trabalho. Assim acontece com nomes famosos, como Sérgio Mendes, Airton Moreira, Elmir Deodato e Nélson Ned, com o seu talento consagrado pela aceitação internacional, enquanto o País se empobrece no campo artístico por esse abuso das emissoras.

Além disso, a importação da música estrangeira, nos mais variados tipos de reprodução, resulta em perda de preciosas divisas, que não recuperamos pela exportação artística, desfalcados os nossos quadros dos melhores criadores e executores. O pagamento de direitos autorais pelo Brasil, além de direitos de execução, **pressing fees**, resulta da importação direta de discos, fitas, cassetes, vídeo-clipes e filmes musicais, cada dia mais crescentes.

É preciso que as autoridades tomem providências contra esse boicote da música brasileira, quando não adianta mais ao radiodifusor ou telespectador mudar do canal, generalizando o abuso, com os mesmos enlatados em todas as emissoras e ao mesmo tempo.

Só escapa à discriminação o **rock in roll** brasileiro, desprezados os ritmos musicais realmente criados no Brasil.

Enquanto isso, os jovens e crianças, recebendo essa carga de música estrangeira, passam a desinteressar-se dos ritmos nacionais, convencendo-se de que nossa língua é inexpressiva, nossos ritmos bárbaros, nossa poesia incolor. Esse processo de lavagem cerebral, que vem durando anos, transforma-se num prejuízo irreparável à nossa cultura e agora, quando temos um ministério exclusivamente destinado ao equacionamento dos processos culturais, esperamos que essa secretaria de Estado se interesse pelo problema da desnacionalização da música brasileira, pondo-lhe cobro, pela fiscalização energética da legislação em vigor, em defesa dos nossos artistas e da sua produção, sem prejuízo da divulgação da obra selecionada de autores alienígenas.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nivaldo Machado.

**O SR. NIVALDO MACHADO** (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Valendo-me desta oportunidade, vou apresentar à consideração do Congresso Nacional projeto que dispõe sobre a progressão vertical dos integrantes da carreira de Magistério Superior, nas instituições de ensino superior federais. É um problema que precisa ser detalhadamente estudado e, apesar da existência de algumas proposições que cuidam do assunto, entendi conveniente submeter à consideração dos representantes do povo, o Congresso Nacional, projeto a cuja leitura vou proceder:

**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
Nº DE 1985

**Dispõe sobre a progressão vertical dos integrantes da carreira de Magistério Superior nas Instituições de Ensino Superior Federais.**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Haverá progressão vertical na carreira de Magistério Superior, salvo para a classe de Professor Titular:

I — da referência 4 da classe inferior para a referência 1 da classe superior consecutiva, após interstício de dois anos, e mediante avaliação do desempenho global do docente;

II — independentemente de interstício:

a) da classe de Professor Auxiliar para a de Professor Assistente, após obtenção do grau de Mestre;

b) da classe de Professor Auxiliar ou da classe de Professor Assistente para a de Professor Adjunto, após a obtenção do grau de Doutor ou do título de Docente Livre.

**Art. 2º** Caberá à Instituição de Ensino Superior estabelecer os critérios a serem observados para efeito da progressão vertical por avaliação do desempenho global do docente.

**§ 1º** Na fixação dos critérios de avaliação dos docentes, a Instituição de Ensino Superior considerará todas as atividades de magistério superior, a saber:

I — as pertinentes à pesquisa e ao ensino de graduação ou de nível mais elevado, que visem à produção, ampliação e transmissão do saber;

II — as que estendam à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa;

III — as inerentes à direção ou assessoramento exercido por professores da própria instituição ou em órgãos do Ministério da Educação.

**§ 2º** Para os docentes em regime de vinte horas semanais de trabalho, a Instituição de Ensino Superior deverá considerar a sua administração para a atribuição exclusiva de encargo didático, assim entendido o ensino, a orientação, o preparo das aulas e a avaliação.

**§ 3º** Para os docentes em regime de quarenta horas semanais de trabalho, com ou sem dedicação exclusiva, a Instituição de Ensino Superior deverá considerar, além dos encargos referidos na parágrafo anterior, também aqueles constantes dos respectivos Planos de Atividades.

**§ 4º** Para os efeitos da progressão vertical, o provimento do cargo ou emprego de Professor Assistente, admitido no regime do artigo 21, I, da Lei nº 6.182, de 11 de dezembro de 1.974, é equivalente ao grau de Mestre.

**Art. 3º** Na progressão vertical por titulação, os critérios das Instituições de Ensino Superior deverão considerar:

I — os graus e títulos acadêmicos nacionais ou estrangeiros reconhecidos como válidos pelo Colegiado Superior de Ensino e Pesquisa da Instituição de Ensino Superior, comprovado terem sido obtidos em condições equivalentes às que são exigidas em cursos credenciados de pós-graduação;

II — exclusivamente os graus, títulos e certificados obtidos em áreas de conhecimento correspondente ou afins àquelas em que seja ou venha a ser exercida atividade de magistério.

**Art. 4º** O docente, em qualquer regime jurídico ou regime de trabalho, poderá requerer sua avaliação para efeito da progressão vertical no decorrer do ano em que completar o interstício bienal na última referência de sua classe.

§ 1º Na realização do processo de progressão vertical, a Comissão Permanente de Pessoal Docente, cujo propósito principal é o de permitir a aferição do desenvolvimento do docente na carreira do magistério, deverá ainda levar em conta:

I — exigência de apresentação, pelo docente, de um programa de atividade de magistério, aprovado pelo Departamento, em consonância com o Plano Departamental para determinado período;

II — o acompanhamento e avaliação terão por base os resultados alcançados pelo docente em relação ao seu programa de atividade;

III — o acompanhamento e avaliação dos docentes, com exercício em unidades de administração da Instituição de Ensino Superior, serão procedidos pelos seus superiores imediatos;

IV — a periodicidade da avaliação deverá ser consensual com a programação das atividades docentes.

§ 2º A Comissão Permanente de Pessoal Docente remeterá o processo de cada docendo ao dirigente da Instituição de Ensino Superior, com parecer fundamental, opinando pelo reconhecimento ou não da progressão vertical.

**Art. 5º** O ato do dirigente da Instituição de Ensino Superior autorizando a progressão vertical retroagirá em seus efeitos, inclusive financeiros, à data em que o docente cumpriu o interstício bienal, ou obteve o seu grau de Mestre, de Doutor ou o título de Docente Livre.

**Art. 6º** O Colegiado Superior de Ensino e Pesquisa da Instituição de Ensino Superior participará do processo da progressão vertical da carreira de Magistério Superior, nos seguintes casos:

a) para fixação ou alteração dos critérios, conforme estabelecido nesta Lei;

b) para decidir sobre casos omissos no processo, mediante provocação da Comissão Permanente de Pessoal Docente, de Conselho Departamental ou de qualquer docente interessado;

c) em grau de recurso, da decisão do dirigente da Instituição de Ensino Superior negando a progressão vertical requerida, nos prazos regimentais.

**Art. 7º** O docente que tiver negada a sua progressão vertical por avaliação do desempenho global poderá, em qualquer tempo, renovar o seu pedido, desde que aduzindo elementos comprobatórios de novas atividades.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º** São revogadas as disposições em contrário.

#### Justificação

De acordo com a legislação relativa ao magistério superior federal, o docente pode progredir de uma classe para a que lhe é superior por dois processos distintos, a saber: o que se relaciona com a titulação obtida e que pode ocorrer a qualquer tempo, independente de interstício, e o que se vincula a uma avaliação do seu desempenho global, somente podendo esta ocorrer após o interstício de dois anos na referência final de sua classe.

O presente Projeto de Lei tem como escopo evitar distorções na aplicação do mecanismo da progressão vertical da carreira de magistério superior, eventualmente ocorridas em algumas universidades.

O sentido primeiro é separar, de modo mais nítido e incontestável, os dois processos de progressão vertical: o decorrente da obtenção da titulação e o que resulta de uma avaliação do desempenho global do docente. Isto porque existem instituições que estão cobrando do docente, na avaliação periódica do seu desempenho global, a aprovação em curso de pós-graduação, que é o outro processo vertical.

Ao disciplinar a mecânica de avaliação do desempenho global do docente, é conveniente se deixar claro que esta deve considerar todas as atividades de magistério superior, tais como definidas pela legislação pertinente, e não apenas parte delas, procedimento que privilegia algumas dentre as do elenco, em detrimento das outras.

Igualmente, enfatizar que as atividades de magistério superior desempenhadas pelos docentes em sendo resultantes de contratações diferentes, para regimes de trabalho diferentes, a avaliação do desempenho somente deverá considerar as obrigações contratuais e as constantes dos respectivos planos de trabalho, jamais outras que não estejam pactuadas.

Outro ponto fundamental se relaciona com a equivalência ao grau de Mestre, uma das exigências da legislação vigente. No entanto, pelo Artigo 21 da Lei nº 6.182, de 11 de dezembro de 1974, permitia-se que o cargo ou emprego de Professor Assistente fosse provido através de um processo seletivo especial, no qual o grau de Mestre, normalmente exigido como requisito de inscrição, fosse substituído pelo estágio probatório de, no mínimo, três anos, como Auxiliar de Ensino. Não parece lógico que os auxiliares de ensino admitidos no regime daquele Artigo, dispensados da comprovação do grau de Mestre para galgar a classe de Professor Assistente, tenham este requisito cobrado, depois, quando foram desobrigados de possuir-lo no momento da inscrição.

A Proposição ainda cuida do procedimento no sentido de tornar mais transparente a mecânica da progressão, unificando as instâncias e os efeitos decorrentes, inclusive financeiros. Neste particular, deve-se ter em mente que o direito à progressão vertical se dá, ou no momento da obtenção do grau de pós-graduação (e seus equivalentes), ou no momento em que se completa o interstício. O resto do processo é de verificação e formalização, não cabendo ao candidato a responsabilidade por eventuais delongas administrativas.

Finalmente, é democrático permitir que, se num determinado momento, o docente avaliado não tenha êxito na sua postulação, o seu pedido possa ser renovado posteriormente, não sendo cortada, de modo definitivo, a possibilidade de progressão a quem teve, eventualmente, um insucesso.

Sala das Comissões, em — **Nivaldo Machado**.

— **Nivaldo Machado**.

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Galvão Modesto — Luiz Cavalcante — João Calmon

— Amaral Furlan — Henrique Santillo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

Não há quorum, para deliberação.

Em consequência, as matérias da Ordem do Dia, todas em fase de votação, constituida do Projeto de Lei do Senado nº 201/85 — Completar; Projetos de Lei da Câmara nºs 3, 13 e 14, de 1981; 9, 10 e 55, de 1982; 22/83; 17 e 55, de 1984; 14 e 17, de 1985; 50/81; 60/82; 33/85; Projeto de Lei do Senado nº 244/81-Complementar; Projeto de Resolução nº 115/85; Requerimento nº 423/85; Projetos de Lei do Senado nºs 173/82; 225/83; 96, 129 e 336, de 1980, ficam com a sua apreciação adjada para a próxima sessão ordinária.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA** (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Designado pelo Sr. Presidente do Senado Federal, o eminente Senador José Fragelli, tive a honra e a satisfação de participar das homenagens excepcionais tributadas a Dom Avelar Brandão Vilela, Arcebispo Metropolitano de Salvador e Cardeal Primaz do Brasil.

Na qualidade de representante do Senado Federal, estive presente em várias comemorações programadas com a finalidade de festejar o Jubileu Sacerdotal de Ouro desse insigne prelado — orgulho da Igreja Católica, cujo apostolado honra o Nordeste e o Brasil.

Cumpre, portanto, o dever de registrar o memorável acontecimento, adstrito a alguns dos seus aspectos mais significativos.

De início, deve ser assinalada a concelebração da eucaristia que durou cerca de 3 h 30m, contando a missa com a participação de 200 concelebrantes — solenidade de incomparável beleza litúrgica, acompanhada de cânticos, sob a orientação do Comentador, Monsenhor José Luna.

Além de Cardeais, Bispos, Padres e religiosos, mais de 30 mil fiéis lotavam o Estádio da Fonte Nova.

coube ao Presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D. Ivo Lorscheiter, fazer a ho-

milia, depois da proclamação do Evangelho de Jesus Cristo, segundo João (Jo. 18, 33-37).

Nas arquibancadas do Estádio da Fonte Nova, onde concentrou a grande massa de fiéis, compareceram cáravanas de quase todos os Municípios do Estado da Bahia, além da família, de amigos e parentes do homenageado, vindos de sua terra natal, Viçosa, do Estado de Alagoas. Compareceram, ainda, delegações de Petrolina, Teresina, Aracaju e Maceió.

Participaram da concelebração, presidida pelo próprio homenageado, o Núncio Apostólico, D. Carlos Furno e o Governador da Bahia, João Durval Carneiro — representando o Presidente José Sarney que lhe enviou o seguinte telex:

"Governador João Durval Carneiro  
Palácio do Governo  
Salvador — Bahia

Solicito a V. Ex<sup>e</sup> representar-me nas solenidades comemorativas do jubileu sacerdotal de ouro do eminentíssimo e reverendíssimo Senhor D. Avelar, Cardeal Brandão Vilela, arcebispo metropolitano de São Salvador da Bahia e Primaz do Brasil, transmitindo-lhe, com os meus cumprimentos, a seguinte mensagem:

Vós sois o sal da terra — são palavras de Mateus que expressam a ação criadora e restauradora nas dioceses que sua presença marcou tão forte, D. Avelar. Cito Vieira, no Sermão de Santo Antônio aos peixes, que escolheu Mateus por mote de pregação e lembrou o efeito do sal sobre a terra: impedir o mal. D. Avelar Brandão Vilela, nestes 50 anos do seu magistério eclesiástico, Vossa Eminência Reverendíssima só fez o bem. Seu exemplo de homem sério e de pastor fiel à doutrina cristã, foi tão forte quanto suas palavras, candentes de fé e no discernimento do roteiro a seguir. "Vida e obra como o sal da terra.

É com grande alegria na alma que venho apresentar humildemente os votos mais puros do primeiro mandatário da Nação a um homem de bem na festa de seu jubileu de ordenação." José Sarney — Presidente da República Federativa do Brasil."

Presentes, também, o Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, e o Presidente do CELAN, D. Antônio Guaraccino; os Ministros Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, e Waldyr Pires, da Previdência Social, o Governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, o Dr. Carlos Pina de Assis, representando o Governador João Alves Filho, de Sergipe, o Prefeito de Salvador Manoel Castro e os candidatos a prefeito de Salvador, França Teixeira e Mário Kertesz.

Não seria possível enumerar a impressionante quantidade de políticos, autoridades, empresários e personalidades que prestigiam a solene concelebração eucarística em Ação de Graças pelo Jubileu Sacerdotal de Dom Avelar Brandão Vilela, — evento que marcou o encerramento das comemorações.

Na oportunidade, o Núncio Apostólico, Dom Carlos Furno, proclamou a mensagem e bênção de Sua Santidade, o Papa João Paulo II, cujo texto solicito seja incorporado a este meu sucinto pronunciamento como um documento de permanente valor histórico.

O Jubileu Sacerdotal de Ouro de Dom Avelar, Cardeal Brandão Vilela, Arcebispo de São Salvador da Bahia e Primaz do Brasil, realizou-se de 13 a 27 de outubro de 1985, através de atos comemorativos e eventos cívicos integrantes de uma programação que obteve êxito integral.

Foram vários dias de comemorações da mais alta significância religiosa, cultural e social, de uma beleza sem precedentes, que empolgaram todos quantos tiveram o privilégio de participar, demonstrando o carinho, a admiração, o profundo respeito e a alegria da população, pelo transcurso dos 50 anos do admirável sacerdócio de Dom Brandão Vilela.

O venerando Cardeal, aos 73 anos de idade, continua desenvolvendo surpreendente atividade pastoral, na plenitude de um desempenho caracterizado pela exemplar bondade, fé cristã, equilíbrio, caridade, e uma mentalidade arejada, reveladora das extraordinárias potenciali-

dades de um homem de vasta cultura e capacidade empreendedora.

Nascido em Viçosa, Alagoas, a 13 de junho de 1912, ordenado presbítero a 27 de outubro de 1935, por Dom José Tomás Gomes da Silva, 1º Arcebispo de Aracaju, cidade onde estudou e exerceu múltiplas atividades pastorais e educativas.

Cônego aos 27 anos de idade, Dom Avelar Brandão Vilela foi eleito Bispo Diocesano de Petrolina, (Pernambuco) tendo a sua ordenação episcopal ocorrido a 27 de outubro de 1945.

Durante 9 anos exerceu o seu apostolado em Petrolina, de tal forma que sua atuação projetou-o, em todo o País, pelo muito que fez em benefício das populações flageladas pela calamidade das secas.

A 19 de novembro de 1955, Dom Avelar foi nomeado pelo Papa Pio XII, Arcebispo Metropolitano de Teresina, Piauí, onde chegou a 5 de maio do ano seguinte, e consolidou o seu prestígio, conquistando a estima e a gratidão dos piauienses pela maneira como exerceu as suas responsabilidades episcopais até 1971.

A 2 de fevereiro de 1973, Dom Avelar logrou ser eleito Cardeal, assumindo o Cardinalato no Vaticano, em Roma, a 5 de março do mesmo ano, sendo então Pontífice da Santa Igreja Sua Santidade Paulo VI, que o confirmou na Arquidiocese de São Salvador e como Primaz do Brasil.

Seria impossível assinalar, na vitoriosa e brilhante trajetória desse querido e valoroso prelado nordestino, — que honra o Brasil e a Igreja, — e nos limites deste conciso pronunciamento, os inestimáveis serviços, as obras, os relevantes empreendimentos e os benefícios que vem prestando à Nação brasileira, no decorrer de 50 anos de seu fecundo apostolado.

Estimaria concluir solicitando a incorporação ao texto deste sumário registro, dos seguintes documentos, cuja transcrição se impõe pelas informações que proporcionam, elucidando os aspectos básicos das recém-encerradas comemorações do Jubileu de Dom Avelar, Cardeal Brandão Vilela, e sobretudo, enaltecendo a personalidade do insigne e nobre antiste:

1º Mensagem do Papa João Paulo II, divulgada pela A Tarde, Salvador, edição de 28 de outubro de 1985;

2º Oração de Agradecimento pronunciada pelo Cardeal Brandão Vilela, — in A Tarde, de 28 de outubro de 1985;

3º Dom Avelar na CNBB, artigo de Dom Aloisio Lorscheider, Cardeal Arcebispo de Fortaleza, — in A Tarde, Salvador, 25 de outubro de 1985;

4º Dom Avelar Brandão Vilela — Traços Biográfico — in A Tarde, de 25 de outubro de 1985 — de autoria de Monsenhor Walter Magalhães;

5º Apelos Pastorais do Jubileu de Dom Avelar à Igreja de Salvador — Dom Frei Angelo Domingos Salvador, Bispo Auxiliar — in A Tarde, 25 de outubro de 1985;

6º Fé e Religião Popular — Thales de Azevedo — in A Tarde, 25 de outubro de 1985;

7º No Acolher, o Pastor se revela — Camila Overback, in A Tarde, de 25 de outubro de 1985;

8º Os Padres de D. José — José Calasans, in A Tarde, de 25 de outubro de 1985;

9º Dom Avelar Brandão Vilela — de Manoel Cabral Machado, artigo publicado no Jornal da Cidade, Aracaju (SE), 27 e 28 de outubro de 1985;

10º Programa das Comemorações — edição da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, setembro de 1985, sob a supervisão de Dom Tomaz Guilherme Murphy, CSSR — Bispo Auxiliar.

Acredito que essa documentação basta para proporcionar uma visão de conjunto, abrangente e realista, das dimensões e da histórica importância das comemorações em homenagem a uma das mais vigorosas, importantes, beneméritas e venerandas personalidades da Igreja Católica do Brasil e do mundo moderno.

Finalizando, anexo a este pronunciamento, telegrama que recebi ontem do Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela:

"Senador Lourival Baptista  
Senado Federal  
Brasília — DF

Sua presença amiga nossas festas jubilares trouxe-me grande alegria PT Telegrafei Presidente

Senado agradecendo representação ilustre PT Pelo antigo et sempre cordial relacionamento mantivemos desde Aracaju VG envio-lhe saudações et votos de felicidade et paz cordialmente. Dom Avelar Brandão Vilela, Cardeal Arcebispo Primaz."

Eram estas as considerações que entendi formular, acerca da missão que me foi atribuída, no sentido de representar o Senado Federal, por ocasião do Jubileu Sacerdotal de Ouro de Dom Avelar, Cardeal Brandão Vilela, digno Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO.

#### A Tarde — 28 de outubro de 1985 A MENSAGEM DO PAPA JOÃO PAULO II

Do Papa João Paulo II, dom Avelar Brandão Vilela recebeu também a propósito do jubileu, a seguinte mensagem:

Tua carta cheia de zelo e amor, que nos enviaste no mês de março, anunciamos que neste mês de outubro celebrarás não só o quinquagésimo aniversário de ordenação sacerdotal, mas também o trigésimo nono de consagração episcopal.

Isto, venerável irmão, além de nos encher de muita alegria, tal qual um irmão sente em relação a outro irmão, estamos certos de que aconteceu conforme o plano divino, visto que toda a tua vida, quer de sacerdote, quer principalmente de bispo transcorreu para a glória de Cristo Rei, filho inefável do eterno Pai, por quem foram feitas todas as coisas. Tua piedade insigne sempre serviu e continua a servir à glória de Deus, alimentando tudo que fazes, como o vento alimenta a chama; serve-te a ti mesmo a tua que brilha também para os outros, semelhante a uma luz que, como a pupila dos olhos, tem para ti mesmo preço que a tua própria vida; igualmente se manifesta tua prudência em escolher os meios que ajudem a grei, afastem os perigos, levantem os fracos para que não desfaleçam como presa dos maus, sempre serviu e continua sempre a servir à glória de Deus excuso a tua singular caridade, sempre viva, indefectível, ilustre, prodiga das suas riquezas, inata em teu coração ao mesmo tempo alimentada pelos preceitos do Santo Evangelho.

Podem portanto, venerável irmão, ajustar-se a ti o que Cristo, filho de Deus, os Santos Apóstolos, os Veneráveis Padres da Igreja afirmam a respeito dos bons pastores da igreja e dos membros do Rebanho num canto perpétuo de louvor.

Todos sabem quanto isto tem beneficiado os teus fiéis, movendo-os a altos graus de virtude, como a ti e a nós isto alegra, tocados por tão grande solicitude do rebanho.

Exulta, portanto, venerável irmão nosso e goza a doura de um e outro evento bebe de fonte sôa saudável a Largos Haustos: com efeito, como são os dias de labor e suor, assim são também os dias brilhantíssimos de sol (Cf. Qoélet, 3, passim); nos quais gozemos da luz alegre, a saber, do dom de Deus que não cessa de nos amar. A quem diletíssimo irmão, rende justas graças (e nós juntamente contido) por causa dos dons de tão rico sacramento que não há outro maior; efetivamente não existe entre os homens outra dignidade tão sublime quanto o sacerdócio e o episcopado, assim como não há maior altura que a do cipreste. Mas já nos apraz, venerável, irmão nosso, a estas coisas que dissemos, acrescentar, embora brevemente, algumas que realizaste, para que resulte honra ao Pai Celeste e louvor a ti. Como o ouro reluz pelo fogo, assim brilha a virtude e a verdadeira piedade pela ação. Nem te faltou a experiência das coisas e das pessoas e dos ânimos quando foste Bispo de Petrolina, Arcebispo de Teresina, Metropolitana de São Salvador no Brasil (cargo que ainda exerce) Presidente da Conferência dos Bispos de toda a América Latina de 1966 a 1972.

Finalmente, rico de méritos, foste elevado pelo nosso predecessor Paulo VI, em 1973, ao Cardinala-

to, para seres um experimentado e fiel conselheiro dos Sumos Pontífices.

Estas coisas fizeste, durante longo espaço de anos, como sacerdote e Bispo, em disponibilidade para servir; fizeste tudo o que um bom pastor costuma fazer. Mandaste celebrar as semanas rurais, para benefício e instrução dos agricultores, criaste a Sede ou Centro Poo XI em Teresina para tratar do estudo e da situação das questões sociais; nisto tanto cresceu tua caridade que distribuiste terras da igreja aos mais pobres.

Além disto, por tua determinação, pouco a pouco se multiplicaram as habitações populares com grande proveito de todos. Para isto, quer na Arquidiocese de Teresina, quer em outro lugar cuidaste pelos meios de comunicação social, de difundir a religião cristã, e cristã, a doutrina, a opinião reta da igreja a respeito da questão social e humana, sendo fundados por ti institutos de catequese, sem os quais todas as outras coisas se enfraquecem.

Nada para admirar-se tão grande grei, o clero, os colegas, os Bispos, os Pontífices nossos antecessores; te tenham tido sempre em alta consideração, como Nós.

Continua, continua, pois, venerável irmão nosso, a seguir o caminho por onde começaste, com a ajuda de Deus, a inspiração da graça e o testemunho de uma reta consciência.

Finalmente concedemos a bênção apostólica: a ti, aos teus auxiliares, ao clero e ao povo, arissimos a Nós, e efusivamente a quantos te amam.

Do Vaticano, 1º de outubro de 1985, 7º ano de nosso pontificado.

*João Paulo II, Papa.*

Durante a festa de ontem, pelo seu Jubileu de ordenação sacerdotal, o Cardeal Brandão Vilela pronunciou a seguinte oração:

Cheguei, Senhor, ao topo da colina cinqüentenária, trazendo braçadas de flores e cestas de frutas, cicatrizes na alma e no corpo, das batalhas travadas.

Senhor, como é lindo o horizonte festivo que meus olhos contemplam.

Vejo muita luz e sombras também.

Cheguei, meio fadigado, que 50 anos não podem ser comparados a 50 dias. A viagem foi longa! Das matas verdes da minha Viçosa querida, passei por Maceió, a capital das lindas praias acolhedoras, por Aracaju, a segunda terra-mãe, onde nasceu o meu sacerdócio em Cristo Jesus, por Petrolina, o campo inesquecível de meu primeiro apostolado episcopal, por Teresina, a chapada do corisco transformada na cidade verde da esperança. Enquanto isso, percorri outras terras e cumprí todas missões, a serviço da Igreja latino-americana.

Participei do Concílio Ecumênico Vaticano II, de Sínodos Romanos que dele nasceram.

Servi à direção nacional da CNBB, na qualidade de vice-presidente, e ao Conselho Episcopal Latino-Americano — CELAM.

Participei ativamente de Medellin e de Puebla, duas notáveis conferências episcopais que exerceram influência marcante na vida da Igreja de nosso continente.

Ao longo desse meio século de vida pastoral, rasguei sertões e estradas poeirentas. Vi desertos se transformarem em vergeis e vi vales úmidos se tornarem estéreis.

Encontrei-me com secas mortíferas e inundações destruidoras. Vi os homens lutarem entre si, como se fossem feras. Vi a ira estraçangular a bondade, o orgulho vilipendiar o pequenino, a ambição matar sonhos de fraternidade. Vi corações sedentos de Deus, como a planta ressequida das longas estiagens, à procura das águas redentoras.

Muitas vezes, sentei-me debaixo da sombra do junípero, tal como Elias para refazer as energias perdidas, com o pão da vida e água da purificação.

Cheguei, Senhor, a festa é vossa, mas é minha também. É minha e é do povo que vos pertence.

Cheguei, carregando uma pesada cruz de 50 metros, toda iluminada pelos clarões da Páscoa de Jesus Cristo.

O amor que me destes não se apagou no coração. O espírito de solidariedade que me emprestastes procurei distribuí-lo, tanto quanto possível, entre os deles mais necessitaram.

O discernimento que o Vosso Espírito inseriu no meu espírito procurei usá-lo, em favor da comuidade, na medida do possível.

Mas, atenção, senhoras e senhores! Eu, que passei por tantos lugares e estabeleci contato com tantas regiões do Nordeste, onde é que me encontro?

É aqui, em Salvador, a Cidade de Tomé de Souza, aqui, a terra do Nosso Senhor do Bonfim, aqui, a terra de Nossa Senhora da Conceição da Praia, aqui, a terra dos brancos e dos pretos, dos morenos e dos casuzos, dos mesticós que formam a grande raça nacional, entrelaçados à cruz de Jesus Cristo, cobertos pelo manto imaculado da Sempre Virgem Mãe do Salvador.

Mas, senhoras e senhoras, amigos do Nordeste e do Brasil, que viestes fazer aqui, nesta Fonte Nova de tantas pelejas, neste estádio enorme que já testemunhou também as celebrações tricentenárias desta Arquidiocese, e as maravilhas de Deus, durante o 1º Congresso Eucarístico Regional de Salvador, em 1983?

Que viestes fazer aqui? Dizei-me. Homenagear um homem? Um homem-pastor? Somente isto, por acaso? O que viestes fazer?

Para isto, eu próprio não estaria aqui. Acreditem-me. Sim, não estaria aqui.

Pois, eu vos digo: aqui estou, aqui estamos, por razões maiores, por argumentos mais altos do que a Terra, mais profundos do que o mar, mais amplos do que os horizontes continentais.

Eu, de minha parte, estou aqui para homenagear o Sacerdócio Único e Eterno de Nosso Senhor Jesus Cristo. Eu estou aqui para dizer, como o salmista, no Cap. 115: "Não a mim, Senhor, não a mim, mas ao vosso nome da glória".

— Eu vim aqui para recordar o texto do Levítico: "E a glória do Senhor apareceu a todo o povo".

Eu vim até aqui e aceitei que todos vós aqui viésseis para: "aclamai a Deus toda a Terra, cantai a glória de seu nome", conforme o Salmo 65.

Por acaso fui eu que fiz o que fiz, fui quem deu o incremento às sementes plantadas, que realizou as obras de seu amor e defendeu a justiça e o direito contra os erros e contradições da vida?

— Porventura sou eu o "Bom Pastor", aquele que dá a vida pelas suas ovelhas que conduziu as ovelhas ao redil da paz e do amor?

Fui eu que, por acaso, recebi a coragem de falar diante da consciência nacional a palavra de fé e de raciocínio, quando era preciso fazê-lo, sem vacilações? — Meus irmãos, sempre me considerei um soldado de Cristo Rei.

— Foi, por isso, que eu deixei o meu pai e a minha mãe, a minha terra e meus sonhos de criança.

Por Ele, o Senhor da Glória, o Triunfador da Morte, o Rei do Infinito Amor.

A Tarde —

25 de outubro de 1985  
DOM AVELAR: 50 ANOS DE PASTOREIO

Dom Avelar na CNBB

*Dom Aloísio Lorscheider,  
cardeal-arcebispo de Fortaleza*

Dar um testemunho sobre a presença do cardeal dom Avelar Brandão Vilela, primaz do Brasil, na CNBB como vice-presidente, é tarefa delicada, se bem que agradável.

Delicada, já que facilmente se omitem aspectos importantes; agradável, porque faz saborear uma ação calma, prudente, sábia, sempre positiva.

Antes de referir-me ao período de vice-presidência exercida pelo cardeal primaz, desejo lembrar o meu primeiro contato com a sua pessoa.

A primeira vez que ele chamou a minha atenção foi nos anos 47 quando, em Belo Horizonte-MG, realizava-se um Congresso sobre a Ação Católica. Na época, eu era estudante de Teologia no Convento Santo Antônio, dos franciscanos, em Divinópolis-MG. O "Diário", jornal católico de Minas, fundado por dom Antônio dos Santos Cabral, trouxe longa reportagem sobre a participação dos bispos. O bispo, que então ocupou maior espaço, foi o de Petrópolis-PB, dom Avelar Brandão Vilela.

Mais tarde, fui encontrar dom Avelar em Roma, durante o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Não me lembro se dom Avelar, naquele tempo, ocupava algum cargo na CNBB. Só me lembro que a partir de 1964 ele foi sempre uma grande presença nas assembleias e nos serviços da CNBB.

Em 1971, no mês de fevereiro, em Belo Horizonte-MG, dom Avelar era eleito vice-presidente deste organismo tão benemérito para a Igreja no Brasil, a CNBB.

Aprovada em Belo Horizonte a reformulação do Estatuto da CNBB, que criava a Presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral, sem outras comissões ou secretariados nacionais, como tinha sido o caso antes, iniciava-se nova fase. A colegialidade tornava-se também na vida executiva da CNBB realidade mais vivida. Dom Avelar que desde o começo da CNBB marcou sempre presença relevante, neste momento de nova caminhada, assumia lugar de importância.

Não é fácil na CNBB a tarefa de vice-presidente. Aparentemente intervindo poucas vezes, ficando por isso de alguma forma na penumbra — o que pede muita humildade, muita discrição e muito tato —, dom Avelar soube entender otimamente o seu papel. Pessoa suave, delicada, cortês, amiga, dotada de invejável equilíbrio, exerceu a sua missão com grande perspicácia. Além da facilidade de administrador, como se costuma dizer hoje, conflitos, dom Avelar possui uma admirável capacidade de síntese e de intelecção (de intus-legere: ler por dentro) das propostas e dos seus conteúdos teológicos. Em poucas pinceladas, ele é capaz de resumir, com clareza, toda uma discussão, colocando-a em seus devidos termos. Esta capacidade impressionou-me não poucas vezes.

No período da vice-presidência de dom Avelar na CNBB, encontravamo-nos em situações difíceis da História do Brasil. O tempo entre 1971 e 1975 foi bastante duro e preocupante para a Igreja no Brasil. Foi talvez o período mais complexo do movimento revolucionário ou regime de exceção começado em março de 1964. Tornaram-se, por parte dos bispos do Brasil, necessárias denúncias de fatos desabonadores de nossa própria nacionalidade. O desrespeito às pessoas, as torturas, os desaparecimentos de criaturas humanas, a morte misteriosa de outras, as prisões arbitrárias, o clima de medo, tudo deixava a Nação brasileira, perplexa. Num regime de exceção, quem ainda poderia falar? Praticamente só a Igreja, fato explicável pelo passado de sua história. E, todavia, quantas hesitações! quantos momentos de angústia! quantas incertezas!, além das mais variadas tendências de grupos dentro e fora da Igreja. O que fazer? Qual a missão da Igreja em tal contexto?

A palavra e a figura de dom Avelar foram muito importantes nas sugestões sobre o caminho a seguir, nos contatos com os meios de comunicação social, nos diálogos com pessoas do governo, na redação de notas, declarações, documentos. Ele encontrava sempre de novo a maneira correta de dizer o que se deveria dizer, o jeito de levar a situação sem trair a missão da Igreja, a maneira forte de falar sem agredir as pessoas, sem se deixar levar por expressões imprecisas ou irritantes. Era sempre de novo o equilíbrio evangélico que se fazia sentir. Poder-se-ia, de algum modo, afirmar que se tocava a simplicidade da pomba aliada à astúcia da serpente.

Fazendo um balanço da ação de dom Avelar como vice-presidente da CNBB, creio não ser injusto se diga que foi muito positiva. Ajudou a singrar

mares encapelados e concorreu, em meio a muitas dificuldades, para a Igreja cumprir a sua missão e colaborar no amadurecimento de uma ordem mais democrática para o nosso País.

Estes 50 anos de sacerdócio ofereceram, pela memória de um testemunho, de vida fecunda, a melhor oportunidade para se expressar ao cardeal dom Avelar Brandão Vilela, ocupando a Sé Primacial no Brasil, o muito obrigado de toda uma Igreja que se sente feliz por tê-lo como irmão, como filho e como sacerdote.

#### DOM AVELAR BRANDÃO VILELA TRAÇOS BIOGRÁFICOS

*Mons. Walter Magalhães*

Nasceu Dom Avelar, a 13 de junho de 1912, em Viçosa das Alagoas, sendo seus pais Sr. Elias e D. Isabel Brandão Vilela. Na Igreja Matriz do Senhor do Bonfim de sua terra natal, foi batizado, crismado e fez a primeira comunhão. Sentindo-se vocacionado para o sacerdócio, ingressou, aos 13 anos no Seminário Menor de Maceió, transferindo-se depois para o Seminário Maior de Aracaju e de Olinda.

Ordenado presbítero na festa de Cristo Rei, a 27 de outubro de 1935, por Dom José Tomás Gomes da Silva, 1º-Bispo de Aracaju, em cuja diocese fora incardinado. Exerceu em Aracaju múltiplas atividades pastorais, sociais e literárias, destacando-se as funções de capelão da Igreja de São Salvador, professor e diretor espiritual do seminário, assistente eclesiástico da Ação Católica, do Centro Dom Vital, da Obra das Vocações Sacerdotais, da Cruzada Eucarística Infantil, da Liga Eleitoral Católica, dedicando-se também à catequese das crianças e jovens e à formação intensiva de catequistas. Professor sucessivamente de Português, de Literatura Luso-Brasileira, e de Psicologia no Ateneu Sergipense, Cônego aos 27 anos de idade e quatro de sacerdote, organizou em 1939, a Primeira Semana Catequética de Aracaju.

#### Bispo de Petrolina

Eleito bispo diocesano de Petrolina, a sua ordenação episcopal ocorreu a 27 de outubro de 1946, partindo em dezembro do mesmo ano para seu novo campo de apostolado. Prega inicialmente o retiro do clero petrolinense e realiza visitas pastorais para melhor conhecimento da diocese duramente castigada pela seca. Lança o jornal diocesano *Cristo Rei*, implanta a Ação Católica Diocesana, realiza a Semana Catequética e promove curso intensivo de Religião, História Eclesiástica e Liturgia idealiza, organiza e realiza com pleno êxito, em 1948, o 1º Congresso Eucarístico Diocesano — marco extraordinário de sua ação pastoral — o maior movimento religioso e social de Petrolina em todos os tempos. Instala o Posto de Colonização — em convênio com o Ministério da Agricultura — para uma experiência pioneira e bem-sucedida de irrigação, na margem do Rio São Francisco. Semanas Rurais são promovidas para tratar de assuntos práticos da vida rural. Consolida e amplia o Instituto São José, inaugura o Centro Social Pio XI, cria a Escola de Economia Doméstica, estimula a atuação do CNR, nos moldes do que depois se denominou "Educação de Base". Pela vez primeira vai à Roma, em peregrinação do Ano Santo de 1950, para participar, a 1º de novembro, da solene proclamação, pelo Papa Pio XII, do dogma da Assunção de Nossa Senhora.

#### Arcebispo de Teresina

A 19 de novembro de 1955, Dom Avelar foi nomeado pelo Papa Pio XII, arcebispo metropolitano de Teresina, Piauí, onde chegou a 5 de maio do ano seguinte, tomando posse canônica de sua primeira Arquidiocese. Ali implantou a Ação Social Arquidiocesana (ASA) que favoreceu a criação de vários centros sociais nas áreas mais pobres e necessitadas. Fundou a Rádio Pioneira, colocada a serviço da evangelização, divulgando em toda a região seus programas "A Voz do Pastor" e "Oração por um

Dia Feliz". Instalou a Faculdade Católica de Filosofia e ajudou a criar a Faculdade de Odontologia. Restaurou o Colégio Diocesano, entregando-o aos padres jesuítas para que sempre cuidassem da educação dos jovens piauienses. Lutou para que fossem instalados 32 ginásios por todo o interior do Piauí. Acolheu, em 1962, o MEB — Movimento de Educação de Base, dando ênfase especial à alfabetização e educação profissional. Realizou três semanas rurais, apoiou decisivamente o projeto de colonização do Vale do Gurguéia, conseguiu a aprovação do Decreto Federal de nº 64.359 que possibilitou a construção da Usina Hidrelétrica da Boa Esperança. Construiu a nova sede do Círculo Operário. Criou novas paróquias, trouxe para Teresina a colaboração de mais três congregações religiosas, implantou a Ação Católica Arquidiocesana, fez numerosas visitas pastorais, promoveu missões gerais e celebrou o 1º Congresso Eucarístico Arquidiocesano de Teresina.

#### Na CNBB e no CELAM

Exerceu na CNBB as funções de Presidente das Comissões de Ação Social, de opinião pública, do clero, e do SCAI (Serviço de Colaboração Apostólica Internacional) de Vice-Presidente eleito em 1969 para outro quadriénio. Delegado da CNBB junto ao CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano), membro da comissão representativa da CNBB e Presidente da Comissão Episcopal do Regional Nordeste III (Bahia e Sergipe).

Foi Vice-Presidente do CELAM, eleito em Assembléia Geral do Episcopado Latino-Americano, realizado em Roma, em novembro de 1965, no final do Concílio Vaticano II. Com a morte do bispo chileno Dom Manoel Larraín, então Presidente do CELAM, Dom Avelar assumiu a presidência provisoriamente até a próxima assembléia geral. Nessas condições, presidiu o Encontro Latino-Americano em Mar del Plata, Argentina, em 1966, sobre "Presença ativa da Igreja no desenvolvimento e na integração da América Latina". Na Assembléia Geral de Mar del Plata foi eleito por unanimidade Presidente da CELAM para completar o período que terminaria em 1967, quando foi reeleito para outro período.

Nomeado pelo Santo Padre Paulo VI, Presidente da Comissão organizadora da Assembléia Geral de Medelin; Colômbia, proferiu os discursos de abertura e encerramento dos trabalhos, quando procurou fazer a aplicação dos textos do Concílio Vaticano II à realidade de nosso continente, tendo antes conseguido que o Papa Paulo VI fizesse na Catedral de Bogotá, o discurso inaugural daquela magna assembléia. Inaugurou ainda, com a vinda do Papa a Bogotá, a sede própria do CELAM.

Dom Avelar participou de todas as sessões do Concílio Ecumênico Vaticano II, de 1962 a 1965 e dos Sínodos Eclesiais, realizados até 1974 em Roma, como Delegado da CNBB, proferindo oito intervenções de plenário e sendo eleito presidente de grupos de estudo de que fez parte durante os mesmos sinodos.

#### Arcebispo Primaz do Brasil

A 27 de março de 1971, o Papa Paulo VI nomeou Dom Avelar para ocupar o sólio principal brasileiro, do qual tomou posse canônica a 30 de maio, como o 23º arcebispo de São Salvador da Bahia e primaz do Brasil. Também aqui a presença atuante do pastor em favor da comunidade, particularmente da gente sofrida, se tornou um constante em seu apostolado. Na Colina Sagrada do Bonfim, promoveu, em 1972, frutuosa Semana Missionária, pregando ele mesmo todas as noites para a multidão concentrada na praça para a reflexão da palavra de Deus. Proclamou, em nome de Paulo VI, Nossa Senhora da Conceição da Praia, padroeira principal do Estado da Bahia, graça que obteve da Santa Sé. Criou as comissões arquidiocesanas de Arte Sacra e de Justiça e Paz.

#### Cardinalato

A 2 de fevereiro de 1973 é eleito cardeal da Santa Igreja, recebendo do Vaticano, a 5 de março, o varreto cardinalício das mãos de Sua Santidade o Papa Paulo VI, tomando posse, em Roma a 10 de março, como titular da Basílica de São Bonifácio e Santo Aleixo.

Em seu governo pastoral foram criadas 27 novas paróquias na Arquidiocese da Bahia, cujo tricentenário ocorrido em 16 de novembro de 1976, mereceu condignas e solenes comemorações, reunindo, ao final, no Estádio da Fonte Nova, em memorável concelebração eucarística, 300 sacerdotes, inclusive 70 cardeais, arcebispos e bispos do Brasil e do exterior, perante 80 mil fiéis participantes.

Vai a Roma em agosto e outubro de 1978 para tomar parte nos conclaves que elegeram os Papas João Paulo I e João Paulo II. Participa ativamente da III Conferência do CELAM, em Puebla de Los Angeles, México, de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979, tendo redigido a mensagem aos povos da América Latina, incorporada aos documentos daquela magna assembléia episcopal latino-americana.

É confirmado pelo Papa nas congregações pontificias para a causa dos santos, para o clero, para educação católica, para assuntos pastorais da Igreja na América Latina.

O ano de 1980 é marcado por intensos preparativos para a visita do Santo Padre João Paulo II que, nos dias 6 e 7 de julho, permanece em Salvador e é hóspede de Dom Avelar em sua residência episcopal.

Nesse mesmo ano, a 19 de dezembro, na Catedral Basílica de Salvador, o núncio apostólico Dom Carmine Rocco, entrega o título canônico de Sé Primacial à Arquidiocese de São Salvador da Bahia e o de primaz a seu arcebispo. Era o reconhecimento oficial pela Santa Sé de um título já historicamente consagrado.

Através de carta pastoral, de 25 de janeiro de 1983, Dom Avelar convoca a Arquidiocese da Bahia para celebrar um Congresso Eucarístico Regional, precedido de santas missões, em comemoração do Jubileu Áureo do 1º Congresso Eucarístico Nacional Brasileiro, realizado em Salvador em 1933, do qual participara ainda como seminarista. Largo programa pastoral foi realizado, ocorrendo a multidão de fiéis ao Estádio da Fonte Nova em concentrações marcadas pela fé, pela oração, pelos cânticos, pela pregação e reflexão da palavra de Deus, pela aclamação de Jesus Cristo — Caminho, Verdade e Vida. Chegamos, assim, a 1985, quando a Arquidiocese Primacial do Brasil vive o Ano Jubilar do Pastor que completa, em 27 de outubro, 50 anos de sacerdócio, dos quais 11 em Aracaju, 10 em Petrolina, 15 em Teresina e 14 em Salvador. Cinquenta anos de exemplar vivência de sacerdócio fecundo e operoso, a serviço de Deus, da Igreja e da Pátria.

Dois princípios pastorais têm norteado a sua vida: conseguir a "unidade na variedade" e proclamar a "verdade na caridade".

E no que tange aos problemas sociais, dentro de um mundo em contradição consigo mesmo buscar a "paz na justiça e no amor cristão".

Longa vida pastoral de Dom Avelar que, na sua plenitude continua palpitar de fé, de esperança e de caridade, vida plena de doação generosa de um pastor magnânimo, exímio pregador da verdade, do amor, da justiça e da paz.

*Dom frei Angelo Domingos Salvador,  
bispo auxiliar*

#### APELOS PASTORAIS DO JUBILEU DE DOM AVELAR À IGREJA DE SALVADOR.

##### Fontes de apelos pastorais

Simplificando, podemos destacar três fontes principais de apelos para a pastoral em nossa arquidiocese. Significa dizer que podemos buscar em três referências as diretrizes para a nossa ação pastoral.

### O patrimônio do cristianismo baiano

O cristianismo tem identidade própria. É um modo específico de estar no mundo, inaugurado por Jesus Cristo, continuado por sua Igreja e vivido concretamente segundo as diferentes realidades. Como tal, têm um conjunto de verdades, conhecidas pela Revelação; um conjunto de meios de santificação, consubstanciados nos Sacramentos; e um conjunto de normas de comportamento, conhecidas com o nome de Mandamentos da Lei de Deus e da Igreja. O cristianismo é o mesmo, sempre e em toda a parte. Mas pode ser vivido de modos diferentes, em razão dos diferentes tempos e das diferentes culturas. O cristianismo baiano já tem uma longa história de 500 anos. Nesse tempo, criaram-se sólidas tradições, que refletem a experiência cristã de muitas gerações. Lembremos, entre outras coisas, as inúmeras irmandades com suas igrejas e com seu modo próprio de expressar sua experiência cristã. Assim, os apelos pastorais procedem em primeiro lugar da inspiração original do cristianismo e do modo próprio de expressá-lo que é a experiência cristã baiana.

### As novas condições de nosso tempo

A arquidiocese de São Salvador também se confronta com os novos tempos. Realidades novas, ao lado de realidades antigas. Cidade nova e cidade antiga. O centro e a periferia, além do meio rural. Costumes ancestrais e a modernização. Os centros mais sofisticados, como o Iguaú, e a pobreza mais miserável, como os Alagados. A exibição da riqueza esnobante, ao lado dos casebres desumanos. Vias públicas extremamente amplas e bairros sem a mínima infra-estrutura. Do ponto de vista religioso, igrejas ricamente adornadas, uma ao lado das outras, na cidade velha, e imensas populações sem o devido espaço para se reunir, nas imensas periferias. A prática de liturgias as mais tradicionais, ao lado de celebrações as mais participadas. Associações centenares, com seus templos próprios, ao lado de movimentos religiosos mais recentes. Mentalidades extremamente conservadoras, em todos os níveis da população cristã, ao lado de mentalidades extremamente liberais igualmente em todos os níveis. Um cristianismo de tradição, ao lado de um cristianismo comprometido. A descrição poderia-se ampliar quase indefinidamente, manifestando sempre novos contrastes. Tais realidades contrastantes apresentam apelos pastorais também contrastantes, quer um nível interno da vida da Igreja, quanto no seu relacionamento externo, em suas relações com as realidades temporais. No duplo aspecto, convivem na Igreja de Salvador opções e experiências religiosas igualmente contrastantes. Ao lado do tradicional sincrétismo religioso, a Igreja Católica vê-se agredida assustadoramente pela avalanche de seitas religiosas autônomas que surgem e se propagam do dia para a noite, arrastando consigo número cada vez maior de adeptos, tradicionalmente ligados ao catolicismo popular.

### A índole do pastor

Assim como o mesmo cristianismo pode ser vivido de modos diferentes segundo os tempos e as culturas por que passa, da mesma forma o mesmo cristianismo pode ser vivido com acentuações diferentes, segundo a índole das pessoas que o assimilam e a ele aderem. O cristianismo transforma as pessoas; mas as pessoas, por sua vez, dão um nome próprio e singular ao cristianismo.

Além disso, cada Igreja particular deve ter o seu próprio clero, os pastores da Igreja, os quais, em princípio, devem ser nativos. Daí seu nome: clero diocesano, que procede da diocese e destina-se pela incardinação à mesma diocese. Isto faz com que o clero tenda a ser o reflexo da realidade sócio-cultural com que se confronta. Destinado por vocação cristã e por missão divina a transformar a realidade, construindo af a Igreja de Deus, sofre, por outro lado, a influência de seus contrastes. Decisiva influência exerce na diocese o bispo diocesano. Em primeiro lugar, por razões teológicas. A ele cabe, como cabeça da Igreja, mais do que a ninguém, o exercício do tríplice munus eclesiástico de profeta, como

mestre da verdade; de sacerdote, para a santificação do povo; e de guia do rebanho, como seu pastor. Tal exercício, porém, traz sempre e inevitavelmente a marca de sua individualidade, de sua índole e de sua formação, tanto dos dons recebidos, quanto das virtudes conquistadas. No caso específico de São Salvador da Bahia, nosso pastor Dom Avelar Brandão Vilela, a par dos longos anos de experiência pastoral, em variados campos de atividades e dos altos cargos que ocupou na Igreja, possui uma personalidade bem marcante, além de uma forte consciência de pastor. Todos lhe reconhecem o profundo senso de equilíbrio, que o faz ponderar com surpreendente equidade e naturalidade as situações mais envolventes. Todos, igualmente, lhe reconhecem a habilidade com que sabe abrir espaços para todas as visões e mentalidades, dando mostras irrefutáveis da prática de um verdadeiro pluralismo pastoral em sua arquidiocese. Da mesma forma, em consonância com a índole baiana, não obstante ser alagoano, sabe, com sua liderança incontestada, conduzir a vida e as atividades de sua grei com o mínimo de normas e organização, como ele mesmo afirma, mas com máximo de paternalidade. Ele mesmo, não pesando a avançada idade, exerce atividades em número e variedade tão grande, que não é fácil acompanhá-lo, e em cujo leque se incluem desde a ação junto às classes mais altas até sua presença nos lugarejos mais distantes, acolhendo a todos sem qualquer diferenciação. Tudo isto constitui-se em referência obrigatória para discernir os apelos específicos da pastoral em nossa arquidiocese.

### Apelos Pastorais à Igreja de Salvador.

Minha tarefa, neste breve trabalho, não é a de fazer uma síntese ou uma explanação das diretrizes pastorais da Arquidiocese, bem como de Dom Avelar. As diretrizes da arquidiocese são conhecidas através dos planos de pastoral já publicados. Por outro lado, o pensamento pastoral de Dom Avelar foi muitas vezes manifestado, por ele mesmo, nos seus sermões e nas suas comunicações pela imprensa. Trata-se, agora, de refletir sobre os apelos que o Jubileu de Ouro de Dom Avelar faz à Igreja. Que nos diz, de que nos fala tal jubileu? Além do apelo para a ação de graças a Deus pelo dom do sacerdócio concedido a Dom Avelar, podemos discernir outros apelos de natureza pastoral.

### Apelo à Promoção Vocacional

A celebração dos 50 anos de vida sacerdotal levam-nos a pensar na obrigação de dar sucessores a Dom Avelar. Não me refiro, evidentemente, à Sé Primacial de São Salvador da Bahia. Isto é competência da Sé Apostólica. Refiro-me sim, aos sucessores de sua vida sacerdotal a serviço do Reino de Deus na Igreja. Tenho plena certeza de que a maior alegria de Dom Avelar seria a de poder completar a lista de 50 ordenações de novos sacerdotes para seu último campo de trabalho na arquidiocese. Atualmente, nossa arquidiocese conta com 25 seminaristas ao longo do sexénio da formação. Mas se atentarmos para a população da arquidiocese, deveríamos contar com nada menos do que 250 seminaristas. Estamos muito longe das reais necessidades. Dom Avelar apóia aberta e francamente todos os esforços de promoção vocacional. É também premido pelas necessidades religiosas do povo, que ele acolhe benevolamente todos os sacerdotes que se dispõem a dar sua colaboração em nossa arquidiocese. Nós necessitamos dar uma resposta a este apelo. Umas das prioridades da pastoral vocacional é a de multiplicar grupos de jovens, nas paróquias e zonais a fim de ajudá-los a discernir os apelos de Deus. Isto exige que se multipliquem os agentes de pastoral vocacional, que se disponham a dedicar parte de seu precioso tempo no acompanhamento e na orientação de jovens no processo de resposta ao chamado de Deus.

### Multiplicação dos Ministérios Leigos

A experiência tem demonstrado que o interesse pela vida sacerdotal vem sempre precedido de interesse e participação nas atividades pastorais da Igre-

ja. O apostolado precede ao sacerdócio. Jovens engajados em compromissos pastorais tomam gosto pela vida da Igreja. É por este caminho que se manifestam os apelos de Deus para a vida sacerdotal. Além desta razão vocacional, deve-se acrescentar uma outra de relevante importância. Devemos reconhecer que os ministros ordenados, ao menos nos próximos anos, não terão condições mínimas, pelo seu número reduzido, de atender a todas as necessidades da Igreja em face da explosão demográfica. A relação entre o crescimento de ministros ordenados e o crescimento populacional demonstra que o índice proporcional é vertiginosamente desigual. A participação dos leigos, jovens e adultos, nos ministérios da Igreja, já não é somente uma exigência teológica — “o cristão é, por natureza, um apóstolo” — mas é também uma exigência pastoral. O movimento missionário desencadeado por ocasião da preparação do Congresso Eucarístico Regional deve tornar-se uma prática normal na vida da arquidiocese, passando de um momento forte para vir a ser processo de rotina pastoral.

### Formação de Lideranças Leigas

As necessidades da Igreja não são atendidas apenas através dos ministérios ou de atividades especificamente pastorais, mesmo que se estendam até a dimensão missionária, incluindo outros povos do mundo. Isto é necessário para desenvolver a vida “ad intra” da Igreja. Mas é indispensável também socorrer as necessidades “ad extra” da Igreja, isto é, a ordenação da vida temporal segundo Deus, fazendo com que a lei de Deus entre nas estruturas do mundo. O magistério pastoral da Igreja pode contribuir com sua pregação ética, mas “gravar a lei divina na vida da cidade terrestre” é competência específica dos leigos, ainda que não de modo exclusivo. O sacerdócio ministerial de Dom Avelar é também, um apelo para o fortalecimento do “sacerdócio secular” dos leigos. “Chamados por Deus, para que, exercendo seu próprio ofício, guiados pelo espírito evangélico, a modo de fermento, de dentro, contribuam para a santificação do mundo” (L.G. 31).

### Pastoral Familiar

Uma das capacidades que devem ser examinadas nos candidatos à vida sacerdotal é a de poderem “arcar com o ônus sacerdotal” (O.T.6). Em face das tremendas responsabilidades de que são investidos e das grandes renúncias que devem realizar, os sacerdotes devem possuir comprovada resistência ou consistência psicológica.

Ora, a consistência psicológica, se pode ser solidificada por formação posterior, tem seu fundamental indispensável numa só vida familiar. O equilíbrio nas relações familiares é o ambiente insubstituível da formação do autoconceito equilibrado, em que, à base do senso de importância, sem o qual nada de importante se faz, são confrontadas, sem tensões, conflitos e angústias, as limitações, de um lado, e as reais capacidades, de outro.

Se Dom Avelar nos impressiona por sua capacidade de enfrentar com naturalidade situações as mais tensas, isto se deve, sem dúvida, à virtude por ele conquistada ao longo de sua larga experiência, mas se deve também às virtudes domésticas de sua família, que deu à Igreja vultos religiosos como o próprio Dom Avelar e vultos políticos, como Teotônio Vilela.

Por essas razões e também porque constatamos a crescente deterioração da família baiana, a vida sacerdotal de Dom Avelar, com base sólida na vida familiar, é para nós um apelo para que nos empenhemos sempre mais pela restauração da vida das famílias. Veja-se, por exemplo, que em certas regiões e ambientes de nossa arquidiocese são uma infima minoria as famílias que têm vida matrimonial e familiar conduzida com regularidade. Também em razão da probreza, é insignificante o número de casamentos civis menor ainda o de casamentos religiosos. E os matrimônios desfeitos com subsequentes ajuntamentos são praxe de todo dia isto, de modo algum, é fator favorável de formação do “ho-

mem novo" que esperamos para a construção de uma sociedade nova.

#### Comunidades Eclesiais de Base

É minha convicção que ninguém ou muito poucos, especialmente nos meios populares, conseguem hoje proteger, sozinhos, a sua fé católica. A pressão do ambiente pós-crístico, a agressão diária do protestismo das seitas e as próprias deficiências da pastoral da Igreja, fazem com que todos necessitem do auxílio de associações religiosas. Entre as associações ou grupo religiosos, notabiliza-se, entre nós, pelo seu poder de coesão e pela comunhão eclesial que realizam, as Comunidades Eclesiais de Base. Elas podem tornar-se o lugar privilegiado da promoção vocacional, da multiplicação dos ministérios, a da formação de lideranças leigas e da pastoral familiar da Igreja.

Apresentamos algumas amostras de apelos pastorais que o Jubileu de Ouro de Dom Avelar pode suscitar à Igreja de Salvador. Cada um de nós pode continuar a reflexão e, de acordo com sua visão, acrescentar outros apelos.

Demos graças a Deus pela vida sacerdotal de Dom Avelar e que a celebração de seu jubileu seja um "tempo oportuno" para o afervoramento e a renovação de nossa Igreja de Salvador.

#### FÉ E RELIGIÃO "POPULAR"

*Thales de Azevedo*

A religiosidade popular é um dos temas, compreensivelmente preocupantes da História, da Sociologia e da pastoral da Igreja no Brasil atual. A literatura a respeito é numerosa e varia em suas colocações e interpretações. As cartas pastorais antigas já se ocupavam do assunto, contrastando essa expressão da fé com os preceitos e as normas prescritas pela Sé de São Paulo, isto é, pela Santa Sé e pela tradição. Não falta literatura a respeito também nas revistas eclesiásticas e de Teologia, bem como nos ensaios de analistas laicos. Uma das dificuldades de lidar com a matéria tem caráter semântico: recordo a posição tomada, muitos anos atrás, pelo arcebispo da Bahia, D. Augusto Álvaro da Silva, distinguindo religião de religiosidade. Talvez nenhum outro prelado haja feito caracterização mais precisa dos dois conceitos como eram vistos de dentro da Igreja; tive ocasião de aproveitar seu modo de pensar numa das notas a meu livro *O Catolicismo no Brasil* (1955): "Se, para sermos justos, quiséssemos definir o espírito religioso de nosso povo, teríamos que confessar: religiosidade, muita; religião, muito menos do que parece. Mas, religiosidade e religião são coisas muito diferentes. Não é religião, está claro, esse sentimentalismo inato, esse pendor natural, pronunciado para coisas misteriosas, essa tendência evidenciada em nossa gente para o desconhecido, mas tudo inteiramente estéril e vazio. A religião verdadeira importa num conhecimento esclarecido, numa consciência formada, numa prática inteligente, respeitosa, constante de tudo que forma a verdadeira religião católica". E interroga: "Onde está esse conhecimento? Onde está a consciência formada e firmada? Onde está a prática fervorosa, constante, desassombrada e prudente do verdadeiro catolicismo? Eis porque, mais do que nunca, precisamos de, pelo mais oportuno e eficiente dos meios, reorganizar, intensificar e aperfeiçoar a formação religiosa do nosso rebanho". Outros têm escrito sobre "a religião verdadeira" do nosso povo, do povo nordestino, conceituando-a de determinado ponto de abordagem, sempre a distinguir diferentes expressões da vivência da fé.

A religiosidade é hoje, como vocabulário descritivo, tomada como a forma, o caráter, a manifestação observável da religião. Aí se considera para quaisquer fins, sejam pastorais e teológicos, seja historiográficos e sócio-antrópológicos, como religiosidade a maneira como se apresenta a concretização pés-social e social da crença que incorpora a religião, isto é, a doutrina e os preceitos. Isto se verifica, por si-

nal, em relação ao catolicismo como a todo cristianismo, ao islamismo, ao budismo. No mundo católico, a distinção é inevitável e importa até em conceituar a legitimidade, a autenticidade, a fidelidade de cada expressão encontrada. O extraordinário mestre da Sociologia e do folclore, que é Câmara Cascudo, coloca-se no particular de um modo muito apropriado. Ao invés de falar de religião "do" povo, escreve Religião no povo (1974), procurando comunicar o que observa dos modos de ser religioso e católico do brasileiro, sobretudo no Nordeste. E não confunde "religiosidade popular" com a "Igreja Popular" criada pela imaginação distorcida de uns poucos teólogos.

Para os objetivos da hodierna pastoral não é pertinente menosprezar a religiosidade do povo, desde quando a mesma se insere no espírito, na formação, na existência e vivência da fé cristã ensinada e pregada pela Igreja. Esta, aliás, nunca excluiu a chamada religião popular de suas cogitações e de seus planos de ação, desde quando constitui o principal da vivência de nossa gente. A tal ponto isto se verifica que, é dos estratos da sociedade dominados por esse modo de ser católico que vem tradicionalmente, a maioria das vocações sacerdotais e das manifestações de fé com as procissões, as festas, as celebrações litúrgicas das massas e a cultura nacional sob o ângulo espiritual. Por certa influência europeia, desde alguns anos, adotou a Igreja no Brasil instituir cursos de esclarecimento sobre batismo, o matrimônio, a confirmação ou crisma, como para suprir certas características da religiosidade popular que não tinham em suficiente conta o significado dos sacramentos, desde quando na generalidade do povo os sacramentos não eram considerados meios necessários da graça e da santificação. Mas as conferências do episcopado latino-americano em Puebla, em Medellin, vieram a tomar em merecida conta a religiosidade popular, vendo nela genuínas demonstrações da crença e da fé da gente deste continente, no Brasil e nos outros países desta parte da América. Somente alguns puristas, menos cônscios de nossas realidades, rejeitam in limine, como não-genuínas as práticas e até as idéias correntes, independentes de classes sociais, em matéria de religião. Se bem que não seja aceitável o princípio de que o válido é a religião arbitrariamente concebida pelo povo com abstração do magistério da Igreja. O certo e correto é tomar em consideração o popular, não em contraste, mas com extensão do erudito, do formal, do oficial, do canônico e agir em consequência, sempre no intento de dar à vivência "popular" o suficiente de genuíno e de fiel ao depósito da fé inculcada pela Igreja. Mater et Magistra, mãe e mestra. A posição do nosso D. Avelar é notoriamente essa, evidenciada em sua pregação, em suas atitudes, em sua "Oração Dominical" em seus programas pastorais; ele não extrema, não opõe uma modalidade à outra, muito menos um estrato da população ao que incorpora e vive as normas e os preceitos mais diretamente emanados da cátedra pontifícia e o faz sem desviar-se da fidelidade ao ensino e a inspiração da Igreja de que é pastor e vigilante guia entre nós.

A Tarde

26 de outubro de 1985

#### NO ACOLHER, O PASTOR SE REVELA

*Carmila Overbeck*

Quantos artigos não serão escritos nesse cinquentenário de vida consagrada de dom Avelar!

Quantas pessoas com mais capacidade do que eu poderão escrever sobre o nosso cardeal!

Mas já que foi pedida a minha colaboração para as comemorações deste cinquentenário, não me posso furtar de dá-la e o faço com simplicidade, respeito e alegria.

Com simplicidade, porque é o meu modo de ser, não sei falar, nem sei escrever de maneira floreada, com elegância de estilo ou realce de forma, só sei falar e escrever com o coração.

Com respeito, porque fui formada aprendendo a respeitar a autoridade constituída e, como cristã, tenho muito gravadas dentro de mim as palavras do Senhor Jesus: "Quem vos ouve, a Mim ouve; e quem vos rejeita, a Mim rejeita" (Luc. 10, 16); assim, procuro sempre ver na hierarquia da Igreja de Cristo, não tanto seus erros e sua maneira de ser, mas o Cristo que cada um representa.

Com alegria, porque numa época em que a fidelidade ao compromisso assumido, quer na vocação sacerdotal, quer na vocação matrimonial, vai-se tornando tão falha, tão vulnerável, como é belo contemplar a vida de alguém que se manteve fiel a esse compromisso! Uma alegria que não apenas se fixa nos 50 anos de vida sacerdotal, mas que extrapola e penetra na parusia, imaginando o abraço que Jesus, a quem dom Avelar consagrou sua vida, lhe dará dizendo: "Vinde, bendito de meu Pai tomai posse do reino que vos está preparado desde a criação do Mundo" (Mat. 25, 34.)

Nesse artigo singelo o que desejo é falar de uma qualidade de dom Avelar. Certamente elas são muitas e muitas delas irão falar. Mas eu quero referir-me uma que particularmente me encantou desde que conheci dom Avelar e com ele tenho convivido no trabalho do reino. Uma qualidade que descobri logo que ele aqui chegou para assumir a nossa arquidiocese: a qualidade de saber acolher, de saber receber. Saber acolher com paciência a todos, grandes e pequenos, ricos e pobres, intelectuais e analfabetos, velhos, jovens e crianças. Acolher sempre com o mesmo sorriso, com a mesma paciência, o mesmo abraço, sempre querendo compreender todos, atender a todos, agradar a todos, mesmo que nem sempre o consiga. Não importa! O Senhor Jesus também não conseguiu. Mas o importante é que ele tenta, deseja, se esforça, e, para Deus, é sempre mais importante o que tentamos fazer do que o que conseguimos realizar.

Foi um pequenino fato que descobri e fiquei encantada com essa qualidade de dom Avelar; ele havia acabado de chegar a Salvador e num fim de semana nos encontramos em Itapuã, no Centro de Treinamento de Líderes, ele, meu marido e eu. Jantamos e depois do jantar batemos um bom papo. Lá pelas 9 horas ele levantou-se e disse: "Bem, vamos dormir" e dirigindo-se à uma das irmãs do CTL pediu: "Irmã, por favor, um copo d'água". A irmãzinha rápida dirigiu-se à copa e de lá voltou toda sorridente, trazendo uma laranjada. Dom Avelar tomou o copo, bebeu a laranjada, sentou-se novamente e conversou mais um tempo. E voltou novamente a pedir: "Irmã, por favor, um copo d'água". A irmã, pressurosa partiu e voltou trazendo um refrigerante. Ele bebeu e conversou mais um tempo. Lá pelas 10 horas novamente pediu: "Irmã, por favor, me traga um copo d'água". Desta vez veio mesmo o tão desejado copo d'água! Ele agradeceu, bebeu e depois se retirou para seus aposentos.

Aquela paciência me encantou! Quantos não teriam dito — pelo menos na segunda vez: "Irmã, peço, quero, prefiro, um copo d'água". Mas ele não! Bebeu a laranjada, bebeu o refrigerante, vendo neles a solicitude e o carinho da irmã querendo obsequiar o novo pastor, procurando agradar, oferecendo aquilo que ela julgava melhor, mais gostoso. E ele acolheu aquela solicitude, recebeu aquele carinho e pacientemente esperou o que realmente desejava: um copo d'água!

Fiquei encantada com aquela acolhida, com aquele saber receber e fiquei pensando: amar é difícil, mas muito mais difícil é deixar-se amar! Dar, nem sempre é fácil, mas saber receber é virtude difícil, virtude dos pequenos e "dos pequeninos é o reino dos céus"! Saber acolher, saber receber, saber aceitar tudo aquilo que os outros pensam que é o melhor para nós, que é mais gostoso, que vai nos fazer mais prazer é virtude preciosa e rara.

Que o Deus a quem há 50 anos o senhor consagrou sua vida, dom Avelar o conserve assim acolhendo, recebendo, aceitando, um dia certamente,

ele o acolherá, o receberá, o aceitará nos tavernáculos eternos!

Com simplicidade, respeito, alegria e também com muito carinho peço a Deus que o guarde, o abençoe e o conserve fiel até o fim.

A Tarde,

23 de outubro de 1985

OS PADRES DE D. JOSÉ

*José Calasans*

Na história do desenvolvimento cultural de Sergipe, os padres de D. José aparecem de modo relevante. Os padres de D. José, primeiro bispo de Aracaju, são os sacerdotes cuja formação religiosa e intelectual se fez no Seminário do Sagrado Coração de Jesus, fundado em 1913, por D. José Tomás Gomes da Silva, paraibano ilustre, pregador eloquente e apreciável conservador, que viveu grande parte de sua existência no seio da gente sergipana. Seu seminário foi, durante dilatados anos, o principal centro de estudos de Sergipe, dele saindo não apenas sacerdotes de Cristo, pastores do rebanho católico, mas também homens de boas e apuradas letras, muitos deles com admirável formação clássica. O ensino público, no Ateneu Sergipense e na Escola Normal Rui Barbosa, sempre contou com a colaboração de padres ilustres, que se tornaram também mestres da Universidade Federal de Sergipe. Muitos e muitos deles trabalharam na imprensa do Estado, tornaram-se assíntesis na Academia Sergipana de Letras, figuraram entre os pesquisadores do nosso passado, integrando o quadro social do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Na bibliografia sergipana existe muito do esforço produtivo do nosso clero. Vários enveredaram pela política e na tribuna dos comícios se mostraram tão atuantes como no púlpito de suas igrejas. Foram presenças marcantes na província e igualmente no âmbito mais amplo da comunidade brasileira. O episcopado nacional contou e ainda conta com a ação pastoral de padres formados no Seminário D. José. Quando se começou a falar numa atuante ação social da Igreja, muitos religiosos sergipanos logo se colocaram a serviço dos novos ideais. Parece-nos que os estudiosos da nossa terra, tão interessados em boas e oportunas perquisitions do evolver regional, estão em divida com o Seminário do Sagrado Coração de Jesus. Ainda não lhe reconstituíram a história, situando seu valioso papel na formação religiosa e intelectual do povo sergipano.

Muitos e muitos nomes bem merecem ser lembrados e exaltados no quadro sacerdotal do seminário, onde figuram também mestres da casa. A história sergipana sem dúvida alguma, no século que vivemos, seria bem mais pobre no seu desenvolvimento cultural e em sua projeção histórica sem os padres do Seminário D. José Tomás. Como, porém, aqui não estamos para pagamento de dívida histórica que registramos acima, cabe-nos, apenas, mencionar um nome ilustre, cujas bodas sacerdotais estamos comemorando. Em termos de seminário sergipano, seria o padre Avelar. Na conjuntura nacional contemporânea, D. Avelar Brandão Vilela, arcebispo primaz do Brasil, cardeal Brandão Vilela, o mais projetado dos padres de D. José Tomás Gomes da Silva. Aquele a quem a Providência Divina incumbiu de desempenhar missão maior no seio do povo de Deus, o que ele tem executado com espírito cristão e compreensão humana.

Jornal da Cidade

27 e 28 de outubro de 1985

DOM AVELAR BRANDÃO VILELA

*Manoel Cabral Machado*

Nesse 27 de outubro, o Cardel-Arcebispo de Salvador Bom Avelar Brandão Vilela comemora o jubileu de ouro, no sacerdócio. São cinqüenta anos de serviço à Igreja. Uma contínua dedicação à causa de

Cristo. Dom Avelar é um dos padres do Seminário de Dom José Tomaz Gomes da Silva, nosso primeiro bispo e que ordenar no seu episcopado 52 sacerdotes, e ainda sagrara, na ordem episcopal, cinco (5) bispos, inclusive, Dom Avelar. No ano do seu jubileu de ouro, Dom José, no dia 27 de outubro de 1946, na festa de Cristo Rei, na Catedral diocesana, recém-restaurada pelo zelo e a inteligência de Mons. Carlos Camelo Costa, Dom José, ante a imensa alegria dos católicos, sagrava sucessor dos Apóstolos o seu dileto sacerdote, Pe. Avelar. Essa consagração fora o coroamento final do longo, fervoroso e profícuo episcopado de Dom José. Dom Mário de Miranda Vilas Boas, amigo de Pe. Avelar, na oração gratulatória da consagração, chamo-o de "bispo de ouro" para "as bodas de ouro" de Dom José.

Ordenado padre, em 1935, Dom Avelar iniciara o ministério em Aracaju. Na época, a maior expressão do clero sergipano, pelas virtudes e pelo brilho cultural era, o Con. Mário de Miranda Vilas Boas. Agora, com Pe. Avelar os dois começam um ativo apostolado da inteligência, renovando a catequese. O Centro Dom Vital assumia a atividade cultural. Depois Dom Mário, ordenado bispo, permanece o Pe. Avelar, ampliando os trabalhos apostólicos.

Nessa época, a "inteligência" sergipana, anticlerical e científica, entorpecia-se, pela inércia, nos restos do pensamento filosófico da Escola do Recife. Velhos professores do Ateneu, membros da Academia Sergipana de Letras e alguns bachareis conservavam o cientificismo tobatiáco. No centenário de Tobias Barreto, em 1939, fazem a Semana Tobatiáca. Nas louvações ao filósofo, considerado gênio, destacam o anti-clericalismo da sua penúltima fase e atacam a Igreja. O Centro Dom Vital, com Rubens Figueiredo na direção e Pe. Avelar, José Amado Nascimento e outros reagem, fazendo também uma comemoração do centenário de Tobias, eis que objetivam defender a Igreja e dar ao filósofo sergipano uma justa colocação na história do pensamento. Há reações e ataques. Nessa fase polêmica, o jornal "A Cruzada" responde, e publica os artigos do Pe. Avelar, defendendo a Igreja e a fé cristã.

Se antes, Roma é o atraso e os católicos são "ratos de sacristia", Pe. Avelar e o seu grupo, no Centro Dom Vital, e na Ação Católica, promovendo manhãs de formação, conferências, debates, publicações em "A Cruzadas", fazem mudar a inteligência. O talento e a cultura dos católicos da nova Igreja amortecem o cientificismo tradicional, enquanto surgiu outra força anti-crística — o marxismo.

Assim, conquistada a inteligência, o Pe. Avelar pelas suas virtudes piedade, zelo sacerdotal, pureza, e ainda pelas qualidades intelectuais — grande orador sacro, talentoso e culto, — e, sobretudo, pela simpatia pessoal e afabilidade — todos esses "carismas" empolgavam a alma católica sergipana. E que o Pe. Avelar empreendera um novo apostolado participante e criativo. A Ação Católica, sob sua assidência, empreende uma moderna catequese. Vencida a fase polêmica inicial, há, agora, lugar para os católicos, no mundo da cultura. A Igreja e, então, respeitada, admirada e valorizada, pela sua presença renovadora.

Além do Centro Dom Vital, o Pe. Avelar é Diretor Espiritual do Seminário Diocesano e professor respeitado do Atheneu Sergipense. Promovia retiros espirituais. Pregava nas solenidades e festas religiosas — eis que se manifestava o orador sacro excelsus, além de comprensivo e aberto ao diálogo. Contame o colega Cons. Carlos Alberto que, ao ser convidado para participar do Rotary Club, resolveu consultar o Pe. Avelar, pois, na época, dizia-se ter a Igreja várias restrições ao Rotary. O Pe. Avelar, aconselhou-o a aceitar o convite por entender que a Igreja devia cristianizar todos os ambientes.

Em consequência, no ápice da popularidade e da admiração dos sergipanos, o Pe. Avelar é eleito — bispo de Petrolina, sendo isto também a demonstração do alto prestígio de Dom José, junto à Santa Sé. Sergipe vibrou de contentamento com a escolha.

Após as festas da consagração, promoviam-se homenagens do povo, das autoridades das instituições culturais, religiosas e dos colégios. Fui um dos oradores a louvá-lo, não só falando, em nome do povo, em frente ao Seminário, após a procissão de Cristo Rei, no dia da sua consagração, e ainda como orador oficial da sessão solene de louvação, realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Esgotados, portanto, esses festejos, o novo bispo — segue a sua carreira apostólica. De Petrolina, salta para o arcebispado de Teresina e, por final eleito Cardeal Arcebispo de Salvador. Sempre é o serviço intenso pela causa da Igreja e do Homem. Nesses dias tumultuosos de antagonismos, inclusive no seio da Igreja, Dom Avelar, no episcopado nacional, projeta-se pela presença de moderação e de equilíbrio difícil. Sua Igreja não se perde nos horizontais, e não se fecha, abismada, nos mistérios da divindade. Quer uma Igreja viva e atuante, servindo a Deus e aos homens.

Dom Avelar é alagoano de Viçosa. Seminarista, transferiu-se já maiorista, para o Seminário de Dom José. Aqui concluiu Teologia e antes da idade canônica, por licença da Santa Sé, foi ordenado seminarista, aos 23 anos.

Conheci, Dom Avelar, seminarista, em Capela, em 1932, numas férias juninas hóspede do nosso co-munum amigo, Dr. Nicanor de Oliveira Leal. Relacionaram-se, na viagem de navio para a Capital Federal quando da inauguração do monumento a Cristo-Redentor (12-10-1931). Participava também dessa peregrinação o meu tio-padre José da Mota Cabral. A viagem, portanto aproximou os três. Ficaram amigos e desde 1932, vinha o jovem seminarista á Capela, nas férias juninas. Hospeda-se com o amigo Dr. Nicanor. Muito tímido e recatado, só lentamente começou a pregar na Igreja Matriz, por estímulos do Pe. Juca. Em casa do amigo, recolhia-se para orar e também escrever versos num caderno que escondia cuidadosamente. Dr. Nicanor desejava conhecer esses versos. Combinou, então, com a irmã, a jovem Miralda que numa das vezes em que, à tarde os dois saíssem a passeio, ela, Miralda, descobrisse o caderno e copiasse algumas poesias. O que foi feito. Miralda, ainda hoje, guarda seis sonetos, escrito pelo jovem seminarista, nessa época. Um deles — "Nascer... viver... ou morrer" tem a data de 26-07-31. D. Miralda deu-me cópia desses sonetos. Nem sei, se hoje, Dom Avelar lembra-se dessas poesias. São versos de mocidade. Valem, não como peças literárias, mas por relevarem a sensibilidade e a inteligência do nosso hoje Cardeal Primaz presentes, desde a longinquidade. Ainda numas férias do Colégio São José — dirigido pelo Pe. Juca Cabral, Dr. Nicanor Leal e Dr. Joel Aguiar, nos discursos. Pe. Avelar fazia comparações e trocadilhos com os nomes dos diretores. Pe. Juca Cabral não descobria terras, mas as inteligências do jovens capelenses. Dr. Nicanor era leal no nome e na personalidade, enquanto estava o Dr. Joel a guiar a juventude nos caminhos da sabedoria. Agradecendo o Dr. Joel, em feliz trocadilho, homenageou-o, dizendo-lhe, que em breve, ele seria o "padre a velar as almas para o reino de Deus". Esses fatos foram narrados por meu amigo Moacir Melo estudante, na época, do Colégio São José.

Depois de ordenado, num São João, ainda em Capela, Pe. Avelar pregou um retiro fechado para os rapazes. Vindo de Salvador, acadêmico de Direito, participei desse retiro, promovido por Dr. Nicanor. Recordei a profunda repercussão das palavras do jovem sacerdote em nós, moços ardentes em plenitude de inquietação.

Hoje, nos cinqüenta anos de sacerdócio de Dom Avelar, alinhando recordações, quero, nesta pobre crônica, prestar uma humilde homenagem a esse grande e valoroso apóstolo de Cristo. Apóstolo fiel tendo sempre a inteligência lúcida, o coração limpo e a alma clara e aberta ao amor a Deus e à compreensão dos homens.

**JUBILEU SACERDOTAL DE OURO  
DE  
DOM AVELAR BRANDÃO VILELA,  
CARDEAL ARCEBISPO DE  
SÃO SALVADOR DA BAHIA  
E  
PRIMAZ DO BRASIL  
PROGRAMA DAS COMEMORAÇÕES**  
Salvador, outubro de 1985

A Igreja da Arquidiocese de São Salvador da Bahia festeja o cínguentenário de sacerdócio de Dom Avelar Brandão Vilela, Cardeal Arcebispo Primaz.

E os atos comemorativos aqui programados testemunham o apreço que lhe devota e o júbilo que experimenta, por tê-lo como seu Pastor.

Os eventos cívicos que moldaram o painel desta celebração constituem igualmente prova de quanto a sociedade baiana e brasileira o veneram, pelos seus largos serviços prestados ao bem comum.

Justificam-se, então, este Programa do Jubileu e a nossa presença e participação em suas solenidades.

Salvador, setembro de 1985.

Dom Tomaz Guilherme Murphy, CSSR — Bispo Auxiliar.

**Dia 13 de outubro — Domingo.**

Homenagem da juventude, ao ensejo do encerramento do 1º Congresso Arquidiocesano da Juventude.

Horário — 15h.

Local — Ginásio de Esportes Antônio Balbino.  
Saudação pelos jovens Arnaldo Pereira Silva e Janilda Ferreira de Abreu.

**Dia 16 de outubro — Quarta-feira.**

Inauguração do retrato de Dom Avelar, em sua sala de atendimento.

Homenagem de todos os organismos pastorais e administrativos que atuam no Palácio da Sé.

Horário — 16h.

Local — Palácio da Sé.  
Saudação — Mons. Manoel José Sampaio Pithon, Vigário-Geral e Procurador da Mita da Arquidiocese.

**Dia 17 de outubro — Quinta-feira.**

Homenagem da direção, dos funcionários e operários da Empresa Gráfica da Bahia.

Horário — 12h30min.

Local — Empresa Gráfica da Bahia.  
Saudação — Dr. José Curvello, Diretor da Empresa Gráfica da Bahia.

Concerto do barítono Oscar Costa, em homenagem ao Jubileu.

Festival Hekel Tavares (interpretação de músicas do compositor alagoano).

Horário — 18h. Local — Instituto de Música da UCSal.

**Dias 18, 19 e 20 — Sexta-feira, Sábado e Domingo.**

Vigília Eucarística — Cinquenta horas ininterruptas de súplicas e louvor a Jesus Sacramentado.

Horário — De 14h do dia 18 às 16h do dia 20.  
Local — Igreja de São Raimundo.

A abertura da Vigília será presidida por Dom Frei Boaventura Kloppenburg, OFM.

Dom Frei Ângelo Domingos Salvador, O. Cap. celebrará a Eucaristia, às 12h do dia 19.

Dom Tomaz Guilherme Murphy, CSSR, celebrará a Eucaristia, às 12h do dia 20.

O encerramento será presidido por Dom Avelar Brandão Vilela.

**Dia 20 de outubro — Domingo — Dia Mundial das Missões.**

Homenagem das irmandades, ordens terceiras e associações religiosas.

Horário — 9h.

Local — Basílica da Conceição da Praia.  
Solene celebração eucarística, com a presença de todas as irmandades e ordens terceiras devidamente uniformizadas.

Após a Missa, saudação do Dr. Heitor Dias.  
Participação especial do Coral da Basílica do Bonfim.

**Dia 20 de outubro — Domingo — Dia Mundial das Missões.**

Inauguração da Exposição Filatélica e da Exposição Fotográfica.

Horário — 11h.

Local — Foyer do Teatro Castro Alves.  
Oradores — Dr. Arthur Napoleão Rego, Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.  
Professor Cândido da Costa e Silva, da Comissão Arquidiocesana de Arte Sacra.  
Direção do casal Rogério Paulo Carvalho Pereira e Regina Helena Bandeira de Carvalho Pereira.

Neste mesmo dia, às 19h30min., o Senhor Cardeal Arcebispo benze a nova Igreja de Santo Antônio da Boa Vista.

**Dia 21 de outubro — Segunda-feira.**

Homenagem da Direção e Alunos do Seminário Central da Bahia — Para — liturgia apropriada.

Horário — 18 h.

Local — Seminário Central da Bahia.

Saudações — Mons. Antônio Pinto Nobre, Reitor do Seminário, em nome da Direção.

Diácono Edson Menezes da Silva, em nome dos alunos.

Presença do Serra Clube de Salvador e de amigos do Seminário.

**Dia 22 de outubro — Terça-feira.**

Homenagem dos Presbíteros, Religiosos e Diáconos.

Horário — 11h.

Local — Casa de Retiro São Francisco.  
Coro falado — Direção e texto de Mons. Walter Jorge Pinto de Andrade, Reitor da Basílica do Bonfim.

Saudação — Mons. Gaspar Sadoc da Natividade, Vigário-Geral da Arquidiocese.  
Almoço íntimo oferecido pelo Clero.

**Dia 22 de outubro — Terça-feira.**

Homenagem das Classes Empresariais da Bahia.

Horário — 18h.

Local — Auditório das Federações das Indústrias.

Saudação — Dr. Rubens Lins Ferreira de Araújo, Vice-Presidente da Federação das Indústrias.

**Dia 23 de outubro — Quarta-feira.**

Homenagem das Religiosas.

Horário — 15h30min.

Local — Colégio das Sacramentinas.

Saudação — Irmã Joana Calmon Vilas-Boas O.S.B., Madre Prioreza do Mosteiro de Salvador.

Números de arte alusivos à atuação de Dom Avelar junto às várias Comunidades de Religiosas da Arquidiocese.

Execução do Salmo de Louvor das Religiosas da Bahia, pelo Jubileu do Pastor.

Homenagem da Universidade Católica do Salvador.

Sessão Solene (aberta) do Conselho Universitário.

Horário — 19h.

Local — Instituto de Música da U.C.Sal.

Saudação — Prof. José Newton Alves de Souza, Consultor Pedagógico e Coordenador de Pesquisa e Extensão da U.C.Sal.

**Dia 24 de outubro — Quinta-feira.**

Homenagem do Conselho Estadual de Cultura da Universidade Federal da Bahia, da Academia de

Letras da Bahia, do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, da Associação Baiana de Imprensa, da Fundação Cultural do Estado da Bahia e da Academia de Letras e Artes "Mater Salvatoris".

Horário — 21h.

Local — Academia de Letras da Bahia.

Saudação — Prof. Dr. Thales de Azevedo.

**Dia 25 de outubro — Sexta-feira.**

O Senhor Cardeal Arcebispo Primaz recebe os cumprimentos do Senhor Governador do Estado e das demais autoridades federais, estaduais e municipais, do Corpo Consular, da imprensa, das entidades de classe, dos órgãos de serviço e dos sindicatos.

Horário — A partir de 19h.

Local — Residência Cardinalícia.

**Dia 26 de outubro — Sábado.**

Homenagem das crianças.

Horário — 9h.

Local — Balbininho.

Unidos a Dom Avelar, as crianças da Bahia rezam, entoarão cânticos e farão encenações relacionadas com o seu Jubileu.

Homenagem da família Brandão Vilela.

A família de Dom Ávelar lhe prestará carinhosa homenagem, em almoço íntimo, às 12h30min, na Residência Cardinalícia.

Homengem das comunidades da periferia.

Horário — 15h.

Local — Colégio dos Órfãos de São Joaquim.

Encenação — A Vida das Comunidades da Periferia e o seu Pastor.

Número de cânticos.

Confraternização.

Homenagem dos Movimentos de Apostolado Leigo.

Horário — 20h30min.

Local — Teatro Castro Alves.

Coro falado, de autoria de Dr. Ivan e Drª Sônia Bastos.

Apresentação de números musicais.

Encenação de um ato.

Saudação de Dr. Raimundo Paiva Dantas.

Participação especial da Banda de Música do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar da Bahia, do Coral da Paróquia de Sant'Ana e da EBATECA.

**Dia 27 de outubro — Domingo — Dia Jubilar**

Homenagem das delegações de Viçosa, Maceió, Aracaju, Petrolina e Teresina — Homenagem da terra natal e dos antigos campos de trabalho.

Horário — 9h.

Local — Residência Cardinalícia.

Saudação — Cônego João Leite, em nome da Arquidiocese de Maceió e da cidade de Viçosa.

Dom Hildebrando Mendes Costa, Bispo Auxiliar, em nome da Arquidiocese de Aracaju.

Dr. José Amado Nascimento, em nome do Laticato de Aracaju.

Pe. Bernardino Padilha a Luz, em nome da Diocese de Petrolina.

Dom Miguel Fenelon Câmara, em nome da Arquidiocese de Teresina.

As saudações serão entremeadas de números musicais nordestinos, executados pelo Grupo de Chorinhos, sob a direção de Osmar Pinheiro.

Homenagem do CELAM, da CNBB e do Regional Nordeste III.

Horário — 11h.

Local — Residência Cardinalícia.

Saudações — Dom Antônio Quarracino, Presidente do CELAM.

Dom Ivo Lorscheiter, Presidente da CNBB.

Dom Tomaz Guilherme Murphy, Presidente do Regional Nordeste III.

Após as saudações, segue-se o almoço do Senhor Cardeal Brandão Vilela com os Senhores Cardeais, Núncio Apóstolico, Arcebispo, Bispo e Sacerdotes integrantes do Governo Arquidiocesano.

Solene concelebração eucarística, presidida por Dom Avelar Brandão Vilela, em ação de graças pelo seu Jubileu Sacerdotal de Ouro.

Horário — 17h.

Local — Fonte Nova.

Mensagem e Bênção de sua Santidade o Papa João Paulo II, proclamadas por Sua Excelência e Reverendíssima, o Senhor Nunciado Apostólico, Dom Carlos Furno.

Participação das Comunidades Eclesiais de Base, das paróquias da capital e do interior e de todo o povo de Deus da Arquidiocese da Bahia.

Ao decorrer das comemorações, em dia e hora previamente anunciados, Dom Avelar Brandão Vilela irá à Colina Sagrada para celebração de uma missa em honra do Senhor do Bonfim, padroeiro de Viçosa, sua terra natal e exelso Protetor do Povo da Bahia.

**O SR. PRESIDENTE** (José Fragelli) — Não havendo mais oradores inscritos, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a próxima sessão ordinária a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 1985 — COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência — art. 371, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 201, de 1985 — Complementar, de autoria do Senador Benedito Ferreira e outros Senhores Senadores, que cria o Estado do Tocantins e dá outras providências, tendo,

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 707 e 709, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças; tendo, ainda, pareceres orais, sobre a Emenda nº 1, de Plenário, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável, e

— de Serviço Público Civil e de Finanças, contrários.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1981 (nº 1.889/76, na Casa de origem), alterando a redação dos arts. 7º, 9º e 10 da Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União, pelo Congresso Nacional, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nº 204 e 205, de 1983, das Comissões:

— de Finanças, e  
— de Municípios.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1981 (nº 78/79, na Casa de origem), introduzindo modificações na Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos, tendo

PARECERES, sob nºs 514 a 516, de 1984, das Comissões:

— de Legislação Social, favorável, com voto vencido, em separado, do Senador Gabriel Hermes;

— de Finanças, declarando que a matéria à sua competência regimental e solicitando que sobre ela seja ouvida a Comissão de Economia; e

— de Economia, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1981 (nº 2.977/80, na Casa de origem), que suprime a alínea "b" do art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social, tendo

PARECERES, sob nºs 26 a 29, de 1984, das Comissões:

— de Legislação Social, 1º pronunciamento: favorável;

— 2º pronunciamento: mantendo seu parecer anterior;

— de Constituição e Justiça, favorável; e

— de Finanças, contrário, com voto vencido dos Senadores Severo Gomes e Pedro Simon.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1982 (nº 3.048/80, na Casa de origem), que facilita ao segurado a retificação do enquadramento correspondente a seu tempo de filiação à Previdência Social, tendo

PARECERES, sob nºs 376 e 377, de 1984, das Comissões:

— de Legislação Social, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CLS, com voto vencido, em separado, do Senador Jorge Kalume; e

— de Finanças, contrário, com voto vencido do Senador Cid Sampaio.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10 de 1982 (nº 4.608/81, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade das Missões, com sede em Santo Ângelo — RS, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 212, de 1982, da Comissão  
— de Educação e Cultura.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1982 (nº 2.631/80, na Casa de origem), acrescentando parágrafo ao art. 27 da Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957, que disciplina o regime penitenciário, tendo

PARECER, sob nº 807, de 1983, da Comissão

— de Constituição e Justiça, favorável, com voto vencido do Senador Helvídio Nunes.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1983 (nº 5.450/71, na Casa de origem), que concede anistia a mães de família condenadas até 5 (cinco) anos de prisão, tendo

PARECER, sob nº 398, de 1985, da Comissão  
— de Constituição e Justiça, favorável.

9

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1984 (nº 2.845/76, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para dispor sobre o segurado que tiver assumido cargo público e perdido o prazo para continuar contribuindo como autônomo, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 627 e 628, de 1985, das Comissões:

— de Legislação Social; e  
— de Finanças.

10

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1984 (nº 759/83, na Casa de origem), determinando que os depósitos e repasses dos órgãos públicos federais do nordeste sejam feitos no Banco do Nordeste do Brasil S.A. — BNB, tendo

PARECERES, sob nºs 611 e 612, de 1984, das Comissões:

— de Economia, contrário; e  
— de Finanças, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CF.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1985 (nº 2.393/79, na Casa de origem), que altera a redação do art. 135 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a concessão das férias anuais remuneradas, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 452, de 1985, da Comissão

— de Legislação Social.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1985 (nº 2.296/83, na Casa de origem), que dispõe sobre a defesa de médico, servidor público, em

processos judiciais decorrentes do exercício da profissão, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 604, de 1985, da Comissão  
— de Serviço Público Civil.

13

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1981 (nº 2.048/79, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre o fornecimento de transporte para o trabalhador, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 429, de 1982, da Comissão  
— de Legislação Social.

14

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1982 (nº 3.427/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 444 à 447, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, favorável;

— de Legislação Social, favorável, com emenda que apresenta nº 1-CLS;

— de Serviço Público Civil, favorável, com emendas que apresenta de nºs 2 à 9 — CSPC; e

— de Saúde, favorável ao Projeto e às emendas das Comissões de Legislação Social e de Serviço Público Civil.

15

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1985 (nº 1.550/83, na Casa de origem), que “declara feriado nacional o dia 20 de novembro, já celebrado Dia Nacional da Consciência Negra pela comunidade Afro-brasileira”, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 611, de 1985, da Comissão:

— de Educação e Cultura.

16

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 1981 — Complementar, de autoria do Senador Cunha Lima, acrescentando o § 4º ao art. 2º da Lei Complementar nº 1, de 1967, que visa a reduzir, em casos que especifica, o limite mínimo populacional de que trata o inciso I do mesmo artigo, tendo

PARECERES, sob nº 945 e 946, de 1981, 745 e 746, de 1984, das Comissões:

— de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento, pela constitucionalidade e juridicidade; 2º pronunciamento, favorável à emenda de Plenário; e

— de Municípios — 1º pronunciamento, favorável; 2º pronunciamento, contrário à Emenda de Plenário.

17

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 115, de 1985 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 800, de 1985), que autoriza a Prefeitura Municipal de Uberaba (MG) a elevar em Cr\$ 100.988.400 (cem milhões, novecentos e oitenta e oito mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 801 e 802, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

18

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 1985, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, Líder do PFL, requerendo nos termos do art. 371-C, do regimento interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1985 (nº 4.014/84, na Casa de origem), que proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências.

19

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 1982, de autoria do Senador Moacyr

Duarte, que altera dispositivo da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, possibilitando o divórcio entre pessoa nunca antes divorciada e outra já divorciada anteriormente, tendo

PARECERES, sob nº 766, de 1985, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, nos termos de substitutivo que oferece, com voto em separado do Senador Nelson Carneiro.

20

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 1983, de autoria do Senador Murilo Badaró, que cria e regula a aplicação pela Censura Federal, o certificado de liberação restrita e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 804 e 805, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Educação e Cultura, favorável, com emendas que apresenta de nºs 1 a 4-CEC, e voto vencido, em separado do Senador Jorge Kalume.

21

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 129, de 1980).

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1980, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre a participação dos servidores nos órgãos de direção e fiscalização das entidades que menciona, tendo

PARECERES, sob nºs 349, 350, 354 e 355, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito, favorável;

— de Legislação Social, favorável;

— de Serviço Público Civil, favorável; e

— de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Roberto Campos e José Lins.

22

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1980).

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 1980, de autoria do Senador Franco Montoro, que assegura a participação dos empregados na direção das empresas públicas e sociedades de economia mista, tendo

PARECERES, sob nºs 351 a 355, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito, favorável;

— de Legislação Social, favorável;

— de Serviço Público Civil, 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: pela prejudicialidade, face Parecer favorável dado ao Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1980; e

— de Finanças, pela prejudicialidade; face Parecer favorável dado ao Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1980, com voto vencido dos Senadores Roberto Campos e José Lins.

23

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 1980, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre privilégios assegurados às empresas de auditagem de capital nacional e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 248 a 250, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito, favorável, nos termos de Substitutivo que apresenta;

— de Economia, favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com voto vencido dos Senadores José Lins, Gabriel Hermes e Lenoir Vargas; e

— de Relações Exteriores, favorável ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 40 minutos.)

#### ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 26, DE 1985

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso da sua competência regimental, resolve:

Art. 1º O § 1º do art. 3º do Ato nº 06, de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º Se dispensado do Gabinete do Senador que o indicou, o servidor de que trata este Ato será lotado em qualquer órgão do Senado Federal, se não aproveitado por outro Senador, na condição do parágrafo 2º deste artigo.”

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, 30 de outubro de 1985. — José Fragelli — Alberto Silva — Guilherme Palmeira — Passos Porto — João Lobo — Enéas Faria — Marcondes Gadelha.

#### ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 27, DE 1985

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Art. 1º O Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal, da Subsecretaria de Administração Financeira, passará a integrar a Subsecretaria de Administração de Pessoal, com as mesmas atribuições que vinha desempenhando.

Art. 2º Determinar a adoção de medidas necessárias à elaboração de minuta de Projeto de Resolução alterando a Resolução nº 140, de 1984, no que respeita ao órgão da administração a que se refere este Ato.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, 30 de outubro de 1985. — José Fragelli — Alberto Silva — João Lobo — Passos Porto — Guilherme Palmeira — Enéas Faria — Marcondes Gadelha.

### ATAS DA COMISSÃO

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR PROBLEMAS VINCULADOS AO AUMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO.

6ª reunião, realizada em 10 de maio de 1983

Aos dez dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e três, às dez horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Senhores Senadores Mário Maia (Presidente), Almir Pinto (Relator), Claudiomar Roriz, Eunice Michiles e Marcondes Gadelha, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada com o objetivo de investigar problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Hélio Gueiros, Jaison Barreto, Murilo Badaró e João Lobo.

Havendo número regimental o Senhor Presidente, Senador Mário Maia, declara abertos os trabalhos.

O Senhor Presidente solicita ao depoente que proceda a leitura do juramento.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra à Profª Ana Maria Mendonça, Diretora-Presidente da Sociedade Brasileira de Proteção à Infância e Proteção à Família, na qualidade de depoente.

Em seu depoimento, a Profª Ana Maria Mendonça ressalta a esperança de poder contribuir, de alguma forma, para decisões que resultem em desenvolvimento para o País e melhoria de vida da população brasileira, notadamente, a população de níveis cultural e econômico inferiores.

Durante a fase interpelatória, usam da palavra, os Senhores Senadores Claudiomar Roriz, Eunice Michiles, Almir Pinto e Mário Maia.

Logo após, o Senhor Presidente suspende a reunião por cinco minutos, a fim de que o Senhor Deputado Oscar Alves, Ex-Secretário de Saúde do Estado do Paraná, possa tomar seu lugar à Mesa para pronunciar seu depoimento.

O Senhor Presidente solicita ao depoente que proceda a leitura do juramento.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado Oscar Alves, na qualidade de depoente.

O Senhor Deputado agradece a oportunidade que lhe foi dada para depor na CPIAP, ressaltando o papel de alta relevância desta Comissão para o desenvolvimento não só no campo da saúde e bem-estar social, mas também no campo sócio-econômico e sócio-cultural deste País.

Salienta, ainda, sua satisfação em poder aqui apresentar uma modesta experiência que realizou no Estado do Paraná, quando Secretário de Saúde e Bem-Estar Social.

Durante a fase interpelatória, usam da palavra, os Senhores Senadores Marcondes Gadelha, Almir Pinto, Mário Maia e as Senhoras Flórida Rodrigues e Ana Maria Mendonça.

Finalizando, o Senhor Presidente determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Edson Luiz Campos Ábrego, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

#### ANEXO À ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR PROBLEMAS VINCULADOS AO AUMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 1983, DESTINADA A OUVER A SRª ANA MARIA MENDONÇA, DIRETORA-PRESIDENTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E PROTEÇÃO À FAMÍLIA E O SR. DEPUTADO OSCAR ALVES, EX-SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Mário Maia.

Relator: Senador Almir Pinto.

(Integra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Declaro aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Aumento Populacional Brasileiro.

Convidado a Professora Ana Maria Mendonça, Diretora-Presidente da Sociedade Brasileira de Proteção à Infância e Proteção à Família e também Suplente de Deputada Federal pelo Estado de Minas Gerais a prestar o seu depoimento. Antes, porém, solicito a Profª Ana Maria que faça o juramento de praxe.

A SRA. ANA MARIA MENDONÇA —

#### JURAMENTO

Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade — nada omitindo do que seja do meu conhecimento — sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra a Srª Ana Maria Mendonça.

A SRA. ANA MARIA MENDONÇA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs e Srs.:

Agradeço pelo honroso convite para depor nesta Comissão que investiga as implicações sócio-econômicas do crescimento populacional no Brasil.

Esclareço que meu depoimento será calcado na pesquisa que faço vivendo, assistindo, participando, confrontando, no dia-a-dia, na minha condição de política e educadora.

Levou-me a aceitar o convite a esperança de que este depoimento possa contribuir, de alguma forma, para decisões que resultem em desenvolvimento para o País, e melhoria de vida da população brasileira, notadamente, a população de níveis cultural e econômico inferiores.

Quando se fala em política populacional, a primeira questão levantada é a do Território.

O espaço territorial e a população sustentada por esse território constituem fatores de grande significado para

uma nação. Durante muitos séculos, foram fatores preponderantes para condicionar o nível e qualidade do relacionamento entre os povos e, ainda, hoje, o são. Território e população foram preocupações que estiveram presentes ao longo da História, até nossos dias e, seguramente, continuarão sendo no futuro, porquanto todos ser físico ocupa lugar no espaço e a vida exige, além de espaço, condições ecológicas favoráveis.

Houve civilizações na antiguidade que desapareceram devido à fome ou a guerras. Houve guerras para conquista de espaço territorial, houve povos que desapareceram por falta de braços para empunhar a espada contra adversários mais populosos. Houve civilizações que criaram sua riqueza e sua exuberância apoiadas no trabalho escravo, onde o escravo não era considerado ser humano mas tratado como ser irracional. Daí, os escravos poderiam procriar em alta escala, pois seriam mais braços para o trabalho gerador de riquezas e de poder. Por outro lado necessitava-se de que nascessem muitos, pois as taxas de mortalidade eram elevadas.

Assim, uma grande população era considerada importante para amedrontar os vizinhos, como força potencial para a guerra; para o trabalho braçal gerador de riquezas, como defesa do território.

É evidente que algumas dessas motivações ainda prevalecem. Um grande território e uma grande população continuam sendo fatores altamente considerados ao se avaliar, no plano internacional, o poder de uma nação.

É natural que existam exceções, pois estamos nos movendo no campo das ciências sociais onde a mente humana é capaz de criar cenários onde as probabilidades se ampliam progressivamente.

No que se refere a espaço territorial, somos o 5º País do mundo. Quanto à população, ocupamos o 6º lugar.

Fica evidente que, iniciada sua colonização há menos de 500 anos, a população brasileira cresceu rapidamente. E esse crescimento acelerou-se nos últimos anos:

(Em milhões)

Ano	População
1900	17,4
1920	30,6
1940	41,2
1960	70,1
1970	93,0
1980	123,0
1983	126,7

Nos últimos 13 anos passamos de 96 para 126,7 milhões de habitantes. Houve acréscimo de 34 milhões de pessoas. Isso representa toda a população da Argentina (27 milhões), Paraguai (2,9 milhões) e Uruguai (3,1 milhões) juntos. A nossa população com menos de 13 anos equivale à população desses três países!

TABELA I

**Maiores Países do Mundo em Extensão Territorial**  
(Em ordem decrescente)

- 1 — URSS
- 2 — Canadá
- 3 — China
- 4 — USA
- 5 — Brasil
- 6 — Austrália

TABELA II

**Países mais Populosos do Mundo**  
(Em ordem decrescente)  
(Pop. de 1980 — em milhões)

1 — China	1.030
2 — Índia	684
3 — URSS	265
4 — USA	223
5 — Indonésia	48
6 — Brasil	126,7

Brasil: população de 1983.

Se considerarmos que, dentre os países mais populosos do mundo, o Brasil só é superado em taxa de crescimento populacional pela Indonésia, onde se encontram os mais baixos níveis de qualidade de vida do planeta e se pratica a poligamia, fica, mais uma vez evidente, mesmo em consultar tabelas de população dos outros países do mundo, que chegaremos ao Ano 2.000 mantendo a 6ª colocação em termos de população.

Segundo o economista Rubens Vaz da Costa, estudioso da questão populacional, o epicentro da explosão demográfica no mundo encontra-se na América Latina (2,46) e a taxa de crescimento populacional do Brasil é superior à média de crescimento populacional da América Latina, (2,49).

Alguns poderiam argumentar: mas nossa população precisa crescer rapidamente para ocupar os vazios demográficos. Esta é uma questão que costuma ser colocada ao se falar de Política Populacional.

Durante vários séculos, a ocupação do território brasileiro foi preocupação, inicialmente, dos colonizadores portugueses, posteriormente, dos brasileiros.

Os colonizadores desejavam ocupar o território para evitar a invasão estrangeira, os saques na extensa costa, muito comuns naquela época.

Por volta de 1860 éramos cerca de 10 milhões de habitantes e enfrentamos a Guerra do Paraguai. Isso gerava o fortalecimento da mentalidade natalista, estimulada também pela economia que era sustentada na Monocultura com trabalho escravo. Havia, naquela época a mentalidade de que se deveria povoar para desenvolver e ocupar os vazios demográficos e garantir a segurança nacional. Abriram-se os portos para a migração externa, glorificava-se a família numerosa. Era uma política coerente, há 100 anos atrás.

Hoje a situação se modificou. A população multiplicou-se por 12. Estamos com 126,7 milhões de habitantes. Entretanto, o crescimento populacional não concorre para ocupar os vazios demográficos. A população aglomerou-se nas áreas urbanas, acompanhando uma tendência universal. Há 100 anos atrás, 2/3 da população encontrava-se na zona rural que, hoje, conta com, apenas, 30%. Na última década o fenômeno da urbanização se acelerou havendo um decréscimo não só percentual, mas também em números absolutos da população rural.

**TABELA**

**BRASIL — POPULAÇÃO URBANA E RURAL**

(em milhões)

INDEX

	POPULAÇÃO URBANA					POPULAÇÃO RURAL				
	1940	1950	1960	1970	1980	1940	1950	1960	1970	1980
	12	18	31	52	80	28	33	38	41	38

De 1940 para 1980, a população rural brasileira cresceu de 28 milhões para 38, aproximadamente 10 milhões, enquanto que a população urbana pulou de 12,8 milhões para 80, crescimento de 62 milhões em valores absolutos.

Este fato veio acompanhado de implicações de ordem sociológica. A família, que era considerada unidade de produção passou, na cidade, a ser unidade de consumo.

Com o êxodo rural, milhares de migrantes se aglomeraram nas periferias das grandes cidades, criando uma gigantesca demanda de serviços, de infra-estrutura urbana e de empregos, sem contar com qualificação para o trabalho. Esse contingente humano transforma-se, segundo o sociólogo Gilberto Freire, numa "população inchada" que não é urbana e nem rural, com a perda dos valores culturais do meio onde viviam e sem condições de assimilação a uma nova cultura, transformando-se numa população marginalizada, fator de tensão social.

Não procede a tese de que é necessário o crescimento rápido da população para ocupar espaços vazios. A China tem a maior população do globo (1.030 milhões de habitantes) que se concentrou no Leste, Sul e Centro-Oeste, encontrando-se, no Norte, espaços vazios.

O que faz ocupar vazios demográficos é a criação de pólos econômicos estratégicos, racionalmente planejados, o que requer elevados investimentos.

O Canadá, que é o 3º País do mundo em extensão territorial ocupou, ordenadamente, seu território com apenas, 25 milhões de habitantes: 1/5 da população brasileira. Mais uma vez fica evidente, a falta de consistência do argumento de que temos que continuar crescendo a taxas elevadas para ocupação do território.

A existência, hoje, no Planalto Central, de uma cidade como Brasília, polarizando no Distrito Federal, 1,4 milhão de habitantes que somados aos da Região geoeconómica do DF eleva-se a mais de 2 milhões, foi decorrência do polo de interesse econômico gerado pela construção da Capital, e não da motivação de grupos humanos em ocupar vazios demográficos.

E quanto ao aspecto sócio-econômico, indagariam muitos, e esse tem sido o lado mais polêmico da questão. Há quem pergunte: os pobres proliferam mais porque são pobres ou são pobres porque proleferam mais?

Os países mais desenvolvidos do mundo crescem a taxas entre 0,8 e 1,0% ao ano. Estados Unidos (0,8), União Soviética (0,9); os pobres crescem a taxas mais altas: Bangladesh, Bolívia, Nicarágua, inclusive o Brasil, crescem a taxas próximas de 3,0%.

No Brasil, as famílias de níveis de renda e cultura médias e mais elevados reproduzem menos do que aquelas de baixo de nível de renda e de cultura.

Não afirmo que haja causalidade, mas há uma correlação entre nível de renda e tamanho da prole; entre o nível de desenvolvimento e crescimento demográfico.

O Canadá, que já serviu de exemplo para evidenciar que a ocupação dos vazios demográficos não decorre do crescimento populacional, presta-se a evidenciar que o tamanho da população não é decisivo para o desenvolvimento econômico. O cidadão canadense desfruta da segunda renda per capita do Planeta e o Canadá, com 25 milhões de habitantes, está entre as 5 maiores economias do mundo.

A tese de que o crescimento acelerado da população faça crescer, na mesma medida, o mercado interno não procede. Se procedesse, a Índia, com 690 milhões de habitantes teria o mercado interno mais vigoroso que o dos Estados Unidos e da União Soviética. O poder de compra e de consumo de um cidadão americano é equivalente ao de trinta indianos. A Índia, com uma população três vezes maior que a dos EUA, tem um mercado interno dez vezes menor.

O mercado interno é fortalecido, sim, pela maior capacidade aquisitiva da população. Isso significa que o pleno emprego, bons salários e uma distribuição mais justa da renda nacional é que concorrem efetivamente para fortalecer o mercado interno, assim como outras medidas que venham alterar o fluxo dos investimentos econômicos.

Vamos tomar, agora, uma outra questão que tem sido levantada para defender um crescimento rápido das populações.

Alegações referentes à Segurança Nacional têm sido usadas, ainda hoje, como argumento de muitos para uma política natalista.

Há de se lembrar, entretanto, que a segurança é algo muito mais abrangente que a defesa e que passou a época

da luta corpo-a-corpo para defender-se das agressões do inimigo. Não estamos mais na época do sabre e da espada.

O Poder Militar, que responde mais diretamente pela Segurança Nacional, não pode ser avaliado, apenas, pelo seu efetivo. Há indicadores não mensuráveis que são de grande peso na capacidade da Força Militar como o Moral Militar, o grau de instrução, adestramento, capacidade do Alto Comando, grau de integração das Forças Armadas, assim como o apoio da opinião pública.

Na atualidade, a capacidade militar está na dependência direta do fator tecnológico; os equipamentos bélicos passaram a evoluir com crescente rapidez, beneficiando-se de novas tecnologias produzidas, graças às notáveis descobertas da ciência.

Exemplo do que afirmamos foi o conflito entre Israel e os países árabes nos anos de 1953/1966/1973. Israel, com efetivo militar muitas vezes menor, mas com homens altamente qualificados em combate, usando arsenal bélico e os recursos mais avançados da tecnologia armamentista, impôs fragorosa derrota aos adversários.

Por outro lado, a Segurança Nacional é muito mais abrangente que a idéia de defesa contra agressões estrangeiras e as razões de insegurança podem ser de ordem material, cultural e moral. Constitui motivo de insegurança nacional, por exemplo, a escassez de recursos, dificuldades financeiras, o desemprego, a ignorância.

Assim sendo, não há, no Brasil de hoje, razões para se defender uma política natalista por motivo de Segurança Nacional.

Eliminados os argumentos mais freqüentemente levantados em favor de uma política natalista, passemos a analisar o reverso da questão.

Os fatos demonstram que é chegada a hora de um reajuste na percepção política da questão populacional.

Assim como a todos parecia justo e ético de parte do Estado, há cem anos, estimular o povo a procriar para ocupar vazios demográficos, para aumentar os braços para o trabalho em favor do fortalecimento da economia nacional, para engrossar as fileiras do Exército para as épocas de guerra, hoje é também justo e ético que, modificada a realidade nacional, possa o Estado esclarecer ao povo sobre as novas necessidades que se desenham na conjuntura nacional, pois é dever do Estado zelar pelo bem-comum dos cidadãos.

Na atualidade, é preocupante o fato de 25 a 30 milhões de brasileiros encontrarem-se subempregados ou desempregados. Se por um lado a criação de novos empregos exige aplicação de vultosos investimentos econômicos, por outro atender as medidas de emergência como seguro-desemprego, bônus-alimentação e assistência às famílias dos desempregados exige dispêndio de elevadas somas de recursos.

Isso, no momento de recessão econômica, preocupa a todos: o desempregado e sua família, os empregados que temem perder o emprego, os empresários, o Governo, os políticos.

Preocupa-nos, como política, o fato de elevar-se, a cada ano, a demanda de emprego com 1,5 milhão de jovens cheios de necessidades, de esperança e com direito ao emprego, e dentre eles muitos vão encontrar as portas fechadas para o trabalho.

Preocupa-nos a dívida social, que é o acúmulo de carencias, o crescimento do número daqueles a quem faltam as condições mínimas de vida compatíveis com a dignidade humana. Isso se evidencia no setor da Educação.

Na condição de política e educadora, com militância de 15 anos, sinto-me à vontade para analisar os problemas da educação brasileira no contexto da questão demográfica.

O atendimento do nosso sistema educacional apresenta indicadores críticos. Em números absolutos, ele atingiu uma magnitude notável. As nossas escolas de 1º grau abrigam número de alunos equivalente ao dobro da população total do Brasil em 1882, ao total dos habitantes no início deste século. Nossa Sistema Educacional abriga, hoje, mais de 30 milhões de alunos, nos três graus de ensino. Entretanto, em números absolutos, temos mais analfabetos do que tínhamos há 70 anos atrás. Há no Brasil, segundo a FIBGE, 25 milhões de analfabetos com mais de 9 anos; cerca de 19,5 milhões acima de 15 anos. Isto realmente é uma situação de calamidade.

Na última 3ª-feira, um inquieto conferencista que passou 15 anos ausente do Brasil, entre a Bolívia, Cuba, Europa e Moscou, não sei se custeado pela Internacional Socialista, compareceu à Comissão de Educação desta Casa para levantar os problemas da Educação Brasileira.

Embora admire o interesse pelas questões educacionais, sinceramente não acredito que um título de ex-Ministro da Educação por 9 meses habilita alguém a se considerar educador. Eu faço distinção entre professor e educador, e acredito que, da mesma forma que um Lengruber não pode dar aula de medicina como médico, por mais interessado que esteja em resolver os problemas de saúde do País, assim também um etnólogo não poderia falar, como educador, dos problemas da educação nacionais.

O conferencista repetia um surrado chavão muito conhecido: "A educação brasileira é a vergonha nacional: metade das crianças matriculadas na 1ª série do 1º grau não conseguem passar para a 2ª série. Nossa sistema educacional é perverso".

Estas frases de efeito eram o ponto alto da exposição e chegavam a impressionar aos presentes. Claro, realmente a estatística é chocante.

Essa análise me faz lembrar a velha história do grupo de cegos que iam por uma estrada e ouviram um ruído da aproximação de um animal: diziam uns para os outros: trata-se de um animal enorme pelo ruído que produz ao se movimentar pelo solo. Aproximando-se do grande animal e de seu condutor os cegos pediram para tocá-lo. Um segurou a tromba, outro a pata, outro a orelha. Enfim, perguntaram ao condutor como se chamava aquele estranho animal. Disse-lhes ele: é um elefante. Os cegos seguiram seu caminho. O que tocou a tromba dizia: elefante se parece com uma palmeira; é cilíndrico e alto; o que tocou a tromba dizia: não, o elefante se parece com uma enorme serpente; o que tocou a orelha dizia: absolutamente, o elefante se parece com um enorme abano.

Ora, Senhoras e Senhores, quem analisa as estatísticas educacionais, isoladamente, sem compará-las com as estatísticas populacionais, quem estabelece paralelo entre o sistema educacional brasileiro com o da Bolívia, do Uruguai ou Paraguai, assemelha-se ao cego apalpando o elefante.

O número de estudantes que as escolas brasileiras abrigam equivale a toda a população da Bolívia (5,5 milhões), Paraguai (3,1 milhões), Uruguai (2,9 milhões), Nicarágua (2,7 milhões) e Cuba (9,7 milhões), juntos, e teríamos que somar ainda toda a população da Dinamarca (5,1 milhões).

A evasão escolar tem outras causas. A educação é um subsistema do grande sistema social. Ela se entrelaça com outras variáveis no campo social, entre as quais as condições sócio-econômicas do educando e de sua família; do seu meio social e das suas condições sócio-econômicas; a demanda de vagas, o crescimento da clientela, disponibilidade de recursos para atendimento da demanda.

Para cada 40 bebês que nascem, necessitamos de uma sala de aula na escola de 1º grau, outra na de 2º, meia na universidade, cerca de 8 professores nos três níveis de escolaridade, um leito hospitalar, oito casas populares, sem enumerar alimentos, vestuários, remédios, que lhes devem ser assegurados através de uma estrutura sócio-econômica organizada e estável.

Nos últimos 13 anos, nossa população cresceu 34 milhões de habitantes. E esse crescimento é maior nas áreas mais pobres.

Exemplo disso é a nossa cidade vizinha, a Ceilândia, que teve origem de Campanha de Erradicação das Invasões, daí o nome Ceilândia. No Distrito Federal, é a cidade cuja população apresenta o mais baixo nível de renda. Com 12 anos de existência, encontra-se com 300.000 habitantes e com a mais alta taxa de natalidade do mundo e o mais elevado índice de filhos por casal: 7 filhos por casal, sendo que a média brasileira é 4,3 e a média nos países desenvolvidos é menos de 2,0 (EUA — 1,7).

Agora, se nós virmos justamente onde está a população mais carente, de mais baixa renda, 7 filhos por casal, realmente é uma situação que nos preocupa.

Ninguém ignora que a primeira infância é decisiva na vida de todo ser humano. Nos primeiros 4 anos de vida ocorre a formação de mais de cinquenta por cento do

cérebro da criança, e células nervosas desse cérebro desempenham, direta ou indiretamente, as funções da memória, da inteligência, da emoção, do controle motor. O processo de desnutrição ou mesmo de subnutrição provoca lesões, diminuição ou enfraquecimento destas células, resultando em bloqueio no desenvolvimento mental, que se refletirá no social; daí as pobres crianças mutiladas mentais, que não aprendem, que não conseguem passar da 1ª para a 2ª série do 1º grau.

São essas crianças que não aprendem, porque, dentro do atual sistema, junto com as outras crianças, estão numa situação tremenda difícil. Elas estão numa desvantagem enorme, e não é só no Brasil que acontece isso.

Nós acompanhamos pesquisas, estatísticas, realizadas em países desenvolvidos. A repetição nos países desenvolvidos é sempre muito maior nas famílias mais numerosas.

E engana-se quem afirma que a mulher pobre tenha 7 ou 10 filhos pela sua livre opção e com pleno conhecimento de causa.

Ela os concebe, prejudicando sua saúde e a dos filhos também, por ignorância e por falta de acesso aos meios de controle de fertilidade. A burguesia e a classe média brasileira inserida na faixa de níveis mais elevados de renda e de cultura planejam sua família. Daí por que afirmo que perversidade é, sim, negar às camadas de baixa renda as informações, a orientação e os meios de planejarem sua família.

A análise da questão populacional implica, obviamente, o debate da natalidade. Como, durante vários séculos, a Igreja se posicionou favoravelmente a uma política natalista, coerente há cem anos com base no estudo bíblico — "Crescei e multiplicai-vos", tem sido comum arguir-se a posição da Igreja quanto à questão.

No Brasil, setores da CNBB e elementos do clero progressista têm dificultado decisões políticas no sentido de uma política populacional compatível com a realidade brasileira.

Através do jornal *O São Paulo* e declarações à grande imprensa, seus porta-vozes transmitem mensagem natalista e fazem patrulhamento da política populacional que o governo possa adotar. Afirmo isso com base em elementos concretos que aqui estão à disposição dos senhores.

Na França, após o término da Segunda Guerra Mundial, parte do clero católico pregava, através de "homilias" e pastorais" a necessidade do aumento populacional. A campanha natalista fundamentava-se na ordem bíblica: "Crescei e multiplicai-vos".

Na época, o filósofo e ensaista francês Emanuel Berlin, no seu livro "La Crise du Double Progrès" relatou uma extensa pesquisa que fizera, para conhecer melhor o estudo bíblico "Crescei e Multiplicai-vos" e concluiu: "Devemos desconfiar cautelosamente dessas doutrinas. Numerosos fatos as contradizem. Deus abençoe as famílias numerosas, mas não deu muitos filhos nem a Abraão nem a Isac, nem a Moisés ou Elias, muito menos aos apóstolos, entre eles o próprio Paulo. Também não os deu aos santos nem às santas mais festejadas. O mesmo aconteceu a outras figuras do mundo antigo: Sócrates parece que não deixou filhos, nem Péricles ou Alexandre, o Grande. César foi pai, apenas de um Cesário, de quem nem se fala. Marcos Aurélio, igualmente, não deixou descendência e, no mundo moderno, não se vêem descendentes de Dante, de Descartes, de Spinoza, Kant ou Nietszche." Pode o filósofo francês deduzir, finalmente, considerando que as mensagens bíblicas são reportadas através de linguagem figurada, aforismos, metáforas, que a expressão bíblica significa "Crescei" espiritualmente em direção a Deus e "multiplicai-vos" em amor, caridade e ações dignas.

Consultamos especialistas bíblicos que nos asseguram que tal expressão não pode servir-se de plataforma de política natalista, nem indicar que Deus possa desejar que o ser humano prolifere como moscas. Prova isso o fato de Maria, mãe de Jesus Cristo, segundo os ensinamentos da Igreja, foi mãe apenas uma vez.

E os franceses continuam filósofos. Um Padre francês Hubert Lepargneur que se encontra há 25 anos no Brasil, Teólogo especializado em Ética, professor durante mui-

tos anos no Convento Dominicano de Perdizes, em São Paulo, há vários anos devotado à assistência religiosa em hospitais e maternidades, em seu recente livro "Demografia, Ética e Igreja", interpreta a ordem bíblica "crescei e multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a" como uma obrigação implícita de dominar a terra de maneira humana. E dominar a terra, de maneira humana, para ele, é evitar a geração de mais cidadãos do que aqueles cujas necessidades essenciais possam ser providas. Diz ele: "É simples respeito pelo homem, pela vida dos vivos, não convidar mais hóspedes do que cabe na mesa, na casa ou na comunidade".

O Padre Lapargneur cobra da Igreja a admissão de que, tanto quanto ela própria, ao Estado cabe o direito de enfrentar o desafio demográfico. A demografia é uma questão que interessa ao bem comum da nação. Ora, um preceito da Igreja diz exatamente que cabe ao Estado cuidar do bem comum da nação. Assim, o planejamento familiar é um direito do bem comum da nação. Assim, o planejamento familiar é um direito do casal e do Estado, em nome do bem comum e do respeito à vida, deve colocar à disposição das classes inferiorizadas as informações e os meios com os quais possam controlar a natalidade.

O Padre Lapargneur afirma, ainda, suspeitar que posições natalistas da Igreja na Polônia e na Irlanda, na época do Papa Paulo VI, visavam assegurar a superioridade numérica dos católicos sobre os protestantes ou comunistas. E acrescenta ele que "uma Igreja incapaz de converter adultos não é capaz de reter os filhos que nela nasçam."

Na Carta Encíclica *Populorum Progressio*, divulgada em 1967, o Papa Paulo VI, reconhecendo a gravidade do problema da explosão demográfica que ocorre nos dias de hoje, admitiu que os governos podem intervir na questão de maneira moderada.

"É bem verdade que um crescimento demográfico acelerado vem, com demasiada freqüência, trazer novas dificuldades ao problema do desenvolvimento: o volume da população aumenta muito mais rapidamente que os recursos disponíveis, e cria-se uma situação que parece não ter saída. Surge por isso a grande tentação de refrear o crescimento demográfico por meios radicais. É certo que os poderes públicos, nos limites de sua competência, podem intervir, promovendo uma informação apropriada e tomando medidas aptas, contando que sejam conforme as exigências da lei moral e respeitem a justa liberdade dos cônjuges.

A igreja defende a paternidade responsável. Paternidade responsável implica em ter o número de filhos no espaçamento considerado ideal, para os pais e pela ciência, ter o número de filhos que possa criar e educar com dignidade e, depois de nascidos, assumir as obrigações decorrentes da paternidade.

Ora, determinar o número e espaçamento entre os filhos é direito do casal; a Igreja o reconhece. Isso só se faz com conhecimento e utilização de métodos anticoncepcionais, isso é planejamento familiar. A classe média, a população de maior renda, e melhor nível cultural, hoje, no Brasil planeja sua família. A Igreja aprova o Planejamento Familiar da burguesia e da classe média que já o pratica há mais de 20 anos. Não vejo por que alguns setores da CNBB queiram negar às camadas da população de baixa renda os benefícios do planejamento familiar. O envolvimento nesta questão só pode ser de caráter político. E aí, senhores, eu lhes afirmo: cada macaco no seu galho. Quem quiser fazer política, que se inscreve em um partido, vá para a praça pública disputar os votos do povo.

Senhoras e Senhores, nesta fase da exposição não há como ignorar a questão dos métodos anticoncepcionais — porque se eu os omitisse, haveria naturalmente quem viesse questionar. É uma questão que gera polêmica entre o casal e até no âmbito da Igreja que recomenda o método natural e o antigo método da tabelinha.

Dizia uma professora, muito religiosa lá do meu Estado de Minas Gerais: tenho 9 filhos; os dois primeiros eu e meu marido pedimos a Deus. Os outros sete são furos da tabelinha. Vejam os senhores que há mais de vinte anos a mulher vem às voltas com o problema: hoje pode, o marido não chega, hoje não pode, chega o marido depois de assistir uma animada partida do Flamengo e to-

mar uma cerveja e quer comemorar. Claro que não respeita a tabela, não vai se lembrar se a vagina da mulher está seca (como preceitua o método natural) e comemora a vitória do Flamengo. Acaba saindo mais um gol.

No dia seguinte: o pesadelo; o mês inteiro de expectativa — veio não veio, não vem, faz o aborto, não faz. Bem, os senhores devem saber por culpa da tabelinha muita gravidez indesejada aconteceu, muita gravidez de risco, já houve brigas e separações de casais, elevação de taxas de mortalidade infantil e muitos abortos provocados que foram, no final, prejudicar a saúde da mulher e onerar as contas do INAMPS, como foi analisado pelo 1º expositor dessa CPI.

O método anticoncepcional mais indicado, no meu entender, é, em primeiro lugar o que a mulher venha escolher, e que o casal aprove. Evidentemente seguindo orientação médica. É claro que o casal deve ser amplamente esclarecido antes de qualquer decisão.

Voltando ao Pe. Lapargneur, que critica as esquerdas cristãs da América Latina por repetirem o argumento: "Tudo quanto se opõe ao natalismo das massas latino-americanas serve ao imperialismo das multinacionais que receiam que essas massas tomem conta das nações mas desenvolvidos, começando pelos Estados Unidos". Será que essas massas desejam tantos filhos? Não é um desrespeito à vida, estimular uma explosão de nascimentos para servir de fermento para tensões sociais a acabar como tantos jovens na Nicarágua, em El Salvador, como um molambo de pele e ossos numa vala improvisada? Sou pela reforma social. Sou pela justa distribuição da renda, mas não acredito que a solução para acabar com a pobreza seja simplesmente redistribuir a renda ou acabar com os ricos. Eu pergunto: que renda? A dos muito ricos que existem no Brasil? Pelo que sei eles são poucos. Mas vamos supor que fôssemos tomar o dinheiro desses poucos ricos e dar aos pobres. Isso foi feito na Índia confiscando as fortunas dos marajás; o mesmo, na China, quando o regime comunista acabou com os mandarins. Ambos os países continuaram pobres e nesses dois países praticava-se o mais rigoroso controle da natalidade que se conhece no mundo.

Mais uma vez lhes afirmo: Sou favorável à justa distribuição da renda, mas sou favorável e defendo para o Brasil o Planejamento Familiar. A mulher brasileira quer planejar a família.

As esquerdas, às vezes, costumam ter outro tipo de alegação para justificar uma política natalista. Mais uma vez eu quero deixar claro que nós somos favoráveis à elevação do nível de vida dos brasileiros, nós somos favoráveis à melhoria de vida de toda a população, à justa distribuição da renda, nós somos favoráveis a tudo aquilo que resulte em benefício à população brasileira mas somos favoráveis, também, à implantação pelo Governo de um programa de planejamento familiar.

Srs e Srs, estamos finalizando esta exposição sobre as implicações sócio-econômicas do crescimento populacional no Brasil. Antes de apresentar algumas sugestões quero realçar que Planejamento Familiar é um direito humano básico; é o exercício da paternidade responsável. Dele faz parte a utilização voluntária, e com pleno conhecimento de causa, dos meios necessários à planificação do número de filhos e espaçamento entre uma geração e outra.

O Planejamento Familiar não é nenhuma idéia nova: na atualidade brasileira os casais da burguesia e da classe média já planejam a família. É rotina, entre as mulheres tomarem pílula, colocarem DIU e fazerem laqueadura de trompas depois do 2º, 3º ou 4º filho. As clínicas particulares atendem as interessadas para esse tipo de assistência médica.

O que nós queremos é que os casais de baixa renda (operários e camponeses) tenham acesso a esse benefício; e que seja respeitada a decisão do casal, principalmente da mulher, que deve ter pleno conhecimento de causa e receber a assistência médica que for necessária.

Pará que o Planejamento Familiar em nosso País seja um programa democrático, instrumento de promoção social e da saúde da mulher, de amparo à infância e proteção à família; para que o Planejamento Familiar concorra para o bem-comum, colocamos alguns pontos que consideramos de vital importância para sua implantação.

1 — Há necessidade de formação de uma atitude consciente coletiva, no Brasil, frente ao fenômeno da repro-

dução humana que, em nível de casal se traduz na paternidade responsável.

2 — O Planejamento da prole é um direito humano básico e a decisão cabe ao casal que deve estar amplamente esclarecido com relação às obrigações decorrentes da paternidade, do mecanismo da reprodução humana e dos métodos de controle da fertilidade e das implicações da natalidade no âmbito da família e da sociedade.

3 — Cabe ao Estado proporcionar ampla informação no sentido da formação da mentalidade da reprodução responsável, da paternidade responsável, do mecanismo da reprodução humana, do controle da fertilidade, e das implicações da natalidade no âmbito da família e da sociedade, assim como proporcionar os meios que possam ser solicitados por casais de recursos reduzidos para controle da fertilidade.

4 — Diante disso, uma ação nesse sentido, transcende o âmbito do Ministério da Saúde. Há necessidade de um órgão subordinado à Presidência da República que coordene os esforços conjuntos dos Ministérios da Saúde, Educação, Justiça, Trabalho e Previdência Social.

Acredito, como Política e Educadora, no grande e importante papel da Educação que poderá prestar inestimável serviço à nação brasileira, no alcance deste objetivo.

Por tudo isso, senhoras e senhores, é um dever cívico de todo cidadão consciente deste País, independente de partido político, matiz ideológico, credo religioso ou condição social apoiar um Programa de Planejamento Familiar no Brasil. Acredito que o Planejamento Familiar beneficiará a todos, principalmente, a população de baixa renda. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Senadora Eunice Michiles, V. Exª deseja fazer alguma consideração sobre a exposição da Profª Ana Maria Mendonça?

A SRA. EUNICE MICHILES — Sr. Presidente, desejo fazer apenas uma consideração à Profª Ana Maria Mendonça. Antes, porém, desejo parabenizá-la pela brilhante exposição que fez.

Mas, apenas quero dizer que me parece absolutamente clara, cristalina a necessidade urgente da implantação de um programa de planejamento familiar no País. Acho que está faltando um pouco, talvez, de cívismo, porque é um programa que não traria, vamos dizer, resultados imediatos, não traria uma promoção política imediata e, lamentavelmente, nós políticos não podemos nos afastar da situação de termos sempre o nosso eleitor abastecido do serviço que nós precisamos prestar.

Então, eu lhe pergunto: o que nós poderemos fazer, porque, na verdade, um programa desse nível, dessa qualidade, seria um investimento maior também nos recursos humanos, seria investir no povo e, por isso mesmo, não haveria um retorno político muito rápido. Era esta a consideração que eu gostaria de fazer e também perguntar o seguinte: nós sabemos que um programa desse nível tem o seu resultado ótimo, de certo modo, a longo prazo.

Mas, existem alguns resultados, que seriam mais rápidos. V. Exª poderia expor alguma coisa que poderia vir assim, a médio ou a curto prazo, num programa desse nível, dessa qualidade.

A SRA. ANA MARIA MENDONÇA — Senadora Eunice Michiles, agradeço pelas suas colocações e quero inclusive aqui, mais uma vez, reafirmar a nossa posição, que já foi dita, há uma semana atrás, em apoio àquela sua proposição, no sentido da criação desse programa de planejamento familiar. Eu tenho que cumprimentá-la, Senadora, por essa iniciativa, por essa atitude corajosa, por essa atitude em defesa da mulher brasileira, que realmente repercutiu muito favoravelmente, porque a mulher brasileira quer planejar a família. Mas, sobre os benefícios mais imediatos, é como disse, os benefícios virão, a curto prazo alguns, e a mais longo prazo, outros. A curto prazo, evidentemente, nós teremos um benefício para a mulher, teremos a redução do número de abortos clandestinos, porque hoje já se calculou em cerca de 75 mil abortos clandestinos no País. O aborto é o resultado de uma gravidez indesejável. Eu considero que isso, pelo lado da mulher, é uma das primeiras vantagens de um programa de planejamento familiar, que venha a esclarecer a todos, em termo de conhecimento do corpo, conhecimento da sexualidade, como usar o próprio corpo, e

também, de colocar à disposição dessas pessoas, os meios para controlar a fertilidade. Eu acho que o maior benefício que nós temos para a mulher é diminuir este pesadelo de ter que fazer um aborto, que é uma coisa dolorosa, com implicações em termos criminais.

Por outro lado, há os problemas para a saúde da própria mulher, da maneira como têm sido feitos os abortos. De forma que eu considero, como primeiro benefício de um programa de planejamento familiar, a redução do número de abortos, e isso vai beneficiar diretamente à mulher. Agora, existem outros benefícios que advirão; evidentemente, as camadas da população que querem apenas dois ou três filhos, logo no ano seguinte, já terão a oportunidade de evitar um novo nascimento, que, nesse momento, para aquela família, não era conveniente, o próprio casal não queria mais um filho. Então, isso vai reduzir, naturalmente, em gastos da própria família, que teria que dividir mais ainda sua renda pequena. E, em termos econômicos isso reflete no melhor atendimento hospitalar à gestante. É uma economia, porque o aborto clandestino acaba indo para rede pública, e, a mulher é assistida na rede pública hospitalar.

Como eu sabia que teria que fazer essa exposição hoje, eu fiz questão de ver mais uma vez — eu tenho visto isto frequentemente — mas fiz questão de, nessa semana, ir à Ceilândia, ir lá, ir à maternidade da Ceilândia olhar, visitar, conversar com aquelas mulheres que estavam ali. Passei uma hora na maternidade nova que foi inaugurada na Ceilândia. Em uma hora, isso foi na sexta-feira, entraram vinte gestantes para dar à luz, e conversando com a Primeira Dama do Distrito Federal, Dona Zeny Ornelas, ela informou-me que, há poucos dias atrás, estava muitíssimo satisfeita, porque inauguraram uma creche nova na Ceilândia. Estavam felizes, porque aquela creche iria acolher um número razoável de crianças. No dia seguinte, o Secretário de Saúde telefonou para Dona Zeny, informando-a de que a capacidade da creche já tinha sido ocupada, porque, em vinte quatro horas, nasceram quarenta crianças. A média tem sido vinte e quatro crianças em vinte quatro horas, mas nesse dia acho que ficaram muito satisfeita por causa da creche, nasceram mais.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Mais alguma consideração, Senadora? Senador Claudionor Roriz, deseja fazer alguma pergunta ou consideração sobre...?

O SR. CLAUDIONOR RORIZ — Estamos acompanhando as exposições nesta Comissão, e cada pronunciamento está me deixando um vazio, talvez porque a área deste vazio não tenha sido chegado aqui ainda, mas eu pergunto à companheira Ana Maria, se ela tem conhecimento de, ao lado do planejamento familiar proposto, se existe uma conscientização do plano econômico, para que se mude também a filosofia, para que se também tenha um planejamento em cima desse pequeno de que tanto falam aqui, desse mais necessitado, a respeito de salários. Quer dizer, se o problema social, financeiro, econômico estaria também dando os seus passos largos ao lado do planejamento familiar específico, como dos fatores de controle de demografia. Eu queria perguntar à nobre depoente, se ela tem conhecimento, também, de uma conscientização do plano econômico do País, para que acompanhe esse planejamento familiar.

A SR. ANA MARIA MENDONÇA — Nobre Senador, nós partilhamos também com V. Exª da preocupação de que haja realmente este interesse efetivo e de que haja ações concretas, e de que também essa variável seja acrescentada no planejamento global. Eu considero que o planejamento global envolve uma série de variáveis. O lado econômico, evidentemente, é de grande importância. Nós consideramos que o planejamento familiar é parte de um grande plano de Governo, que naturalmente terá que se voltar para todos os aspectos, para todas as variáveis que dizem respeito à política nacional e ao bem comum do brasileiro. Esse é o meu pensamento e eu somo com V. Exª, Senador, no sentido de que realmente essa parcela de contribuição, que nós estamos querendo dar no campo do planejamento familiar, também seja oferecida, que também seja levado aos órgãos políticos de decisão uma política econômica que venha realmente beneficiar os mais carentes.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Mais alguma consideração, nobre Senador?

O SR. CLAUDIONOR RORIZ — Eu queria só perguntar, particularizando essa parte aí, nós não estamos criando uma imagem de que o planejamento familiar estaria como um apêndice do plano econômico?

A SR. ANA MARIA MENDONÇA — Eu acredito que está inserido dentro de um planejamento global. Se há esta preocupação manifesta em vários setores políticos, no sentido de adotar o planejamento familiar, Senador, já faz parte de um planejamento econômico para beneficiar essa população de baixa renda.

O SR. CLAUDIONOR RORIZ — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Mais alguma pergunta, nobre Senador? (Pausa.)

Com a palavra o nobre Senador Almir Pinto, Relator da Comissão.

O SR. ALMIR PINTO — Dona Ana Maria, eu desejo adiantar aqui os meus parabéns, pela brilhante conferência que a Srª fez, fornecendo excelentes subsídios ao relatório que teremos que traçar ao final dos depoimentos prestados a essa Comissão. Quando eu via V. Exª traçar sua exposição, teve um momento que eu até pensei que V. Exª teria feito a Escola Superior de Guerra, porque falou com tanta precisão sobre o problema da Segurança Nacional, a importância para a Segurança Nacional o aumento populacional do Brasil. Citou Israel, o seu preparo bélico e sua inteligência e o que ele fez em relação a aqueles países mais populosos contra os quais venceu sempre as guerras e até a Guerra dos Oito Dias. V. Exª apontou o problema da população e o espaço territorial, depois falou sobre o polo econômico, dando a entender que não se pode haver população grande ou pequena sem um polo econômico desenvolvido. É natural. Também abordou o aspecto sócio-econômico. Depois tocou num ponto muito polêmico que foi o "Crescei e multiplicai-vos" da Bíblia. Crescei para Deus e multiplicai-vos nas virtudes. Até recordo-me que as virtudes representam muito na nossa vida, senão tudo. Conheço uma história ouvida na minha infância e na minha juventude. Depois do dilúvio, houve uma grande festa no céu. Compareceram todas as virtudes, a bondade, a humildade, a simplicidade e a gratidão. Enquanto todas as virtudes se divertiam, ali no canto estava a gratidão. Finalmente, ao terminar a festa uma das virtudes dirigiu-se à gratidão. Foi exatamente aquela virtude do dar, do fazer em benefício dos outros, da bondade. Então, ela disse: "gratidão, estou achando uma coisa esquisita, enquanto todas nós nos divertimos, você está aí num canto, não participou da nossa festa. Por que você não vem conosco brincar neste lazer, após o dilúvio?". A gratidão levantou-se e deu a mão à bondade. Então, dizem que talvez tenha sido a única vez que a gratidão agradeceu.

É muito difícil o agradecimento.

Mais uma vez quero parabenizar V. Exª e irei mirar o máximo possível no seu trabalho ao elaborar o relatório, no que concerne ao problema familiar e àquele pensamento há pouco abordado no plenário do Senado pela Senhora Eunice Michiles.

V. Sª falou que precisamos de uma política oficial de planejamento.

Acho que o Governo está muito interessado nisso. Ele está esperando o pronunciamento desta Comissão. Tenho quase certeza de que o Governo espera o relatório.

Sinto cansaço pelo peso em meus ombros de ter que oferecer o relatório desta Comissão, mas espero que possa, em alguma coisa, ajudar o plano oficial do Governo no sentido de traçar para o Brasil uma política de planejamento familiar.

Irei devagar, mas sinto que posso colher muita coisa do seu depoimento para o nosso relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Professora Ana Maria Mendonça,

Gostaria V. Sª de usar da palavra?

A SRA. ANA MARIA MENDONÇA — Não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Antes de encerrar a parte de depoimento da Profª Ana Maria, queria fazer duas perguntas objetivas.

V. Sª demonstrou no seu depoimento que é partidária do planejamento familiar. V. Sª dá prioridade a uma ação imediata pelo meio da ação medicamentosa e cirúrgica, como um freio limitador da proliferação, ou prioridade à educação intensiva e ostensiva, propondo às autoridades e à União recursos substanciais para educar as populações, no sentido de que elas sejam as mentoras de suas próprias limitações familiares?

A SRA. ANA MARIA MENDONÇA — Eminent Senador, agradeço muito essa sua colocação, por mais, às vezes, que coloquemos a nossa posição, normalmente pode prevalecer alguma dúvida.

Penso lhe afirmar que vejo o planejamento familiar não como freio que se coloca principalmente para a população mais carente, para que ela não tenha mais filhos. Vejo no planejamento familiar a abertura para o exercício de um direito humano básico, por sinal já incorporado à Carta das Nações Unidas. Vejo no planejamento familiar principalmente o sentido de democratizar os meios de controle de fertilidade para aquela mulher mais necessitada, porque, na verdade, os problemas acabam caindo sobre a mulher, para que ela possa planejar melhor a sua família. Quanto ao problema da prioridade, se dou prioridade à assistência médica, fornecendo os meios, ou se dou preferência à educação, o que posso dizer é o seguinte: educar e conscientizar, colocar a pessoa naquela expectativa, naquele desejo de planejar a família, e negar a essa pessoa os meios, isso é cruel. Então, sou favorável que se proceda à informação, à educação, mas que se dê também os meios. Não sou daquela opinião que só o espírito é válido e que o corpo merece menos atenção. Acho que temos que cuidar do espírito, mas também temos que cuidar do corpo, porque a condição do corpo também reflete no espírito. Acho que ambos devem ser tratados com igual respeito. Um programa que venha beneficiar tanto a educação quanto a oferta de meios e métodos para o controle da fertilidade.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Só para concluir a minha colocação. Então a Professora acha que são ainda alocados muito poucos recursos para a educação da nossa população?

A SRA. ANA MARIA MENDONÇA — Eminent Senador, como educadora sou uma defensora da educação para todos e, para educar a todos, necessitamos de mais recursos.

O SR. CLAUDIONOR RORIZ — Queria mais uma vez voltar ao enfoque: se damos a educação, se damos a comunicação, precisamos dar os recursos. Então, volto àquela parte: salários condignos para as pequenas populações.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Uma pergunta à educadora já fiz, agora vou fazer a pergunta à mulher. Sabe-se que nos Estados Unidos, atualmente, existem mais de 8 milhões de homens vasectomizados, usando, entre os vários métodos, esse método para a limitação da família. A nobre depoente, como mulher, acha que tanto a mulher como o homem devem se submeter a intervenções cirúrgicas, quando o casal assim resolve usar esse método para limitação de filhos, ou acha que o homem como a mulher contribuem já com a sua matriz e o aleitamento e todos os encargos da maternidade, acha que o homem deveria dar esse sacrifício, quando a família resolve fazer uma limitação definitiva da prole? É pela vasectomia ou pela laqueadura?

A SRA. ANA MARIA MENDONÇA — Eminent Senador, nós entramos numa área que a decisão é única e exclusivamente daquele que vai receber no próprio corpo qualquer tipo de interferência, que a ciência coloca à disposição no sentido de controle da fertilidade. Aí eu me permito parar e dizer: A decisão é livre, da mulher ou do homem, isto é um direito que cada um tem à liberdade de escolher, desde que seja preparado, que esteja esclarecido, que esteja antecipadamente com todas as informações necessárias para a tomada dessa decisão.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — Eu agradeço à Profª Ana Maria o depoimento que acaba de nos fazer, e quero, como Presidente da Comissão, parabenizá-la porque o seu depoimento não foi um simples depoimento, uma simples resposta a questões, foi uma verdadeira conferência, que nós acolhemos e que servirá de subsídio valioso para a conclusão a que a Comissão chegará sobre o assunto.

**A SRA. ANA MARIA MENDONÇA** — Muito obrigado, Senador, muito obrigada, Senhores, por terem me ouvido.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — Então, temos cinco minutos de descanso para passar à segunda parte e ouvir o depoimento do Deputado Oscar Alves.

(A reunião foi suspensa por 5 minutos.)

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — Está reiniciada a reunião.

Concedo a palavra ao Deputado Oscar Alves, ex-Secretário da Saúde do Estado do Paraná, Doutor em Ginecologia e Obstetrícia. Antes que o depoente faça sua exposição, peço que faça o juramento de praxe.

**O SR. OSCAR ALVES** — Juro, como devere de consciência, dizer toda a verdade — nada omitindo do que seja do meu conhecimento — sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — Concedo a palavra, então, ao nobre Deputado Oscar Alves, para expor os seus pontos de vista.

**O SR. OSCAR ALVES** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs e Srs, em primeiro lugar quero agradecer a oportunidade que me dá esta Comissão, que está desempenhando um papel de alta relevância para o desenvolvimento não só no campo da saúde e bem-estar social, mas também no campo sócio-econômico e sócio-cultural desse País, marcando como uma estaca na história do Brasil uma posição e um momento muito importante, para que realmente se definam as diretrizes para uma política nacional de família e de desenvolvimento.

Ao receber esse convite, fiquei muito satisfeito em poder aqui apresentar uma modesta experiência que realizamos no Estado do Paraná, quando Secretário de Saúde e Bem-Estar Social daquele Estado, e é com essa intenção que aqui estamos para apresentar aquela pequena experiência.

Como médico e ginecologista obstetra, procuramos nos dedicar, durante muitos anos, desde a nossa formação profissional em 1965, a estudar a reprodução humana. E sob o aspecto médico, sempre nos ficou uma interrogação: a Medicina se desenvolveu muito, e com as características da Medicina, a reprodução humana teve, um grande avanço.

Entretanto no campo social-político esse avanço não correspondeu na mesma proporção. Daí a grande inquietação, especialmente daqueles que se dedicavam e se dedicam ao Ministério nas faculdades de Medicina. E esta inquietação levou ao surgimento no Brasil de uma instituição, que eu quero aqui deixar, logo de início, o meu louvor pelo pioneirismo que essa instituição desenvolveu no Brasil, que é a BENFAM. Esta sociedade, fundada por professores universitários, que hoje tem em muitos setores alguns preconceitos, especialmente por aqueles que desconhecem as suas atividades, mas sem dúvida prestou relevantes serviços neste campo em que estamos tratando aqui hoje nesta Comissão.

Depois de ser Professor de Ginecologia e Obstetrícia na Universidade Federal de Londrina, onde tive o privilégio de ser Reitor, fui ser Secretário de Saúde, no ano de 1979, no Governo Ney Braga. E não foi muito difícil nesse Governo realizar o nosso trabalho, porque qualquer ação administrativo-governamental se torna mais gratificante quando as diretrizes de um Governo privilegiam a área onde o trabalho da gente se desenvolve. E foi o caso. No Paraná nunca a saúde e a educação haviam tido tanto empenho de um governo nestes setores como no Governo de Ney Braga.

Para citar apenas alguns dados, no campo da saúde, o Orçamento do Estado não privilegia mais do que 2,7%

do Orçamento geral do Estado para essa área de saúde e bem-estar social. No campo da educação não passava de 19%. No Governo, em que eu tive o privilégio de servir durante 3 anos, a educação passou a ter 26% do Orçamento geral do Estado e a saúde e bem-estar social chegou a quase 5%.

Portanto, não foi muito difícil, quando as diretrizes daquele Governo eram: primeira diretriz, o aumento real da renda pessoal, levada através de mais oferta de emprego, mais oferta de serviços gratuitos e poupança com isso os parcos recursos do salário de grande parte da população trabalhadora. Também outra diretriz importante do Governo foi levar, difundir e incrementar o bem-estar social, isto é, levar o bem-estar ao homem do Paraná, onde ele se encontrava; não só na sede das grandes cidades mas nas pequenas e no interior dos municípios, nos distritos e povoados.

Foi dentro dessas duas diretrizes básicas que procuramos dar ênfase ao trabalho de saúde e bem-estar social daquele Estado. E realizamos um trabalho que tem muita relação com o planejamento familiar, porque entendemos que planejamento familiar, que muitos ainda têm em não querer entender e diferenciar do controle da natalidade, uns por falta de formação e outros por má fé, persistindo a confusão na opinião pública.

Por isso, faço questão de repetir que é muito importante começarmos qualquer abordagem deste assunto, diferenciando o controle da natalidade do planejamento familiar. O controle da natalidade é a imposição pelo Estado, através de meios diretos e indiretos, de métodos que controlam a natalidade, limitando o nascimento de filhos a um número pré-determinado, e com isto, impedindo a família, as pessoas e os casais de se decidirem livremente.

A exemplo de tantos países do mundo como a China, a Rússia, Cuba, a Índia e outros países que, efetivamente, impuseram pelo Estado essa política, o planejamento familiar, ao contrário, torna efetivo o que muitas Encíclicas Papais chamaram de paternidade responsável. Paternidade responsável é aquela que, ao desejar um filho, o casal planeja e decide quando e como ter este filho, para poder dar a ele não só a educação mas um teto, alimentação adequada e toda assistência, para que ele possa se desenvolver com dignidade no seio daquela família e daquela comunidade.

Então o direito de nascer e o direito de sobreviver em condições dignas, decidido pelo casal, é a paternidade responsável, e quando transformada num programa, num projeto, dentro de um planejamento maior e global, nós chamamos de planejamento familiar. Essa diferenciação é muito importante. E a programação que elaboramos para a Secretaria de Saúde e Bem-Estar do Paraná levou em conta que a população daquele Estado, quando assumimos a Secretaria, não tinha no setor de imunização nem sequer 40% da cobertura vacinal das crianças menores de 5 anos de idade.

O saneamento, com exceção das grandes e médias cidades, praticamente inexiste. O acesso da população rural e das pequenas cidades ao saneamento e à água encanada era precário. Com relação à nutrição, embora seja um Estado localizado na Região Sul conhecido pela sua riqueza na produção agropecuária há um grande contingente da população marginalizada. Esse contingente, os chamados bôias-frias, que são em número de quase 800 mil, vivem na zona rural e também nas médias e grandes cidades principalmente na periferia dessas grandes cidades. Essas famílias marginalizadas dentro desta perspectiva pouco felizes, não só de acesso ao trabalho, ao teto, mas sobretudo, como consequência a subnutrição, nós procuramos implantar esses programas com prioridade para a assistência materno-infantil, porque o setor mais vulnerável da população, sem dúvida, é a mãe gestante, vulnerável biologicamente, vulnerável sociologicamente e psicologicamente. Por isso a mãe gestante precisa ter um apoio especial.

A seguir nossa preocupação se estendeu à mãe nutriz, depois à criança nos seus primeiros anos de vida até a idade escolar, porque, a criança na idade escolar, embora deficiente no sistema escolar, ela tem o melhor amparo, portanto, é o segmento da população com melhor assistência.

Vem, a seguir, o segmento dos adolescentes. Então, procurando levar toda a programação para esses segmentos mais vulneráveis, é que elaboramos o programa

materno-infantil, dando ênfase ao combate, à prevenção às doenças infecto-contagiosas. Aí, surgiu, no Paraná, a primeira denúncia contra a epidemia de paralisia infantil que existia lá, mas que o Ministério da Saúde havia configurado há um ano em Manaus, em São Luís do Maranhão, em Maceió, em Vitória, no Espírito Santo; e essa epidemia foi descendendo até chegar a Santa Catarina e Paraná, e o Brasil não havia tomado nenhuma atitude eficaz contra essa epidemia. E foi no dia 27 de dezembro de 1979 que tive a oportunidade de denunciar esse fato à Nação brasileira, através do "Jornal Nacional", e convocamos, a seguir, o Professor Sabin a ir ao Paraná nos ajudar a elaborar um programa urgente de combate a essa enfermidade. O Dr. Sabin respondeu que só viria a convite do Governo Federal. E, assim foi feito, e o programa se desenvolveu em janeiro de 1980, no Estado do Paraná e no dia 29 de março, com uma campanha maciça de vacinação antipólio, foi aplicada essa metodologia em todo o Brasil e hoje, praticamente, reduzimos a números insignificantes essa moléstia. Não só a poliomielite, mas o sarpo, o tétano, a difteria, a coqueluche, teve uma ênfase muito grande de combate.

Também estimulamos o aleitamento materno, porque é muito conhecido o fato de que as mães, ao procurar aumentar sua renda familiar e trabalhar, desmamam precocemente os seus filhos; outras, por influência de costumes e hábitos e outras, pelas facilidades, ainda, do fornecimento de leite *in natura* e em pó e por falta de uma conscientização, de uma educação melhor em saúde, de qualquer forma, esse desvio, aumenta as diarréias, e, consequentemente, a mortalidade infantil.

Procuramos, também, desenvolver em todos os municípios do Estado do Paraná um programa de nutrição, especialmente, com compostos de proteína texturizada de soja e composto lácteo misturado leite em pó e leite de soja, para baixar o custo sem perder a qualidade nutricional do produto; levamos às crianças acima de 6 meses e dois anos e às gestantes e nutrizes.

Implantamos, ainda dentro do programa de nutrição, um programa de saúde escolar, ligando a escola, procurando aproximar as famílias dos escolares, não só assistindo o escolar, mas também os irmãos e os familiares dos escolares, promovendo a implantação de hortas caseiras, escolares e comunitárias, milhares delas. E no campo do saneamento, implantamos privadas nas escolas e microssistema de abastecimento de águas em centenas de pequenas localidades, levando água encanada, um programa que a Companhia de Saneamento do Estado não realizava, porque atender a populações com mais de mil habitantes e populações com menos de mil habitantes ficou a cargo da nossa Secretaria, por proposta nossa, e assim, implantamos uma rede com mais de uma e meia centena de microssistema de abastecimento de água.

Dentro deste enfoque ainda treinamos, praticamente, todos os funcionários da rede de Postos de Saúde, postos esses que foram incrementados, não só na sede, dos municípios, mas também no seu interior em mais de uma centena desses postos, facilitando o acesso das populações em convênio com as Prefeituras Municipais.

No treinamento de pessoal, procuramos dar um treinamento integrado e foi aí que, juntamente com a BENFAM, elaboramos um convênio de assistência à educação familiar; foi assim que se chamou o convênio com a BENFAM — Secretaria Estadual de Saúde e Bem-Estar Social e Educação Familiar. E com o enfoque prioritário de educação familiar, levamos atividades de planejamento familiar para dentro do programa materno-infantil. E formamos, então, uma equipe de 32 educadoras em saúde, recrutadas dentre, pedagogas, e profissionais licenciadas em educação, e treinamos essas educadoras, e colocamos em todas as 20 equipes de saúde regionais e também nos principais centros de saúde do Estado, sede dessas equipes regionais. Então, foi através dessas profissionais que elaboramos um trabalho, que consideramos inédito no Brasil, porque teve um enfoque principal de educação familiar dentro da atividade do programa materno-infantil.

É lógico que, ao elaborarmos o convênio com a BENFAM, procuramos também fazer com que a Secretaria, como instituição, assumisse a atividade e o programa de educação familiar, diferente de alguns Estados, onde a própria BENFAM desenvolvia, paralelamente, embora conveniada com as Secretarias de Saúde daqueles Estados. Então, a cláusula primeira do nosso convênio previa

a finalidade de um programa de educação familiar, que visava colaborar com o pleno desenvolvimento comunitário, enfatizando o planejamento familiar, a paternidade responsável, a situação do menor abandonado, a prevenção do aborto provocado e problemas concernentes à nutrição e saúde, propiciando apoio às ações básicas de saúde, e ainda, objetivando a conscientizar a comunidade sobre os direitos humanos fundamentais, o *status* da mulher, a família moderna, o problema da gravidez indesejada, bem como os preceitos éticos que regem uma família bem organizada, pretendendo atingir esses objetivos através de uma orientação, ações educativas informativas e de promoção médica, voltadas principalmente para o grupo materno-infantil, oferecendo também serviços complementares.

Cabia à Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, instituição vinculada à Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social do Paraná, a execução dessas atividades, com a assistência técnica e financeira no campo e na ação do planejamento familiar da BENFAM.

Dessa forma, procuramos então elaborar um programa que procurava atingir todos esses campos de ação, com o objetivo de oferecer à população materno-infantil carente uma assistência baseada em necessidade sentida, que propiciassem o desenvolvimento da auto-ajuda e da responsabilidade familiar. Assim foram implantados e implementados naquela Secretaria as diversas atividades de assistência a gestantes, a nutrizes, a crianças, suplementação alimentar, uma educação nutricional e controle periódico de saúde, incentivo ao aleitamento materno, as hortas caseiras, ao consumo de soja, prevenção do câncer ginecológico, terapia de retratação oral do controle das diarréias, saúde escolar e outros.

Entretanto, ter o número de filhos que a família carente deseja e tem condições de criar e educar, interfere diretamente na saúde, faz-se, portanto, necessário para o exercício da paternidade responsável o acesso aos conhecimentos e aos meios de planejamento familiar.

Considerou-se o planejamento familiar como uma das áreas básicas de assistência à saúde materno-infantil, com o objetivo de preservar a saúde e não de interferir na demografia, nem tampouco no equilíbrio da economia, para a qual a melhor distribuição de rendas, entre outras medidas, é indicada pela conferência de Alma-Ata. Trabalhando com famílias há muitos anos, o impacto de suas necessidades, sentidas em relação a obterem conhecimentos e acessos ao meio de planejamento familiar, se faz sentir na assistência materno-infantil; na prática veio confirmar-se, pois, após um ano de implantação, 32.073 mulheres recorreram aos centros de saúde para obter esse tipo de apoio. A satisfação desse direito das classes menos favorecidas ao acesso aos métodos, o que já é exercido pelas classes sociais mais privilegiadas, tem grande alcance social, desde que faça parte de um conjunto de atividades de assistência materno-infantil.

Foi preconizada na Conferência de Alma-Ata e se verifica na prática diária que, para a melhoria da saúde, deve haver um esforço contínuo e permanente, e com a participação da comunidade para o desenvolvimento harmonioso das seguintes áreas básicas — e aqui, faço ênfase na participação da comunidade —, saúde materno-infantil, nutrição, planejamento familiar, educação para a saúde, saneamento do meio, controle das doenças transmissíveis e melhor distribuição de renda.

O programa de planejamento familiar, organizado de forma sistemática dentro da rede de serviços básicos de saúde, integrado às demais atividades de assistência materno-infantil, vai interferir diretamente para evitar a gravidez não desejada, que o casal tenha condições de espacar as gestações de forma mais conveniente, para a saúde da mãe e do bebê, diminuir a mortalidade infantil e materna, informar e educar para o exercício da paternidade responsável, fazer um controle periódico de saúde às mulheres carentes, que são as mais vulneráveis e que, na oportunidade tenham o conhecimento do serviço de saúde que são oferecidos para proteção da saúde familiar e controle das doenças. Ainda: diminuir os índices de mortalidade decorrentes do aborto provocado e proporcionar à clientela carente o melhor rastreamento na detecção do câncer ginecológico precoce. A metodologia utilizada na implantação da atividade do planejamento familiar foi o contato com as lideranças: prefeitos, bispos, líderes de comunidade de base, presidente de clubes, diretores de fábricas, presidentes de entidades sociais.

reuniões com grupos organizados e clientela da suplementação alimentar para divulgação do planejamento familiar nos seus diversos aspectos — econômicos, sociais, saúde e religiosos.

Reuniões com pequenos grupos de clientes de outros programas do Centro de Saúde, para reforço das informações anteriores, e, explicação minuciosa das vantagens e desvantagens de cada método contraceptivo, conforme o fluxograma em anexo a esse relatório. Ainda: treinamento de pessoal do Centro de Saúde, sede de regiões e de municípios de interior, com o objetivo específico de capacitar-los para nova atividade na unidade sanitária integradas às demais ações da assistência materno-infantil; ainda, a elaboração dos relatórios próprios do programa, visando em perfeito controle da atividade por unidade sanitária, e, reunião com o pessoal do laboratório de pesquisa biológica, setor de citopatologia, procurando integrar a atividade de prevenção do câncer ginecológico com o planejamento familiar.

Assim, as estratégias para a implantação do planejamento familiar foram desencadeadas a partir do convênio e dos contatos com a BENFAM, depois, a chefia do departamento materno-infantil da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, desempenhado pela Drª Zilda Arnes Newman, que foi a pessoa-chave no desenvolvimento desta atividade, deste programa materno-infantil; implantamos durante, a partir de março de 1981, alcançamos a implantação em 4 centros de saúde em Curitiba, na capital do Estado. E, esses 4 centros de saúde, que serviram como os centros-base de treinamento para o pessoal que desenvolveu a atividade e o programa em todo interior do Estado.

Tivemos ainda, em julho, encontros com Bispos, realizados pelo Secretário de Estado e pela Drª Zilda Arnes Newman, procurando convencê-los de que o programa era, efetivamente, o que a própria Igreja pregava — a paternidade responsável — e, após conquistar a credibilidade dos dirigentes da Igreja, no Paraná, nós encetamos, então, a implantação em todo Estado. E, assim, no final de 1982, nós tivemos cerca de 32.073 clientes, sendo que, no ano de 82, 14.920 novas clientes e 17.153 clientes subsequentes, que utilizaram os diversos métodos, desde os naturais, até alguns artificiais, dentre eles tivemos as pílulas, como o método mais procurado pelos casais, que se decidiram livremente; nós tivemos, aproximadamente, quase 25 mil clientes que procuraram as pílulas, o condom, com quase 2 mil clientes, a espuma, o tablete, um método associado, condon com espuma ou com tablete, o método natural, o diafragma e outros. Destaco que, dentre mais de 3 mil clientes, apenas 86 escolheram o método natural, enquanto que o diafragma 55.

Desta forma, nós procuramos apresentar neste relatório, que deixarei com a Comissão, também alguns anexos, demonstrando a preocupação em treinamento de pessoal, e, realizamos diversos cursos com o pessoal para-médico, médico geral e médico especialista em pediatria e ginecologia obstétrica; foram centenas de profissionais de nível superior e milhares de funcionários de nível médio e elementar. Nos postos de saúde, nos centros de saúde, nós introduzimos um fluxograma que toda cliente começava a ser atendida pela recepcionista, depois passava pelo fichário, onde uma ficha especial era preenchida, ficando uma parte da ficha no centro de saúde e a outra parte com a cliente, em seguida, essa cliente passava por uma educadora, e, esta educadora orientava e informava sobre o que era o planejamento familiar, através de cartazes, folhetos e outros meios audiovisuais, sobre os aspectos econômicos, sociais e de saúde do planejamento familiar, dava noções da fisiologia da reprodução, uma visão geral sobre o aparelho reprodutor masculino e feminino, e, abordava os diversos métodos disponíveis, naturais e outros artificiais, sempre abordando as vantagens e as desvantagens dos mesmos. Passava, em seguida, a cliente nova para ser preparada pela enfermagem, que tomava as primeiras anotações, verificando o peso, a pressão arterial, identificando a paciente nos aspectos que poderiam interessar ao médico e, em seguida, a consulta médica. Nas consultas subsequentes, a paciente, após definir, escolher, com orientação médica, o método que ela preferia, nas consultas subsequentes ela já não passava mais pelo médico, a não ser pelas consultas pré-estabelecidas periodicamente. Com este fluxograma é que todo o programa materno-infantil foi desen-

volido, tendo atividade do planejamento familiar inserido.

O que nós gostaríamos de destacar é que este programa não teve nenhuma resistência política, nem religiosa, porque foi cercado de muitos cuidados no preparo para convencer ou conscientizar as lideranças das comunidades. Obviamente, como todo o programa, que trata de planejamento familiar, tem os obstáculos naturais que residem naqueles que estão desinformados, e cabe a todos aqueles que se dedicam em trabalhar em serviço público e com a comunidade, a conquistar este segmento da comunidade que está desinformado, e isto nós adotamos como uma norma, não só neste programa, mas em todos, se a clientela não vem ao serviço de saúde e bem-estar social, cabe aos órgãos públicos ir ao encontro da clientela, e por isso, o primeiro trabalho é conscientizar os segmentos desinformados.

O segundo obstáculo é daqueles que têm posição ideológica, principalmente os marxistas-leninistas, aqueles que gostam "do quanto pior, melhor". Eles têm posição até incoerente, porque no mesmo momento em que combatem o planejamento familiar livre e a decisão como um fator de justiça social — porque as camadas socioeconomicamente mais bem situada realizam o seu próprio planejamento, sem a participação de nenhum órgão público — a população das camadas mais inferior é que está realmente desamparada. Por isso é sob um aspecto importante de justiça social que nós procuramos enfocar o planejamento familiar, nem tanto tendo em vista o aspecto demográfico, porque, pessoalmente, nós consideramos que o planejamento familiar, é insuficiente para uma política mais ambiciosa de controle demográfico e se, nós, repetindo o nosso Professor Valter Rodrigues, não realizarmos o planejamento familiar, o Brasil, em poucos anos, poderá ser forçado a implantar o controle da natalidade, afi sim interferindo com mais eficácia no aspecto demográfico. Então esse segmento ideológico, e eu disse, é incoerente, porque no mesmo momento em que combate o planejamento familiar, defende a legalização do aborto, que é, a nosso ver, o crime mais terrível que a humanidade pode aceitar, porque o homicídio é consignado em todas as leis, de todos os países, como um crime terrível. O infanticídio é mais terrível ainda, tem os seus agravantes em todos os códigos penais. Mas, o que dizer do crime contra um feto, um novo ser não tem o direito nem sequer de reagir, porque a criança ainda grita e o feto, no ventre da mãe, nem direito de gritar tem.

Por isso, o combate ao aborto deveria ser, talvez, o carro-chefe do planejamento familiar, porque não há nenhum segmento da sociedade, consciente e sério, que não possa ser sensibilizado pelo combate ao aborto, e o povo já diz "é melhor prevenir do que remediar". E a maneira de prevenir o aborto, a maneira mais eficaz, sem dúvida é evitar a gravidez indesejável. Sem entrarmos no mérito de mortalidade materna, o aborto provocado tem um papel importante como sua causa.

Outro segmento que resiste é o segmento, digamos, religioso e aqui, também, cabe um parênteses. Na implantação desse programa no Paraná, nós tivemos algum tempo e algum trabalho no diálogo com as lideranças religiosas. Mas, depois de efetuado este diálogo, onde as barreiras da desconfiança foram rompidas e vencidas, onde a credibilidade passou a ser um fator preponderante nas pessoas que estavam dirigindo a Secretaria e o Departamento Materno-Infantil e o Programa, praticamente não houve reação, como afirmei ainda atrás, na implantação do programa, porque nós descobrimos que há muito preconceito e todo preconceito existe por falta de conhecimento. Então, é preciso levarmos estas discussões numa maior profundidade e, desde que haja uma seriedade, a credibilidade é estabelecida, nós não sentimos resistência também neste segmento da Igreja.

Lendo um artigo de um representante da CNBB, que escreveu para a Fundação Milton Campos, à revista Política: "A Posição da Igreja na Política Demográfica Brasileira", podemos observar que o Padre David Regan, é o nome do autor deste artigo, em nenhum momento ele fala em planejamento familiar, ele fala em controle da natalidade. Mais uma vez observo que há um pouco de desconhecimento da profundidade do tema. Mas neste mesmo artigo eu li a transcrição de um trecho que ele faz do Papa Paulo VI, na Encíclica *Populorum Progressio*, em que o Papa reconhece a competência do Estado em intervir no campo do crescimento demográfico. Ele

diz: "É certo que os poderes públicos, nos limites da sua competência, podem intervir, promovendo uma informação apropriada e tomando medidas aptas, contanto que sejam conforme as exigências da lei moral e respeitem a justa liberdade dos povos". É a palavra do Papa Paulo VI, na Encíclica *Populorum Progressio*.

Portanto, os esclarecimentos vão surgindo gradativamente, na medida em que nós tratamos do assunto com profundidade e com seriedade. Creio, pela experiência modesta que tivemos no Paraná, e que tive o privilégio, pela oportunidade que ofereceu esta Comissão em apresentar, que não será obstáculo um programa nacional, principalmente atendendo àquelas sugestões que a BENFAM apresentou num documento, sugestões que abrangem, de uma forma global, todos os aspectos, porque a experiência realizada no Paraná nos dá essa convicção. E nós, lá tivemos um ponto positivo: a Secretaria não era somente a de Saúde, era Saúde e Bem-Estar Social do Paraná, portanto, ela abrangia, também, o aspecto da promoção social, trabalhando com o menor. E, lá, nós temos o Instituto de Assistência ao Menor, que é um instituto modelar no Brasil, que trabalha em convênio com a FUNABEM, onde nós temos dezenas de milhares de crianças assistidas direta e indiretamente. Esse instituto nos revelou, através das unidades oficiais e particulares, que temos nesta assistência ao menor, indicadores valiosos. Então, dentro do aspecto de assistência ao menor, amparo ao menor, é que nós podemos reforçar a importância de um programa integrado de educação familiar abrangendo o programa de assistência materno-infantil.

E é este depoimento simples, modesto, que trazemos a esta Comissão tão importante e que tem uma missão tão relevante. Nós queremos deixar, aqui, a certeza de que o relatório desta Comissão irá ensejar às autoridades públicas deste País, a tomada definitivamente de uma posição, já que tarda, no sentido de oficializar, sem temor, porque não há o que temer, desde que, esses aspectos todos, aqui, enfocados, sejam contemplados no programa oficial, não há por que temer e por que deixar de realizar um programa oficial e répito — mais sob o aspecto e objetivo de reparar uma injustiça social, com menos favorecidos, com os que têm baixo salário, com os que têm pouco acesso à educação, ainda precária no nosso País. E a educação é um fator principal, primordial, na conquista de uma elevação melhor de bem-estar social, não só no campo da educação mas em todos os serviços de saúde e de promoção social.

Portanto, eu deixo nas últimas palavras, os cumprimentos aos membros desta Comissão, a todos que aqui trouxeram as suas contribuições e a nossa gratidão pela oportunidade que esta Comissão nos ofereceu, para trazer, aqui, esta modesta experiência do Paraná, que foi forma inédita, mas que procurou romper alguns obstáculos que têm retardado uma programação mais efetiva de âmbito nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Professora Ana Maria, quer fazer alguma pergunta?

Tem a palavra.

A SRA. ANA MARIA — Quero apenas cumprimentar o expositor pela contribuição que trouxe a esta Comissão, mostrando, justamente, o lado prático operacional de um programa de planejamento familiar.

Eu acho que é muito importante já conhecer, amplamente, o mecanismo prático de um programa desses.

Era só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Senador Marcondes Gadelha, deseja fazer alguma pergunta, ou alguma consideração sobre o tema?

O SR. MARCONDES GADELHA — Eu quero parabenizar o Deputado Oscar Alves, pela experiência bem sucedida do Paraná, que, naturalmente, é uma espécie de peça modelar de exemplo, experiência-piloto que deve ser ampliada em nível nacional.

Agora não sei se, em dado momento, fiquei desatento, mas tenho a impressão de que ouvi qualquer referência na discriminação dos métodos usados, quanto à aplicação e à aceitação de dispositivo intra-uterino e, gostaria de ter algum esclarecimento a esse respeito e, também, queria saber, no caso da utilização do diafragma a que S. Ex<sup>a</sup> vincula uma utilização tão baixa — pelo que

entendi — 45 entre 3.000 — e se isso foi computado o uso isolado do diafragma ou junto com gélulas contraceptivas e outros métodos?

O SR. OSCAR ALVES — Muito bem, Senador. Realmente o método do dispositivo intra-uterino não foi o método escolhido para a implantação dessa utilidade. Entretanto, tem alguns casos em que eles foram implantados, mais especificamente em Centros de Saúde e na clínica de Curitiba, portanto, o número é muito baixo, mas foi proposital o afastamento desse método. Porque nós queríamos testar, experimentar, um programa contra o qual não houvesse muita resistência. Pessoalmente, tecnicamente, eu defendo o dispositivo intra-uterino, mesmo porque a polêmica que existe em torno dele de ser ou não microabortivo, científicamente, até agora, não há nenhuma comprovação desse fato, pelo contrário, todos os mecanismos de ação do dispositivo intra-uterino são mecanismo que não deixam suspeitas sobre a possibilidade da fecundação, porque ele age de uma forma mecânica e age, também, exacerbando os macrófagos, que englobam os espermatozoides e modificando, também, a motilidade de trompas, dificultando o encontro dos espermatozoides com o óvulo.

Portanto, os mecanismos conhecidos e divulgados nos trabalhos científicos não levam a nenhuma certeza de que ele possa favorecer a fecundação e, depois, a saída do óvulo secundado, do ovo, portanto, ao contrário.

Então, pessoalmente, estou convencido de que este método não é microabortivo, porque, se nós considerarmos que ele seja microabortivo, aí a resistência na área da Igreja é muito maior. Então nós procuramos afastar, por ser um método polêmico, o uso em grande escala deste método. E nós tivemos, no ano de 1982, 23 casos, apenas 23 clientes que utilizaram este método.

Então, foi proposital o afastamento desse método, porque nós entendemos o seguinte: se nós quisermos avançar no planejamento familiar, nós temos um arsenal de métodos razoável, não será pelo não uso de um deles — um ou mais alguns, por exemplo, a esterilização, que é outro, que é um método praticamente definitivo ou pouco reversível se nós afastarmos esses métodos, nós temos maior facilidade de aceitação de qualquer tipo de programa. Então, nós particularmente, defendemos que o importante é a oficialização de um programa de nível nacional de planejamento familiar, e não tanto ficarmos discutindo alguns métodos que, a meu ver, como técnico, eu considero como um dos mais eficazes, entretanto, há outros tão eficazes que podem ser utilizados, que não vão prejudicar a implantação do programa, que é muito mais importante.

Então, foi proposital o não uso desse método e, considero, até, a nível nacional, nós deveríamos — na minha opinião — repetir a experiência que fizemos no Paraná. Tivemos sucesso, resistência não houve, então nós precisamos ganhar terreno, romper os obstáculos, e no momento em que usarmos esses métodos que são polêmicos, no mínimo polêmicos, nós podemos correr o risco de ter dificuldades insuperáveis, porque o preconceito é muito grande, porque a falta de conhecimento também é muito grande. Então é melhor ter uma experiência prática, efetiva, e avançarmos conquistando gradativamente o terreno.

O conhecimento humano é assim, ele vem, ano após ano, século após século, e nós vamos avançando; da mesma forma, eu acredito que o método mais eficaz de agirmos para conscientizar uma comunidade é esse: evitar os pontos de atritos que não são fundamentais, e esse método não é fundamental no seu uso. Por exemplo, o condón associado ao tablete ou à espuma, eu considero um método altamente eficaz e de grande aceitação. Embora quando nós deixamos aos casais para escolher, principalmente a mulher que escolhe mais, ela escolhe mais a pílula, e isto está demonstrado pelo número que nós temos aqui, depois de dois anos de programa efetivo. Ela escolhe a pílula porque é o método mais conhecido, o método mais prático. Entretanto nós sabemos que a pílula tem restrições, tem contra indicações, e por isso, o médico, no início, é, a nosso ver, importante no seu papel, para evitar e detectar os casos de contra-indicação. Porque aí há mais um fator de avanço na implantação de uma programação deste, porque todos que combatem os métodos artificiais falam dos efeitos indesejáveis das contra-indicações. Então nós precisamos evitar isso.

Dr. Oscar, praticamente, houve entre nós dois, Senador Almir Pinto e Marcondes Gadelha, como que um processo de metapsicose, o meu espírito passou-se para ele e o dele passou-se para mim, porque as perguntas que eu deveria fazer, o Senador Marcondes Gadelha já as fez. Eu apenas queria dizer exatamente isto: quando esteve aqui o Dr. Valter Rodrigues, com aquela polêmica entre Igreja e controle familiar, eu dei a entender, propositalmente, tudo que eu tinha dito, lá em Porto Rico,

Com relação ao diafragma, é um método que embora seja ensinado, depende do nível sócio-cultural da cliente, e como a clientela maior é de um nível sócio-cultural mais inferior, ela não escolhe esse método com grande frequência. E também, pessoalmente, isto é a constatação dos números que nós temos aqui...

O SR. MARCONDES GADELHA — Eu queria só uma explicação: qual foi o grau de volição que foi deixado neste programa, qual o grau de influência do programador sobre o comportamento a solicitação da cliente?

O SR. OSCAR ALVES — Como eu disse no início, naquele fluxograma...

O SR. MARCONDES GADELHA — Porque com relação ao DIU, procurou-se não interferir, de maneira alguma. Com relação aos outros métodos eles foram ensinados parcialmente...

O SR. OSCAR ALVES — Nós não dispúnhamos, inclusive, do DIU, que é um método, inclusive, que foi...

O SR. MARCONDES GADELHA — Foi excluído.

O SR. OSCAR ALVES — Foi excluído. Apenas em uma ou outra clínica na Capital, mas os outros métodos estavam disponíveis, e todos eles. Quando eu falei do fluxograma, eu quis exatamente marcar este ponto: a orientadora, e aí veja bem, quem fala dos métodos não é a enfermeira, o médico aprofunda, mas quem fala dos métodos, das vantagens e desvantagens, inclusive começando pelos naturais é a educadora, e aí está o enfoque diferente, é um programa com ênfase na educação familiar. Então é a educadora que dá as informações, fala o que é o planejamento familiar, fala dos aspectos econômicos sociais de saúde do planejamento, fala das noções de fisiologia da reprodução, sobre o aparelho reprodutor masculino e feminino, fala dos métodos disponíveis naturais, fala da pílula, do condón, da geléia contraceptiva, do tablete e do diafragma, que são os métodos disponíveis. Agora a maioria escolhe, então elas passam depois ao preparo, a atendente de enfermagem mede a pressão, anota os dados, os dados que vão importar para a ficha médica, e o médico, então procede ao exame geral e ao exame ginecológico, consulta médica, e ali solicita da cliente qual é o método que ela deseja. Se ela desejar a pílula, e o médico achar que é contra-indicado, ele diz a ela: você não pode utilizar por aquilo, por isso, ou por isso. Então afasta aquele método que ela escolheu. Mas ela escolheu o método que é contra-indicado para ela, aí ele pode, novamente, reportar-se ao que a educadora disse: você tem o condón, a geléia, contraceptiva com tablete, você tem o diafragma etc. Aí ela vai escolher.

A segunda opção sempre foi o condón, com a geléia, com contraceptiva. Então este é o fluxograma da clínica, do centro de saúde e por isso ela não é induzida, com exceção dos métodos a que já me referi, o DIU, a laqueadura, ou a vasectomia. Porque nós, propositalmente, afastamos esses métodos. Certo, Senador?

O SR. MARCONDES GADELHA — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Mais alguma pergunta, Senador Marcondes Gadelha? (Pausa.)

Com a palavra o Senador Almir Pinto, Relator da Comissão.

O SR. ALMIR PINTO — Sr. Presidente, eu aproveitei a oportunidade para felicitar o nobre Deputado Oscar Alves. Eu recebi, tive esta honra, de, no meu gabinete, conversar com o conferencista alguns dias antes sobre o excelente trabalho que ele havia executado à frente da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná. E este foi um dos grandes motivos, que me ensajaram que a Comissão o convidasse para um depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Dr. Oscar, praticamente, houve entre nós dois, Senador Almir Pinto e Marcondes Gadelha, como que um processo de metapsicose, o meu espírito passou-se para ele e o dele passou-se para mim, porque as perguntas que eu deveria fazer, o Senador Marcondes Gadelha já as fez. Eu apenas queria dizer exatamente isto: quando esteve aqui o Dr. Valter Rodrigues, com aquela polêmica entre Igreja e controle familiar, eu dei a entender, propositalmente, tudo que eu tinha dito, lá em Porto Rico,

quando daqui fui com uma delegação para o seminário de demografia e estatística, em Porto Rico. Lá, numa clínica, o médico que colocava o DIU, chegou à conclusão de que ele era microabortivo. Eu fiz esta pergunta ao Dr. Valter Rodrigues. Então, ele me deu a resposta: ainda não tenho como afirmar que o DIU é microabortivo. Mas, de qualquer forma, mesmo que não seja um microabortivo, mesmo que as pílulas não tenham qualquer influência no aborto e nem esses outros métodos, nós sentimos que a Igreja é contra qualquer método artificial. Ela não quer saber o que é. E outra coisa, ela tem uma concepção de vida — e isso que queria saber de V. Ex<sup>e</sup> — eu não sei, ela diz que basta haver a fecundação para existir a vida espiritual. Ora, se a pílula tumultua a ovulação, se o DIU não permite a nidificação, então como é que se pode pensar? Se bem que com o DIU dá-se a fecundação, apenas o ovo não dá a nidificação, mas com a pílula não há a fecundação, não é verdade? Com o DIU não há fecundação.

O SR. OSCAR ALVES — Não há a fecundação, não há em nenhum dos dois casos.

O SR. ALMIR PINTO — Em nenhum dos dois casos, é isso. Então o problema da Igreja é justamente este: é porque é um método artificial. V. Ex<sup>e</sup> citou o Padre David, a Flórida se recorda, quando daquele seminário da Comissão de Saúde, ele esteve aqui, fez uma conferência, depois não sei se foi o Dr. Nakamura, e eu estive presente e ele foi, então, a pessoa ouvida e deu a entender, praticamente, que a Igreja não aceitava... V. Ex<sup>e</sup> citou do Papa aquela coisa toda e tal... mas num respeito natural, que todos nós devemos à família, à pessoa humana, isto é uma coisa... Agora, é como V. Ex<sup>e</sup> diz na sua exposição: "nós tivemos o cuidado de distinguir o que seja controle familiar e planejamento familiar". Isto já está claro. Controle é uma coisa mais do Governo, é controlar, diminuir ou aumentar, mas isso a Igreja não aceita. O planejamento familiar ela aceita pelos métodos naturais, mas esses métodos naturais, minha Nossa Senhora, para aquelas famílias de baixa renda, carentes, do interior — já tenho falado aqui várias vezes — não se consegue. Até fiz aqui um comentário sobre o método DIU, parece ser até uma coisa ridícula, que exige até um instrutor, não sei como é aquele negócio todo.

Mas, na verdade, eu havia notado, daí o processo de metempsicose, eu havia anotado aqui o desempenho do programa da educação familiar e se foi bem assimilado, principalmente, pelas famílias de baixa renda nas áreas carentes, isso praticamente nós já vimos af, e o Senador Marcondes Gadelha fez essa pergunta.

Mas, outra parte também, que V. Ex<sup>e</sup> falou e que eu anotei, quando D. Ana Maria também falou, o processo da família subnutrida, dando origem, naturalmente, a filhos desnutridos, e a dificuldade de percepção e de apreensão por parte dessas crianças na escola.

Eu, também como médico — somos quatro colegas aqui, acho que não poderá morrer ninguém, porque por falta de médico somos quatro aqui — eu, médico do interior, sabia, como todos nós sabemos que um dos motivos dessa falta de percepção e de apreensão é falta de oxigênio no cérebro; esse oxigênio é levado exatamente pela corrente sanguínea. A criança pálida, "empambada", como se costuma dizer no Nordeste, essa criança não tem muito poder de percepção nem de apreensão. Então, muitas e muitas vezes, a pobre mãe, na sua santa ingenuidade, levava a criança ao consultório apenas para reclamar, queria remédio, porque a criança não tinha — lá eles usam um termo muito interessante: rude — a criança era rude porque ia à escola, a professora dizia uma coisa, hoje. Ele amanhã, já não sabia mais, ele liu uma coisa hoje, logo em seguida, se perguntasse, ele não sabia mais; a mãe queria um remédio para aquilo. O remédio é muito fácil: aí temos que ver a carência alimentar, vamos ver a questão das parasitos, as anelostomias, vamos colocar isso tudo para fora e fortificar a criança, dar ferro para essa criança corar, para aumentar o sangue e o cérebro se oxigenar e essa criança poder assimilar, perceber e poder aprender melhor.

Quer dizer, muitas e muitas mães castigam as pobres crianças ignorando que a culpa não é delas propriamente.

Por conseguinte sua conferência foi também muito ilustrada, vai nos servir muito para um relato final. A conversa que tivemos foi para mim uma oportunidade excelente, porque, graças a ela, tivemos esta outra oportunidade de tê-lo aqui, com a apresentação do trabalho que trouxe novas coisas, inclusive, focalizando os obstáculos ideológicos sobre os quais ainda não se tinha falado aqui, mas a parte da esquerda e comunista incoerente de aceitar o aborto, uma coisa que é terrível, e negar o planejamento familiar. Como eu disse na televisão, o aborto é uma agressão ao corpo da mulher.

Por conseguinte, da minha parte, estou satisfeito e as perguntas que ia lhe fazer o Senador Marcondes Gadelha teve a fineza de se adiantar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Só um instante, nobre Senador, para transmitir que o Senador Marcondes Gadelha tem que se retirar porque tem um pessoal da Universidade de Brasília está o esperando em seu Gabinete.

O SR. ALMIR PINTO — Eu já terminei, Sr. Presidente.

A SRA. ANA MARIA MENDONÇA — Sr. Presidente, gostaria de fazer um pequeno acréscimo, com sua permissão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Pois não.

A SRA. ANA MARIA MENDONÇA — Entendi a colocação do Senador Marcondes Gadelha, quando demonstrou uma certa preocupação com referência ao nível de violência da mulher ou do casal no uso de um método.

Acredito que isso é realmente uma preocupação, quando se diz que há dentro de uma sala uma educadora e que conversa isoladamente com uma mulher apenas naquele momento da escolha do método. Acredito que o Senador sentiu alguma preocupação em função disso. Daí confesso que, realmente, o ideal, claro, que dentro das condições tem que fazer alguma coisa, daí o que nós defendemos: o planejamento familiar, como uma coisa muito mais ampla, envolvendo outros setores para que o processo educativo se faça num âmbito muito maior de conscientização para a paternidade responsável, formando uma consciência de reprodução, uma consciência coletiva de reprodução responsável, de forma que isso atinja assim a população como um todo e que, naquele momento que a pessoa vai optar por um método, ela já esteja conscientizada de todos os aspectos da paternidade responsável.

Por outro lado, que esse processo educativo, através de toda a estrutura que já existe no País — a estrutura educacional, ela atinja, indiscriminadamente, a todas as pessoas, homens e mulheres, porque em questão da paternidade responsável, é muito importante nesse País, e sabemos disso, e, inclusive, a conscientização do homem para que ele entenda que é muito mais importante saber que ele dará assistência a um filho, que ele se responsabilizará pelo resultado de um ato sexual, isso é muito mais importante, do que o bom desempenho de macho. Então, esse tipo de mentalidade, acho imprescindível neste País, e acho que esta experiência que foi feita lá, será muito enriquecida, se esse processo educativo se estender dentro de um âmbito muito maior, envolvendo o Ministério da Educação, com todos os requisitos, para que a coisa se faça de uma maneira democrática, tecnicamente correta, ideologicamente perfeita e que isso atinja e beneficie toda a população brasileira.

Esse era assim o adendo que gostaria de fazer.

O SR. OSCAR ALVES — Gostaria de agradecer o seu adendo.

Dentro das consequências imediatas de um programa deste tipo, teremos com o aspecto educativo sempre presente, como a Sra. enfocou muito bem, a consequência na diminuição dos menores abandonados, porque os pais, esse foi o indicador que obtivemos através do Instituto de Assistência ao Menor, abandonaram muito frequentemente as mães com muitos filhos, porque se sentem impotentes em custear aquela família muito grande; e quando o filho é indesejado, é muitas vezes a causa por parte do abandono do pai. Então, como consequência

imediata, temos a diminuição do abandono da família pelo pai, porque, se o filho vem programado, vem planejado, ele é desejado, é mais um fator para agregar a família e não desagregar. A grande causa do menor abandonado é a desagregação familiar.

Então, esta é mais uma consequência positiva do processo educativo.

O SR. ALMIR PINTO — Sr. Presidente, fiz uma ligera confusão sobre a questão do DIU, quando afirmei que lá, em Porto Rico, o médico dava a entender exatamente que havia o aborto, tanto que, àquele tempo, quando a mulher engravidava, retirava o DIU e hoje já não se usa isso, porque o próprio DIU, ao ser retirado, pode causar o aborto.

Então, estou nesta dúvida, lá havia a fecundação e tinha o ovo, com o DIU há fecundação e tem o ovo, é justamente esta idéia, não será apenas a parte mecânica do DIU, que não impede a fecundação. Porque para haver a nidificação tem que ter o ovo, e se o DIU impede essa nidificação, é porque tem o ovo proveniente da fecundação.

Não sei, nessa parte de embriologia é que estou um pouco confuso.

O SR. OSCAR ALVES — Nobre Senador, na realidade, são casos de exceção. Quando há o desenvolvimento do embrião e a nidificação e, consequentemente, a gravidez junto com o DIU, obviamente, houve a fecundação, mas tanto é que ele não é microaborto.

O SR. ALMIR PINTO — Está certo, mas houve a fecundação.

O SR. OSCAR ALVES — Houve a fecundação, mas esses são casos excepcionais, porque, na realidade, o mecanismo de ação descrito no DIU, que não é muito conhecido, mas os descritos teoricamente são, primeiro, inversão do movimento da trompa, do segmento distal do proximal. Então ele impede a aproximação do espermatozóide do óvulo; segundo, o desenvolvimento de macrófagos, porque ele é um corpo estranho no útero, na cavidade, e já foram fotografados macrófagos com espermatozoides dentro, ele fagocita o espermatozóide. E há outra teoria mecânica, que é uma das teorias descritas, de que ele impedia, como num processo mecânico.

Mas há essas exceções. O fato é que não está comprovado nem positivamente que é, e nem positivamente que não é. Por isso é que, em dúvida, pro reo. Não vamos discutir um método que é polêmico. E por que utilizar um método que pode prejudicar a implantação de um programa, que é tão positivo, tão importante. Acho que este método pode ser superado por outros.

O SR. ALMIR PINTO — Eu falei só pelo fato de não ter sido incluído no seu programa...

O SR. OSCAR ALVES — Eu entendi.

O SR. ALMIR PINTO — Acho que traria muita complicação com o método, já que o seu programa foi mais ou menos aceito e não causou nenhum atrito. Eu também já estou sabendo que a Igreja já está recebendo, digamos assim, "por debaixo dos panos", a pílula, está é que é a verdade. Sei que muita gente está se confessando e comungando e tomando pílula. Mas este é um começo para o Governo, que, ao adotar o seu planejamento familiar, se fixe justamente naquele ponto de a pílula ser a mais conveniente, embora tenha as suas inconveniências. Mas, dentro do que foi dito por V. Ex<sup>e</sup> e pela Dra. Ana Maria, com aqueles cuidados, aquelas assistências pefas enfermeiras no interior, quando nada, darão por alto aquela fisiologia dos órgãos masculinos, dos órgãos femininos, os responsáveis pela multiplicação da espécie, e isso já vai melhorando. Porque, quando a mulher se sente mal ou com dor de cabeça, ela por si mesma não toma a pílula, porque não há quem agüente tomar a pílula e ficar enjoada a vida toda, nem passar a vida toda com dor de cabeça. Depois, se advertido disso, pode passar, pode causar um processo de derrame que tem sido encontrado neste setor.

Mas tem a outra parte, também, com relação aos problemas malignos para os seios e para o útero. Mas isso é tão pequeno, que talvez compense o perigo do aborto criminoso.

O SR. OSCAR ALVES — A ação da pílula, também, provoca no organismo uma gestação simulada. Então o efeito hormonal da pílula no organismo materno é como se fosse uma gestação, só que uma gestação sem o ovo.

O SR. ALMIR PINTO — Uma frustração da ovulação.

O SR. OSCAR ALVES — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Ela inibe a ovulação.

O SR. ALMIR PINTO — Eles chamam de "a frustração do ovário".

O SR. OSCAR ALVES — Mas os hormônios que estão circulando provocam como se fosse uma gestação simulada.

Então, a gestação não é prejudicial ao organismo materno, ao contrário, agora há casos em que se a mãe tem, por exemplo, um câncer de mama, a gestação é prejudicial.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — É indicado até uma interrupção.

O SR. OSCAR ALVES — Então, exatamente, são os casos em que o médico precisa entrar, porque com estes cuidados todos, não há porque temer a pílula. Eu sempre digo, por que o preconceito com a pílula? A pílula é um medicamento, como a aspirina, que é o medicamento mais usado comumente pela população, no entanto, ela tem as suas contra-indicações. A aspirina, tomada por pessoas que não devem tomar, provoca úlcera gástrica, hemorragia gástrica e pode levar até à morte.

Então, qualquer medicamento tem que ter os seus cuidados.

O SR. ALMIR PINTO — São os efeitos colaterais.

O SR. OSCAR ALVES — Exato. E os métodos mecânicos, por exemplo, o condom, a espuma, o espermaticida, etc., qual é o mal que provocam? Absolutamente nenhum.

Então, realmente, na Igreja, já existe, como V. Ex<sup>e</sup> disse muito bem, nobre Senador, uma aceitação por alguns segmentos. O que eles não podem é baixar um documento oficial, dizendo "tudo isso pode e tal", porque isso, realmente, é complicado, porque há muitos que usariam essa posição, extrapolando, exagerando, mas eu tenho a impressão de que, com essa experiência, e se o programa oficializado contiver essas precauções, não haverá essas resistências.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Não é regional, entretanto, a Mesa Diretora tem concedido a outras pessoas, que não Deputados e Senadores, fazer perguntas com auctoridade do depoente.

Se o depoente permitir, a D. Flora Rodrigues, que é uma freqüentadora assídua das nossas reuniões aqui, às quintas-feiras desejará fazer alguma consideração ou pergunta.

O SR. OSCAR ALVES — Com muita honra.

A SRA. FLORA RODRIGUES — Gostaria de agradecer a deferência da Presidência e, também, congratular-me com o Deputado Oscar Alves. Acredito que esse depoimento sobre a experiência do Paraná tenha sido assim um marco nas pretensões que tem essa Comissão, por uma razão muito simples: porque se contestava dizendo que o êxito da interferência do Estado nos programas de planejamento familiar, seria típico do Nordeste, cuja realidade, com tanta carência, garantiria o seu sucesso.

E o Paraná veio provar que, em Estados que têm uma tipologia sócio-econômica privilegiada, os programas têm o seu espaço garantido, se coadunam perfeitamente àquilo que já foi descrito na menção da "Populorum Progressio" e também na declaração de Bucareste, onde o espaço reservado ao Estado, para o atendimento às famílias carenciadas, está em aberto, mesmo em Estados com essas características.

Então isso prova que, juntando a experiência do Nordeste e a experiência do Paraná, qualquer ação estimulada para o ingresso das Secretarias dentro dos programas

de planejamento familiar, garantirão, de antemão, o êxito a essa demanda reprimida até então.

Fu gostaria apenas de enfatizar a importância do testemunho do Dr. Oscar, por representar o programa, ou um único programa mais, digamos assim, marcante na área Sul do País.

O SR. OSCAR ALVES — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Agradeço as considerações que a D. Flora Rodrigues traz a esta Comissão e chegamos ao término dos nossos trabalhos. Para a Presidência não ficar sem pergunta, ou consideração, queríamos lembrar, voltando ao DIU, e fazer uma consideração de ordem filosófica ou metafísica mesmo.

V. Ex<sup>e</sup> ao abordar o assunto, fez referência, a certa altura, que é contra o abordo, nós, também, o somos, porque há interrupção da vida.

Entretanto, paira uma dúvida enorme, como paira no espírito de todos nós, médicos, não só do ponto de vista religioso como do ponto de vista moral e ético. Quando começa a vida? Se imaginarmos a interrupção da vida, a gente tem que considerar que o espermatozóide é uma célula viva, que o óvulo é uma célula viva; então a vida, para a formação do ser, é uma conceituação filosófica, doutrinária, metafísica e ética que aborda vários aspectos.

Então, como conceituarmos o início da vida? Porque vida já é a célula, o espermatozóide tem, inclusive um movimento, ele faz uma caminhada enorme à procura da sua noiva, para fecundá-la, faz uma caminhada proporcionalmente ao seu tamanho, talvez quase uma volta à Terra, para chegar no lugar onde está o óvulo para ser fecundado.

Então, no momento em que é fecundado, é que se começa a vida? Seria no momento em que a célula, com o estímulo da fecundação, o óvulo resultado da fecundação do espermatozóide e o óvulo se transforma em 2, 4, 8, 16, 32 células? Ou a vida começaria na mórula, na blástula, no feto? Quando começaria a vida? Esses métodos, então, todos que buscamos para interferir, dificultar a vida, no conceito geral, seria assim uma atitude certa ou errada? Porque, qual seria a diferença entre impedir que um óvulo fecundado, já com 12 células, mas com todas as suas características, trazendo o potencial da vida ali, todo o seu potencial genético, é impedido de se nidar, depois de fecundado, porque encontra um corpo estranho dentro do útero, ou quando ele já se nidou ou se transformou em mórula, blástula ou quando já é feto com as características anatômicas já definindo a espécie. Eu acho muito difícil localizar assim a conceituação moral e filosófica da coisa. Acho que ter-se-ia que buscar esforços grandes, no sentido de procurar uma metodologia diferente de toda essa que temos, para não interferir na vida. Entretanto, deveríamos procurar, pelo menos, para não ficarmos à descoberta de um trauma psicológico, para se conceituar bem qual seria o momento. A sociedade, a Igreja, os cientistas, os médicos, as educadoras, a eles importa achar o momento, para conceituar quando começa a vida, quando se pode interferir ou não no processo da reprodução, não da espécie humana, mas das espécies.

O SR. OSCAR ALVES — Senador, tenho a impressão de que todos os métodos utilizados, indicados — há dúvida com relação apenas ao DIU realmente — não interferem em nenhuma fase. Porque o espermatozóide é uma célula viva, o óvulo também, mas eles se perdem normalmente sem nenhum problema moral ou filosófico, que normalmente é papel de eles se perderem, como qualquer outra célula, da epiderme ou do esôfago, do intestino, do estômago. Essas células são vivas mas se perdem. O problema é o óvulo fecundado, que afé é uma célula de um novo ser. Realmente, a partir do óvulo fecundado que forma o ovo, qualquer método que impeça a possibilidade de sobrevivência deste ovo, ele tem que ser questionado.

O SR. MÁRIO MAIA — Seria então um método abortivo, microabortivo?

O SR. OSCAR ALVES — Seria microabortivo. O DIU é o único que se tem dúvida, porque, científicamente,

nenhum cientista provou que ele é microabortivo, mas também nenhum provou, apesar de todos os trabalhos que ele não o é. Há trabalhos publicados que provam esse mecanismo que abordamos. Mas há outros ainda, há outras dúvidas que não foram esclarecidas.

O SR. MÁRIO MAIA — E o conhecimento que a gente tem, com licença pelo aparte, pelo conhecimento clássico que temos da fisiologia embrionária, a fecundação ocorre geralmente no terço-médio da trompa. Ela já chega no útero uma célula multiplicada, como um ovo, composta de várias células. Então o DIU está aqui, ele virá fecundar, não se nidaria pelo menos assim na imaginação, porque ele encontra um corpo estranho. Não haveria a nidificação, mas haveria a fecundação.

O SR. ALMIR PINTO — Deveríamos agora aqui definir a vida fetal, a vida intra-uterina comece com a fecundação ou com o embrião? Isso é importante, porque há alguns autores que tendem admitir que só há vida intra-uterina quando há o embrião, nem no ovo há vida. Não sei se o nobre orador leu alguma coisa a respeito, deve ter lido.

O SR. MÁRIO MAIA — Então, o aborto provocado na fase de algumas semanas, enquanto é mórula, não seria criminoso, não é?

O SR. OSCAR ALVES — A vida, ao meu ver, começa na fecundação, porque fecundação é o novo ser. Tanto que a inseminação artificial colhe o ovo.

O SR. MÁRIO MAIA — Ele só tem viabilidade depois de fecundado.

O SR. OSCAR ALVES — Transporta esse ovo a um útero diferente, e ele se desenvolve. Então, realmente é no momento da fecundação, não tenho dúvida, duas vidas que se unem gerando uma nova vida.

O SR. ALMIR PINTO — Duas vidas que se unem gerando uma nova vida.

O SR. OSCAR ALVES — Exatamente. Porque a célula germinativa, o espermatozóide, geneticamente tem metade do potencial. O óvulo tem outra metade. Ele só constitui um ser novo e integral quando os dois se encontram e há fecundação. Nesse momento há um novo ser estabelecido e é irreversível. O homem não pode parar, a não ser que ele destrua ou por ação mecânica, química ou física aquele novo ser. Isso pode ser através de um raio laser, pode ser através de produtos químicos, pode ser por um dispositivo mecânico qualquer, mas o potencial daquela célula, do novo ser, existe, porque é o fator genético que determina a evolução. É uma nova vida, não tenho dúvida. Por isso é que acho que qualquer método que coloque em risco a vida desse ovo, ele deve ser colocado sob suspeita, até que a ciência prove e defina exatamente o seu campo de ação.

Nos outros métodos todos, mesmo a esterilização ela não interfere na vida, ela interfere na fecundação. Então a esterilização só tem um erro, criticado moralmente, porque ela é irreversível. Se não o fosse, e hoje a microcirurgia já está tornando alguns casos reversíveis. E até a esterilização, que há pouco, era condenada 100%, hoje ela já não é mais 100% condenada, porque aí há um percentual muito grande de reversão. Mas como nós tratamos de estatística no campo da ciência, mas no campo da moral tratamos de indivíduo para indivíduo, não podemos aceitar a esterilização, porque se em um caso ela não for reversível, já, naquele caso, não tem direito de exercer a paternidade. Então é por isso que a esterilização também tem que ser, por enquanto, considerada "na berlinda", tem que ficar no estaleiro. Então o DIU e a esterilização têm que ficar "sub judice".

A pílula não. Ela não interfere no ovo, ela interfere impedindo a ovulação. Se não há ovulação, só há uma célula, a masculina, não há a feminina. Consequentemente não há fecundação.

O CONDON e todos os métodos de barreira, o diafragma, o CONDON, o espermaticida, a destruição do espermatozóide, não há nenhum problema no aspecto moral, porque, estamos matando célula viva. Mas toda ejaculação leva milhões de células a morrerem. Morrem,

inclusive quando há fecundação, porque, só um espermatóide secunda, milhares morrem. E a mulher todo mês perde um óvulo quando não fecundado. E até há uma frase muito bonita de que "a menstruação são as lágrimas de sangue pela vida que deixou de existir". Então as células morrem naturalmente. Ninguém é contra isso. Na verdade podemos questionar a partir do surgimento do ovo. Acho que esse ponto é muito importante. Enquanto a ciência não avançar temos que nos conformar com o que existe. Aí é que me preocupo com a posição de alguns setores da Igreja de serem resistentes aos métodos artificiais. Porque há métodos artificiais que são incertos, como o CONDON, por exemplo. Nós temos que nos preocupar, ao contrário, é com a falha desses métodos, que pouca gente fala. Mas um casal que, por determinados aspectos, planeja seu filho e não pode tê-lo, naquele momento, porque irá ter dificuldade de criá-lo responsávelmente, usando esses métodos que são mais vulneráveis, por exemplo, o CONDON, embora se associado com o espermaticida, ele tem uma eficácia maior, mas ainda assim ele falha. E se tiver um filho nesse momento, vão ser muito difícil para o casal as consequências daquele filho indesejável, pode até ensejar o aborto.

A falha nos métodos, para mim, é muito mais sério do que o uso desses métodos, porque pode ensejar uma medida muito mais radical, que é o aborto. Então, temos que buscar, na ciência, métodos cada vez mais eficazes e com danos cada vez menores.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Então, chegamos à conclusão do depoimento e queremos agradecer ao nobre Deputado Oscar Alves pela brilhante exposição que fez, pela contribuição que nos trouxe, além de sua palavra abalizada de Professor de Ginecologia e Obstetrícia e também os subsídios que nos trouxe da sua experiência à frente da Secretaria do Estado do Paraná.

A próxima reunião será na próxima terça-feira, dia 17, e teremos como depoentes a Sra. Carmem Barroso, Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e o Dr. Mário Bárreto, Presidente da Associação Médica Brasileira.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 10 minutos.)

#### **COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR PROBLEMAS VINCULADOS AO AUMENTO PO- PULACIONAL BRASILEIRO**

**11ª Reunião, realizada em 28 de junho de 1983.**

Aos vinte e oito dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e três, às dez horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, presentes os Srs. Senadores Mário Maia (Presidente), Claudio Roriz, Almir Pinto (Relator), Eunice Michiles, João Calmon e Fernando Henrique Cardoso, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito criada com o objetivo de investigar problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores João Lobo, Marcondes Gadelha, Murilo Barreto, Hélio Gueiros e Jaison Barreto.

Havendo número regimental o Sr. Presidente, Senador Mário Maia, declara abertos os trabalhos.

O Sr. Presidente solicita a depoente que proceda à leitura do juramento.

Em seguida, o Sr. Presidente concede a palavra a Prof. e Sexóloga Martha Suplicy, na qualidade de depoente.

A Sra. Martha Suplicy em sua exposição discorre sobre o planejamento familiar nos diversos níveis sociais, sobre a paternidade responsável e anticoncepção.

Durante a fase interpellatória, usam da palavra os Srs. Senadores João Calmon, Almir Pinto, Fernando Henrique Cardoso, Eunice Michiles a Deputada Federal Bete Mendes, a Deputada Estadual Dayse Lúcidy, as Sras Flórida Acioli, Ana Maria Mendonça, Matildes Paz Landim, Liliana Marcondes Pinho, Rosa Maria Chiamulera, Jovina Teodoro, Suraide Pinto e o Sr. José de Castro Coimbra.

Finalizando, o Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Edson Luiz Campos Ábrego, Assisten-

te da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprova da, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

#### **ANEXO À ATA DA 11ª REUNIÃO DA CO- MISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. CRIADA COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR PROBLEMAS VINCULADOS AO AUMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 1983, DESTINADA A OU- VIR A PROFESSORA E SEXÓLOGA MARTHA SUPPLICY, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CO- MISSÃO.**

**Presidente: Senador Mário Maia**

**Relator: Senador Almir Pinto**

(Integra do Apanhamento Taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Declaro aberta a reunião. Esta é a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro. Está convidada para depor hoje nesta Comissão a Professora e Sexóloga Marta Suplicy, a qual eu convido para fazer o juramento de praxe.

A SRA. MARTA SUPPLICY — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja de meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Como nas demais reuniões, nós dividiremos o depoimento em três partes: Na primeira, a depoente fará uma exposição geral sobre o assunto; na segunda, os Srs. Parlamentares, Senadores e Deputados, terão a preferência para fazer perguntas à depoente; e se houver tempo, a Presidência da Comissão concederá a outras pessoas, que não sejam parlamentares, de também fazerem perguntas à depoente.

Assim, concedo a palavra à Professora Martha suplicy, para fazer a sua exposição inicial.

A SRA. MARTA SUPPLICY — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, demais presentes, sou a favor do acesso da população à informação: informação sobre o verdadeiro índice da inflação, informação sobre o montante real da dívida externa brasileira, informação sobre as negociações com o FMI, informação sobre anticoncepção. Povo que não tem informação não decide sobre seu destino. Mulher que não tem acesso a métodos anticoncepcionais não é dona de seu corpo.

A discussão sobre planejamento familiar caracterizou-se durante certo tempo por posições ideológicas em três níveis:

1. As posições natalistas, amplamente difundidas pelas esquerdas, atribuindo qualquer planejamento familiar à ação do imperialismo, e setores militares defendendo a necessidade de segurança nacional, ocupação da Amazônia, etc.
2. A posição da Igreja contra qualquer tentativa de planejamento familiar fora dos métodos naturais; e
3. As posições anti-natalistas responsabilizando a densidade demográfica pelas dificuldades econômicas.

Atualmente a posição da Igreja, fora algumas correntes dissidentes, continua contra o planejamento familiar. Os movimentos natalistas modificaram seu discurso ou perderam sua força; as esquerdas por uma maior conscientização feminista; os militares, talvez por medo de uma explosão desencadeada, por um exército de miseráveis, pelo aumento do número de favelados, pela incompetência em determinar uma política econômica que crie empregos e pela constatação, seriíssima, do grande contingente de jovens brasileiros que foram reprovados nos exames de saúde (pulmões, urina, sangue) para entrar nas Forças Armadas.

Então, vocês podem ter uma idéia, quando quase mais da metade de nossos jovens não passam nesses exames — para não se passar em exames de pulmão, urina e sangue, e que alguma coisa está muito errada, não é resfriado. Então, metade de nossos jovens não passarão nesses exames para entrar nas Forças Armadas.

Estamos criando uma Nação de analfabetos, pois o índice de analfabetismo do nosso país pouco melhorou

desde 76; nossas crianças e adultos são subnutridos e miseráveis. Entretanto, eu, sinceramente, pergunto: será que a solução está no controle da natalidade?

Ocorre-me o exemplo de uma senhora obesa, que indo ao médico se tratar, em vez de fazer os exames para estabelecer alguma causa orgânica, como problema de tireóide ou, se nada constatado, ser encaminhada para um psicoterapeuta para ver o que leva a comer desbragadamente, o médico lhe dissesse que é gorda porque come e lhe proibisse os alimentos. Todos nós ficaríamos horrificados com tanta incompetência. E saberíamos, de antemão, que pouco ia adiantar, pois se sua tireóide não funcionasse bem, ela continuaria a ser gorda, ou se sua ansiedade não diminuisse, ela continuaria comendo.

Seria essa a argumentação para a necessidade de um planejamento familiar?

Pois me parece que hoje a discussão não está mais na necessidade ou não de um planejamento familiar, porque acho que ninguém discorda quanto a isso mas, sim, na ideologia que guiaria tal proposta, e como seria implementado tal programa.

Hoje você não arruma sequer um grupo feminista no País que seja contra acesso a métodos anticoncepcionais. Agora, depende da ideologia que está por trás disso, porque disso é que vai depender como é que vai ser feita essa campanha, e que tipo de programa nós vamos prestar a essas mulheres.

Ideologias, tais como as explicitadas pelo Senador Roberto Campos, que vê o aumento do nível de vida como resultado da diminuição da taxa de crescimento, não resistem ao menor argumento. Não foi o controle da natalidade que fez a população da Holanda e do Japão ricas e nem é o controle da natalidade que está tornando a população da Índia rica.

Hoje, sabe-se que a diminuição da natalidade é consequência da escolaridade e não da esterilização. Em todos os países desenvolvidos nunca se realizou um controle de natalidade. A diminuição da taxa de crescimento se processou naturalmente com desenvolvimento econômico e aumento de escolaridade. O próprio exemplo citado pelo Senador serve para mostrar a falácia de sua argumentação: "a região de melhor qualidade de vida no Brasil está nos Estados do extremo sul, onde o crescimento demográfico já baixou para 1,44% ao ano". Isso não ocorreu por causa da diminuição da natalidade, e sim pelo maior acesso que as pessoas tiveram à urbanização, e porque essas regiões têm melhor educação, foi por isso que houve ali uma melhoria.

A Senadora Eunice Michiles também desenvolve tese semelhante, culpando os altos índices de natalidade pela poluição e aos pobres de serem pobres, por terem muitos filhos.

Tão falacioso como todos esses argumentos me parece o da "paternidade responsável". Em si até que não seria mal esse argumento, pois não é desejável que venham ao mundo crianças que não sejam queridas. Entretanto, a tradução dessa "paternidade responsável" é: se você é pobre, ou se você é negra, ou se você já tem filhos e vive apertada, você é uma irresponsável se continuar a procriar.

O problema também não é por aí. Pois me parece que se o cidadão é pobre ele deveria ter condições de viver e criar seus filhos com dignidade. Se ele é negro, ninguém deveria estar interessado num "embranquecimento" da raça brasileira e sim em criar condições para essas pessoas prejudicadas, por anos de escravatura, ocuparem um espaço digno na sociedade. Não através do controle da sua prole, mas de condições especiais de estudo e oportunidades.

Porque essas pessoas têm um ônus muito maior, essas pessoas ajudaram o desenvolvimento do nosso País, e até hoje estão pagando por terem sido escravos. Acho que essas pessoas deveriam ter um acesso privilegiado a faculdades, escolaridade, alimentação, tudo isso.

Quanto a ter 3, 4, 5, ou seja lá o número de filhos que for, cada cidadão deveria poder escolher livremente o que acredita ser conveniente para si mesmo. Tendo acesso à informação sobre anticoncepção, cada vez mais me convenço de que o povo tem uma sabedoria enorme para distinguir o que lhe convém. Muito maior do que a mídia, do que a sua ou do governo.

Não concebo, e me causa medo, um planejamento familiar através da comunicação de massa como o sugerido na Folha de São Paulo de 25-8-83 pelo Senhor Alex Pe-

riscinotto, integrante da Comissão Consultiva da Secretaria da Imprensa e Divulgação da Presidência da República. Depois de colocar a importância — que ninguém duvida — de responsabilidade por esse tipo de divulgação, o publicitário desenrola toda uma ideologia que os interesses individuais das pessoas devem ser respeitados e de que "o programa de informação de um projeto de conscientização social sobre a paternidade responsável se confunde com o próprio objetivo: a informação é o programa, pois de casais informados é que nascerá a nova mentalidade responsável".

O Senhor Periscinotto acredita — e ai de nós se ele tiver razão — que uma "informação" bem feita levará os casais à responsabilidade. Não precisa ser muito perspicaz para se perceber que tipo de informação ele deseja passar, não é verdade? Aliás, no parágrafo seguinte de seu artigo, sobre paternidade responsável, ele a torna óbvia: "Trata-se, portanto, de levar uma informação especial, bem estruturada, simples e clara e com capacidade de convencer a nada menos que toda população brasileira com exceção de crianças". Nem Goebells faria melhor.

Acho que existe uma diferença muito grande em informar — o que deveria ser o objetivo sobre métodos anticoncepcionais — e convencer quem quer que seja a utilizá-los.

Ocorre-me uma frase do discurso do Senador Roberto Campos com a qual não se teria sobre o que discordar: "não se trata de impedir os pobres de terem os filhos que querem, mas de ajudá-los a não terem os filhos que não querem".

Temo somente que o Senhor Periscinotto queira dar uma mãozinha na cabeça dos pobres ensinando-os sobre o que devam querer.

É extremamente frequente e tenho escutado reiterados depoimentos de mulheres pobres, mulheres da periferia, esterilizadas pela autoridade médica. Ai não é que o médico chega lá e fale que ela deva se esterilizar porque é pobre, o discurso não é assim tão claro, mas aquela pessoa, sem o conhecimento suficiente, ela é um presa muito fácil de toda uma ideologia desse médico, que diz o seguinte: "Minha Senhora, a Senhora deve operar pois já tem tantos filhos, a vida está tão difícil hoje em dia...". Isso quando ele não opera antes de consultá-la. E ela vem saber depois, quando não mais se engravidar, às vezes, toma pílula para não engravidar, e depois de anos ela sabe que não tem mais útero. Ninguém contou.

Deseja-se que a publicidade — se utilizada — seja para o esclarecimento do uso de métodos de anticoncepcionais — aliás, esse poderia ser o nome da campanha, que não se deveria propor a mais nada.

Bem, agora vamos a uma proposta.

O esclarecimento sobre métodos anticoncepcionais deve ocorrer. Não pelas razões citadas por essas ilustres personagens mas simplesmente porque hoje só os ricos têm acesso à evolução da ciência. Os pobres deveriam também poder optar por não ter filhos e escolher dentre os possíveis métodos os que melhor lhes conviessem. Entretanto, em nenhum momento uma campanha de esclarecimento poderia ocorrer sem um investimento maciço em infra-estrutura que permitisse a essas mesmas pessoas optarem por ter os filhos que desejarem.

O esclarecimento sobre anticoncepção não deve ser separado do atendimento integral às necessidades de saúde da mulher em todas as fases de sua vida e também ao homem.

Por que só investir na mulher reprodutora e no controle da sua prole? Deve ocorrer concomitantemente o atendimento ginecológico, a prevenção do câncer, o atendimento e campanha a respeito de sintomas e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis — para homens e mulheres — e atendimento na menopausa. E, por que não, nos mesmos Postos de Saúde a formação de grupos de homens e mulheres para a discussão de questões relativas a sexualidade, reprodução e prazer.

Não só cuidados com a saúde do homem e mulher mas com a prole já nascida devem ser implementados.

A legalização do aborto e sua prática gratuita é também uma reivindicação. Que o aborto não seja entendido como método anticonceptivo mas como a última alternativa para evitar uma gravidez indesejada.

Isso sem entrar, aqui, o que está ocorrendo com relação ao aborto clandestino, ao número de abortos feitos no Brasil, a internação enorme de mulheres por abortos

mal feitos, tudo isso que já tem sido amplamente debatido.

Na escolha do método anticoncepcional deveria estar incluída a possibilidade de utilização do preservativo masculino e da vasectomia, pouco enfatizados atualmente.

Desejamos nesses mesmos Postos de Saúde uma apresentação de assistência médica e psicológica às mulheres espancadas vítimas de violência sexual ou estupradas.

É necessário o incentivo à criação de cursos sobre a sexualidade humana nas escolas de medicina — porque hoje tem sido a minha reiterada experiência que os médicos não sabem sobre sexualidade. Não sabem informar, não sabem dar assistência à mulher sobre os problemas ligados à sexualidade, quando sai da área específica da ginecologia e do remédio — e programas de educação sexual nas escolas de 1º e 2º graus.

Assim como a proposta de pesquisas sobre métodos anticoncepcionais seguros e inofensivos, tanto para homens e mulheres, a fim de que a contracepção seja assumida como uma responsabilidade de ambos os sexos. E não só da mulher. E a fabricação — isso me parece bastante sério, porque acho que aí entram todas as multinacionais — de todos os métodos já aprovados, como o diafragma, a capa cervical e o DIU, todos atualmente importados e proibidos de serem fabricados no nosso País. Quer dizer, a mulher rica tem acesso, a pobre não pode.

A integridade da saúde da mulher é fundamental para o desenvolvimento do nosso País e o acesso à informação objetiva e possibilidade de livre escolha dos métodos anticoncepcionais é um dos aspectos de um todo maior. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Passamos, agora, à segunda parte do depoimento, que é o acesso às perguntas que os presentes poderão fazer à depoente.

Concedo a palavra ao Senador João Calmon, primeiro inscrito para fazer perguntas à Professora Marta Suplicy.

Com a palavra o nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Em primeiro lugar, desejo felicitar a Professora Marta Suplicy pela sua admirável exposição, sobre o problema que suscitou esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Tenho impressão de que essa onda que está surgindo no Brasil, nos últimos meses, sobre a necessidade de dar a mais alta prioridade ao controle da natalidade, lembra um pouco uma página famosa de um humorista, permitam-me repetir, do humorista inglês Swift, que quando surgiu uma crise grave em determinada área da Inglaterra, ele sugeriu como solução, na base do humorismo, que se matassem as crianças e se vendessem as suas carnes para os açougueiros.

Francamente, acho que há algo por trás dessa avalanche que está se vendendo no Brasil de hoje sobre a necessidade desse controle de natalidade.

A professora Marta Suplicy destacou, com muita acuidade, que o que é necessário mesmo neste País é aumentar o índice de escolaridade, dar prioridade à educação. Uma família educada saberá planejar o tamanho adequado da sua prole.

A Professora Marta Suplicy destacou que o índice de aumento da natalidade nas áreas desenvolvidas do Brasil já abaixou para 1,46%.

Na realidade, no discurso do nosso nobre colega, Senador Roberto Campos, foi dada uma ênfase que me parece excessiva ao problema de controle da natalidade, que foi logo apresentado, praticamente como o problema número um deste País. E, evidentemente, não é o problema número um.

O problema número um deste País, e eu diria o problema número dois, o problema número três, como dizia o famoso estadista francês Poincaré, é a educação, que não mereceu uma palavra sequer, num discurso que durou 2 horas e 15 minutos. Em vez de se dar tanta ênfase à campanha do controle da natalidade, por que não incluir num painel sobre problemas brasileiros e da tributação das classes privilegiadas, dos ricos, dos super-ricos, dos magnatas deste País que, segundo o Secretário da Receita Federal, estão pagando zero nove décimos por cento sobre o total dos seus rendimentos? Relega-se isso a plano secundário. Agora mesmo um tributarista informou, e todos os jornais divulgaram, que bastaria uma modifi-

ciação na nossa lei fiscal para aumentar a receita da União em um trilhão e duzentos bilhões de cruzeiros.

Concordo plenamente com a Professora Marta Suplicy, sobre o enfoque que deve ser dado ao problema. Promovemos uma mobilização nacional para darmos, realmente, à educação, a prioridade que ela nunca teve no País, antes de 64 e depois de 1964. Fala-se muito em controle da natalidade, colocando a carga mais pesada sobre a mulher, quando o problema seria mais simplificado se os homens fossem esterilizados em grande escala.

Acredito, ilustre conferencista, que o Brasil deveria, embora garantindo a mais ampla divulgação de todos os métodos que possam ser utilizados, em termos de tamanho da prole, mas o que me parece absolutamente essencial é que nós convençamos de que é necessário essa mobilização nacional em favor da solução do problema da educação. Eu limitaria a minha pergunta a este ponto: O Brasil, de acordo com estudos de experts internacionais não brasileiros, permitam-me repetir, experts não brasileiros, tem uma destinação de grandeza até o ano 2000. Segundo esses experts, o Brasil é o único País do mundo que tem possibilidade de se transformar numa grande potência até o ano 2000, porque preenche quatro condições que são consideradas essenciais. A primeira condição é ter uma área de mais de 3 milhões de quilômetros quadrados. O Brasil tem mais de 8 milhões, como os Estados Unidos, Rússia e a República Popular da China têm. A outra condição é ter uma população de mais de 200 milhões de habitantes. É absolutamente essencial que um País com dimensões continentais como o Brasil tenha uma população da ordem de 200 milhões de habitantes. E por que 200 milhões de habitantes? Para garantirmos o mercado interno capaz de nos libertar dessa sujeição ao modelo exportador que está desgraçando este País, esta que é a verdade. O terceiro ponto é ter um produto nacional bruto de 180 bilhões de dólares. O Brasil já ultrapassou esse limite de 180 bilhões de dólares.

Finalmente, é necessário, de acordo com essa teoria dos experts internacionais, que o País tenha 25% da sua economia na área industrial. O Brasil já tem.

Ora, diante desta destinação de grandeza do Brasil, até o ano 2000, parece-me, na realidade, suspeita essa súbita tentativa de mobilização da opinião pública para darmos a prioridade máxima ao controle da natalidade.

Gostaria de ouvir a opinião da ilustre conferencista sobre esta indagação ou, pelo menos, sobre essa suspeita que estou levantando neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra a Srª Marta Suplicy.

A SRA MARTA SUPLICY — Acredito que possa haver mesmo um escamoteamento das coisas mais importantes neste País. É uma maneira de não se discutir outras coisas importantes, da maneira como está sendo feita a eleição presidencial, o expurgo dos índices, o acordo com o FMI, que fica sendo culpado pelo planejamento familiar, quando absolutamente não diz nada a respeito. Então, acho que tudo isso escamoteia os problemas verdadeiros da Nação.

Agora, outra coisa que me pergunto, é que tenho medo, pela experiência que vemos nos outros países que obtiveram, pelo aumento de riqueza, declínio na sua população, muitos deles estão com problemas de pouca gente no País. E eu fico pensando, se nós que somos quase do tamanho dos Estados Unidos e temos metade da população americana, começarmos a fazer um programa, como o sugerido pelo Alex Periscinoto, quer dizer, um programa de fazer a cabeça das pessoas para não ter mais filhos, é capaz de baixar realmente esta taxa de natalidade para um ou zero vírgula pouco. Depois, como ser faz para subir? É difícil a possibilidade dessa reversão. O que vamos fazer, daqui a vinte anos, se isso acontecer? Acho que essas pessoas não se perguntaram sobre isso. Eu também não sei o que vai acontecer, mas acho que é risco enorme que corremos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Mais alguma pergunta, nobre Senador?

O SR. JOÃO CALMON — Não, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra à nobre Deputada Bete Mendes para inquirir a depoente.

**A SRA. BETE MENDES** — Queria parabenizar você, Marta, não apenas por esta apresentação, que é muito clara, objetiva, mas por todo trabalho que você desenvolve há muitos anos e, principalmente, pelo seu livro, "Conversando sobre sexo", que é um livro direto, simples e da compreensão da educação da população brasileira.

E eu gostaria de solicitar licença ao Senador para ampliar o problema da educação para o problema cultural. A nós nos falta muito, a nossa formação cultural e o tipo de determinação cultural que temos. No caso do planejamento familiar, nós que trabalhamos com linguagem, entendemos muito bem o que é dizer uma coisa por outras palavras. Na verdade, não está se propondo um planejamento familiar. Está-se propondo controle da natalidade. Isso é grave, porque não dá às pessoas, que querem ou não ter filhos, o direito de querer ou não ter, como você explicou muito bem aqui.

Gostaria de frisar, em nível cultural, a culpabilidade que se faz à população. Você começa muito bem com a necessidade da informação em todos os níveis e da informação no sentido de ligar os assuntos. O que é o problema econômico, social, familiar, educacional? Eles não estão juntos desligados e são colocados para a população como problemas separados, estanqueizados. Agora estamos tratando apenas de planejamento familiar? Não. Isso é o sufoco da estrutura governamental que não está resolvendo o problema da riqueza no País, está responsabilizando a população pelos erros de estrutura econômica que fizeram com que chegássemos até onde chegamos.

Neste sentido existe uma coisa seriíssima da culpabilidade, que você frisa muito bem numa parte do que você apresentou, com relação à população pobre e à população discriminada. Outra vez entra aí o fator cultural. Quem é pobre não tem o direito de ter filhos. Quem é pobre e negro menos ainda, porque o nosso problema é uma procura de uma raça superior, como se não fôssemos todos da mesma espécie. E a colocação da culpabilidade aí tem uma gravidade um pouco maior, que é a mulher. A mulher brasileira é a única responsável pela procriação, pela saúde do seu corpo e do corpo do marido, e pela saúde dos filhos que possa vir a ter ou não.

Estou lembrando, agora, do que estou lendo no seu livro, que ainda não acabei de ler, em que você levanta questões de pessoas que escreveram para você, que são muito importantes, da total desinformação sobre o que é o prazer do sexo, sobre o que é direito de ter um filho ou não, e sobre o medo que tem de como fazer com aquele ser humano que nasceu. Eu gostaria, se você pudesse, de entrar um pouco nisso, no sentido de ver a culpabilidade que temos, que é totalmente injusta, porque estamos responsáveis, agora, sobre a própria vida, é isso que está se questionando. Não podemos mais fazer vida, ou seja, fazer gente.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Muito obrigada à Deputada Bete Mendes. Eu acho que você levantou um ponto, Bete, que eu tinha esquecido e que é importânsimo, que é o da culpabilidade. Realmente, esse ponto eu acho que é seriíssimo porque a culpada maior é a mulher e a pobreza dela. Então, parte daquela teoria de que o brasileiro é pobre, porque ele é preguiçoso, porque ele não se esforça, por isso é que ele é pobre. Não é porque ele não come até 1 ano de idade, não! Não é porque ele não tem chance! A mãe não tem creche para deixá-lo e ele fica em casa trancado, e ele fica lá, você imagina o que deteriora no psiquismo de uma criança que é criada dessa forma.

Teve uma reportagem, domingo, no "Fantástico", mostrando a delinqüência em São Paulo, aqueles meninos abandonados.

Agora, eu acho que a mulher está sofrendo mais do que todo mundo, frente a isso. Se a mulher é pobre e negra, dobrado. Isso porque, a mulher quando começa a ter muitos filhos, porque não tem acesso às informações, ou porque tem uma idéia de que isso vai ajudá-la — nas zonas rurais isso, talvez até seja verdade — não é mais nas zonas urbanas, mas nas zonas rurais, isso talvez até seja! ela não tem alimentação para dar, ela não tem remédio para dar para os seus filhos, e isso tudo gera uma culpa muito grande, porque, geralmente, se dizia assim: é Deus, é o destino! Então não tinha tanta culpa, era uma coisa que acontecia na vida. Mas, agora, eu acho que os

meios de comunicação, ainda não está oficial, mas já estão tentando vender a essa mulher que tudo é culpa dela! E quanta gente discute isso! Nós já discutimos, por exemplo, que, em vez de fazer escola, em vez de dar assistência a essas pessoas, em vez de irrigar o Nordeste, em vez de fazer obras de infra-estrutura, o que que se faz? Nós temos as obras faraônicas, a Transamazônia, coisas do gênero, e depois nós temos os escândalos nacionais; eu acho que nunca nós tivemos tantos escândalos como agora. É a CAPEMI, a DELFIN, é uma coisa atrás da outra, e eu fico pensando: bom, agora, algo vai acontecer, nada acontece! Nada acontece nesse País! A gente lê nos jornais, eu, como cidadã, leio aquilo, e penso assim: bom agora vai acontecer alguma coisa! Alguém é responsável! Alguém vai pagar! Nada acontece. Parece que são todos surdos-mudos, nada acontece. E eu fico pensando, dá uma certa importância, como gente, o que se pode fazer! E quando a gente sabe que todo esse dinheiro, que é desvirtuado, é usado para essa corrupção imensa que nós temos hoje! Ele poderia estar sendo para prover escola, para prover uma situação melhor para a mulher.

E quando a gente vê um planejamento familiar que perige, se Deus quiser não será, mas perige de virar essa "fazecão de cabeça de gente", aí eu acho que realmente é um desastre...

Eu não sei se respondi toda a sua pergunta. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — Mais alguma pergunta, nobre Deputada?

**A SRA. BETE MENDES** — Eu gostaria de tomar a liberdade, adendando ao que nós já falamos, colocar um pouco a realidade brasileira no nível econômico, relacionado com o problema populacional, no sentido do nosso desenvolvimento, que não é o desenvolvimento real do Brasil, e sim um projeto desenvolvimentista, que você colocou muito bem nas obras faraônicas. Nós estamos aqui com um planejamento familiar que eu traduzo só para controle da natalidade! Quando nós estamos na área industrial, criando aquele novo elemento de desenvolvimento tecnológico, que é o robô, então a gente questiona: onde é que está o problema da população brasileira? É em procriar filhos para que possam ser, amanhã, cidadãos que tenham trabalho, que contribuam para enriquecimento da Nação ou as pessoas vão deixar de procriar para que os robôs ocupem o seu lugar?

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — Mais alguma consideração?

Concedo a palavra à nobre Senadora Eunice Michiles para inquirir a depoente.

**A SRA. EUNICE MICHILES** — Professora Marta Suplicy, eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer que me senti honrada de ser citada, nominalmente, não só agora, mas também no seu programa.

Mas, gostaria de fazer algumas colocações, que me parece, procedem nesse momento.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que é muito cômodo, Professora Marta, nós estamos aqui, num ambiente refrigerado, todas de classe média, discutindo se devemos ou não, se é certo ou não, se é controle, se é planejamento, levar aquela mulher do interior, aquela mais pobre, aquela que não tem acesso aos recursos; se é bonito ou não, enquanto que, a mulher, desculpe a expressão que é grosseira, pare como um animal, nas beiradas dos rios nos sertões nordestinos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — Parir é um termo técnico, certo.

**A SRA. EUNICE MICHILES** — Muito obrigada, Dr. Mário.

Gostaria, no entanto, já que cheguei, pelo menos, no meio do seu pronunciamento, de considerar um pouco as palavras de meu colega, Professor João Calmon, a quem confiro o direito de falar com toda ênfase sobre educação, mas não sobre ter filhos.

Porque, se a educação é o problema número 1 para eles, para nós, é ter filhos, Senador, para nós é o momento, acho que V. Ex<sup>e</sup> jamais viu uma mulher tendo filho, sem nenhuma assistência. E nesse momento falar em educação, para ela não tem nenhum sentido.

Não comprehendi, também, a sua referência ao Japão, que é o país que desenvolve o seu melhor controle da na-

talidade, não é nem planejamento familiar, é controle de natalidade.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Fui eu que fiz a referência ao Japão.

**A SRA. EUNICE MICHILES** — Desculpe, eu me enganei, então.

Muito bem, muito mais a cifra de 200 milhões de habitantes me parece jogada, chutada; por que 200 milhões de habitantes no Brasil dentro de uma década? Estaremos nós preparados para, dentro de 20 anos, termos 200 milhões de habitantes? Hoje não temos escolas suficientes! Não temos emprego suficiente! Não temos como nos preparar para 1 milhão e meio de jovens que chegam, a cada ano, no mercado de trabalho! E achamos que devemos continuar procriando e crescendo a taxa mais elevada do mundo! Com que recursos! Com que capacidade nós poderemos conter essa explosão demográfica? Eu perguntaria, aqui, quem de nós tem 15 filhos? Porque todos sabem, e os médicos estão aqui para não me deixar mentir, que um casal com vida sexual ativa, durante o seu período reprodutivo terá de 12 a 15 filhos. Então fica muito cômodo, eu tenho 4, a maioria tem 2 ou 3. Mas a mulher mais pobre, essa não deve ser informada, porque ela precisa cumprir uma determinação biológica, ela precisa ter 10, 12, 15, 20 filhos para que nós atendamos as preocupações de que pode ser "feita a cabeça dela", pode atender as preocupações de que isso não seja uma imposição?

Meu Deus do céu! Nós precisamos ser mais realistas sobretudo mais responsáveis, quando nós afirmamos que esse País quer um controle da natalidade. Com que autoridade, baseado em quê? Onde estão esses dados? Eu me pergunto: Se essa Comissão tem se debruçado aqui, e ouvido pessoas favoráveis, eu, pessoalmente, sou favorável, mas o Presidente da Comissão não pode ter idéia definida, como também o relator está aqui para colher subsídios, então, baseado em quê? Em que dados afirma V. Ex<sup>e</sup> que o País está às vésperas de impor um controle de natalidade?

Mas eu diria mais, seria muito comodo, Sr. Presidente — eu pediria licença para me prolongar um instantezinho, já que fui citada nominalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — Pois não. V. Ex<sup>e</sup> tem o tempo necessário, Senadora.

**A SRA. EUNICE MICHILES** — Parece-me falacioso afirmar que, quando um dia, esse País atingir a sua maioria cultural, então sim, as famílias poderão planejar o número de filhos que desejam ter; isso é extremamente falacioso. Porque seria a mesma coisa que nós dissessem o seguinte: vacina também, porque não esperar que a família saiba o dia que precisa vacinar o seu filho. Por que um movimento no sentido de levar, naquele exato dia, todas as famílias à informação de que precisa vacinar o seu filho? Ninguém obriga ninguém, mas convence que aquilo é uma medida necessária.

V. Ex<sup>e</sup> citou que médicos esterilizam mulheres sem autorização, esses médicos deveriam ser presos.

Uma coisa não deveria generalizar a outra. Quando nós defendemos o direito da informação, o direito que tem todas as famílias brasileiras, o mesmo direito que V. Ex<sup>e</sup> tem, que eu tenho, que todos nós temos, de ter acesso à informação e aos meios de planejar a sua família, é muito diferente de imaginar que os médicos possam esterilizar, a seu bel prazer, as mulheres que os procuram.

Diz-se também que uma fertilidade se deve à pobreza, à falta de alimentação. Existe um argumento médico que diz que a falta de proteínas faz com que as mulheres engravidem muito mais rápido. Então, seria o caso de uma mulher procurar um médico e dizer que não queria mais engravidar, e ele responder que isso é uma questão de proteínas: alimente-se melhor e você terá menos filhos. Isto me parece de uma excessiva maldade, de um excessivo egoísmo que nós mulheres de elite, porque somos, temos acesso a tudo e imaginamos que aquela mulher mais pobre não deva ter.

Parece-me também extravagante que V. Ex<sup>e</sup> defenda o aborto. É interessante que V. Ex<sup>e</sup> defenda a legalização do aborto para uma gravidez indesejada e não a legalização de um amplo planejamento familiar, isto me pareceu profundamente curioso.

A Deputada Bete Mendes fala em prazer sexual. Mas que prazer sexual pode ter uma mulher, se sabe que, a

cada ato sexual, terá um filho? Isso realmente cabe às classes mais pobres.

Ouvi o seu programa outrô dia que V. Sr<sup>a</sup> citava, tendo vindo dos Estados Unidos, que a expectativa de vida das crianças que nascem lá é de cento e vinte anos. Imaginemos nós, que o progresso da Medicina chega, para os ricos, e de alguma maneira também para os pobres.

A SRA. MARTA SUPLICY — Não.

A SRA. EUNICE MICHILES — Menos, mas chega, porque se não a nossa mortalidade não teria decrescido como decresceu. A nossa taxa de crescimento decresceu muito pouco...

A SRA. MARTA SUPLICY — Em São Paulo a taxa de mortalidade infantil aumentou.

A SRA. EUNICE MICHILES — Mas em termos nacionais baixou muito de 20 ou trinta anos para cá, isso temos que reconhecer. Então, à medida que a taxa de mortalidade diminui e a taxa de crescimento populacional aumenta, creio que chegamos realmente a um impasse. De maneira que não vejo fórmula mágica para compatibilizar as duas coisas. Defendo a posição de que precisamos crescer. Ninguém aqui diria que o Brasil precisa parar de crescer, seria até idiota dizer isso. O Brasil precisa crescer mas em termos compatíveis com o nosso crescimento econômico. Não diria também que o planejamento familiar seria a grande solução para todos os nossos males. Jamais disse isso, mas que é um dado contributivo, não tenho dúvida alguma.

Sr<sup>r</sup> Conferencista, resumindo, diria que a proposta dos que defendem o planejamento familiar é apenas uma, a de levar às famílias pobres o direito, que se insere inclusive nos direitos básicos humanos, de ter os filhos que deseja e que pode criar. (Palmas.)

A SRA. MARTA SUPLICY — A idéia que eu tenho é que sempre me confundo quando falo com V. Ex<sup>r</sup>. Porque as suas idéias de que a mulher pobre deve ter acesso aos métodos anticoncepcionais, que não devemos esterilizar mulheres a torto e a direito, tudo isso eu concordo, é óbvio, e talvez V. Ex<sup>r</sup> não tenha assistido ao começo da minha palestra, porque acho que, no Brasil, muitas poucas pessoas serão contra planejamento familiar, aliás, só os que não entenderam nada o serão. Mas o problema todo do planejamento familiar está — e conversamos sobre isso na outra vez que nos encontramos — na ideologia que está por trás desse planejamento. Esse é o problema. V. Ex<sup>r</sup> acredita que as mulheres devem ter acesso à anticoncepção porque são pobres, por causa da explosão demográfica, com o que não concordo. Agora, quando V. Ex<sup>r</sup> coloca que nós estamos aqui comodamente sentadas, e coitada da mulher do interior que não tem acesso, e que estamos no bem-bom, dizendo a elas que não devem ter filhos. Absolutamente, eu não só acho que é importante, como acho que devemos, como um dever nosso, levar a essas mulheres esses meios. O único problema, me parece, é como levar isso. Eu tenho ouvido centenas de depoimentos de mulheres, as quais os médicos fazem a cabeça. Fazer a cabeça é dizer que a pessoa é pobre, e chegam ao cúmulo de dizer que moças de cor têm muita dificuldade em conseguir empregos: "a senhora não vai ter muitas chances, e seus filhos também não".

A SRA. EUNICE MICHILES — Essas são as exceções.

A SRA. MARTHA SUPLICY — Não são exceções, ai é que a gente se engana. A ideologia por trás é que são essas.

A Sra. falou, em relação ao Senador João Calmon, que ele não deve opinar por ser homem. Eu discordo. Para se fazer um filho é preciso o homem, e para se criar o filho é preciso o homem...

A SRA. EUNICE MICHILES — Mas para ter, lamentavelmente, a gente tem sozinha.

A SRA. MARTHA SUPLICY — Para termos, às vezes a temos sozinha, e para assumir muitas vezes temos que assumir só. Mas acho que desta luta não devemos tirar os homens...

A SRA. EUNICE MICHILES — Ao contrário.

A SRA. MARTHA SUPLICY — São bem-vindos, devem participar, e inclusive têm muito o que aprender

com a gente, inclusive, porque labuta, o dia-a-dia sobra para nós mulheres.

O que eu quis dizer em relação ao Japão foi que o Japão não ficou rico porque controlou a natalidade, assim como a Holanda. São países que, depois de ricos e com muita população, foi que limitaram a natalidade. A Índia, por exemplo, que faz o controle de natalidade, não ficou rica por causa disso. Então, o que temos que ver é que não há uma correlação nesse sentido, pelo menos até hoje não teve, pode ser que sejamos os primeiros. Depois, em relação à cifra de duzentos milhões citada pelo Senador, eu não sei se serão duzentos ou quantos serão. Mas eu me pergunto, será que se aplicássemos o capital deste País decentemente, não daria para educar melhor o que nós temos e os que virão? É uma pergunta, mas eu desconfio que talvez dê. Porque se lembrarmos da China, País que tem uma renda per capita bem menor do que a nossa, e onde o cidadão tem direito à assistência médica, à moradia muito melhor do que a que propomos. Então, me lembrando da China é que eu cito esse exemplo.

Eu considero o aborto hoje um problema de saúde no Brasil. As cifras são de três, quatro e chegam até a cinco milhões de mulheres que morrem no Brasil por aborto malfeito. Sabemos que a mulher de classe média e rica vai a uma clínica, toma anestesia e faz o seu aborto. Ela pode ter algum dano psicológico, mas orgânico ela não tem. A mulher pobre faz o aborto clandestino, nesses carniceiros da vida, ou essa aborta com a curiosa da esquina, e o que acontece? Essas mulheres, muitas vezes, elas serão esterilizadas para a vida, e o que tem acontecido mais frequentemente, é que elas vão para o INAMPS com problemas pós-operatórios de infecção, e ficam um mês. Então, o aborto, que é uma operação que demora cerca de quinze minutos, ele acaba tomando do Estado um mês de hospitalização. Quer dizer, em termos de ônus financeiro, é enorme também.

Em termos de religião, em termos de moral, eu penso que quem tem uma moral, quem tem uma religião, não precisa de uma lei para se portar, a pessoa vai fazer o que ela acha correto, o que a sua religião permite. Mas também não é certo que uma religião ou uma moral de um certo grupo de pessoas imponha a outro grupo de pessoas a sua vontade. Por isso sou a favor da legalização, e sou a favor que seja feito gratuitamente pelo Estado, porque senão não adianta nada, porque a mulher pobre continuará sem acesso ao médico, continuará fazendo o aborto na curiosa. Então, tem que ser feito pelo Estado. Agora, seria uma irresponsável, se estivesse aqui falando do aborto como método anticoncepcional, porque claro que não é, ele pode ter consequências para a mulher, inclusive orgânicas, se ela faz um monte de abortos, e pode até, eventualmente, levá-la a não ter mais condições de procriar, e muitas vezes tem uma consequência psicológica. E é contra essa consequência psicológica que eu gostaria de falar, porque acho que se a mulher ficou grávida, e nem sempre a mulher ficou grávida porque é uma tonta, às vezes ela está tomando o anticoncepcional e pode esquecer, às vezes por furar o preservativo. Tem tanta coisa que pode acontecer, que engravidou uma mulher. Às vezes, ela usa o método da tabelinha, e aquele dia ela ficou nervosa e ovula do dia diferente. Tanta coisa pode ocorrer.

Ela não é uma peste, ela não é uma irresponsável, porque engravidou-se. Umas são até bem tontas e engravidam, como aquelas adolescentes, que estavam todas grávidas, e fomos conversar, e uma falava assim: "Ah, doutora, mas se engravidou só uma vez, ou se engravidou no domingo também?" Quer dizer, existe este tipo de gente que não tem informação. Mas tem outras que têm, e mesmo assim engravidam, e aí, que vão fazer? O que é que acontece com estas mulheres? Fora, ela tem que decidir, se tira ou não alguém, que é uma possibilidade, para uns já é uma vida, e para outros, isso ninguém pode discutir, é uma possibilidade de vida. É um ser humano que ninguém sabe o que vai ser, o que poderia ser. Muito difícil fazer esta decisão. De fora, ter que fazer esta decisão que é terrível. A mulher tem que arcar com o ônus de fazer uma operação ilegal, porque ela pode ser presa por isto, e se ela não tem dinheiro, corre o risco de morrer, de se estropiar para o resto da vida. Fora os casos, centenas de casos e depoimentos que tenho, de mulheres que vão para o INAMPS, em consequência de aborto malfeito, e chegando lá o médico diz: "Ah, você não fez? Na hora de

fazer estava bom, não?" E aí fazem a curetagem a frio nestas mulheres, para pagar o pecado, porque é pecado ter prazer, é pecado ter-se engravidado. Então paga aí o seu preço. Isto é bastante comum.

Bom, então uma coisa não contradiz a outra, ser a favor de distribuição de métodos anticoncepcionais, também ser a favor do aborto.

Em relação a Bete Mendes, sobre o prazer, o que que era mesmo? Eu me esqueci.

A SRA. EUNICE MICHILES — Ela falou em prazer...

A SRA. MARTA SUPLICY — Ah, e que mulheres que têm muitos filhos é difícil ter prazer. E, aí eu concordo. Acho que se você tem um monte de crianças, como é a situação das mulheres que trabalham com a castanha de caju, no Ceará, que ficam 8 horas — 8 horas seria o justo — mas elas ficam 10, 12 horas naquelas máquinas, e não têm assistência nenhuma. Elas deveriam ter um álcool para limpar o óleo das mãos. Mas este álcool é de tão baixa qualidade que suas mãos ficam cortadas. Então, elas têm que comprar álcool com o salário delas, que é a metade do salário mínimo, e tem que gastar o seu dinheiro para comprá-lo. Elas não têm dinheiro para comprar estopa, porque pinga o suco da castanha nos pés, e isto queima, e elas não têm estopa para proteger os pés. Se elas desejam ir ao banheiro, ou se desejam trocar um absorvente sanitário, se estão menstruadas, têm que pegar a ficha, e tem uma pessoa que distribui a ficha para toda aquela área. Então, às vezes, as mulheres, freqüentemente, contaram-me, urinam nas calças, à beira da máquina, porque não têm como ir até o sanitário. E, com todas estas condições, e então você pensa, esta mulher vai para a casa, depois de 10, 12 horas de trabalho, mas não sei quantas de condução, e chegando em sua casa, ela encontra o marido, provavelmente desempregado, alcoolizado, e um bando de crianças que não teve creche para ficar o dia inteiro, e ficaram na rua. E não tem comida para dar. Essa mulher vai ter então prazer sexual? "Quá! Quá! Quá!". Quer dizer, que deseja esta mulher vai ter. Não vai. Então neste sentido, nós como mulheres temos que perceber isto. Temos que perceber também o que este sistema que temos hoje no Brasil está fazendo com o homem também. Porque não é só a mulher. O homem que está com perigo de desemprego, com a pressão do BNH subindo até 130%, você acha que ele vai ter ereção à noite? Não vai ter não. Ele vai "brochar".

A SRA. DAYSE LUCIDY — Não. Não vai não.

A SRA. MARTA SUPLICY — Bem, se a Sr<sup>a</sup> tem experiência...

A SRA. DAYSE LUCIDY — Tenho, porque...

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A Prof<sup>r</sup> terminou...

A SRA. MARTA SUPLICY — Não. Ainda não terminei a minha explanação. Ela é que quer falar.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A Sr<sup>a</sup> aceita que ela aparteie?

A SRA. MARTA SUPLICY — É claro!

A SRA. DAYSE LUCIDY — A Sr<sup>a</sup> aceita que eu aparteie?

A SRA. MARTA SUPLICY — Pois não.

A SRA. DAYSE LUCIDY — É porque a Sr<sup>a</sup> colocou em dúvida a questão da relação sexual das pessoas que têm grandes problemas.

A SRA. MARTA SUPLICY — Não terminei o meu pensamento.

A SRA. DAYSE LUCIDY — A Sr<sup>a</sup> disse que talvez eu tivesse essa experiência.

A SRA. MARTA SUPLICY — É. Existem pessoas deste tipo.

A SRA. DAYSE LUCIDY — Não sei com que intenção a Sr<sup>a</sup> disse isto.

A SRA. MARTA SUPLICY — Com a intenção de que se a Sr<sup>a</sup> assiste a pessoas deste tipo, pode falar um pouco.

**A SRA. DAYSE LUCIDY** — Pois é, assisto. Por isso mesmo, pela experiência que tenho. Vou me apresentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — Por favor, pedimos a Sr<sup>a</sup> se identificar.

**A SRA. DAYSE LUCIDY** — Sou Dayse Lucidi, sou atriz, radialista e Deputada Estadual no Rio de Janeiro. Faço um programa comunitário há 12 anos. Este programa comunitário está entrando no 13º ano, com um atendimento diário. Não é apenas um programa de prestação de serviços. É realmente um programa em que atendo diariamente uma população. Tenho um balcão de emprego, estou criando uma fundação para atendimento às crianças, com atendimento médico, com creches. E, o que mais vejo, mais sinto, não nestes 12 anos, mas antes, porque trabalhei no SERFA, que era um serviço de proteção ao favelado, ainda quando era apenas atriz, e o que via, e sinto até hoje, é que essas mulheres de classe — já nem sei mais qual a classe, hoje é a miserável e a rica — mas essas mulheres que têm condição social inferior, o que elas reclamam é exatamente isso. É que elas querem limitar os filhos, mas os maridos não a ajudam. Eles estão desempregados, doentes, e continuam chegando em casa como umas bestas que atacam as mulheres e têm relação sexual. Por isso é que digo à Sr<sup>a</sup>: não é bem verdade, acho que quanto maior o sofrimento desse homem, parece que ele fica mais exacerbado no sexo. E, o que vejo é exatamente o contrário. Nas camadas mais altas, um executivo, por exemplo, quando a sua firma não vai bem, quando ele é um intelectual, a primeira coisa que ele limita é o sexo, porque ele está muito preocupado com a firma, com o dinheiro, com o open, com o over night, com estas coisas todas. Ao contrário, nas camadas mais baixas, o que tenho sentido, é que não limita não, eles ficam mais exacerbados ainda. Parece que é a única válvula de escape. É uma experiência que tenho de 12 anos de serviço de atendimento. Mulheres com 10, 12 filhos.

Se a Sr<sup>a</sup> viu o programa "Fantástico" que fez uma excelente reportagem no domingo, a Sr<sup>a</sup> viu aquele pedreiro doente com 12 filhos, aquela pobre mulher, com o marido doente, com 8 filhos. Então, veja a Sr<sup>a</sup>, tem uma certa razão o que estou dizendo. Não é verdade que quando as pessoas que têm um poder aquisitivo menor, podem não ter muito prazer, mas eles não deixam de fazer sexo. Acho que nas camadas mais altas sim. Tenho inclusive amigas, cujos maridos estão muito bem, e que, com esta confusão toda, este problema econômico, elas reclamam que não têm tido relação sexual. E, no entanto, nas camadas mais pobres não sinto isso. Era o depoimento que queria colocar.

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — Para responder, a Prof<sup>a</sup> Marta Suplicy, mas eu avisava as demais pessoas que queiram fazer perguntas à depoente, podem se inscrever. A Sr<sup>a</sup> também terá oportunidade de falar, até mais, sem ser preciso apartear.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Gostei imensamente do seu depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — Já inscrevi a Sr<sup>a</sup> aqui, se quiser falar depois, fazer mais perguntas, já está inscrita. A Mesa concedeu-lhe a palavra e ainda conceder-lhe-á mais esta oportunidade.

Com a palavra a Sr<sup>a</sup> Marta Suplicy.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Gostei muito, imensamente do depoimento da Deputada. Acho que existe uma verdade muito grande nisso. E acho que a agressividade, muitas vezes, sai pelo sexo. Olha, o que tenho recebido de informações, são as duas coisas. Então, não batem totalmente com a sua experiência. É uma apatia muito grande, e não é só em relação à mulher a ter relação sexual, a não ter ereção, mas é um desencanto com a vida. É em relação com a vida. E af o alcoolismo frequente, que muitas vezes gera, quando volta para a casa, esta agressividade em relação à mulher.

Agora, acho também esta parte que V. Ex<sup>e</sup> levantou é muito válida e ocorre mesmo. São duas coisas distintas e que estão ocorrendo. Essa agressividade e a perda, a apatia total do indivíduo. Quer dizer, ele se sente impotente não só fisicamente, mas em relação à vida toda. Ele não tem controle, ele não tem como arrumar emprego, ele não tem como arrumar comida para a família, e ele não

tem desejo também. E isso passa para todas as classes, para a classe média e para a classe alta também.

Achei muito interessante a sua colocação e a sua experiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — A Senadora Eunice Michiles ainda quer fazer uma consideração.

**A SRA. EUNICE MICHILES** — Não. Eu não queria mais ocupar o microfone. Apesar das pequenas colocações, só para retomar o fio do assunto. É com referência aos países desenvolvidos, Dr<sup>a</sup> Marta Suplicy, parece que em países desenvolvidos, parece que não existe nenhum país chamado ou considerado desenvolvido que tenha um crescimento maior que 1/1.000. Só esta colocação.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Certo...

**A SRA. EUNICE MICHILES** — E também me parece que V. Ex<sup>e</sup> tenha manifestado muita preocupação em termos da legalização do aborto, de que os médicos façam a cabeça da preta, da mulher negra, a mulher isso. Parece-me que esta preocupação tem de entrar também na questão do aborto.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Não entendi bem, como? O médico induz a mulher a fazer o aborto?

**A SRA. EUNICE MICHILES** — V. Ex<sup>e</sup> manifestou uma preocupação, aliás repetida, de que no planejamento familiar houvesse um "fazer cabeças..."

**A SRA. MARTA SUPLICY** — É. É uma ideologia.

**A SRA. EUNICE MICHILES** — É uma ideologia. Não, você não pode ter um filho porque é preta, vai ter dificuldades, etc. e tal, ou você é pobre e tal. Mas V. Ex<sup>e</sup> não manifestou a mesma preocupação em termos do aborto.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Sabe que disso, Sra. Senadora, não tenho medo nenhum. Acho que o problema vai ser arrumar médico para essas mulheres, porque o que tenho observado é que mesmo em situações drásticas, muito cruéis, de moças estupradas que arrumam atestados para o médico operar, fazer o aborto, e eles se recusam.

**A SRA. EUNICE MICHILES** — Só mais uma pergunta, só para recolocar: Se nós fizéssemos hoje uma enquete no Brasil inteiro, uma pesquisa no Brasil inteiro com as mulheres de todas as classes e fizéssemos apenas uma pergunta: Você gostaria de ter 8 filhos?

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Quantos?

**A SRA. EUNICE MICHILES** — De 8 para cima. Acho que a resposta...

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Não encontraria nenhuma.

**A SRA. EUNICE MICHILES** — Não encontraria nenhuma. Então veja que não se corre o risco também de o médico fazer a cabeça, porque quando a mulher procura o médico, procura exatamente para pedir, pelo amor de Deus, porque não quer mais filhos.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Mas nós estamos falando em comunicação de massa. Essa coisa que o Sr. Alex Periscinoto descreveu na Folha de S. Paulo, imagine se aparece na televisão, diariamente, uma mensagem desse tipo: "Veja quantos filhos você pode ter. Controle". Depende, ninguém é contra que a pessoa tenha acesso e planeje, eu tenho medo é do que vão falar para essas pessoas.

**A SRA. EUNICE MICHILES** — Em termos de aborto, a Senhora não tem preocupação nenhuma?

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Jamais faria uma campanha de massa a favor do aborto. Nunca. Faria e vamos fazer todos os movimentos feministas, no dia 22 de setembro, uma campanha nacional pela legalização do aborto, em todas as cidades do Brasil, mas nunca uma campanha no sentido de "Olha, se você não quer filho, aborte"; jamais. Não é isso, não por aí. Acho que é

tão difícil, tão duro, é um ônus tão grande, que é muito difícil fazer a cabeça de alguém para isso.

Agora, outro aspecto que todos nós estamos esquecendo é que há centenas de mulheres que gostariam de se esterilizar, por exemplo, e os médicos as esterilizam. Conheço também muitos depoimentos de mulheres pobres que não conseguem buscar uma operação de esterilização, ou os médicos vão, por exemplo, fazer uma cesariana e depois cobram à parte a esterilização, isso no próprio INAMPS, e elas deveriam ter acesso a isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — Sra. Senadora Eunice Michiles, já concluiu?

**A SRA. EUNICE MICHILES** — Já, Sr. Presidente. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — Ilustre Deputada Dayse Lucid, como está fora da ordem e quer fazer uma intervenção, pediria a S. Ex<sup>e</sup> que fosse breve.

**A SRA. DAYSE LUCIDY** — É breve e ainda com relação ao que a Dra. Marta Suplicy me disse. Na minha primeira intervenção não disse o quanto a admiro, através da televisão, e a sua luta corajosa em poder falar com essa toda liberdade que acompanhei, e quero cumprimentá-la pela vitória, que é a vitória de todas as mulheres. Meus parabéns, Dra. Marta.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Muito obrigada.

**A SRA. DAYSE LUCIDY** — Dra. Marta, a Senhora falou que no dia 22 de setembro vai-se fazer uma campanha nacional pela legalização do aborto. Por que não a campanha nacional do planejamento familiar? (Palmas.) Acho que devemos trabalhar pela campanha nacional do planejamento familiar ao invés da campanha do aborto. O aborto, mesmo que seja feito em uma clínica, com toda a segurança, não deixa de ser uma violência, é arrancar uma vida.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Sabe, não vem um antes do outro, acho que os dois são igualmente importantes, e o planejamento não elimina a necessidade da legalização do aborto, porque acho que, se a gente for ver a situação da mulher, para se dizer que uma mulher tem igualdade de direitos, dois fatores são muito importantes: primeiro, o acesso ao método de anticoncepção e, depois, o acesso ao aborto legal, são fatores de emancipação feminina, direito ao seu próprio corpo, nesse sentido.

**A SRA. DAYSE LUCIDY** — Pois é, mas acho que, como o aborto não deixa de ser uma violência à mulher, a todas as leis da natureza, acho que deveríamos fazer — é a proposta que faço aqui — primeiro a campanha do planejamento familiar.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Mas depende da campanha, não é? Acho que os grupos feministas até fariam uma campanha, mas acho até que não deveria ter o nome de planejamento, deveria ter o nome de esclarecimento sobre o método anticoncepcional, só isso.

**A SRA. DAYSE LUCIDY** — Mas planejamento já é uma coisa que está muito falada.

Outra coisa, a Sr<sup>a</sup> falou aí, perdoe-me fazer uma observação, não sou médica, mas a Sr<sup>a</sup> fez duas observações extremamente desagradáveis à classe médica, perdoe-me ser tão sincera. A Sr<sup>a</sup> disse que há médicos que falam para as mulheres de cor: Você é de cor, não deve ter filho. E depois outro dizendo: Você fez isso e agora é quem vem e tal.

Acho que essa observação não deve ser feita, porque deve ser uma minoria, mas uma minoria tão minoria, entende? Porque hoje vejo a classe médica, esses médicos que realmente fazem da medicina um sacerdócio, vejo até médicos apoianto muito essas mulheres, fazendo a cabeça delas no bom sentido. Infelizmente nós não temos uma lei, a lei profeta que os médicos façam a ligadura de trompas, que acho um absurdo. O que vejo é que alguns médicos, não podendo fazer legalmente, quer dizer, pela rede da Previdência, cobram separadamente, mas acho que é tão pequeno o número de médicos que são capazes de fazer isso. Acho que a Sr<sup>a</sup> pegou um dado assim, que não queria que passasse aqui sem esse regis-

tro, porque acho que isso não deve ser imputado à classe dos médicos, porque não acredito que estejam fazendo isso na sua maioria, acho que é uma minoria.

**A SRA. MARTA SUPILY** — Acho que eu não imputaria à classe dos médicos como um todo, mas acho que em toda profissão tem pessoas decentes e pessoas indecentes e acho que não é porque existem os decentes, aliás em maior número, que nós não devemos falar e denunciar os indecentes. Acho que eles têm que ser denunciados e fico muito triste que essas mulheres, que tiveram essa experiência desagradável e que muitas vezes me procuraram, não processsem esse tipo de gente, porque não é uma ou duas não, são muitas. Por exemplo, as mulheres da Casa da Mulher do Grajaú, de São Paulo, são centenas com essa experiência e uma delas, inclusive, uma que foi no meu programa na semana passada contou que, um médico particular, mas na periferia, queria esterilizá-la e quando ela chegou para colocar o problema que não tinha nada a ver com isso, ela e o esposo, ele, imediatamente, já sugeriu a esterilização devido as dificuldades da vida; e ela ainda ficou mais louca da vida porque não foi nem sugerida a vasectomia para ele, foi direto à laqueadura para ela, quer dizer, duas coisas: você é pobre e vamos dar um jeito e não dar um jeito no marido, dar um jeito nela.

Então, acho, aliás, seria muito interessante, no seu programa, que a Sr<sup>a</sup> pedisse às mulheres que denunciassem esse tipo de coisa, seria ótimo, porque afi poderíamos trabalhar juntas contra esse tipo de médico, que existe. Acho que não é maioria.

**A SRA. DAYSE LUCIDY** — Não, não é maioria. Não sei porque acho que o lado positivo para mim é muito mais importante que o lado negativo, nunca tive essa experiência de nenhuma mulher chegar para mim e dizer que nenhum médico disse isso para ela, ao contrário, a única coisa que elas reclamam é que, como na rede previdenciária não pode fazer a ligadura de trompas, eles então dizem: se quiser ir ao meu consultório, eu faço por um preço X. Essa experiência, graças a Deus, não tive, porque teria coragem de denunciar ou pelo menos telefonar para ele particularmente, porque até não gosto muito desse tipo de denúncia, mas teria muita coragem de telefonar para ele e dizer que estava sendo colocado aquilo no meu programa.

**A SRA. MARTA SUPILY** — Mas talvez se a Sr<sup>a</sup> colocar isso no programa, que está disposta a receber depoimentos de mulheres que vivam essa experiência, talvez algo vá acontecer, e seria um canal aberto importante para denunciar esse tipo de gente.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — Concedo a palavra ao nobre Relator, para uma explicação.

**O SR. RELATOR (Almir Pinto)** — Sr. Presidente, está em jogo o problema profissional do médico. Aqui somos três médicos: o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator. A mim cabe uma parcela maior, porque tive a sorte de, antes de vir para o Senado, ter sido o Presidente do Conselho Regional de Medicina do Ceará e, para isso lá nós cultuamos demais a ética profissional.

Quanto à questão do aborto e da laqueadura, dentro do Código de Ética, porque, primeiro, temos que ver a parte ética, nenhum profissional poderá fazer uma laqueadura ou um aborto sem, primeiro, o consentimento do casal. Se os dois concordam em fazer não só o aborto como também a laqueadura... Tem-se o caso, por exemplo, de a mulher ser portadora de infecções, digamos, uma patologia cardíaca, e que essa mulher não possa chegar com a sua gravidez a bom termo, isso é muito comum. A mulher tuberculosa, se chegar a entrar nas dores do parto, o esforço que faz, o processo se desencadeia de uma maneira bárbara e fatalmente será cadáver dentro de uns dois ou três meses, corre o risco de morrer dentro de dois ou três meses, porque disseminará, de uma certa maneira, o bacilo em todo o organismo, que é difícil. Então, eu não digo que não haja aqueles que façam a cirurgia por um processo aético, isso não se discute. O que é errado é censurar o resto, não resta a menor dúvida. Mas, inclusive, o projeto exige uma ata, uma cópia, um laudo em três vias, ficando uma para o Conselho, outra para o médico que operou e uma outra para o hospital,

onde a paciente foi operada. Não só para o aborto, mas também para a laqueadura.

Agora, na verdade, a Professora Marta Suplicy disse uma coisa que nós já tivemos a oportunidade de discutir: é o problema de muitos médicos do INAMPS, que não são pagos, de fato pelo Instituto para fazer tal cirurgia e fazem por fora a laqueadura, a ligação das trompas para ganhar alguma quantia, isso não é muito correto. Porque, se não houve o consentimento do casal porque deve haver o consentimento do casal, deveria haver uma junta médica que justificasse aquela laqueadura. A mulher faria, digamos, por um processo patológico ou não. São coisas que nós já discutimos aqui, com o Presidente do Conselho Federal de Medicina, o Sr. Murilo Belchior, e esse assunto ficou bem esclarecido, inclusive sobre o comportamento médico, em relação ao aborto e a laqueadura.

Estou dando este esclarecimento de forma muito rápida, porque eu sei que a hora está passando, mas o assunto precisa ser muito bem meditado, e eu mesmo, como médico profissional, já tive duas vezes, quando nada, partir para uma interrupção de gravidez de uma mulher que nunca poderia chegar ao fim da sua gravidez. Isso mesmo eu confessei ao Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, e disse para ele que tinha feito aquilo para evitar a morte dos dois, da mulher e do feto, sacrificar ao menos um, e deixar a mulher que já, naquela época, tinha de 8 a 9 filhos. Então, se não fosse uma intervenção a tempo, poderíamos ter perdidos os dois, o feto e a própria mãe... Era só este esclarecimento que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — A depoente quer fazer algumas considerações sobre as palavras do Relator, que não fez perguntas, só colocações, en passant.

**O SR. RELATOR (Almir Pinto)** — Apenas como profissional como V. Ex<sup>s</sup> sabe.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — É uma satisfação. Mas a depoente, se quiser fazer alguma consideração, tem a palavra.

**A SRA. MARTA SUPILY** — Não.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — Volto a conceder a palavra ao nobre Senador João Calmon, que pede para falar, uma vez que foi citado nominalmente nos debates. Com a palavra o nobre Senador João Calmon.

**O SR. JOÃO CALMON** — Citado pela Deputada Bete Mendes, a implicação do aspecto cultural dentro da tese para a prioridade para educação, como também fui citado pela minha nobre e fulgurante colega, a Senadora Eunice Michiles, eu me sinto no dever de fazer uma rápida intervenção, dizendo, inicialmente, que comecei o dia muito bem. Eu vinha para o Senado Federal, e passei ali pela rodoviária e vi uma faixa: A candidatura da Senadora Eunice Michiles à Vice-Presidência da República. E eu fiquei pensando comigo mesmo: que boa seria para o Brasil. (Palmas.)

Admiro imensamente a nobre Senadora Eunice Michiles, que lá na Comissão de Educação e Cultura, da qual eu sou Presidente pela 3<sup>a</sup> vez, tal a colaboração, realmente inexcedível ao nosso esforço em favor do problema mais importante deste País.

Como na intervenção da Senadora Eunice Michiles, houve uma referência a essa população de 200 milhões de habitantes, eu gostaria de esclarecer que, na base de um humilde autocrítico, eu reconheço como é imensa a minha ignorância. Eu jamais ousaria, dentro das minhas limitações em indicar como população ideal, para que Brasil viesse a ser, até o ano 2000, a 4<sup>a</sup> grande potência do mundo ao lado dos Estados Unidos, da Rússia e da República Popular da China, eu me limitei a citar o resultado de um estudo feito por um *brain trust*, por um escrete de cérebros privilegiados do mundo capitalista, do mundo democrático. Eles chegaram a conclusão de que realmente o Brasil tem esta destinação de grandeza e poderá ser a 4<sup>a</sup> grande potência do mundo, desde que satisfaça algumas condições. Entre elas a de uma população de 200 milhões de habitantes, portanto eu não estou dando nenhum palpite, e porque jamais eu ousaria dar um

palpite ou sequer defender essa tese. Eu estou apenas citando o resultado da análise, do estudo desse grupo que chegou a esta conclusão, da qual eu tomei conhecimento, aliás numa conferência proferida na Escola Superior de Guerra. Mas agradeço a Senadora Eunice Michiles e a Deputada Bete Mendes, a oportunidade que me deram de fazer esta rápida intervenção para esclarecer o meu ponto de vista.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — Concedo a palavra a suplente de Deputado, a Professora Ana Maria Mendonça.

**A SRA. ANA MARIA MENDONÇA** — Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> Depoente:

Em primeiro lugar quero cumprimentá-la pelo seu programa, que é um programa corajoso, e inclusive tive a oportunidade de ler um artigo seu sobre o medo. Segundo as suas próprias palavras, foi escrito em viagem, dentro de um avião. Mas, refletindo sobre a questão da mulher temer diante de tudo, então, essa sua colocação, posso lhe afirmar que eu tenho uma grande admiração por ela. No momento em que nós, mulheres, conseguimos vencer o problema do medo, nós teremos condição de trazer uma grande contribuição para a sociedade brasileira.

E na verdade, nós sentimos que até V. Ex<sup>s</sup> se sente ainda assaltada pelo medo quando se fala do planejamento familiar, conforme suas próprias palavras. Mas nós vamos chegar o momento em que nós vamos despistar este problema do medo e partir, realmente, para uma posição corajosa defendendo aquilo que nós achamos justo. No momento, como V. Ex<sup>s</sup> disse, não é mais a hora de se discutir se faz ou não o planejamento familiar. Mas quero acrescentar com uma maneira minha de concluir o pensamento, é a maneira de decidir como fazer o planejamento familiar, porque o planejamento familiar, é um direito humano básico, é um direito humano da mesma forma que o direito à vida ao trabalho e à liberdade. Então, não se pode privar a população das camadas sócio-econômicas inferiores, as camadas mais humildes desse direito que é seu. Os intelectuais se dão ao luxo de discutir a ideologia, o que isto já vem sendo discutido anos a fio. O planejamento familiar tem sido o grande discriminado em todos os programas de saúde, em todos os programas de educação, da mesma forma que foi também a educação sexual discriminada nos meios de comunicação. Então, desta forma nós acreditamos que, se somos contra a discriminação, vamos eliminar a discriminação referente ao planejamento familiar, porque é um direito humano básico, a população realmente tem esse direito. Agora, vamos contribuir para que ele seja implantado da maneira mais correta, em benefício de todos, especialmente da população mais humilde e que tem sido, realmente a menos assistida.

Agora, também dizer que nós estamos só falando em planejamento familiar neste País, eu acredito que não seja verdade. Nós temos visto programas de amamentação, de prevenção do câncer uterino, da vacinação infantil, de casas populares, de habitação, de saneamento, de educação, quero dizer, acho que é uma posição talvez injusta nós dizermos que agora, só se fala em planejamento familiar. Agora, nesta Comissão, naturalmente, é uma Comissão específica que realmente se fala em planejamento familiar.

Com referência à questão da esterilização, eu até acredito que a questão tenha sido bem colocada pela Senadora Eunice Michiles e pela Deputada Dayse Lucid. Pelo menos não se tem conhecimento de nada que seja oficial, não sei se a Sr<sup>a</sup> tem esse conhecimento de que haja alguma determinação para se esterilizar negros. A primeira vez que eu vejo falar em discriminação do negro foi inaugurado por V. Ex<sup>s</sup> aqui. A discriminação do negro agora, neste momento, foi inaugurada, eu não vi isso em nenhum documento oficial.

**A SRA. MARTA SUPILY** — Era só o que faltava. (Palmas.)

**A SRA. ANA MARIA MENDONÇA** — Mas o que acontece é que trazer o problema isolado, ele existe, e quem toma conhecimento dele, já existe previsto na nossa legislação a proibição da discriminação.

E com relação à esterilização, acho que quem dela toma conhecimento, deve ter, vamos dizer assim, a coragem moral de denunciar ao órgão competente, o Conselho de Medicina. Eu acredito perfeitamente — e, neste ponto, nós pensamos juntos em defesa da mulher — no direito que a mulher tem de decidir sobre o seu próprio corpo. Então, esse direito nós temos que levá-lo à realidade, à prática, fazendo com que a mulher brasileira tenha os meios para que ela decida sobre o próprio corpo com referência ao problema da gravidez. É o ponto do seu depoimento que realmente coincide com todo o nosso trabalho em defesa do planejamento familiar, que é exatamente a informação a toda população sobre como cuidar do próprio corpo. É um programa integrado ao programa de saúde e, também, à formação de uma consciência de paternidade responsável. Na verdade, no Brasil, nós temos visto a mulher bastante sacrificada do ponto de vista da reprodução, porque na hora de ter o prazer, talvez o homem tenha e ela possa ter também, mas na hora de assumir o ônus daquele momento, que será um ônus para a vida toda, que é o cuidado com os filhos, em muitos casos, a mulher tem sido deixada sozinha. Então há necessidade de que, neste País, não se pense apenas em se esclarecer sobre métodos anticoncepcionais, mas que também se crie uma mentalidade de paternidade responsável em defesa, inclusive da própria mulher brasileira. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra a depoente para falar sobre as considerações da Professora Ana Maria Mendonça.

A SRA. MARTA SUPLICY — Bem, eu gostaria de esclarecer que eu tenho muitos medos, mesmo. Aliás, acho que não consegui quebrar todos os grilhões de medo que nós, mulheres, viemos acumulando por centenas de gerações. Mas medo de planejamento familiar, eu não tenho. Eu tenho medo de determinados tipos de planejamento familiar que possam gerar controle de população, que possam gerar programas de "fazer a cabeça" das pessoas com idéias que as levem a controlar os seus filhos e, se elas fossem simplesmente informadas, elas, talvez, não se utilizassem dessa forma. Agora, eu acredito que não é luxo a discussão de ideologia, de jeito nenhum, é fundamental, pois é da ideologia que nós temos um tipo de programa ou outro.

A SRA. ANA MARIA MENDONÇA — Gostaria de esclarecer o seguinte: a questão da ideologia tem sido discutida há muitos anos, tanto que, em decorrência dessa discussão interminável, nada se fez nesse campo. Então se deu vacina, se deu pré-natal, se faz uma série de coisinhas em atendimento à saúde da mulher e justamente, porque essa ideologia tem uma discussão interminável, acontece que continua a discriminação, principalmente contra aquela mulher pobre, porque ela é quem precisa dos meios, porque a rica vai ao médico paga, vai à farmácia, compra a pílula, e a outra fica sujeita a ter seis, dez filhos e ter mais um número infundível de gravidez, que acabam em abortos, porque realmente a multiparidade leva a isso. Então, é em defesa dessa mulher que nós pedimos que seja adotada a ideologia do respeito ao direito humano.

A SRA. MARTA SUPLICY — Tudo bem, se for isto. Mas aí é que é o problema. Acho que ninguém é contra à necessidade do planejamento familiar, da informação, do acesso aos métodos, aliás há muito tempo deveria ter ocorrido. Agora como isso vai ser feito? Que ideologia vai ser transmitida? E quando o assessor da imprensa da Presidência escreve um artigo desse porte e ninguém contesta, você não acha que é para a gente ficar apavorada? O que é que você achou daquilo, o que você acha de dizer que nós vamos convencer as pessoas. Ele, sem querer, falou tudo. Acho que ele não estava muito perspicaz no dia em que ele escreveu, mas ele falou tudo. E agora, convencer, como é que vai ser?

A SRA. ANA MARIA MENDONÇA — Bom, lamentavelmente, eu não li o artigo, não vi o pronunciamento, mas acredito que não se pode tomar, avaliar um programa inteiro por uma palavra, talvez, mal colocada. Nós temos que ver toda uma intenção que existe dentro de documentos oficiais do Brasil, como o compromisso

que o Brasil assumiu na Conferência de Bucarest. Ali está a ideologia, ou como queiram dizer, oficial com referência ao planejamento familiar, o que tem sido retardado devido a pressões ideológicas inclusive, que têm sido realmente exercidas sobre os poderes decisórios. A ideologia que está contida ali é justamente a de oferecer os meios, é a liberdade do casal, que compete realmente à mulher ou ao casal decidir, que serão dadas apenas as informações para os casais e que serão dados também os meios, porque não adianta dar apenas a informação, e se não der os meios, será um frustração maior e uma violência. De maneira que eu acho que não há como discutir a ideologia, porque ela está firmada no documento que o Brasil assinou em Bucarest em 1974. Só falta realmente efetivar o compromisso que o Brasil já fez e é isso que nós cobramos, inclusive cobramos do Governo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra a depoente a Sra. Marta Suplicy. Se me permitissem, já terminou a exposição, e peço para encerrar o diálogo com a Professora Ana Maria, e dar oportunidade de outras também dialogar ou perguntar.

A SRA. MARTA SUPLICY — Olha, eu sou uma pessoa prática e me irrito muito quando eu fico numa discussão estéril. Então estou pensando como podemos dar um pequeno passo nesta conversa. Como é que vocês estão pensando, eu vi o projeto, tal, o que poderia ser... O que mais me assusta é a comunicação de massas. Como é que vai ser feito isso, que garantem vocês estão pensando ter de que os médicos não vão "fazer a cabeça" da mulher? Eu pergunto tudo isso, porque quando eu vejo atrás, a ideologia que tem, eu falo: bom o que me parece, o que vocês acreditam é que se a mulher pobre tiver menos filhos, ela vai ser mais feliz, o Brasil vai prosperar, a poluição diminuir, e tal. Com essa ideologia, para traduzir isso, vai acontecer de se falar para essa mulher: olha, minha Sra..., É isso que eu não quero que ocorra, como pessoa que acha que não se deve impingir idéias na cabeça dos outros. O que me parece adequado é que a gente poderia conversar, já a um passo adiante, sobre o projeto que não poderia simplesmente se ater à informação, porque eu sei, sendo educadora, que é muito difícil, porque quando você informa, você forma. Como fazer de forma a não induzir as pessoas a fazerem o que a ideologia exposta por vocês até agora parece veicular.

A SRA. ROSA MARIA — Permite V. S<sup>a</sup> um aparte?

A SRA. MARTA SUPLICY — Pois não.

A SRA. ROSA MARIA — Olha, eu sou médica da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná, nessa legislação também sou vereadora e trabalho sempre na área da atenção materno-infantil. Já que V. S<sup>a</sup> tocou no assunto, eu queria comunicar à sexóloga, a quem admiro através do seu programa de televisão, de que no Paraná foi instalado um serviço de planejamento familiar em complementação à atenção materno-infantil e baseado na educação, tanto que a coordenadora do programa é uma educadora, ela expõe todos os métodos naturais, comece a explicar à mulher o aparelho de reprodução seu e do homem e os dias férteis da mulher, coisa que muitas mulheres não têm a menor noção, a não ser agora através dos seus ensinamentos pela televisão. Então, desde que o planejamento familiar foi considerado pela Organização Mundial da Saúde como atenção primária de saúde, uma necessidade básica, eu considero o planejamento familiar necessário do ponto de vista médico, é uma necessidade básica de saúde, assim como a vacinação. Então deveria ser incluído, onde há o serviço de atendimento materno-infantil, como uma complementação desse serviço. Como ser feito? Uma verdade científica não se muda com a mudança de partidos políticos, isso é evidente. A ideologia, é ideologia científica do ponto de vista médico, tem que se levar a informação. Então, se faz como se faz no Paraná. Infelizmente o serviço ainda é bastante deficiente; na Capital, só em três centros de saúde é que existe esse serviço. Ai se dão as informações dos métodos naturais e dos métodos de barreira, as vantagens e desvantagens; o casal é quem decide o que ele deve fazer e depois tem a orientação médica. É claro que o serviço exige a condição básica, que a mulher

deve se submeter ao exame ginecológico preventivo do câncer e, também, ao exame médico de um modo geral, principalmente quando lhe é dada a pílula, que tem uma série de contra-indicações. Então tem que fazer exame médico, para ver se aquela mulher tem condições de tomar a pílula. Então, isto está tanto em debate e a nobre Deputada Bete Mendes falou que o que se pretende no Brasil, é o controle da natalidade. Isto é um desastre, porque o que tem que ser implantado, e já estamos atrasados há muito tempo, temos pelo menos dez anos de atraso, é o planejamento familiar, que é o atendimento primário em saúde, é uma necessidade médica básica. Então, se não temos nem isto, é uma lástima. Então, acho que o que deveria ser feito é dar infra-estrutura, qualificação, capacitação de pessoal para que se oriente.

Lá no Paraná, por exemplo, ninguém é obrigado a ir ao centro de saúde. Só vai quem precisa do serviço, quem quer. Não foi feita uma propaganda em rádio ou televisão. A propaganda é feita de boca a boca pelas mães que freqüentam e dizem que lá eles dão informação, têm orientação médica, têm exame preventivo ginecológico de câncer. Então, lá ela recebe todo o atendimento necessário. Acho que isto, infelizmente, já deveria estar sendo feito há muito tempo por toda a rede de saúde do País, principalmente pelos órgãos do INAMPS.

Acho que V. S<sup>a</sup> se referiu ao problema da esterilidade sem informação. O de que tenho conhecimento na minha atividade médica, infelizmente, é o contrário. Há mães pobres que chegam ao centro de saúde e, de modo geral, não são previdenciárias e algumas previdenciárias também que dizem que querem fazer laqueadura, às vezes, por uma decisão do casal ou dela e o médico não faz a não ser que seja pago por fora. Acho que o INAMPS deveria propiciar esse método graciosamente, sob supervisão médica, evidentemente, mas a toda a mulher que quisesse e que o médico recomendasse. É claro, como falou o nobre colega lá, tem que haver uma ética médica. Aqui, não vamos nem entrar no mérito da ética médica. Se o médico não tem a consciência de bem realizar a sua profissão, também é um problema a parte, é um problema de cadeia, como disse a nossa colega Senadora.

Então, acho que esse problema do planejamento familiar já deveria ter sido implantada. Concordo plenamente com a Deputada que, antes do aborto, deveria se fazer uma campanha para que se implantasse, definitivamente, como um atendimento primário em saúde, em todos os postos de saúde e através da rede do INAMPS. Acho que estamos atrasados e que esse bate-papo de ideologia — para que tanto rumor! — uma coisa que, em outros países, já está adequada.

Em certos países, o planejamento familiar não foi para diminuir a população. Ao contrário, aumentou a população porque deu maior atendimento à mulher, melhores condições e, em certos casos, o planejamento familiar contribuiu para o aumento da população. Não sei precisar, extamente, qual o País, mas já li estudos científicos de relatórios dessa realidade.

Então, acho que, do ponto de vista médico, científico, não tem o que se discutir. Temos que agir. Tem que se começar a ser feito o mais rápido possível porque já estamos atrasados. O termo planejamento familiar é um termo internacionalmente aceito. Do ponto de vista científico, ele é internacionalmente aceito. Então, é por isto que se diz: "Eu tenho horror a esse tal de controle da natalidade. Tenho pavor disto porque se subentende imposição." No Paraná é feito baseado na informação, na educação do casal, na orientação e na livre escolha do casal. A mulher escolhe aquilo que melhor lhe convém sob orientação médica. Acho que isto que deve ser feito. Então, acho que isto tem que ser feito, já estamos atrasadas. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A Dra. Rosa Maria pediu um aparte, e fez uma exposição brilhante.

Com a palavra a Depoente para responder a Dra. Rosa Maria.

A SRA. MARTA SUPLICY — Quanto à parte que foi colocada a respeito do que ocorre no Paraná e que não tenho acesso...

**A SRA. ROSA MARIA** — Eu soube que a Sra. irá dar uma palestra agora, no final da semana, não vai? Pelo menos está anunciada na televisão e nos jornais.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Sim, na semana que vem. Se for feito exatamente desta forma, acho muito adequado porque, como já disse, todos nós somos a favor desse acesso a métodos anticoncepcionais. Pessoalmente, desconheço planejamento familiar em país rico. Eu não conheço.

**A SRA. ROSA MARIA** — Eu estive na Inglaterra. Lá eles têm 1.800 clínicas de planejamento familiar e há um atendimento como o pré-natal que, geralmente, é integrado. Têm clínicas de planejamento familiar ao lado de pré-natal e pediatria e a mulher, assim como vai ao pré-natal, ela vai, depois, à clínica de planejamento familiar.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — E nos Estados Unidos também existe isto. Não no sentido, o outro que foi colocado, que nos países — V. Ex<sup>e</sup> não sabia bem as estatísticas, não é?

**A SRA. ROSA MARIA** — Não, é que o planejamento familiar não tem só a finalidade, digamos assim, de controlar a população. É de dar um atendimento médico necessário à mulher.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Mas é exatamente isto que nós queremos.

**A SRA. ROSA MARIA** — Perfeito, porque é isto que é necessário. Em muitos locais o planejamento familiar não contribui para a diminuição da natalidade. Pelo contrário, deu condições de atendimento à saúde da mulher, até aumentou a população. Isto é o que queria dizer, só não sabia me referir onde ocorreu isto.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Quanto ao problema da ideologia que foi colocado aqui, fica-se discutindo isto, não se dá atendimento... gostaria, também, que esse problema já tivesse sido ultrapassado. V. S<sup>e</sup> disse que, na ciência, não é importante — tanto a ideologia me pareceu...

**A SRA. ROSA MARIA** — Não, é que a verdade científica... Por exemplo, a necessidade de atendimento médico no setor de planejamento familiar, não muda com a mudança de um partido político. Assim, por exemplo, uma gestante desnutrida, do ponto de vista científico, é necessário que se dê comida àquela mulher. Não tem outra verdade científica para curar a desnutrição e prevenir o problema da desnutrição da gestante, a não ser a alimentação.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Mas afim tem outro aspecto. Por exemplo, nas pesquisas a respeito de anticoncepcional, a ideologia tem um papel importantíssimo. Por que só fazem pesquisa com anticoncepção para a mulher e não para homem?

**A SRA. ROSA MARIA** — Quanto a isto, tem todo o meu apoio. Tinha que ser generalizado, é claro.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Então, por que a ideologia funciona para um setor e não funciona para o outro? Como V. S<sup>e</sup> explica isto?

**A SRA. ROSA MARIA** — Eu explico da seguinte forma: quem sofre as consequências de uma gravidez indesejada mais diretamente, como já foi colocada aqui, infelizmente, sempre é a mulher. Ela é quem arca os 9 meses na gestação do filho e na hora do parto e tudo mais e, às vezes, até na educação da criança, sozinha. Então, as pesquisas sempre se dirigiram no sentido de sempre estudar mais a reprodução e a fertilidade feminina. Ultimamente, têm estudos importantes, avançados, como Coutinho, na Bahia, sobre métodos anticoncepcionais para o homem. É um fato, também, que na nossa cultura latino-americana, o homem é muito mais resistente a admitir métodos anticoncepcionais para ele. Cá entre nós, desculpem-me os cavalheiros aqui presentes, mas o homem se torna um comodista porque ele diz: "Não, o problema de planejamento familiar é com a mulher". É um problema de cultura, de educação. Evidentemente, espero que ele também seja superado quando tiver essa orientação.

Baseei-me na campanha — desculp-me falar — de Vereador dando palestra sobre planejamento familiar. Então, sempre dizia que estava muito feliz quando tinha no auditório homens e não só mulheres porque, como V. S<sup>e</sup> também já falou, é muito importante que o homem também participe, porque sempre foi um ônus dado, deixado à mulher porque o filho não se faz sozinho. Então, o homem, também, tem que saber das coisas para poder colaborar. As pesquisas em relação ao homem, além de terem sido começadas posteriormente, elas têm pouca estabilidade, infelizmente, principalmente nos países latino-americanos por tradição, por cultura. Então, acho que têm que ser incentivados, tanto as pesquisas como a difusão dos métodos, inclusive a vasectomia. Por que não? É um procedimento muito mais simples do que a laqueadura de trompas. Tem todo o meu apoio.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — V. S<sup>e</sup> deseja fazer mais alguma consideração? (Pausa.)

Passo a palavra, então, à Socióloga, Professora Flórida Acioly para inquirir a Depoente.

**A SRA. FLÓRIDA ACIOLY** — Dra. Marta, a S<sup>e</sup>, realmente, me deixou muito preocupada porque me parece que nesta CPI é a primeira vez que se inicia uma discussão da natureza política e ideológica do planejamento familiar; só que a minha preocupação advém do fato de que o planejamento familiar, hoje, é um fato consumado. A S<sup>e</sup> vê as pesquisas de prevalência feitas em vários Estados do Brasil como no Sul, e verificará que já existe um expressivo contingente dessa população optando por uma alternativa de anticoncepção — indiscriminadamente? Não. Orientada, consciente e independente de qualquer caracterização política. O que me deixa angustiada é dentro do enfoque que a Dra. Ana Maria Mendonça deu sobre os direitos humanos de se permitir que todos tenham uma moradia adequada, tenham uma justa remuneração, possa, também, existir uma opção sobre o número de filhos que o casal vai ter, quando nós sabemos que essa deve ser uma decisão do âmbito exclusivo do casal e, aqui, há um detalhe interessante porque nós estamos falando dos filhos dos outros. Nas camadas altas, nós sabemos que têm um nível de reprodução muito baixo. Ninguém vê pessoas de alto nível socioeconómico, realmente, ter 10, 15, 20 filhos como norma. O que nós vemos nas camadas periféricas marginais, com as quais trabalhei muito de perto, é uma multiparidade que considero quase que uma compensação psicológica e inconsciente da sua marginalidade total. Então, a Sra. encontra aquela mulher — e acho que é importante ressaltar que não podemos considerar o pobre alienado, acho que o que menos tem é que tem mais consciência do que lhe falta — o que encontrei junto a essas mulheres foi, sem usar uma terminologia técnica, médica, mas traduzir as suas preocupações porque não tinha mais condições de ter um filho. Então, ela já é uma grande multipara porque ela se refere ao espermatozóide como um micrônio, traduzindo por trás disto, uma dimensão de doença, de rejeição, etc., e que ela não pode nem ver na relação sexual uma fonte de prazer, porque aquela relação já está, intrinsecamente, para ela, vinculada ao que seja uma nova gravidez. Quando se explora essa necessidade da consciência política das populações marginais, não vejo a mesma preocupação com a consciência política das classes altas. A S<sup>e</sup> e a maioria aqui se reportaram ao índice de escolaridade como um fator determinante da reprodução. Isso nós já sabemos, mas, sabemos também pelas pesquisas de opinião, que a mulher brasileira não pretende ser hoje a grande multipara que ela foi no século passado. Evidentemente temos que levar em conta aquilo que seria a declaração de combate à todas as formas de discriminação em relação à mulher. Eu acho que aqui houve uma confusão muito grande, se falou em planejamento familiar, ao mesmo tempo se falou da pressão que a mulher sofre dentro da realidade industrial; se falou do comportamento da classe média, que pode ser condensável, e eu verifico que exemplos como foram citados de países aqui, têm que ser analisados à luz da sua realidade específica. O que eu, pessoalmente, vi na Índia, em Caucutá, foi a utilização de métodos cirúrgicos como uma alternativa, lamentavelmente, uma alteranativa infeliz, mas em função de um problema de superpopulação que

ali era identificado. Agora, como vi também, nos Estados Unidos, clínicas maravilhosas de aborto, onde a única exigência feita é que a mulher chegue e diga: eu quero fazer um aborto; e paga uma pequena taxa e tem toda a assistência mais sofisticada. Agora, o que eu gostaria de perguntar a Sra. é exatamente, diante de coisas concretas como a Sra. mencionou, que atitude foi tomada em relação a uma incidência tão alta, que a Sra. deixou transparecer, no caso do programa realizado no Grajaú, em São Paulo, contra essas atitudes médicas de uma prática de decidir sobre o comportamento da cliente o que é que foi feito de concreto em cima disso?

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Eu entrei em contato com essas afirmações a semana passada, no meu programa, a minha parte foi de denunciar publicamente. E, as moças do Grajaú estão se reunindo e dando assistência a essas mulheres; se elas vão tomar medidas legais contra essas pessoas, eu não sei, nem sei se pode, se existe aí uma possibilidade, que é um dizer uma coisa, outro dizer outra. Mas, eu acho que elas estão conscientes, estão fazendo um trabalho no bairro, de conscientização da mulher, porque no momento em que a mulher se torna consciente desse tipo de trabalho em cima da cabeça dela, ela não é mais uma presa fácil. Eu acho que elas estão fazendo um trabalho muito mais de prevenção, de educação das mulheres da periferia, do que de levar a juízo, porque a gente sabe, inclusive, que o Conselho de Medicina, nessas coisas, é muito complicado em condenar qualquer pessoa, mesmo, às vezes, com coisas muito mais concretas, quanto mais isso; eu acho que elas não levaram a termos judicial isso, nem estão pretendendo, é mais um trabalho de prevenção.

Essas denúncias servem para uma maior conscientização, que dizer, no momento em que eu falo na televisão isso, 6 a 8 milhões de pessoas ouvem, e quando o médico vier com essa história para cima dela, ela vai pensar, espero, que, talvez, ele esteja querendo fazer a cabeça dela; que, talvez, ela possa questioná-lo, e que, talvez, ela não tenha que aceitar. Porque o que eu percebi nessas declarações, é que o médico tem uma autoridade muito grande, ele é investido de um poder, de uma sabedoria, então, na hora que ele falar: é melhor para a S<sup>e</sup>, quantas vezes a mulher que não sabe se é melhor para ela organicamente, ou se é melhor por outro motivo, e ela tem vergonha de perguntar. É nesse sentido que eu colocaria

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — Concedo a palavra à S<sup>e</sup> Matilde Paes Landim, membro da Associação da Mulher Profissional do Distrito Federal.

**A SRA. MATILDE PAES LANDIM** — Muito obrigada pela oportunidade de estar aqui. Realmente é uma grande oportunidade para nós, mulheres, nos identificarmos neste encontro, onde se traz todos os problemas, e se debate em nome de mulheres aqui ausentes, mulheres de outras cidades, enfim, de bairros, de toda a periferia, por esse nosso Brasil afora. Então, já tomando a palavra, após a explanação brilhante de S<sup>e</sup>s Deputadas, da Senadora Eunice Michiles, a quem nós agradecemos o convite, eu aqui pessoalmente, em nome da Associação da Mulher, e obviamente, embora o assunto requira uma série de indagações, fica muito ainda a se dizer a respeito. Mas o meu assunto já foi brilhantemente exposto pela Dr<sup>a</sup> Rosa Maria, a quem eu tenho o prazer de conhecê-la, e até já morei no Paraná, e foi justamente onde ela diz em relação aos deveres do casal, a mulher assume praticamente só, toda aquela carga em função daquele relacionamento a dois. E, eu acredito o seguinte, que é maravilhoso a gente, como mulher, já é um privilégio ela fecundar, mas, obviamente, essa fecundação depende do seu sexo oposto, e quando isso ocorre, eu acredito que o homem tem uma participação ativa, é necessário que ele participe, não só do momento em si da fecundação, mas dessa procriação, dessa necessidade de sobreviver ao fruto desse relacionamento. E, na maioria das vezes isso não ocorre. Normalmente a mulher é que fica com a responsabilidade de levar à frente essa vida — educação, enfim, tudo — principalmente nos casos de separação. Quando há uma harmonia no casal, tudo bem, então, há participação ativa a dois.

Agora, em relação às precauções que se tomam nesse sentido, é como a Dr<sup>a</sup> Rosa Maria também expôs, a va-

sectomia, ela acredita assim que venha liberar, venha desafogar um pouco, que não deixa de ser um sofrimento a mulher se preocupar, só ela tomar as precauções para que não haja a gravidez indesejada. Então, o homem também, por sua vez, eu acredito que ele precisaria participar muito mais e tornaria muito fácil qualquer precaução nesse sentido.

E, em relação também ao que a Dr<sup>a</sup> já expôs, eu queria frisar mais uma vez, eu não sei, no meu ponto de vista leigo, embora eu não pertença à classe médica, eu faço um trabalho em termos mais comerciais, eu penso o seguinte: seria mais uma simples sugestão, em relação aos órgãos de saúde, principalmente ao INAMPS, que fosse feito um levantamento social da classe menos favorecida, e se visse as condições de vida das famílias em relação ao número de filhos, para que fosse, obviamente, possibilitado um controle, embora a nossa expositora não goste da palavra controle, mas eu acho que a prevenção, nós vamos dizer assim, esse controle da natalidade, esse planejamento, melhor dizendo, ele não deixa de ser um controle, porque quando há um planejamento há uma norma a se seguir, há uma exposição de fatos e motivos que levam a mulher a se precaver, então, é um controle, no meu ponto de vista. Então, o INAMPS, como órgão de saúde de âmbito nacional, dentro da área federal, ele teria condições de fazer um levantamento sócio-econômico das famílias, e mediante isso, fazer, vamos dizer, possibilitar a essas famílias, sei lá, uma forma de controle, e mesmo se fosse o caso de ligação de trompas, vasectomia, enfim, para amenizar, porque não adianta populacionar o Brasil, se as crianças ficarem passando fome, necessidade, ficarem à margem, dependendo de favores, e dependendo de caridade. Enfim, fazendo um controle desde a família de baixa renda, e que as autoridades tomassem por base, um levantamento social disso, por meio dos nossos assistentes sociais, das próprias recepções do centro de saúde, sabendo que, se a família tem 8, 10 filhos, qual o poder aquisitivo dessa família, etc, dar a ela uma orientação e possibilitar a essas senhoras a esse casal, meio de controle, ou até de sustar o índice de nascimento. Justamente porque, uma família não vai ter condições básicas de criar, de educar, de sustentar, enfim. Esse o meu ponto de vista, que já foi muito bem exposto por todos os meios possíveis nesse sentido, apenas uma explanação leiga de quem vive parte do problema dessa natureza. Eu fico grata da oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Eu queria, antes de conceder a palavra à Professora Marta Suplicy, fazer um apelo aos presentes para serem sucintos nas suas exposições e perguntas, devido à carência do tempo e para dar oportunidade a que todos os presentes que queiram, fazer as suas intervenções.

Com a palavra a Professora Marta Suplicy.

A SR<sup>a</sup> MARTA SUPLICY — Foi muito interessante a sua colocação, porque possibilitou suas colegas, à Senadora e as Senhoras aqui presentes, desanuviar em termos de que não pretendem impingir nada nas cabeças das classes menos privilegiadas. A Senhora desfez isso com seu discurso.

A SR<sup>a</sup> MATILDE PAES LANDIM — Eu não quero contradizer, mas nós temos que encarar a realidade.

A SR<sup>a</sup> MARTA SUPLICY — A Sr<sup>a</sup> explicou muito bem. Não precisa se estender mais, ficou claríssimo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Vamos dar oportunidade a outros de fazer perguntas ou expor o assunto.

Eu concedo a palavra a Sr<sup>a</sup> Liliana Marcondes Pinho, Secretária de Educação do Município de Otálio Costa, Santa Catarina.

A SRA. LILIANA MARCONDES PINHO — Sras. autoridades, eu fiquei por último. Mas eu gostaria de falar, antes de mais nada,...

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Não, há outros inscritos aqui.

A SRA. LILIANA MARCONDES PINHO — Que em todos os depoimentos que foram dados aqui até o momento, quando se falou de Brasil, eu só escutei se di-

zer deste País ou neste País. Cheguei à conclusão de que está faltando para todos nós é patriotismo, porque o que nós devemos falar é sempre: nosso País, nosso Estado e nossa cidade.

Nossa problema, como é esse problema do controle da natalidade, que não deixa de ser também um planejamento familiar. Eu não acredito, em hipótese nenhuma, em quantidade de população, mas em qualidade de população, porque nós precisamos observar — e eu que ano passado fui candidata à Prefeitura, convivi com a periferia e com o interior grandes horas do meu dia — e notei que não existe, até o momento, nada que sirva de orientação básica para a mulher do interior.

Com relação a controles, como pílulas anticoncepcionais, as mulheres carentes chegam ao círculo de trocam essas caixas de pílulas por qualquer outro produto que lhes satisfaçam, elas não usam. Elas vão ao médico como quem vai ao supermercado.

Acho que nós brasileiros devemos ter uma autenticidade, não copiar, não sermos macacos copiando países vizinhos, mas fazermos um planejamento familiar dentro da realidade fidedigna do nosso País. Não adianta nós nos basearmos em estatísticas de Estados Unidos, de Canadá, de Filândia, de Suécia; nós temos que estar dentro da nossa realidade.

Acredito que deva ser feito um planejamento familiar adequado, principalmente no caso das favelas, onde a promiscuidade sexual é violenta, onde o pai tem relação com a filha, e o filho com a mãe, e ainda concebem filhos, filhos esses, anormais na maioria das vezes, ou crianças que, aos seis anos, são viciados em drogas, que cheiram cola aos sete anos de idade, que mais tarde quando forem gerar filhos, trarão também filhos com problemas. Então eu acredito num planejamento familiar adequado, sem envolver somente questão de sexo, ou se ele está satisfeito ou não está satisfeito. É mais fácil você educar três filhos, ou é mais fácil educar 8, 10, 12 filhos? Então eu acredito que dentro do nosso País, e quando eu digo nosso País, eu digo com muito patriotismo, porque nós só somos brasileiros em jogo de futebol em campeonato de fórmula 1; então dentro do nosso País nós temos que ser acima de tudo brasileiros fanáticos, brasileiros reais e convivermos com a nossa realidade. E não vamos imitar, não vamos ser macaco e ficar verificando estatística de outro país, quando a nossa realidade é muito dura. Vamos planejar minha gente, muitas cabeças pensam, nós como mulheres temos um contato no dia-a-dia com pessoas mais carentes. Nós somos da classe média, hoje quase em extinção, mas podemos orientar outras pessoas. E quando falaram que os médicos cobravam fora do INAMPS taxas de laqueadura, na realidade cobraram, porque quando eu fiz me cobraram, há cinco anos atrás, então eu acho que o INAMPS, deve ter condições de atender às pessoas sem onerar fora do seu atendimento.

Como é que nós vamos educar as mulheres pobres, para um controle da natalidade? Essa é a pergunta que eu faço. Eu acho que nós temos que fazer um planejamento familiar, para que quando a moça ou o rapaz chegarem numa determinada idade nós teremos que prestar uma série de informações a esses adolescentes, porque nós não fazemos mais a cabeça do pai e da mãe, nós temos que educar, nós temos que fazer sentir o problema do adolescente, porque eles serão a família brasileira do futuro. É só isso que eu tinha a dizer.

A SRA. ROSA MARIA — Sr. Presidente, peço a palavra por uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra à Sr<sup>a</sup> Rosa Maria por uma questão de ordem.

A SRA. ROSA MARIA — Eu só queria que se registrasse que a nobre conferencista, que admiro muito, como eu já falei, nesses programas de televisão, que, infelizmente, a sua resposta a Sra. Matilde Paes Landim foi um pouco infeliz. Porque pelo fato dela ter se expressado mal, ou afinal ter expressado a sua maneira de pensar, não quer dizer que o que ela se expressou seja o que eu advoco, o que eu acho correto e justo dentro do planejamento familiar. Eu acho, Sr<sup>a</sup> Martha Suplicy, que a Sr<sup>a</sup> foi muito infeliz, porque o que ela falou é absolutamente aquilo que eu acho como planejamento familiar corre-

to, adequado do ponto de vista científico. Creio que também é o que se referia a Senadora Eunice Michele. Eu creio que, infelizmente, como a Sr<sup>a</sup> Matilde falou é leiga, na sua maneira de se expor foi muito infeliz. Porque o que se faz no Paraná, eu acho que é correto, é uma educação imparcial, a escolha do que se deve fazer, como se deve fazer e quem deve fazer, é do casal; então eu acho o que é básico, é essa educação, ter possibilidade de ter um local onde se vá e se tenha acesso a essa informação e aos meios adequados de acordo com a escolha do casal. Não é o que ela deu a entender, que se deveria orientar esse casal que tenha vinte filhos. Se quiser ter 20 filhos e tiver condições, que tenha, a opção é do casal. Agora que esse serviço é sagrado ele deva existir, deve ser dado essa orientação, essa educação e deve ser dado esses meios gratuitamente. É esse o meu ponto de vista. E quero dizer também que eu falei tanto aqui e parece que a Sr<sup>a</sup> não me entendeu.

A SRA. MARTHA SUPLICY — Eu entendi muito bem. Só que eu achei que a Sr<sup>a</sup> Matilde Paes Landim explicitou muito melhor a ideologia. A Sr<sup>a</sup> falou em termos de atendimento médico, que são coisas inquestionáveis; também concordo com que a Sr<sup>a</sup> colocou. Só que, de repente, ela colocou que as famílias pobres não devem ter filhos, e ficou muito claro, se é esse o seu ponto de vista?

A SRA. ROSA MARIA — Não é o meu ponto de vista.

A SRA. MARTHA SUPLICY — Não é?

A SRA. ROSA MARIA — A Sra. disse que seria o meu ponto de vista, D<sup>r</sup> Martha Suplicy.

A SRA. MARTHA SUPLICY — A Sr<sup>a</sup>, reiterou há poucos minutos. Então refaça.

A SRA. ROSA MARIA — Mas de maneira nenhuma é o meu ponto de vista. O meu ponto de vista é que deva existir um serviço de planejamento familiar.

A SRA. MARTHA SUPLICY — Mas a Sra. disse, quem tem 20 filhos e quiser ter o 21º e tem condições, que o tenha. E quem não tem condições? Então não pode ter!

A SRA. ROSA MARIA — Se quiser ter também, que tenha. Mas de um modo geral, se a pessoa vai lá e recebe uma informação, eu duvido se a pessoa vai ter 20 filhos.

A SRA. MARTHA SUPLICY — Não é problema meu e nem da Sra. quantos filhos ela vai ter.

A SRA. ROSA MARIA — Claro que não.

A SRA. MARTHA SUPLICY — O cidadão tem o direito de ter quantos filhos desejar, rico ou pobre, branco ou preto.

A SRA. ROSA MARIA — Claro, mas para ter isso, é preciso que se tenha um serviço que oriente, como é que se faz para ter os filhos, como se faz para espaçar os filhos.

A SRA. MARTA SUPLICY — Não discordamos em relação ao serviço, discordamos quanto à ideologia, só.

A SRA. ROSA MARIA — Mas que ideologia? O serviço não tem que ter ideologia, o serviço tem que prestar o serviço.

A SRA. MARTA SUPLICY — É isso que eu desejo, se for assim, tudo bem.

A SRA. ROSA MARIA — Mas é assim!

A SRA. MARTA SUPLICY — Concordo.

Agora a outra companheira, eu acho que reiterou o ponto de vista, me parece, no que ela falou há pouco...

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A Professora Marta Suplicy está respondendo as considerações da Professora Liliana Marcondes Pinho, Secretária de Educação.

A SRA. MARTA SUPLICY — E que colocou a seguinte frase, não sei se a Sra. repetiu exatamente a frase, mas era mais ou menos isso: que é a favor do controle e que não fazemos mais a cabeça do pai e da mãe, e que te-

mos que chegar ao adolescente. É isso a que eu me refiro, a esse tipo de planejamento familiar eu sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao Dr. José de Castro Coimbra, médico. Pediria também ao colega para que fosse sucinto, dado o adiantado da hora e para que dê oportunidade a outros.

O SR. JOSÉ DE CASTRO COIMBRA — Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Senado por estar discutindo um tema tão importante. Lembraria que quando Oswaldo Cruz foi encarregado de uma campanha de vacinação, também ele sofreu toda uma oposição. Ora, recentemente pesquisas têm sido realizadas junto à população brasileira, e recentemente um jornal, a Folha de S. Paulo, publicou o resultado de uma pesquisa de que a população é amplamente favorável ao planejamento familiar, que, de forma até malévolas, vem sendo confundido com controle da natalidade. Ora, se Oswaldo Cruz sofreu aquela campanha violenta e hoje nós vemos que as campanhas de vacinação arrastam milhões de crianças, os pais levam essas crianças; como médico há mais de um quarto de século, trabalhando dia a dia com a população pobre, nós estamos absolutamente convencidos de que o Governo já perdeu um tempo precioso, porque é importante a redistribuição de renda pelo teto e não pelo piso, todos concordamos, mas se a população pobre vai ao centro de saúde buscar leite, se a população pobre vai aos postos do INAMPS buscar medicamentos para pressão alta, para epilepsia, para todas as doenças, por que o Governo não estende mais este benefício para saúde, que é a assistência àqueles casais que desejam planejar a sua família? Não é planejar por nenhum motivo, não é nem por motivo econômico, é por motivo de saúde. A mortalidade materna aumenta depois do quarto filho. A mortalidade infantil aumenta depois que surge o quarto ou quinto filho, porque aquela história de que onde come um, comem dois, não é verdade; onde jejuam um, jejam dois, jejam dez, mas, onde come um não comem dois.

Então, acho que há necessidade que a nossa sociedade realmente discuta planejamento familiar, mas também há necessidade de que o nosso Governo tome iniciativas mais concretas, com mais urgência, porque é preciso que a mulher saiba que depois dos quarenta anos, depois dos trinta e cinco anos, a possibilidade dela ter um filho mongoloide é dez vezes maior do que enquanto ela tem entre os vinte e trinta anos. Então, são informações essenciais, bem como concordo, também, de que haja necessidade de se orientar melhor a nossa população para a parte sexual, porque realmente o sexo tem sido um tabu muito grande e a própria procriação, por estar ligada ao ato sexual, vem sendo tabu e vem encontrando grandes oposições. Então, essa era a minha opinião, a minha participação e gostaria de ouvir a opinião da nossa ilustre conferencista. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra a depoente.

A SRA. MARTA SUPLICY — Concordo com o que foi exposto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Passo, então, a palavra à enfermeira Jovina Teodoro.

A SRA. JOVINA TEODORO (Fora do microfone) — ... com relação ao que foi colocado ao Movimento de Mulheres Feministas, que vai ocorrer em setembro.

Então, a gente esclarece o seguinte: o movimento feminista não é contra o planejamento e os grupos feministas discutem o planejamento familiar e isso é um ponto de importância fundamental em orientação de grupos de participação e discussões de sexualidade, isso está implícito no planejamento familiar. Agora, quanto à campanha do dia 22, nós fariamos de esclarecer não ser uma campanha pró-planejamento familiar, porque a gente entende que o Governo já está assumindo isto, não obstante a ideologia que os movimentos feministas não avançam, já está assumindo e o Governo conta com um meio de comunicação muito mais poderoso do que os grupos de movimento feminista. Então, a campanha a favor da legalização do aborto é também em consequência de que isto não está sendo uma preocupação do Go-

verno, não obstante os problemas e as mortes decorrentes desses abortos feitos em más condições.

Consideramos também que o aborto é uma questão de justiça social, se considerarmos que as classes privilegiadas têm acesso às clínicas sofisticadas que existem em todo o Brasil, espalhadas principalmente nas capitais, então, essas elites têm condições de ir a essas clínicas e ter um atendimento digno, sem grandes danos, tanto psicológico como físico, porque o que a gente tem sabido é que a mulher que não deseja filho, quando ela consegue, dentro de uma boa assistência, interromper essa gravidez, ela sente um grande alívio. Isso foi colocado, inclusive, por uma médica que trabalha nesse setor de esterilidade e trabalha muito com problemas de aborto, dentro dessa experiência dela foi colocado esse depoimento de que as mulheres, que não desejam filhos e conseguem tirá-los com uma boa assistência, elas sentem um alívio por ter ficado livre daquela gravidez que era indesejada.

Então, acreditamos por isso que é um problema de justiça social e quem sofre são as classes menos favorecidas. E, ainda mais dizendo, ninguém morre por fazer planejamento familiar, mas se morre por fazer um aborto em más condições. Era só o que queria colocar. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra a depoente.

A SRA. MARTA SUPLICY — Acho que é muito a propósito a sua intervenção e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra à Professora Zoraide Pinto.

A SRA. ZORAIDE PINTO — Ilustre conferencista e demais autoridades aqui presentes, mulheres que lutam pelo progresso do Brasil, discutindo os seus problemas, eu, como educadora, trabalhando há trinta anos em educação, estava ouvindo com muita atenção tudo que foi dito e acho, de verdade, que em nenhum momento houve oposição no que nós estámos discutindo aqui e sim, apenas, uma questão de junção de ideologias, ou idéias, como já foi falado, porque a educação é fundamental. Professora Marta Suplicy, uma vez que um povo sem educação não pode progredir. Mas isso seria um projeto para longo prazo, aquelas crianças, que serão os futuros pais amanhã, deverão receber uma orientação efetiva em termos de um planejamento familiar: a criança de hoje, o adolescente de amanhã, o pai de depois de amanhã. Mas, as pessoas que não tiveram acesso à educação? E as pessoas que não tiveram esse privilégio? Como nós fariam o atendimento imediato das mulheres lá dos beiradões do meu Amazonas, por exemplo, das mulheres lá dos sertões do Nordeste? Como nós fariam esse atendimento? Aí entra a saúde, de imediato, para trabalhar dentro do planejamento familiar. Então, não querendo me alongar muito, vejo o seguinte: que nós devemos nos unir, educação e saúde, num planejamento familiar imediato para as mulheres que não tiveram oportunidade de maior esclarecimento, e uma educação, a longo prazo, para os adolescentes de hoje, a fim de que, no futuro, elas cheguem a ter uma família equilibrada, um número ideal. Porque, na verdade, ter um número de filhos muito grande, não há condições, por melhor que a família queira, se não houver conhecimento e educação, não há como se dar condições não só de alimentação, como as condições sociais para essas crianças.

Então, eu conclamaria a todos aqui presentes, não só as minhas colegas, mulheres de todo o Brasil. Que nós cerrássemos fileiras em torno dessas duas linhas, que são justamente a educação a longo prazo, e o planejamento familiar, que é da área de saúde especificamente para agora, para o hoje, porque a mulher paupérifera, ela não pode esperar para daqui a 10 ou 15 anos, que é quando vem o fruto da educação. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Embora a Professora Zoraide, como as demais, não tenha feito propriamente perguntas à depoente, mas considerações, eu dou a palavra à depoente para também responder, com considerações, às considerações feitas.

A SRA. MARTA SUPLICY — Quando a gente fala em aborto, nós não podemos falar em aborto sem falar

em direito à condição à vida, porque muitas das mulheres que fazem o aborto, elas não desejariam praticar o aborto, elas não têm condições financeiras de manter uma criança a mais. Outras são por outras razões, psicológicas, ou motivos pessoais. Quando você fala de aborto, você tem que falar de condição de vida. Quando você fala de método anticoncepcional, você também tem que falar em condições que produzem isso também, condições de controle de natalidade. Tem que ser falado em termos de distribuição de renda, tem que ser falado também em direito à educação.

Então, me parecer, e acho que é a vigésima vez hoje, que falamos nisso, que ninguém, em sã consciência, é contra planejamento familiar. O que nós devemos pensar é como fazer esse planejamento familiar sem induzir uma parcela da população a controlar. O que não desejaria, se não fosse feita a cabeça dela. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Não há mais oradores inscritos para inquirir a depoente. Então concedo a palavra ao Senador Almir Pinto, Relator da Comissão, para fazer perguntas.

A SRA. MARIA ROSA CHIAMURELA — Sr. Presidente, permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Se o Relator, que está com a palavra, permitir, eu concederia.

O SR. RELATOR (Almir Pinto) — Eu queria que fosse breve, porque a hora está passando.

A SRA. MARIA ROSA CHIAMURELA — É só para complementar o que eu deveria ter falado, quando falei das outras vezes, mas é tanta coisa.

Eu queria perguntar à conferencista se ela não está sendo um pouco negativista, dando a entender que parece que V. S\* tem uma prevenção de que vão fazer coisa errada. Não seria muito melhor acreditar que há uma boa vontade, em se dar melhor condição de atendimento à saúde da mulher? Que há pessoas conscientes que sabem de sua obrigação, de seu dever, de prestar um planejamento familiar, decente, organizado, que não infrinja a liberdade de escolha do casal, que não faça a sua cabeça? Eu acho que seria muito mais produtivo para a Nação, muito mais positivo para as mulheres do nosso País, se o enfoque, e se a posição da senhora, que trabalha numa rede de televisão, que tem tanta influência sobre tantas cabeças femininas, não se induzisse essa — claro, ela está me dizendo que a senhora faz a cabeça das mulheres, e de maneira bastante boa, sob muitos aspectos, a maioria dos aspectos, acho que seus esclarecimentos na televisão são muito importante. Mas, eu acho que a senhora não deveria dar esse enfoque negativo, será que vão fazer certo? Pôr sempre essa dúvida, esse ponto. Dá uma impressão que há uma má vontade, ou então, que as autoridades governamentais querem fazer uma coisa ruim para o País. Eu acho que a senhora devia repensar quando fala desses termos sobre o assunto, porque isso viria prejudicar muito a idéia que se faz do planejamento familiar, que poderia ser implantado com tantos benefícios para a mulher brasileira. Eu lhe faria esse apelo, Professora Marta Suplicy, no sentido que a senhora reconsiderasse a sua posição, quando a coloca, e põe tanta dúvida, ou tanto negativismo no serviço de planejamento familiar, que viria trazer tanto benefício à população e que, inclusive, serviria para prevenir um pouco esse aborto em cuja campanha V. S\* se coloca agora. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A Professora tem alguma consideração a mais a fazer? Então, com a palavra, com licença do Relator, que já está com a palavra.

A SRA. MARTA SUPLICY — Geralmente, eu até sou bastante positiva, tenho a expectativa de que as coisas vão dar certo. Mas, eu não tenho dados suficientes no sentido do que vocês colocam. Eu acho que a sua opinião, a sua exposição, em relação ao que você contou no Paraná, tudo, me dá uma expectativa boa do que possa vir a ser. Se isso for implementado, eu acho que podemos até nos unir e dar uma força. Agora, a ideologia seguida, que vem sido exposta, de que famílias com menos salário devam controlar sua prole, e que talvez isso seja impingido para a população, é que eu não posso concordar.

Aí já não é questão de ser positiva ou negativa, é uma questão de ideologia, mesmo, firme contra isso.

**SRA. MARIA ROSA CHIAMURELA** — Sob esse aspecto eu também concordo com V. S<sup>a</sup> Mais, eu também discordo no sentido de que seria não acreditar na capacidade de discernimento da pessoa humana, na sua capacidade de saber o que quer. Mesmo uma pessoa com pouca instrução, ela sabe o que quer, ou que deixa de querer. Então, isso é acreditar que a pessoa não tem competência, capacidade de saber o que quer.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Ai, eu concordo. Acho que a pessoa sabe. Ela sabe, geralmente, a gente minimiza o ser humano quando acha que vai fazer a cabeça e tal. Minimiza porque a pessoa tem capacidade de pensar, de refletir. Mas, ao mesmo tempo, eu fico pensando que a figura do médico é uma figura de tanta autoridade que, muitas vezes, ele pode induzir, e um programa de comunicação de massa por exemplo, esse programa que faço na televisão, eu vi que, em 3 anos de censura, proibiu-se usar a palavra gozar, a mulher, hoje, não usa mais a palavra, nas cartas, ela usa prazer sexual, que é a palavra que eu tinha que usar por causa da censura. Então, tem carta de gente analfabeta que escreve dizendo assim: ele não estimula o meu "critóris". Quer dizer, onde ela aprendeu: estimula clítoris? Quer dizer, palavra que não existia no vocabulário. Então, você faz a cabeça de certa forma, você ensina a coisa. Por isso é que eu acho que o planejamento familiar devia se dedicar só a informar os métodos anticoncepcionais, e não sugerir: A senhora então é pobre, ou então é negra, deve então ter menos filhos. Agora, como eu posso acreditar que não vai estar imbuído disso, se os maiores pregadores do planejamento familiar, como o Senador Roberto Campos, como a Senadora Eunice Michiles, volta e meia falam dessa ideologia? É esse o problema.

**A SRA. MARIA ROSA CHIAMURELA** — Professora, me pareceu, eu nunca ouvi falar...

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — Eu gostaria de pedir licença a Doutora, porque é muito interessante o diálogo, o assunto é muito excitante, mas o diálogo será interminável, e eu gostaria que desse oportunidade aos outros que estão inscritos.

**A SRA. MARIA ROSA CHIAMURELA** — Mas, Sr. Presidente, eu acho que não foi bem colocado. Eu nunca ouvi falar que o programa de planejamento familiar, que talvez seja implementado pelo Ministério da Saúde, tenha colocado que vai divulgar à massa que só tenha dois ou três filhos. Eu acho que o máximo que ele poderia fazer, acho que nem deveria, é que existe agora serviço de planejamento familiar em tais e e tais locais à disposição das mulheres que precisarem, se é que vai precisar fazer isso. Eu acho que isso é o importante. É só isso que tem que ser feito, ou então nem isso. É só pôr o serviço para funcionar e pronto.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — Eu queria esclarecer que a comissão é a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga problemas vinculados ao aumento populacional do Brasil. Então, todos estão traduzidos no planejamento familiar.

Agora, esse planejamento familiar pode ser para mais ou para menos, a Comissão está colhendo os depoimentos de autoridades do mundo feminino, do homem, da mulher, para chegar à conclusão. Pode ser que a conclusão seja para acelerar o povoamento do nosso território nacional, e pode ser no sentido de desacelerar um pouco a população. Porque é um programa demográfico que está implícito no espírito da solicitação da Comissão, que é o aumento populacional brasileiro, pode estar havendo um aumento acelerado, pode ser um aumento muito lento, e haja necessidade de ocupar os chamados espaços vazios.

A Professora Marta Suplicy tem mais alguma coisa para dizer?

**A SRA. ROSA MARIA** — A professora é a favor da quantidade ou da qualidade?

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Eu não entro nesse tipo de sim ou não. O que há é que eu sou a favor do direito do cidadão optar pelo que ele deseja, livremente, tendo acesso a todos os meios de anticoncepcionais. Só isso.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — Concedo a palavra ao nobre Relator, Senador Almir Pinto.

**O SR. RELATOR (Almir Pinto)** — Sr. Presidente, Dra. Marta Suplicy, lá no Ceará — eu sou cearense — tinha um professor de Direito que costumava classificar os discursos em 3 tipos: bom bom, era o discurso curto e bom; bom ruim, era o discurso bom e comprido; e o ruim ruim, era o discurso ruim e comprido. Acompanhando a conferência de V. S<sup>a</sup> está dando bom bom, porque foi uma conferência curta e muito bem traçada, muito bem escrita, tanto assim que a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito se transformou num fórum de debates, onde mais falaram aqueles mais interessados, que são as mulheres, porque os homens só apareceram dois. O primeiro e o segundo não ouvi bem, porque estava um pouco distante, limitaram-se a falar apenas sobre a questão do desenvolvimento. Não quiseram entrar na questão da parição. Foram sabidos demais. Essa é que é a grande verdade.

Mas, eu quero dizer à senhora exatamente o seguinte: eu li rapidamente, aqui, a sua conferência naqueles pontos, do Senador Roberto Campos, em que ele diz que vê o aumento do nível de vida como o resultado da diminuição da taxa de crescimento. Aqui, talvez, aquele velho adágio: "Quanto menos somos, melhor passamos". Esta é que é a grande verdade. Talvez seja melhor dar alimentos, vestuário, educação a um número menor, com condições de dar essa educação. E, na frente, saiu um problema até da CAPEMI e da DELFIN, e a senhora disse: O que foi que aconteceu?

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Que eu saiba, ninguém está...

**O SR. RELATOR (Almir Pinto)** — O Relator padece daquilo que todo relator deve estar padecendo: não tem mais o que perguntar, o assunto já vem tão debatido, e hoje foi tão dissecado o problema do planejamento familiar — e a Professora acha que não há planejamento, há controle, na verdade faz-se a diferenciação do controle e do planejamento, porque já foi dito "n" vezes aqui, neste plenário, que o planejamento é uma opção voluntária, espontânea, entre marido e mulher. O controle é um punho forte, é o Governo que impõe aquele controle, e tem que fazer quer queira, quer não queira o casal.

Isso aí é uma diferenciação que tem sido feita até aqui sobre controle e planejamento familiar.

Nós temos o mundo desenvolvido, o mundo subdesenvolvido e em desenvolvimento. Então, nós temos um Brasil desenvolvido e um Brasil subdesenvolvido e nós sabemos, justamente, onde está o Brasil desenvolvido e o subdesenvolvido. E o desenvolvido está pagando uma certa taxa que já foi referida aqui, aquele problema que todos viram na televisão, que foi repetido algumas vezes, aquelas 400 mil crianças sem pais, sem mães, na rua, assaltando e matando, para comer.

Acho que São Paulo já está com uma população quase que intolerável, e eu não vou dizer que é uma população que tenha nascido em São Paulo, São Paulo sofre o problema da migração, como já vem sofrendo, também, a nossa Brasília.

Quando nós fomos receber o atual Governador do Distrito Federal, aqui, na Comissão do Distrito Federal, o Coronel José Ornelas, eu disse para ele essas palavras: Coronel, eu acharia interessante que, quando V. Ex<sup>a</sup> assumisse o governo de Brasília, olhasse para o problema migratório, porque essa migração para Brasília está sendo uma coisa, tacitamente falando, perigosa. Essas famílias vêm do interior, do Norte, do Nordeste, de diferentes regiões do País, pensando que Brasília ainda é aquele eldorado, que, chegando aqui, encontrariam emprego com facilidade e ganhando bem. Hoje não é mais isso, o Plano Piloto não tem mais nem construção civil. Só mesmo no campo do saneamento básico em Ceilândia e nas cidades satélites. Por conseguinte, eu lembrava, inclusive, que seria interessante que ele fizesse núcleos artesanais em torno da Capital federal, para ir recebendo esse pessoal que vem chegando e aproveitar alguma mão-de-obra para fazer alguma coisa, algum artesanato.

Mas, Sr. Presidente, eu quero felicitar a Dra. Marta Suplicy, porque foi bem elaborado o seu trabalho que ensejou essa discussão que nós vimos, um debate muito

proveitoso que vai dar um bom subsídio para o Relator estudar e ver o que pode aproveitar para o seu relatório. Uma das suas palavras foi que só se tem falado ultimamente em planejamento familiar, antes não se falava nisso. Eu acho que talvez seja por dois motivos importantes: porque foi a primeira vez que um Presidente da República fez constar, na sua mensagem anual, remetida ao Congresso, o enfoque ao planejamento familiar. Isso, de certo, Sua Excelência Senhor Presidente da República deve estar sentindo o problema do aumento populacional. Mas Sua Excelência não quer o controle, pelo menos pela ciência que eu tenho, é justamente essa: não quer o controle, e o nobre Senador Odacir Soares, do Estado de Rondônia, adiantou-se a pedir a esta Comissão Parlamentar de Inquérito algum subsídio importante, para que o Senhor Presidente da República pudesse incluir no seu pensamento sobre o planejamento familiar o pensamento do Congresso Nacional, que é o pensamento do povo brasileiro.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — A Professora Marta Suplicy está com a palavra, para o final do seu depoimento.

**A SRA. MARTA SUPLICY** — Eu agradeço a oportunidade de colocar aqui as reflexões que tenho tido sobre o planejamento familiar e espero que tenha ajudado a que gente possa pensar que atitude tomar, que melhor tipo de planejamento nós podemos fazer para o nosso País. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — Antes de encerrar a nossa reunião, eu quero lembrar aos presentes, na grande maioria de senhoras que à tarde haverá outro depoimento de igual importância, que será feito pela Ministra Esther de Figueiredo Ferraz.

Quero dizer aos presentes e especialmente à depoente, a satisfação que a Comissão tem de tê-la conosco neste instante, de ter trazido uma contribuição valiosíssima para o esclarecimento do problema que é apaixonante e que está colocando todo o País em ouvidos, para o que sairá com conclusão dos depoimentos aqui colhidos por tão importantes segmentos da sociedade.

Vários Ministros estão cônvidados, pessoas representativas das várias camadas sociais, entidades e instituições e nós temos dado ênfase especial ao convite e ao comparecimento da mulher, nesta Comissão, porque, não querendo absolutamente, menosprezar o depoimento de outros, da outra parte do ser humano, o homem, nós achamos que é o fundamental, o elemento básico de toda essa discussão é a mulher (Palmas), porque, repetimos mais uma vez, ela é o estojo que abriga toda a nossa espécie e a inteligência humana. Sem o estojo, que com carinho, durante 9 meses, abriga, na sua intimidade, a perpetuação da espécie, nada valeria e a nossa discussão aqui seria estéril.

Portanto, nós temos sempre chamado a atenção do nobre Relator, a importância da presença da mulher nessa Comissão, porque a sua palavra é muito valiosa para nós. E nós aqui já tivemos oportunidade de falar, e vamos falar mais uma vez, porque até os jornais deram uma versão ao contrário do que nós pensamos e falamos, eu e o nobre Relator, quando nós defendímos a participação da mulher. Porque achamos que a mulher tem sido verdadeiramente discriminada na sociedade, principalmente na sociedade mundial, no Oriente como no Ocidente. E que, atualmente, felizmente, no mundo Ocidental pelo menos, que nos é do conhecimento, a mulher está, aos poucos, conquistando o seu lugar ao sol, de ser par, de ser a outra metade da laranja que é a entidade, que é o ser humano. Nós achamos muito importante a presença da mulher.

Criamos a palavra "mãe solteira", porque se fala muito da mãe solteira, porque a mulher, às vezes, irresponsavelmente concebe filhos sem poder, e esquecem que aquele filho foi fabricado por um homem. E o emprego da palavra, pelo menos lá no meu Norte, ainda tem essa conotação pejorativa da mulher solteira ser sinônimo de mulher irresponsável, e até, de uma certa forma, de prostituta. Quando não se dá estigma ao homem, não tem

esse qualificativo de homem solteiro, não tem a contrapartida. Quando esse pai solteiro é um irresponsável, e essa mãe solteira é uma vítima da irresponsabilidade do homem e da organização social em que nós vivemos.

De modo que nós nos sentimos gratificados com a presença aqui desse seletivo auditório, e estamos convencidos de que estávamos certos quando convidamos a Professora Marta Suplicy, cujo nome foi sugerido por uma psicóloga. O acerto do nosso convite está na presença aqui de inúmeras senhoras, mulheres, representativas de todos os segmentos da sociedade brasileira.

Portanto, muito grato aos presentes.

Está encerrada a reunião. (Muito bem! Palmas)

(Suspender-se a reunião às 13 horas e 14 minutos.)

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR PROBLEMAS VINCULADOS AO AUMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO.**

**12ª Reunião, realizada em 28 de junho de 1983.**

Aos vinte e oito dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e três, às dezessete horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças presentes os Srs. Senadores Mário Maia (Presidente), Cláudionor Roriz, Almir Pinto (Relator) e João Calmon, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito criada com o objetivo de investigar problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores João Lobo, Marcondes Gadelha, Murilo Barroso, Eunice Michiles, Hélio Gueiros e Jaison Barreto.

Havendo número regimental o Sr. Presidente, Senador Mário Maia, declara abertos os trabalhos.

O Sr. Presidente solicita a depoente que proceda à leitura do juramento.

Em seguida, o Sr. Presidente concede a palavra a Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, na qualidade de depoente.

A Srª Ministra profere a leitura de sua exposição relacionando o problema do aumento populacional com os aspectos educacionais e jurídicos.

Durante a fase interpellatória, usam da palavra, os Srs. Senadores João Calmon, Aderbal Jurema, Almir Pinto, Eunice Michiles, Mário Maia, Cláudionor Roriz, o Deputado Ruy Côco, as Vereadoras Dayse Lúcidi, Ludmila Mayrink, Rosa Maria e as Srs. Flórida Acioli, Ana Maria Mendonça e Romy Medeiros da Fonseca.

Finalizando, o Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, Edson Luiz Campos Ábrego, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

**ANEXO À ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR PROBLEMAS VINCULADOS AO AUMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 1983, DESTINADA A OUVER A SRA. ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ, MINISTRA DA EDUCAÇÃO E CULTURA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO:**

**Presidente: Senador Mário Maia  
Relator: Senador Almir Pinto.**

(Integra do Apanhamento Taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Havendo número legal declaro aberta a reunião.

Esta é a 12ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

Foi convidada para prestar depoimento, nesta Comissão, nesta tarde, a ilustre Ministra Srª Esther de Figueiredo Ferraz.

Antes de a Presidência conceder a palavra a S. Exª, para fazer a exposição do seu depoimento, peço a S. Exª que faça o juramento de praxe.

**A SRA. ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ —**  
Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) —** Prosseguindo em nossos trabalhos, quero informar aos Srs. Parlamentares presentes e aos demais que os nossos trabalhos se desenvolverão em três partes:

Na primeira fase, a Srª Ministra Esther Ferraz fará uma exposição geral no seu depoimento.

Na segunda fase dos nossos trabalhos, S. Exª se submeterá à inquirição dos Srs. Parlamentares.

E a terceira fase, se a Srª Ministra concordar, porque é facultativo, não está expresso no Regimento, e será então uma deferência especial da Comissão e da depoente, se S. Exª concordar, outras pessoas que não parlamentares poderão fazer perguntas à Srª Ministra sobre o tema, a critério da Mesa, levando em conta também o tempo do depoimento.

Assim sendo, eu concedo a palavra à Srª Ministra Esther Ferraz para fazer a sua exposição, como depoimento inicial nesta Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

Com a palavra a Srª Ministra,

**A SRA. ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ —**  
Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Mário Maia, Sr. Vice-Presidente Cláudionor Roriz, Sr. Relator, Senador Almir Pinto.

Srs. Parlamentares, Senhoras, Senhores, elementos da imprensa aqui presentes.

Esta digna Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída para investigar problemas vinculados ao crescimento populacional no Brasil, entre eles o mais importante e polêmico que é da planificação demográfica (ou do planejamento demográfico ou populacional), remédio com que se conteria o possível excesso na taxa daquele crescimento, depois de ouvir numerosas e categorizadas autoridades sobre o assunto, como esse, de tamanha complexidade, houve por bem convocar-me, na qualidade de Ministra da Educação e Cultura, para dizer o que saiba e o que pense a respeito do tema.

Em princípio, louvo a decisão, a qual, no entanto, me deixa um pouco preocupada à medida que envolve a minha pessoa é o meu depoimento. Pois se de um lado é exato que num país democrático, como é o Brasil, não se pode falar em planificação demográfica a não ser dentro de um largo contexto em que tenha lugar de destaque a educação, entendida esta em sentido amplo para abranger todos os aspectos da personalidade humana atingidos pelo processo educativo — o físico, o sensorial, o intelectual, o moral, o estético, o cívico, o religioso, afinal incluída também (como, aliás, não poderia deixar de ser) a educação para a vida sexual e para a procriação — é verdade, por outro lado, que me faltam condições para me pronunciar, com pleno conhecimento de causa, sobre grande parte das questões ligadas a tão vasta questão problemática.

Pois esse assunto é, como se costuma dizer, interdisciplinar, interessando a um só tempo um sem-número de ramos da frondosa e espessa árvore do saber humano — a Economia, a Sociologia, as Ciências Biológicas e da Saúde, a Geografia, a Estatística, a Ecologia, a História, e Filosofia e muitas outras disciplinas que seria longo enumerar. E embora nesse rol se insiram também as ciências do Direito e da Educação, nas quais venho de há muito e com exclusividade exercitando a minha militância, devo reconhecer que em sã consciência não me sinto apta a me pronunciar, com maior conhecimento de causa, a não ser nesses dois setores, os quais, já de si, constituem verdadeiros universos. Quanto aos demais, será sempre com infinitas cautelas, pisando com pés de lâ, que me aventurarei a lhes penetrar os recintos, socorrendo-me nesse caso da opinião dos doutos, particularmente os que já se fizeram ouvir perante esta dota-

Comissão Parlamentar de Inquérito. A estes louvo a isenção com que aqui deixaram expresso seu pensamento, e particularmente o esforço que realizaram para buscar a verdade nesse campo de investigação até certo ponto minado que é o pertinente à legitimidade, à necessidade e à oportunidade de se utilizarem medidas (e que medidas) para levar a termo, com êxito e respeitados os direitos humanos, a planificação demográfica.

Realmente, se nós não levássemos em consideração o respeito aos direitos humanos, a planificação demográfica seria uma tarefa relativamente simples, mas ela se torna complexa exatamente por isso, porque nós temos que nos submeter a certas regras que são superiores às próprias regras do direito positivo.

Quanto a mim, procurarei cingir-me pelo menos na parte expositiva deste pronunciamento, às matérias de índole educacional e jurídica envolvidas no tema que ora desperta a nossa atenção (acredito mesmo que para esse efeito principal fui aqui convocada). E tentarei dar resposta às indagações a seguir arroladas:

1º — em que medida o aumento populacional brasileiro, que alguns consideram elevado e outros entendem haver atingido, já, em certas regiões, o nível de verdadeira explosão demográfica, em que medida esse aumento interessa à educação e, naturalmente, àqueles a quem incumbe promovê-la e incentivá-la (poderes públicos, empresa, família, comunidade em geral)?

Eu já vejo despertado, em grande parte, o interesse do Senador João Calmon, que está naturalmente pensando, como eu, no problema chamado do financiamento da educação; medindo-se o aumento populacional, este vai exigir mais recursos, tanto materiais, quanto humanos para que nós possamos atender a esse acúmulo populacional que se verifica a cada ano no Brasil.

Segunda questão, é praticamente o inverso da primeira: em que medida pode a educação interferir no processo de crescimento demográfico, disciplinando-o e regularizando-o?

3º — que meios podem ser utilizados nesse processo de regularização? Quaisquer meios ou só alguns?

4º — sob que ângulos vem o assunto do planejamento demográfico sendo objeto de cogitação por parte do direito positivo brasileiro?

1.1 — Começando pela primeira indagação, é de se observar, num primeiro tempo, que a educação tem a ver — e muito — com o fenômeno do aumento populacional, máxime quando esse eventualmente assuma o aspecto de verdadeira "explosão demográfica". Pois cada criança que nasce tem direito não somente à vida, mas a uma vida condigna, e isso implica em que passe a ser titular de numerosos direitos, entre eles o de receber educação. É o que estabelece a Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 1948, em seu artigo 26, e é o que reza igualmente nossa Constituição Federal de 1967, artigo 176, insistindo em tecla já percutida pelas Constituições de 1934, 1937 e 1946, pelas várias Constituições que se sucederam. Um e outro documentos asseguram enfaticamente que todo homem tem direito à educação.

Quer dizer, cada vez que nasce uma criança, todo o painel que reflete os direitos da criança fica agitado; todos eles, sobretudo aquele que diz respeito ao direito da educação.

Não basta, entretanto, que esse direito figure naqueles textos como mera declaração de princípios; ele há de passar do plano ideal para o da concreta realidade, a fim de que possa atingir cada beneficiário em particular, no sentido de que receba, efetivamente, a prestação educacional a que faz jus. E como essa passagem nem sempre tenha lugar (ou nem sempre tenha lugar com a necessária tempestividade), isso cria para vários países, máxime os emergentes que se atrasaram sobremodo no fornecimento às suas populações da prestação educacional básica, problemas de toda ordem, ligados ao próprio subdesenvolvimento, e evidenciados em escassez de recursos materiais e humanos para levar a cabo os empreendimentos nesse setor a todos os títulos prioritário.

Gostaria de salientar que os latinos, os peninsulares, nós, brasileiros, temos às vezes o mau vexo de entender que os problemas estejam resolvidos, desde que bem equacionados em termos jurídicos. Reconheço a força

do Direito. O Direito é um dos instrumentos que pode modificar uma realidade social. Mas, não podemos ser muito entusiastas com relação ao Direito. Há outras medidas, sobretudo aquelas que se executam no plano social e estas, sim, é que devem ser empregadas para que a realidade social se modifique. E por isso que isso exige recursos materiais e humanos.

Comentando o fenômeno em âmbito mundial, o célebre Relatório Faure — "Aprender a Ser", publicado em 1972 — valendo-se dos dados recolhidos até então — afirma que entre 1960 e 1968 a população mundial passou de quase 3 bilhões a cerca de 3 bilhões e quinhentos milhões de seres humanos, o que corresponde a um salto de 17% em 8 anos e a um crescimento médio anual de quase 20%. Entretanto, nesse mesmo período, a população escolarizável (de 5 a 19 anos) passou de uns 995 milhões de crianças para quase 1 bilhão, cento e cinqüenta milhões, isto é, houve um aumento da ordem de 20%, a uma taxa anual de 2,35%, maior em cerca de 20% do que a do crescimento demográfico global. Prevê-se assim, diz o Relatório, para o restante do século — e por isso que o relatório é atual —, que o número de pessoas em idade escolar e universitária aumentará em mais de mil milhões (um bilhão), isto é, haverá um excedente virtual de 36 milhões de alunos e estudantes. Em outras palavras e resumindo, observa o relatório, "a explosão demográfica, tão citada e tão amiúde temida, implica uma explosão escolar ainda mais impetuosa".

Dentro desse quadro mundial, como se coloca o Brasil, país emergente — uma maneira delicada de se falar de um país em desenvolvimento ou subdesenvolvimento —, situado na América Latina, precisamente numa das quatro regiões (as outras são os Estados Árabes, África e Ásia) em que a taxa de crescimento demográfico é superior à atual taxa de crescimento médio mundial, a qual se situa em 1,99%?

País, ademais, que apesar do esforço desenvolvido a partir da década de 60 ainda não conseguiu ver matriculados, na escola fundamental (obrigatória por força de preceito constitucional para os que se encontram na faixa etária de 7 a 14 anos), 7 milhões de pequenos brasileiros? País que, malgrado os referidos esforços, vê crescer em termos absolutos o número de seus analfabetos, os quais passaram de 6,3 milhões, em princípios do século, para 19,3 milhões, em 1980 (isso apesar de haverem decrescido sensivelmente os respectivos percentuais: 65,3, em 1900, para 26,0, em 1980)?

No Brasil, dadas suas dimensões continentais, dado ainda o fato de dispor de imensas áreas não ocupadas, assim como a circunstância de ser baixa a sua densidade demográfica, situada em torno de 14,1 habitantes por quilômetro quadrado, vamos até exagerar, supor que toda a área amazônica fosse inabitada, dividirmos isso por dois, quer dizer que teríamos no momento uma base de 28 habitantes por quilômetro quadrado, no Brasil, repito, parece que não se pode falar, em rigor e de maneira global, em superpopulação, menos ainda num acréscimo cujo ritmo pudesse levar, a médio prazo (e sempre de maneira global), àquilo que se convencionou denominar "explosão demográfica".

Pois o que é certo — e isso ficou meridianamente demonstrado no excelente trabalho apresentado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito pelo Prof. Jessé Montello, Diretor do IBGE — é que embora a população brasileira venha aumentando sistematicamente desde 1892 (ano da realização de seu 1º levantamento), atingindo atualmente cerca de 126,7 milhões de habitantes, é certo também que as taxas médias geométricas de crescimento anual vêm baixando a partir da década de 1950, quando assumiram o valor de 2,90%, até alcançar 2,49%, no último decênio. E se analisarmos a distribuição da população brasileira, segundo a situação de seu domicílio, observaremos que a taxa de crescimento da população rural, no último decênio, assumiu valor negativo, ao contrário do que ocorreu com a população urbana, que teve um acréscimo em torno de 4,44%. Então, o que é certo é que as taxas médias geométricas estão baixando.

Por outro lado — é sempre Jessé Montello quem o afirma — as taxas de fecundidade da mulher brasileira vêm decrescendo regularmente, assumindo em 1980 va-

lores bem inferiores aos de 1970 (5,76 em 1970 e 4,19 em 1980), sendo de se notar que o grau de desenvolvimento das regiões determina grandes diferenças entre essas taxas: às mulheres da Região Norte coube o maior número de filhos nos dois anos de referência, enquanto que as mulheres da Região Sudeste, onde o grau de desenvolvimento e urbanização é mais acentuado (92%), participaram com o menor número. Mais ainda: a localização, urbana ou rural, do domicílio, reflete-se na fecundidade da mulher, sendo certo que para a residente na zona urbana a taxa foi, em 1980, praticamente a metade da encontrada na zona rural.

Esses dados, do ponto de vista meramente demográfico, não são de molde a nos causar alarme se olharmos o Brasil como um todo, razão pela qual não nos colocamos de forma alguma dentro dos parâmetros da tese malthusiana. O certo é que o Brasil é um conjunto de vários brasis, de maneira que as estatísticas do Brasil têm que ser estudadas com muito cuidado, porque o que se diz do Brasil, em geral, pode não ser pertinente a uma região do Brasil. Então, quando se falar em superprodução no Brasil, é preciso perguntar não só quando, mas, sobretudo, onde.

Mas esses mesmos dados são de molde a nos causar sérias preocupações se considerarmos que grande parte da população brasileira, a fixada em regiões subdesenvolvidas, precisamente aí onde o atendimento às necessidades básicas ou elementares (alimentação, saúde, habitação e educação) é precário, quando não extremamente precário, essa população é que apresenta os maiores índices de crescimento demográfico, assim como as maiores taxas de fecundidade da mulher.

Quer dizer, é nas regiões subdesenvolvidas que a taxa de fecundidade da mulher é maior e que o crescimento demográfico é maior. É essa preocupação cresce de vulto no espírito dos educadores quando não ignoram eles que se dispussem de recursos maciços para dar àquelas populações o atendimento básico a que têm direito como seres humanos e como brasileiros, poderíamos chegar em prazo talvez não excessivamente longo regularizar o próprio índice de crescimento demográfico nas referidas regiões, assegurando ao mesmo passo às crianças ali nascidas uma qualidade de vida condigna, ou seja, situada ao nível de razoáveis padrões humanos.

Vêm os Srs. como se vai reduzindo o problema da natalidade ao problema da educação. De certa forma, lamentamos não dispormos de recursos maciços para investir em educação e resolver o problema do subdesenvolvimento, dentro do qual está o do excesso de população.

Coloca-se, assim, a esta altura, a questão do financiamento dos serviços básicos, particularmente da educação, já que é sobre ela que estamos falando, "problema dos problemas" do sistema educacional brasileiro, como disse Anísio Teixeira, que vem assumindo com o passar dos anos proporções cada vez mais alarmantes, embora não seja de molde a nos causar surpresa quando conhecemos a origem do fenômeno e sabemos que ele está longe de ser local. Pois o Brasil, inserido como se acha entre os países "em desenvolvimento", paga tributo à distorção que poderíamos representar pelo seguinte paradoxo: aí onde mais necessária se faz a educação para a promoção do desenvolvimento é que os recursos se revelam mais escassos; ao contrário, os países desenvolvidos são os que dispõem de maiores somas para investir em educação e, por meio dela, dar causa a mais e mais desenvolvimento. Comentando com clarividência esse fato, observa o já citado Relatório Faure, servindo-se de dados colhidos entre 1960 e 1968, que "as regiões desenvolvidas viram aumentar seus gastos com educação em cerca de 145%, ao passo que os países em via de desenvolvimento em apenas 130%. E conclui, referindo-se já, agora, ao número de matrículas escolares permitidas por esses investimentos, dizendo que "aproximadamente a metade das matrículas efetuadas no mundo se registra nos países desenvolvidos, onde os jovens em idade escolarizável representam apenas a sexta parte do grupo etário correspondente, em escala mundial. Inversamente, os países em via de desenvolvimento, que são duas vezes mais povoados e contêm três vezes mais crianças e jovens que os desenvolvidos, contam apenas com a metade da população esco-

lar do mundo". Disso tudo deflui que "nem a amplitude dos recursos empregados e dos sacrifícios financeiros suportados, nem a magnitude dos resultados obtidos, conseguiram impedir que, na corrida em direção à educação, como na marcha no sentido do progresso econômico, a diferença entre os países desenvolvidos e os em vias de desenvolvimento continuasse aumentando".

Este quadro é suficiente para demonstrar a tese de que o aumento populacional, verificado entre nós interessa, e muito, à educação e solicita a atenção geral, máxime a do Poder Público que tem, por força de preceito constitucional, o dever de dar educação.

Numa outra vinda minha ao Congresso Nacional, para falar perante a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, foi debatida a questão dos recursos destinados à educação e eu entendi que o meu pensamento devesse ser expresso numa saudação que fiz ao Senador João Calmon, em razão da sua luta incessante no sentido de nós obtermos mais recursos para a educação, luta essa que S. Exª procurou tornar mais efetiva fixando os percentuais que devem ser estimados para o financiamento da educação, dentro dos recursos da União, dos Estados e dos municípios.

E se quisermos saber em que medida os poderes públicos (União, Estados e Municípios) vêm-se desincumbindo desse dever, bastará que tenhamos diante dos olhos os preciosos documentos pela Comissão de Educação e Cultura deste Senado Federal, dentro do programa denominado "Projeto Educação". E que tenhamos em vista também os pronunciamentos feitos recentemente, na mesma Comissão, por numerosos Secretários de Educação das unidades federadas, peças em que destaco — por concordar com quem a subscreve em gênero, número e grau — à produzida pela professora Eurides Brito da Silva, membro do Conselho Federal de Educação e Secretaria da Educação do Distrito Federal.

A leitura de todos esses textos nos dá bem a medida do que se tem feito (e do muito que ainda precisa ser feito) para que o descompasso entre o ritmo do crescimento demográfico e o do crescimento escolar passe a ser menos e impressionante de tal forma que um dia — assim o queira Deus — venham os dois ritmos a se equilibrar, pelo menos no que diz respeito ao ensino fundamental, prioridade entre as demais prioridades educacionais. Pois país desenvolvido, doutrina com acerto o Ministro Dânilo Venturini perante esta Comissão, "significa país com população equilibrada".

1.2. Mas as relações entre o crescimento demográfico e a educação não param aí. Ao contrário, prosseguem numa linha de mútua influência, cabendo-nos agora analisar esse outro aspecto da problemática: qual o papel reservado à educação no conjunto dos meios com que se procura disciplinar o fenômeno do crescimento demográfico? Pode-se, dentro dos quadros de uma sensata e democrática política de planejamento demográfico, fazer tábua rasa da educação ou, quando não, situá-la num segundo plano, abaixo das outras medidas (ou dos outros remédios) cujo peso se costuma, às vezes, superestimar?

Antes de dar resposta a tais indagações, cumpre-me pedir aos que me ouvem observem que não empreguei, até aqui, a expressão muito em voga — "controle" demográfico (populacional ou da natalidade). É que a palavra "controle" embora em si mesma ideologicamente neutra, pode entretanto dar a falsa impressão de se estar tentando justificar uma política demográfica marcada por intensa interferência governamental, quando é certo que não apenas de minha parte — mas da parte dos demais que vieram depor nesta Comissão Parlamentar de Inquérito — o que vem sendo sustentado é que as ações governamentais, nesse plano tão íntimo e tão sagrado que é da produção da vida, não de se processar de maneira suasória, do apelo ao livre convencimento, sem qualquer recurso à violência — seja esta física ou psíquica (*vis corporalis* ou *vis compulsiva*), direta ou indireta, próxima ou remota, ostensiva ou disfarçada. Ou se convencem as pessoas, os casais, de que em certas circunstâncias, ponderadas determinadas razões sérias e graves, não devem procriar (ou continuar a procriar), ou tudo o que se faça visando a regular os nascimentos será inútil ou mesmo contraproducente. A menos que se recorresse

à violência (ou à fraude), o que seria insustentável numa sociedade, como a nossa, democrática e, além do mais, vazada historicamente em moldes cristãos.

Voltando agora à questão acima enunciada, é de se salientar, desde logo, que a procriação jamais será um ato irrelevante, menos ainda um ato de natureza apenas animal que o homem possa irresponsavelmente praticar indiferente às leis, inclusive de natureza moral, que o regulam. Trata-se de ato em que estão envolvidas a inteligência e a vontade, enfim, de um ato humano, cuja prática há de comprometer tudo aquilo que o homem tenham de mais elevado e de mais nobre, já que por essa via ele participa da obra da criação. A paternidade deve, assim, ser em todas as circunstâncias responsável, o que significa que nenhum homem tem o direito de gerar senão os filhos que possa em sã consciência manter, cuidar e educar. Ultrapassado esse limite, que será diverso para cada caso concreto, estarão afetados os interesses da criança assim concebida e dos próprios filhos já nascidos.

Mas a procriação, por igual forma, jamais será irrelevante do ponto de vista social, pois todo novo nascimento importa numa alteração do quadro demográfico existente e põe em jogo os recursos materiais e humanos de que dispõe a sociedade para assegurar ao novo elemento, em quantidade e qualidade adequadas, os bens e serviços inseridos na conceção de "vida condigna". Daí — por se achar em causa o bem comum — é que se justifica de um lado o dever, de outro o poder, do Estado de influir nessa delicada matéria. Ele deve agir, diz o Padre Paul-Eugène Charbonneau, no primeiro artigo de uma série publicada, no mês em curso, na Folha de S. Paulo, "de modo que seu ritmo de crescimento demográfico seja proporcional à sua capacidade de sustento". Assim, "quando um crescimento demográfico galopante faz com que as estruturas de uma sociedade, no nível do essencial, não possam acompanhar a invasão nascida apenas da fecundidade irresponsável e descontrolada... é dever do Estado dedicar-se a reduzir o ritmo de crescimento para que este não seja explosivo". Mas, "dada a relação essencial entre deveres e direitos, uma vez colocado o dever, o direito se impõe", e então "é preciso conceder ao Estado um direito de intervenção que o levará a não a obrigar, não a compelir, mas a propor uma política populacional razoável e racional e, ao mesmo tempo, reconhecer-lhe o direito de propor os meios necessários para que tal política se torne eficaz".

Será, assim, dentro da perspectiva da paternidade responsável que se deverá colocar o tema da elaboração e implementação de uma política populacional, dentro de uma sociedade democrática como se proclama a brasileira: afi há de o Poder Público se empenhar — se empenhar mesmo — para que as pessoas, os casais, atuem nesse terreno de maneira sempre mais esclarecida e, consequentemente, mais livre, — porque o indivíduo é sempre livre quanto mais esclarecido — levados ao seu conhecimento, pelo maior número possível de agências, todos os dados, inclusive os de ordem ética e mesmo religiosa, que lhes permitam tomar em sã consciência a grave decisão de ter ou, em casos extremos, não ter filhos, de os ter em tal ou qual número, de os ter nesse ou naquele momento, e de colocar à sua disposição os meios necessários para que tal decisão possa produzir seus efeitos na ordem concreta da realidade. De forma alguma deverá haver constrição governamental visando a controlar compulsoriamente a natalidade, como aconteceu e acontece ainda, infelizmente, em outros países, com os conhecidos resultados atentatórios, muitas vezes, da própria dignidade humana.

Felizmente, é dentro dessa linha que se colocam as autoridades brasileiras, a começar pelo Chefe da Nação que, ao se dirigir aos Ministérios da Previdência Social e da Saúde, assim se pronunciou, em boa hora:

"O número de filhos é questão de foro íntimo das famílias, e deve ser por elas decidido com inteira liberdade. Ao Estado cabe somente esclarecer aos casais a respeito da faculdade de planejar o número e a época em que desejam ter filhos. O Ministério da Previdência Social deverá, assim, desenvolver atividades educativas para tornar acessíveis à população informações e esclarecimentos sobre como e o que fazer para o adequado dimensionamento da família.

Dante das perspectivas de crescimento da população brasileira, o Ministério da Saúde cooperará com os demais ministérios para a difusão de informações e esclarecimentos relativos à paternidade responsável, inclusive como meio de reduzir os fôcos de pobreza absoluta."

Vistas as coisas sob esse ângulo, fica patente a importância da educação dentro do planejamento populacional, via paternidade responsável, que se pretende seja implantado no Brasil. E quando falo em educação tenho em mente, como já deixei claro no início deste pronunciamento, a educação integral do homem, considerado em cada um e no somatório dos aspectos que lhe compõem a personalidade, sem omissão de um só, e dado o devido destaque, em razão da matéria aqui tratada, à educação impropriamente denominada educação sexual.

Há no Brasil uma versão muito deturpada do que seja educação sexual. Quando se trata do assunto as pessoas ficam confusas, tremem e imaginam-se então que a educação sexual, por exemplo, aquela que fosse proporcionada na escola consistiria em que num dia, sem que nada anunciasse esse acontecimento, o professor, ou a professora, abrisse a porta e dissesse: "hoje vamos começar a tratar de educação sexual".

Eu entendo que educação sexual começa no berço e vai pela vida afora até que o homem morra. Ela consiste em ensinar cada homem a ser homem e a ser comportado como tal sobretudo em termos sexuais, em termos de procriação, ensinar a mulher a ser mulher e a se comportar como tal sobretudo em termos de casamento e de procriação.

É claro que nos primeiros anos de vida é a família que tem que ir iniciando aos poucos, a criança nos mistérios da vida. E a escola, através de todo o seu currículo, deve ser, evidentemente, uma fonte de informações, para que não se tenha a falsa impressão de que a educação sexual consistiria nisto: adestrar o homem para praticar o ato sexual, evitando os inconvenientes da paternidade, evitando os inconvenientes das moléstias venéreas.

É o que eu digo aqui: Esta, a educação sexual, em sua verdadeira acepção, significa a abrangente preparação do homem para que possa exercer responsávelmente a vida sexual e assumir, também responsávelmente, o encargo da paternidade, nada tendo de comum essa linha de pensamento com aquela outra que se limita a considerar educação sexual o adestramento do homem e da mulher para a prática do ato sexual, obtida a maior soma de prazer, evitados, por indesejáveis, os riscos da conceção e, ainda, os da aquisição de moléstias venéreas.

E dentro dessa linha de considerações insisto ainda, para explicitar que quando falo em educação não tenho apenas em mente e até nem mesmo principalmente o ensino regular, também denominado tradicional ou escolar, estruturado em graus, mas também e especialmente educação supletiva, cujas características muito peculiares lhe permitem atender, com grande presteza, flexibilidade e ajustabilidade, a um sem-número de solicitações e necessidades educacionais próprias do mundo atual, algumas delas transitórias e outras mais duradouras ou menos permanentes. A esse ensino a este tipo de educação de ensino, se referiu o Grupo de Trabalho encarregado de levar avante a reforma do ensino de 1º e 2º graus que se consumstanciou, afinal, na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, para dizer que "num mundo e num Brasil em que na indústria, no comércio, na organização financeira, nos serviços públicos e privados, na proteção à saúde e até na difusão da cultura, que a tecnologia põe ao alcance de um número cada vez maior, se estruturam grandes complexos que multiplicam as oportunidades de escolha pela concentração das ofertas — nesse mundo que se democratiza em meio às profundas dissensões que o dividem — há cada vez menos lugar para a escola artesanal de uma época em que a educação constituía privilégio de poucos — até aqui Grupo de Trabalho. Termino o pensamento aí expresso para esclarecer que esse segundo tipo de ensino está inserido na linha da educação permanente, que leva o homem a educar-se durante a vida inteira, do nascimento até a morte, sempre se informando melhor, sempre se aperfeiçoando para permanecer atualizado e não se situar a reboque dos acontecimentos.

É dentro dessa linha que eu coloco o preparo permanente para a procriação — e não vai ser feita, evidentemente, numa escola de 1º grau, mas pela vida afora, enquanto durar a educação e pelos meios adequados.

Pois é dentro dos quadros da educação supletiva que se fará, com maior ênfase, a formação para a paternidade responsável, aproveitados para esse fim todos os ensinos (ou mesmo todos os pretextos) que se possam imaginar, sobretudo os oferecidos pelos programas de saúde, aos quais se referiu, com tamnho conhecimento de causa, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, o Ministro Waldyr Arcoverde.

Daí por que aplaudo o Programa de Saúde Integral da Mulher, elaborado no seio do Ministério da Saúde, em atenção ao apelo formulado pelo Senhor Presidente da República, à medida em que ele enfoca o problema do planejamento familiar sob um de seus ângulos mais importantes — não é o único mas é um dos mais importantes o ligado à saúde física e mental da mulher —, mas sempre observando que tal programação, para obter êxito, deverá ser acompanhada de uma outra, de caráter educacional, já que toda assistência à saúde importa, paralelamente, numa educação para a saúde, como, aliás, diz com todas as letras o documento.

Aliás, quando nós falamos, por exemplo, em serviços médicos, assistência médica prestada nas escolas, assistência dentária, o que vale não é tanto a assistência em si mesmo considerável, nem mesmo a alimentar, mas a educação que se dá ao indivíduo para ele saber cuidar da sua saúde, cuidar da sua alimentação, cuidar da sua saúde oral. Quer dizer, é sempre preciso que dentro de cada programa de saúde exista um programa de educação. E mais: aplaudo-o na medida em que presumo que, procurando atender num primeiro momento à mulher — porque é programa de saúde integral de mulher que é certamente a figura mais atingida pelo fenômeno biopsicológico da procriação — visa a chegar também até o homem, este muitas vezes mais necessitado do que ela de uma educação para a saúde que o orienta e o discipline das manifestações de sua sexualidade, via de regra mais agressivas que a de sua companheira.

Então eu aplaudo o plano na medida em que ele começa pela mulher, mas é preciso chegar até ao homem.

1.3 — Existe, assim, uma tendência bem nítida no sentido de se estabelecer um consenso a respeito da tese que vem de ser desenvolvida — a de que a decisão sobre a oportunidade e sobre o número de filhos há de ficar a cargo do casal, agindo este esclarecida livremente, ou seja, responsávelmente. E a própria Igreja Católica, com pontos de vista tão rigorosos a respeito desse assunto de transcendental importância, não hesita em afirmar, pela palavra de Paulo VI, na Encíclica "Humanae Vitae", publicada em 1968, o seguinte:

"Em relação às condições físicas, econômicas, psicológicas e sociais, a paternidade responsável exerce-se tanto com a deliberação ponderada e generosa de fazer crescer uma família numerosa, como com a decisão, tomada por motivos graves e com respeito pela lei moral, de evitar temporariamente, ou mesmo por tempo indeterminado, num novo nascimento."

Onde já não existe o consenso é no terreno dos meios que se há de empregar para chegar à regulação da natalidade. E nesse particular, dividem-se as opiniões.

Há quem entenda que quaisquer meios — tanto os naturais quanto os artificiais — podem ser empregados, desde que eficientes, ou seja, aptos a satisfazer a vontade do casal, que é a de evitar a concepção. Dizemos muito de indústria de evitar ou prevenir a concepção porque os atos que porventura se pratiquem visando a elidir os efeitos da concepção já consumada não podem ser tidos como contraceptivos, inserindo-se, ao contrário, na categoria dos crimes contra a vida sob a forma seja de abortamento, seja de infanticídio, seja de homicídio, conforme procuraremos deixar claro na última parte deste pronunciamento. Então é mesmo no sentido de se evitar. Mas de qualquer forma, para os adeptos dessa teoria tolerante ao extremo, seriam igualmente aceitáveis quaisquer meios artificiais — independentemente dos seus reflexos ou na saúde da mulher ou no homem — as ope-

rações de esterilização da mulher ou do homem (ligação das trompas de Falópio, ou vasectomia), o uso de preservativos e diafragmas, a ingestão da pílula anticoncepcional ou da minipílula, a introdução de dispositivos intrauterinos, como o DIU e assim por diante.

Outros, mais exigentes, entendem que possam ser usados os meios artificiais que não prejudiquem a integridade física ou psíquica e saúde da mulher e/ou do companheiro e que, ademais, não tenham, como efeito colateral, o próprio abortamento (hipótese esta em que a ação seria abortifera e não contraceptiva). Essa a tese adotada, ao que parece, no documento elaborado no Ministério da Saúde a que vimos de nos referir. Quer dizer por aí, os meios artificiais que não prejudiquem a integridade física ou psíquica da mulher ou do homem podem ser usados, devem ser usados quando eficientes.

Finalmente há a posição sustentada, entre outros e veementemente, pela Igreja Católica, segundo a qual a regulação da natalidade só deverá ser feita pelos métodos naturais, especificamente pelo método chamado da continência periódica que consiste no uso do matrimônio somente nos períodos agenésicos ou não-férteis da mulher. Essa posição se acha contida em várias encíclicas, e com mais detalhes a "Humanae Vitae" de Paulo VI, vem sendo defendida entre nós pela Comissão Nacional dos Bispos do Brasil a CNBB e foi resumidamente exposta em documento elaborado em 1979, entregue por Dom Ivo Lorscheider a diversos ministros do Governo brasileiro. Entretanto, sacerdotes e teólogos existem que pretendem seja promovida uma "abertura" nessa colocação feita pela Igreja, havendo-se manifestado a respeito, muito recentemente, numa série de cinco artigos publicados na Folha de S. Paulo, a que já me referi, o Padre Paul-Eugène Charbonneau, da Congregação de Santa Cruz.

Passando agora à análise do assunto sob o ponto de vista jurídico, é de se salientar que o direito brasileiro sempre se colocou na defesa intransigente da vida humana, o mais importante de todos os bens jurídicos, quando mais não fosse por representar condição para a existência e exercício dos demais.

Se o indivíduo não está vivo, é inútil falar em honra, em propriedade, em liberdade. É preciso, em primeiro lugar, que ele esteja vivo. Então, ainda que não fosse por essa razão, é o mais importante de todos os bens jurídicos.

Assim é que o Código Civil, em sua Parte Geral, estatui que "a personalidade civil do homem começa do nascimento com vida", mas declara que "a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro" (art. 4º).

Quanto ao Direito Penal, ele incrimina o aborto — a dolosa interrupção da gravidez com a morte do feto ou produto da concepção — desinindo-o nos arts. 124 e seguintes, onde prevê os casos de aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento, aborto provocado por terceiro, aborto qualificado, e indica as hipóteses em que o aborto será penalmente lícito: a) se não há outro meio de salvar a vida da gestante (aborto necessário ou terapêutico); b) se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal (aborto sentimental ou *honoris causa*). Não é previsto o aborto eugenésico, o qual, em alguns casos, estaria muito próximo do eutanásico.

Por exemplo, uma mãe que tivesse conhecimento tardio de que ela havia ingerido a substância chamada talidomida e que tivesse justos receios para supor que seu filho fosse nascer deformado. Esse seria o aborto eugenésico que nem por isso, apesar do relevante motivo moral e social, não exclui a ilicitude do aborto.

Não se confunde o crime de aborto com o infanticídio, assim definido pelo Código em seu artigo 123: "matar, sob a influência, do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após", crime que não passa de um homicídio privilegiado cometido pela mãe, em circunstâncias especiais, e tendo por sujeito passivo o filho ao nascer ou recém-nascido. Qualquer outra pessoa, além da mãe, que assim proceda do ponto de vista objetivo, estará praticando um crime de homicídio, (art. 121), não de infanticídio, menos ainda o de abortamento.

Eu tratei muito rapidamente de tudo isso, mas há um trabalho muito bem feito, que ofereceria depois à consi-

deração dos Srs., um trabalho da Professora Ivete Cenise Ferreira, que é professora da Faculdade de Direito na Universidade de São Paulo, e que eu tive ocasião de examinar, recentemente, nas suas provas de doutoramento. Foi exatamente sobre o crime de aborto, que ela trata da matéria, trazendo ao conhecimento de todos as últimas considerações que possam ser feitas a respeito.

Em várias oportunidades, têm sido lançadas, no Brasil, campanhas visando à ampliação das hipóteses de legalização do aborto, quando não à absoluta descriminação do aborto, sendo certo, entretanto, que esses movimentos têm encontrado forte resistência por parte não só das igrejas, muito particularmente da Igreja Católica, como também da comunidade em geral e de seus representantes no Parlamento. Aliás, a Igreja Católica não admite a legalidade sequer do aborto dito "necessário" ou do "honoris causa", previstos em nossa Legislação Penal, sustentando que "é absolutamente de excluir, como via legítima para a regulação dos nascimentos, a interrupção direta do processo generativo já iniciado, e, sobremodo, o aborto querido diretamente e procurado, mesmo por razões terapêuticas" ("Humanae Vitae", 14.).

Finalmente, é de se recordar que o artigo 20 da Lei das Contravenções Penais, em sua redação originária, ou primitiva, que é a de 1940, previa a figura contravencional denominada "anúncio de meio abortivo ou anticoncepcional", dando-lhe a seguinte definição: "Anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto ou evitar a gravidez — Pena, multa de quinhentos mil réis a cinco contos de réis". Entretanto, a Lei nº 6.734, de 4 de dezembro de 1979, resultante do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 1979, do Senador Aloísio Chaves, alterou aquele artigo para dele retirar qualquer menção aos meios meramente anticoncepcionais, permanecendo vedado apenas o anúncio de "processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto".

Aqui está a exposição de motivos feita pelo ilustre autor, que eu não vou ler porque é de sobejó conhecida do Senado.

De qualquer maneira, ele fala na necessidade de se implementar uma política de regulação da natalidade, e disse que essa política esbarra em diferentes dispositivos legais, sobretudo na lei das contravenções penais, que proíbe o anúncio, a divulgação ou a propaganda de processos, substâncias ou objetos destinados a evitar a gravidez, impondo-se então, que se modifique a legislação — o que aliás já foi feito.

A medida, cuja tramitação no Congresso Nacional se fez sem discussões, foi assim justificada por seu ilustre autor:

"Uma das maiores preocupações dos estadistas e homens públicos contemporâneos tem sido o controle da reprodução humana, seja para limitá-la em índices razoáveis, sobretudo nos países em vias de desenvolvimento, seja para prevenir a chamada gravidez de alto risco.

O Governo do Brasil, como não poderia deixar de ser, tem adotado posição definida no trato do complexo problema, e isso se verificou na Conferência Mundial de População realizada em Bucareste, em 1974, quando nos posicionamos no sentido de que o planejamento familiar e a paternidade responsável devem ser conscientemente adotada pelos casais, cabendo ao Estado dar-lhes condições, meios e modos de alcançar esse objetivo.

Nesse contexto, situam-se tanto o Programa Nacional de Prevenção de Gravidez de Alto Risco, adotado no Governo Geisel, quando as diretrizes traçadas pelo Presidente João Figueiredo para notear a difusão oficial de informações e esclarecimentos referentes à paternidade responsável, inclusive como meio de reduzir os focos de pobreza absoluta.

Como na implementação dessa política o Governo fatalmente esbarra em diferentes dispositivos legais — sobretudo na Lei das Contravenções Penais — que proíbem o anúncio, a divulgação ou a propaganda de processos, substâncias ou objetos destinados a evitar a gravidez, impõe-se adotar medida legislativa que permita ao Governo, com a seriedade e a responsabilidade exigidas pelas circuns-

tâncias, levar adiante os seus programas e métodos de controle de natalidade, que os interesses do País estão a exigir.

A alteração ora proposta, aliás, já figura no projeto da nova Lei das Contravenções Penais, encaminhado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 161, de 1975, do Poder Executivo.

Como a tramitação dessa Lei, pela sua complexidade, será necessariamente demorada, e há urgência em viabilizar a política demográfica do Governo, com esse objetivo apresentamos o nosso projeto, para o qual esperamos a aprovação do Parlamento brasileiro."

Cada um dos assuntos de natureza jurídica, perfunctoriamente abordados acima, abriria margem a longas discussões. Não nos animamos, entretanto, a iniciá-las na parte discursiva deste nosso pronunciamento, mesmo porque é provável que os mais importantes sejam matéria de destaque das discussões que a partir de agora se iniciam.

Senhores Senadores,

Não quero terminar sem expressar a Vossas Excelências o meu reconhecimento pelo honroso convite que me fizeram para vir depor perante esta doutra Comissão, e isso depois de já haverem recolhido, a respeito da torturada e controvertida matéria, objeto dos debates que aqui se travam, opiniões muito mais categorizadas que as minhas, o que, um rigor, dispensaria o meu desvalioso pronunciamento. (Não apoio!)

A SRA. ESTHER FERRAZ — Obrigada.

Recebo, assim, esse gesto, como uma manifestação de deferência para com o Ministério que tenho a honra de dirigir, o da Educação e Cultura.

Confesso-lhes com muita franqueza, que não me foi fácil, antes se me apresentou como extremamente árdua, a tarefa de coligir e colocar em ordem — para expô-las coerentemente a Vossas Excelências — algumas idéias sobre a ampla problemática do planejamento demográfico que envolve, entre outros desdobramentos, o da regulação da natalidade. Pois na verdade, a todo educador, quantos estão aqui presentes inclinado, por profissão, sobre os mistérios da vida, empenhado em vê-la crescer e florescer em todos os sentidos, por obra e graça da educação, constrange de certa forma falar sobre a prevenção da vida, sobre as formas de evitá-la a eclosão, mesmo que se cerque de cautelas infinitas para indicar em que casos essa prevenção, livremente assumida pelos pais, será necessária do ponto de vista biológico, psicológico, social e demográfico, e ainda legítima, sob o ângulo das leis jurídicas, morais e até religiosas.

Não é que eu me desdiga, eu estou absolutamente convencida de que o planejamento familiar é necessário, é indispensável. Eu só digo que não é uma matéria que agrade ao educador e que nós deveremos penetrar nessa matéria, com muito cuidado.

As cautelas que tomei — que tomamos todos os que aqui viemos depor — para que o nosso pensamento se aproximasse o mais possível da verdade, nem por isso me deixaram serena. Ao contrário, por haver descido, a fim de argumentar, até àquela região misteriosa e sagrada em que se encontram as nascentes da vida, saio dali mergulhada em pesados e incômodos pensamentos. Pois desde há muito tempo sempre me perguntei, e continuo a fazê-lo agora, com maior insistência, o que seria da humanidade se, em razão de programas reguladores da natalidade até mesmo os mais legítimos, ainda que legitimamente elaborados e tecnicamente bem implementados, tivessem deixado de vir à luz um Sócrates, um Platão, um Aristóteles; um Leonardo da Vinci, um Michelangelo; um Galileu, eu Newton, um Copérnico; um Francisco de Assis, uma Teresa D'Ávila; um Mozart, um Beethoven; um Goethe, um Dante, um Shakespeare; um Alberto Schweitzer, um Mahatma Gandhi, um João XXIII, uma Golda Meyer? E por que não um Charlie Chaplin, filho de mãe doente mental e que, nem por isso, deixou de ser um dos gênios que contribuíram para moldar o mundo, tornando-o mais compreensível, mais belo, mais humano, mais feliz, mais banhado em luz?

É verdade que se pode retrucar, quer dizer, mudar o argumento para dizer que essas mesmas personalidades

que aqui estão numeradas, integrando aquilo que se chama de sal da vida, seria também lamentável que elas tivessem nascido e tivessem morrido em tenra infância, atingidas pela chamada mortalidade infantil. Isto mostra que nós devemos agir com muita cautela.

Esses pensamentos — repito-o — não alteram a convicção a que cheguei de que, em certas hipóteses, impõe-se o planejamento demográfico, nos termos em que aqui o definimos, de planejamento familiar. Mas advertimos sobre a necessidade de operarmos nessa área com imensas precauções, com mãos de seda, atentos à circunstância de que as leis da vida operam, às vezes, de maneira inteiramente imprevisível para nós, e de que não devemos, nós, brasileiros, nesse campo de interesse vital para os destinos do País, tomar decisões e partir para ações de que possamos um dia vir a nos arrependê-las.

Vêm-me ao espírito, a esta altura, as palavras gravadas numa das paredes da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, sobre o valor da vida, e às quais se refere Gustavo Corrêa num dos mais belos capítulos de seu renomado livro, "Fronteiras da técnica", em que ele escreve um artigo sobre o valor da vida:

"Não há vidas inúteis. A mais obscura que ainda traga aceso e quente o mais malogrado coração, ainda está é um bem inestimável e insubstituível, único no gênero e indispensável à harmonia do universo."

Muito obrigada aos Srs. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Passando à segunda parte dos nossos trabalhos desta Comissão, antes eu indago à Srª Ministra se S. Exª concorda com o que foi exposto pela Comissão, aqui, inicialmente, se S. Exª aceita que se façam perguntas também advindas de pessoas que não sejam parlamentares.

A SRA. MINISTRA (Esther Ferraz) — Claro. Desde que contribuam para melhorar...

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Contribuirá bastante. Então, com a aquescência democrática da Srª Ministra de aceitar também inquirições de não parlamentares, eu passo à segunda parte, concedendo aos Srs. Parlamentares a oportunidade de fazer perguntas à Srª Ministra Esther Ferraz.

Concedo, inicialmente, a palavra ao nobre Senador João Calmon para inquirir à Srª Ministra.

O SR. JOÃO CALMON — Em primeiro lugar, Srª Ministra desejo agradecer, com muita emoção, o seu novo recorde de generosidade em relação a mim. Sou apenas um soldado raso, um lutador perseverante da causa da educação. E a propósito tenho uma boa notícia para a nossa batalha comum em busca de maiores recursos para a educação, esta proposta de emenda à Constituição, vinculando o percentual obrigatório dos orçamentos públicos na área federal, estadual, e municipal para a educação, que já foi assinada por mais de dois terços dos Senadores. E já me estou aproximando dos dois terços dos Deputados, de maneira que com mais um pequeno esforço nós obteremos os dois terços que permitirão dar à nossa proposta de emenda um regime de urgência, superando, passando na frente de todas as demais que se acumulam na mesa do Presidente do Congresso Nacional.

V. Exª falou, muito adequadamente, na carta universal dos direitos do homem de que o Brasil é um signatário relapso. Nós assumimos o solene compromisso — que não estamos respeitando — de garantir a todas as crianças, pelo menos, a educação básica, a educação fundamental. E, hoje, V. Exª repete, em todas as oportunidades, esse dado estarrecedor, 87% das nossas crianças não terminam a escola de 1º grau.

No início da sua magistral exposição, V. Exª repetiu essas afirmações que nos poderiam levar a uma conclusão de que está realmente superestimando a necessidade dessa cruzada nacional de controle da natalidade, embora ninguém exclua a necessidade de esclarecimento do povo brasileiro, especialmente das classes mais humildes, para a necessidade de tomar determinadas precauções.

V. Exª afirmou — eu anotei — que não há superpopulação em nosso País. Não há explosão populacional. Os

índices de natalidade, em nosso País, já estão baixando, as taxas de fecundidade das mulheres estão decrescendo. De repente, erige-se um problema, quase o problema nº 1 do Brasil, o controle da natalidade.

Recentemente, eu comentava com V. Exª como é dado um tratamento injusto a essa magnífica batalhadora da causa da educação, à Ministra da Educação, que consegue dos jornais uma cobertura mínima, menos de meia coluna para uma tentativa de resumo de uma reunião da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados que durou quatro horas e quinze minutos.

No dia seguinte, houve um pronunciamento no Senado que durou 2 horas e 15 minutos. Esse pronunciamento ganhou menos 3 páginas e de alguns jornais 4 páginas compactas. Nesse pronunciamento apresentava-se como o problema mais importante do nosso País o problema de controle da natalidade.

Esse problema realmente parece que está sendo sueprestado. Deveríamos fazer uma CPI não só sobre o controle de natalidade e essa decisão foi sábia, porque o assunto está sendo debatido em todas as camadas — mas também sobre a necessidade de uma reforma fiscal no País. Ainda hoje pela manhã, eu salientava que o Secretário da Receita Federal revelou que os ricos, os super-ricos, os magnatas, neste País, estão pagando apenas 9/10%, menos de 1%, sobre o total de seus rendimentos ao Imposto de Renda. Se fosse realizada uma reforma fiscal adequada nós teríamos um aumento de receita no orçamento federal de um trilhão e 200 bilhões de cruzeiros. Com essa massa em dinheiro, nós resolveríamos o problema que, por mais que neguem, é o problema número 1, 2 ou 3 de qualquer país subdesenvolvido, o problema da educação, como V. Exª salientou de maneira tão feliz.

Noutra passagem de sua antológica conferência, V. Exª diz que o indivíduo é tanto mais livre quanto mais esclarecido. Esta é a chave de tudo, Srª Ministra.

Eu às vezes tenho a impressão que existe pelo menos em determinadas áreas do País, uma tenebrosa conspiração de não resolver o problema da educação, porque povo educado, povo esclarecido sabe apresentar suas reivindicações, sabe obviamente também projetar o tamanho da prole. De maneira que o que desgraça este País — perdoe-me a violência da palavra — é a preocupação do imediatismo, isto de vamos resolver o problema agora, vamos por exemplo, fazer a Ponte Rio — Niterói, vamos fazer Itaipu, vamos fazer uma nova Capital em Brasília, porque isso tudo pode ser iniciado e terminado ao longo de um mandato de um Presidente e os dividendos políticos, ficam, portanto, assegurados.

Estou convencido, Srª Ministra de que se continuar essa realmente avassaladora, daqui a pouco vão ser considerados heróis nacionais e patriotas sem mácula os homossexuais, os gays e as lésbicas. Eu, às vezes, me impressiono com isso. Desculpa-me essa ênfase, mas daqui a pouco vai-se erigir, em padroeiro de uma cruzada nacional, Herodes. Mas este País ainda não está enfrentando o problema da superpopulação. Nós somos um país de dimensão continental e nós temos apenas 120 milhões de habitantes.

Eu recordava, aqui, nesta manhã, que uma comissão de altíssimo nível, Experts internacionais, chegou à conclusão de que o Brasil poderá vir a ser a 4ª potência do Mundo até o final do século desde que tenha 200 milhões de habitantes, cifra que não foi arbitrada por mim, foi por esses Experts, esse Brain trust — porque nós precisamos ter um mercado interno que evite o perigo desse poder exportador, que obviamente, apesar do que está sendo dito, neste momento, na Câmara os Deputados, não está apresentando um resultado muito favorável.

Eu concordo em gênero, número e grau com as colocações que V. Exª fez nesta tarde.

Aqui, no Senado, estamos promovendo esses verdadeiros foros de debates que V. Exª aludi há pouco e uma das campeãs dessa iniciativa em promover esses debates é a nossa notável companheira e colega muito querida Senadora Eunice Michiles, que vive com esta obsessão de promover debates de alto interesse nacional.

Só faria esta indagação: V. Exª não tem a menor dúvida de que um esclarecimento em grande escala, destinado principalmente às classes mais pobres, já que a classe

média, média alta e rica já estão fazendo o seu controle de natalidade, V. Exª realmente entende que se for feito uma mobilização de todos os meios de divulgação, televisão, rádio, revistas, nós poderemos ficar razoavelmente tranquilos de que o Brasil não está enfrentando um problema de superpopulação, que nós podemos, desde que resolvamos dar prioridade à educação, estamos com todas as possibilidades de garantir a destinação de grandeza deste País, destino que nós não alcançaremos, de forma nenhuma se a esta altura do século, nós já decidirmos adotar rígidos, rigorosos, programas de controle da natalidade. Esta é a única indagação que apresento a V. Exª, felicitando-a da maneira mais efusiva pelo brilho e pela objetividade da sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra a Srª Ministra para responder à indagação.

A SRA. ESTHER FERRAZ — Eu quero agradecer ao Senador João Calmon a forma além de tudo afetuosa com a qual S. Exª se dirigiu a mim e a maneira pela qual louvou não digo a conferência, mas o grande esforço que eu fiz para poder produzir pelo menos um documento que fosse coerente.

Orgulho-me quando vejo que S. Exª diz que concorda comigo em gênero, número grau e caso.

Na verdade, nós há tantos anos — S. Exª com muito mais eficiência do que eu — (Não apoiado) mas há tantos anos estamos trabalhando para que haja mais recursos para educação porque, obtidos esses recursos, investidos maciçamente na educação, a maioria dos problemas desaparecerá por si mesmo.

O problema do excesso da natalidade, que não é geral no Brasil, mas é específico de algumas regiões subdesenvolvidas, no fundo, isso é um aspecto do subdesenvolvimento e o subdesenvolvimento tem que ser vencido com muitas armas, sobretudo a educação.

Quando eu falo sobretudo educação, não quero dizer que outros investimentos não sejam prioritário. Lembra-se V. Exª de que, dependo na Câmara, eu salientei que há certos pré-requisitos para que a própria educação possa chegar ao seu lugar. Não adianta uma escola num lugar inacessível, sem estradas, sem pontes, sem obras-de-arte, sem saneamento básico, sem coisa alguma, a escola estaria destinada a perecer.

Então, eu louvo o esforço do Governo do sentido de atender a todas essas áreas, mas na verdade, reconheço que à educação deve ser dado a prioridade maior.

Sobre o fato de ter surgido esse problema como o mais importante, pelo menos, houve acho que houve um mérito porque foi uma forma de, indiretamente, se dar destaque à educação. Porque quando cada um de nós, no íntimo da sua consciência, reflete a respeito desse assunto, vê logo que o assunto é de índole educacional e que tem que ser resolvido com remédios também educacionais. Em última análise, lucrou com esse trabalho a própria educação.

Finalmente, acho que nessa campanha devem ser convocadas todas as agências, a família, a escola, a comunidade em geral, as igrejas. É preciso que todo o mundo contribua para esclarecer o povo, para que ele se conscientize de que o ato da procriação não é ato irrelevante nem pessoalmente, nem familiarmente, nem socialmente. É um ato importantíssimo, talvez o mais importante de todos os atos que o homem possa produzir e que ele interessaria à coletividade. Então, é preciso que ele esclarecida mente ajude para que possa livremente também agir.

De modo que muito agradeço a sua intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Mais alguma pergunta, nobre Senador? (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Aderbal Jurema para inquirir à Srª Ministra.

O SR. ADERBAL JUREMA — Sr. Presidente, vale ressaltar aqui o privilégio que nós tivemos, nesta tarde, de ouvir a Professora Esther Figueiredo Ferraz, mais a educadora do que a Ministra.

Esse privilégio, já que estamos falando em planejamento familiar, foi fecundante com a intervenção do Senador João Calmon, não digo velho, mas antigo lutador pela causa da educação sobretudo na área de recursos para a educação.

Desde Deputado Federal que acompanho João Calmon nesta luta que nós tivemos um dia quando fizemos, em 1960/61, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com Carlos Lacerda, San Thiago Dantas, Aurélio Viana e outros, que conseguiram um pacto muito sério naquela época, colocar 12% na lei como o mínimo destinado à educação. Era teto. Depois por motivos que não valem aqui analisar, foi caindo esse teto, quando João Calmon ingressou nessa campanha para reabilitar esse teto e a sua luta não parou aí.

Mas, Professora Esther, eu gostei, sobremaneira, de como V. Ex<sup>a</sup> colocou o problema do planejamento familiar, o problema da educação sexual, tudo isso em torno da palavra educar. Educar que todos nós sabemos é criar hábitos saudáveis para o corpo e para o espírito é transmitir uma técnica para a aquisição de novos conhecimentos que permitem ao homem uma vida pacificamente criadora em sociedade. Para isso, então, nós temos que verificar que a educação não é apenas a escola, a sala de aula, como ainda hoje, no Brasil, se pensa, nos municípios espalhados por este País. Os prefeitos, os vereadores — eu digo isso com minha vasta experiência parlamentar, de 24 anos nesta Casa — pensam que construindo a escola, nomeando aquelas professorinhas semi-analfabetas, elas estão educando. Não. O problema educacional num País que tem áreas de desenvolvimento e área de subdesenvolvimento é muito mais complexo.

Nós sabemos que os países desenvolvidos fornecem para o 1º grau e para 2º grau tudo, praticamente. Certa vez, Ministra Esther Ferraz, eu estava na casa o Pintor Cícero Dias, em Paris, e à filha dele chegou-se ao pai e disse: amanhã eu queria que você me levasse de automóvel até a Sorbonne. Ele disse: você nunca me pediu transporte para os seus estudos. Ela disse: é papai, é que o senhor, embevecido com a pintura, se esquece que eu terminei o curso secundário e durante todo o meu curso secundário nunca precisei de usar transporte doméstico. Nunca precisei de lhe pedir dinheiro para comprar livros, apenas o senhor me dava o dinheiro para a merenda. E era assim a escola francesa, há uns 15 ou 20 anos atrás.

Veja Sr<sup>a</sup> Ministra que desafio se planta diante do seu Ministério e de todos nós, porque o Ministério da Educação e Cultura, sozinho, não pode resolver esse problema. Isso é um problema da sociedade brasileira para as regiões subdesenvolvidas, porque hoje a criança não comparece à escola, não é porque não há escola, é porque a criança não tem roupa para ir à escola, a criança não tem alimentos para se sustentar na escola, a criança não tem livros nem cadernos.

Ainda há poucos dias, eu estava no Recife e vi uma relação de livros e de cadernos exigidos por uma escola privada para uma neta minha, das 15 que já tenho. Então, eu fiquei espantado da importância em cruzeiros e como aquilo é uma contribuição inflacionária.

De maneira que o problema educacional, num país em desenvolvimento, é central. Essa história de planejamento familiar, é problema secundário. O principal, minha Ministra — e eu digo minha Ministra porque a admiro desde o tempo do Conselho Federal de Educação e como Secretária de Educação Municipal — é nós nos convençarmos que desenvolvimento envolve um processo de mudança. E quem é o agente dessa mudança? A educação. Sem a educação nós continuaremos com esse desenvolvimento mambembe, em que a planificação do econômico vai para um lado e os problemas educacionais conhecidos por outro lado. Ou nós fazemos um casamento de amor, mas não é casamento de amor como se tem feito muito aqui em Brasília que com dois anos já se estão separando... (risos.) É um casamento de amor integral, como dizia Jacques Maritain, corpo e espírito, em que fortifica a posição da Ministra da Educação, vendendo sua missão uma liderança, não apenas oficial, mas uma liderança comunitária.

É isso, Ministra, é esse respeito que nós parlamentares devemos pugnar por ele, para que o Ministério da Educação prossiga com os seus planos de atender à criança, desde a idade maternal até terminar o curso secundário, porque não se comprehende que ainda hoje haja escolas secundárias pagas para o estudante brasileiro. Nos Estados Unidos não existe mais isto há muito tempo. Eu

acho que não chega nem a 7% de escolas particulares nos Estados Unidos, nessa área. Na Inglaterra, em 1944, despertos pela guerra, eles fizeram a sua revolução e alongaram a assistência do Estado, porque está aí na Constituição que se encontra junto da Sr<sup>a</sup>, a educação é dever do Estado. Está aí na Constituição.

Então, nós devemos ajudá-la a mobilizar este País, e tem que se fazer uma mobilização de todos os clubes de serviço, todas as Igrejas, todos os Partidos políticos, num movimento que defende a escola integral para a criança aos sete anos de idade, pelo menos, e quando eu digo escola integral é de acordo com os métodos modernos de assistência, porque a professora hoje não é apenas uma transmissora do ler, escrever e contar, a professora é uma ajustadora sócio-cultural. A professora tem que fazer a ficha do aluno. Se ele não pode frequentar, por quê? Porque ele não tem livros, não tem sapatos, não tem roupa e não tem condições de comprar a merenda. Então, a escola integral só poderá ser feita não com as verbas do Ministério da Educação, exclusivamente, mas, sim, com todo o apoio de uma sociedade participante. Essa sociedade participante é que poderá, sem dúvida, transformar a educação em instrumento de mudança.

Por isso, pergunta nenhuma eu lhe faço, apenas lhe trago o apoio de um velho educador, no sentido de que iniciemos, o mais rapidamente possível, um movimento educacional amplíssimo neste País, em que participem não apenas o Ministério da Educação, não apenas as Secretarias de Educação estaduais e municipais, mas de que participem a comunidade através dos seus órgãos de serviços, através das suas Igrejas, através das suas organizações políticas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra a Sr<sup>a</sup> Ministra para responder às considerações do nobre Senador Aderbal Jurema.

A SRA. ESTHER FERRAZ — Eu quero agradecer ao Senador Aderbal Jurema, também meu velho amigo, desses amigos que a gente faz depois de uma certa época da vida em que se tem a impressão de que se não fariam mais velhos e bons amigos.

Mas a educação tem ainda esse mérito, ela transforma em velhos companheiros aqueles que se conheceram há nem tanto tempo. De maneira que o Senador João Calmon e o Senador Aderbal Jurema são desses grandes e leais companheiros com os quais eu conto para essa campanha, realmente, que nós estamos fazendo e que deve ser intensificada no sentido de uma conscientização geral do País, em torno da necessidade de se dar educação para todos.

O brasileiro está compreendendo aos poucos essa necessidade, o que ele não comprehende é que isso é responsabilidade de cada brasileiro. Sempre se tem a idéia de que o responsável é só o Poder Público e, dentro do Poder Público, a União. Nós ainda pagamos um velho tributo àquela organização ridícula em que tudo se resolvia pelo poder central, e, às vezes, nem mesmo os Estados têm consciência do quanto eles são livres, do quanto eles são autônomos para planejar e para executar a educação. Neste sentido, nós temos procurado executar no Ministério uma política de descentralização levada às suas últimas consequências.

Aliás, os dois Senadores, que também foram grandes batalhadores no sentido da Lei do Salário-Educação, devem-se recordar que há poucos dias o Presidente da República, atendendo a sugestão nossa, alterou a sistemática do salário-educação, alterou-a no sentido de voltar ao seu leito primitivo...

O SR. ADERBAL JUREMA — O que foi muito bom.

A SRA. ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ — O que foi muito bom, fazendo com que os recursos fossem encaminhados sobretudo às Unidades federadas que depois poderiam dispor, a seu critério, a respeito da destinação dessas verbas, levando em conta, sempre, que os recursos públicos destinados à educação devem, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, ser aplicados preferencialmente no ensino público. Isso sem embargo do

auxílio que se possa e se deva dar à escola particular que, quando boa, merece também o auxílio do Poder Público.

De maneira que, com isso se deu um passo muito grande para o aumento dos recursos destinados ao ensino fundamental.

O problema dos problemas, dentro da educação, é o ensino de 1º grau. O nosso velho e querido companheiro Abígar Renault sempre dizia que a fratura exposta do sistema educacional brasileiro é o ensino de 1º grau. E, na verdade, é aí, é sobretudo aí que está aquilo que os latinos chamavam de o *punto dolens*, é aí que dói a ferida.

Ainda recentemente, eu fiz uma excursão com o Presidente da República a uma região muito machucada, muito dolorida do nosso território, aquela que é hoje abrangida pelo programa do GETAT, compreendendo o norte do Estado de Goiás, uma parte do Maranhão e uma parte do Pará, uma região pobre, abandonada, em que as escolas, quando as há, são verdadeiras tocas, em que as crianças ficam sentadas no chão — se há carteira não há cadeira e se há cadeira não há carteira — via de regra, com uma tábua no colo, para poder acompanhar as lições de uma professora leiga, que, graças a Deus, ainda existe, porque as professoras tituladas não querem chegar até lá. Nossa coração de brasileiro se confrangeu diante dessa situação, quer dizer que essa situação é pior ainda do que qualquer um pode imaginar.

De maneira que a notícia trazida pelo Senador João Calmon, de que nós vamos ter, se Deus quiser, essa reserva legal de verbas para a educação, me enche, como brasileira e como educadora, de uma justa alegria.

Sou eu, então, que tenho que agradecer, não os Srs. o fato de eu ter vindo aqui, eu é que devo agradecer aos Srs. o fato de me terem dado essa notícia que realmente é auspíciosa, que nos vai abrir imensas oportunidades para realizar essa programação que é muito difícil.

No fim do ano passado, as verbas destinadas à educação foram aumentadas, eu não quero dizer suplementadas, porque há toda uma técnica orçamentária que diz que o FINSOCIAL não é meio de se suplementarem as verbas orçamentárias. Mas essas verbas foram aumentadas com recursos oriundos do FINSOCIAL e nós podemos contar com recursos, que não são tão pequenos, para o pré-escolar, para a merenda escolar e agora, este ano, para a educação das zonas rurais.

Eu acredito, então, que estamos fazendo muita coisa. Está longe de nós chegarmos àquilo que desejávamos, mas, de qualquer maneira, estamos fazendo alguma coisa e, sobretudo, estamos animando os Estados para cumprir o seu dever.

Nós devemos reunir os Secretários de Educação de todas as Unidades federadas dentro de poucos dias para lhes repassar novos recursos destinados à educação e que estão em mãos do Ministério, fazendo um apelo a eles para que façam chegar esses recursos aos Municípios mais carentes, porque a municipalização tem que se fazer dentro do próprio Estado, o Estado é que deve saber, mais do que a União, quais são os Municípios que precisam de atendimento. De maneira que nós vamos fazer esse apelo a eles para que essas verbas cheguem àqueles Municípios que, realmente, se apresentem como os mais carentes.

É para mim um orgulho verificar que o Senador Aderbal Jurema, tal qual aconteceu com o Senador João Calmon, concorda, em tese, com o meu pronunciamento, porque, em última análise, não foi um pronunciamento sobre o planejamento familiar, em última análise, foi um pronunciamento sobre educação, que tem tantas conotações...

O SR. ADERBAL JUREMA — E é por isso que eu concordei.

A SRA. ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ — E é por isso que V. Ex<sup>a</sup> concordou. Aliás, quando eu me coloquei dentro desses dois ângulos, Educação e Direito, não foi para me defender, foi para poder vir aqui, porque para falar nos outros aspectos eu diria, pura e simplesmente, não tenho condições, eu não sou uma médica, não sou uma bióloga, não sou uma estatística, não sou uma sexólogo — hoje em dia existe essa especialidade, da sexologia — nada disso, o que eu sei um pouco é de Direito e o que eu sei um pouco é de Educação. Portan-

to, eu fico muito feliz por ver que essa abordagem do assunto foi julgada interessante pelos dois grandes educadores que se dirigiram a mim neste momento.

Muito obrigada, Senador Aderval Jurema.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Antes de passar a palavra ao inquiridor seguinte, faço um apelo para que os mesmos sejam breves em suas perguntas ou considerações para dar oportunidade a que um maior número possível de pessoas se manifestem, fazendo perguntas à Srª Ministra.

Concedo a palavra ao inscrito seguinte que é a Profª Ana Maria Mendonça, Suplente de Deputado e também professora, socióloga e autora de obras, escreveu um livro. Já foi uma das depoentes que nos honrou com um briante depoimento.

Com a palavra a Profª Ana Maria Mendonça.

A SRA. ANA MARIA MENDONÇA — Muito obrigada, Sr. Presidente, só quero explicar-lhe que sou professora, militante política e uma interessada nos problemas (inaudível). Gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar a Srª Ministra, efusivamente, pelo seu magistral depoimento, pela propriedade, pelo conhecimento de causa, pelo equilíbrio com que tratou a questão, o que era de se esperar, tratando-se de uma pessoa nacionalmente conhecida, como grande educadora e jurista que é.

A SRA. ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ — Obrigada.

A SRA. ANA MARIA MENDONÇA — Gostaria de colocar algumas questões, vou tentar ser bem sucinta. Nós temos observado uma resistência em se reconhecer que nós passamos por um processo de explosão demográfica. A humanidade, nós temos que lembrar, levou milênios para completar o seu primeiro bilhão de habitantes, e ninguém ignora que nos últimos 15 anos a humanidade cresceu 1 bilhão de habitantes. Nós levamos, praticamente, 400 anos para completar em torno de 15 milhões de habitantes, e hoje nós sabemos que nos últimos 13 anos a nossa população cresceu 34 milhões de habitantes. Isto representa toda a população da Argentina, do Paraguai e do Uruguai.

Então, poderíamos também considerar que esta população cresce muito mais intensamente nos países subdesenvolvidos e que o epicentro da explosão populacional, como disse o nosso conhecido Economista Rubens Vaz da Costa, está localizado na América Latina e que o Brasil cresce, em termos populacionais, em taxa superior à taxa média do crescimento populacional da América Latina.

Então, há de se entender, pelos números que são claros, que nós passamos por um período de explosão demográfica, e mais, que explosão demográfica não pode ser considerada um dado isolado do Brasil sem comparar com outros países. A explosão demográfica ou o excesso de crescimento populacional, ele é comparativo. O único parâmetro que temos é comparar com os outros e se nós somos um país que, em termos de população, estamos liderando, evidentemente não há como deixar de reconhecer que a nossa população cresce aceleradamente e também mais rapidamente que as condições e as possibilidades de dar vida digna a todos esses brasileiros. É um outro parâmetro que poderia ser considerado para que pudéssemos avaliar a questão do crescimento populacional, porque podemos também considerar que se não estamos dando educação para toda a população, se nem toda a população tem casa própria, se não temos saneamento para a população inteira, evidentemente a população está crescendo mais que a capacidade do Estado de suprir as suas necessidades básicas. Isso podemos ver nas estatísticas. Acredito que este é o momento de se reconhecer uma realidade que está colocada aí e que eu, como política, sou obrigada a reconhecer em benefício deste País.

Esse crescimento populacional verifica-se, e não quero fazer uma relação de causalidade, quero colocar uma questão clara, da maneira como entendo que há realmente uma questão de explosão demográfica, não quero dizer com isso que seja a causa de qualquer coisa, mas é apenas uma simples constatação, com base em números

e que é também uma constatação através das estatísticas que podem ser manuseadas no anuário estatístico do IBGE, muito mais intensamente nas áreas mais pobres. Nem que o Brasil seja o país que tenha a mais alta carga tributária, que se venha a taxar os bens, também os bens de capital e os setores produtivos, mesmo assim, com esse atual crescimento populacional, é impossível, ou improvável, que possamos dar condições dignas de vida a todos os brasileiros, porque isso já poderia ter acontecido anteriormente e se não conseguimos isso até agora seria utopia imaginar que, a se continuar no mesmo ritmo de crescimento populacional, nossas necessidades serão reduzidas por milagre ou por alguma coisa que venha a acontecer acima da boa vontade, do esforço de quem quer que seja esteja à frente da direção dos assuntos nacionais.

Outra questão que acho que é de meu dever esclarecer é a questão de potência. Há uma grande confusão quando se fala em Brasil potência, que tenhamos que ter uma população "X" para sermos uma potência. É realmente uma questão que acredito seria do meu dever, neste momento, trazer ao debate, porque pensam que ainda estamos aspirando àquela condição de potência, naquele usanismo de que vamos ser o maior País do mundo. Acho que essa época já passou, esta fase já está superada, não cabe mais pensar em crescer a população para ser o maior país. Disso podemos ter um parâmetro porque em 1975 houve um estudo muito fundamentado, realizado nos Estados Unidos pelo professor Henry Klein que analisou, justamente, os fatores que fazem com que uma nação seja uma potência. Esse trabalho, altamente científico e de grande peso, inclusive é considerado no mundo inteiro, julga a população como um dos mais importantes fatores de poder nacional, evidentemente de potência da nação. Naquela época, o Brasil tinha um pouquinho mais de 100 milhões de habitantes; lembre-me que o Japão tinha 109. Ora, naquele cálculo que foi feito pelo Professor Klein para definir quais os países que tinham condições de ser potência, que eram potência, ele considerou que todo país que tivesse atingido a cifra de 100 milhões de habitantes, ele teria o máximo de pontos, numa escala que iria, no final, dar a soma total que era o total de pontos que daria a classificação do país em termos comparativos com os demais países do mundo.

Esse é apenas um esclarecimento, mas se pensamos num país com uma grande população temos que pensar, em primeiro lugar, numa população saudável, educada, numa população em condições de viver bem, porque não podemos mais perseguir a quantidade, temos que perseguir é a qualidade, dar uma vida digna aos vivos.

Esse é apenas um desabafo diante de uma questão que tem sido colocada com referência à questão explosão demográfica, ou usando um termo que talvez choque menos, de que o Brasil esteja crescendo a uma taxa muito elevada.

Assim, passo objetivamente à questão das minhas perguntas. Diante da Sra. Ministra, uma pessoa com experiência que tem, no campo da educação, eu gostaria de colocar a seguinte questão: consideramos que o planejamento familiar não seja a solução que vai resolver todos os problemas, não é a questão mais importante do País, como educadora já tenho mais de dez anos defendendo a educação como o fator mais importante de poder de uma nação, de valorização de um povo, mas, neste momento, estamos aqui tratando de outro problema que foi, justamente, objeto de uma discussão e que foi encaminhada para a questão do planejamento familiar. Sem ignorar a importância da educação, consideramos que o planejamento familiar é muito importante aqui nesta Comissão e importante no Brasil também e que não se pode imaginar o planejamento familiar que seja feito exclusivamente no âmbito de um ambulatório médico, onde a mulher chega e tenha uma orientação no sentido de tomar a pílula, de colocar o DIU ou fazer uma laqueadura de trompas. Pensamos que o planejamento familiar teria que ter um atingimento mais amplo para que fosse, inclusive, resultado de uma integração de esforços em várias áreas e, principalmente no sentido de educar e oferecer também os meios. Nesse sentido, também lembro-me de um provérbio chinês que diz: "Se teus projetos são para um ano, você semeia o grão, mas se forem para 100 anos, você educa o povo". Considerando este aspecto, Srª Ministra, como poderia, sob o seu ponto de vista,

Ministério da Educação participar de um projeto ou de um programa de planejamento familiar que se possa fazer no Brasil, juntamente com o Ministério da Saúde, da Previdência, do Trabalho. Esta é a nossa colocação, o que efetivamente de concreto pensa V. Exª que o Ministério poderia fazer?

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra a Sra. Ministra.

A SRA. ESTHER FERRAZ — Em primeiro lugar, queria dizer à Educadora Ana Maria Mendonça que li, com muita atenção, o trabalho que apresentou à esta Comissão. Quero, portanto, cumprimentá-la pelo excelente pronunciamento que aqui apresentou, que não só li, mas estudei. Se V. Exª pudesse ver o texto do seu trabalho anotado por mim, verá que não há uma linha que tenha sido por mim sublinhada, alguns pontos, manifestando a minha concordância, alguns outros, a minha discordância e ainda alguns outros a minha perplexidade e assim por diante. Mas, de qualquer maneira, li com muita atenção o seu pronunciamento e estou de acordo com muitas coisas que são ditas por V. Exª neste trabalho.

A SRA. ANA MARIA MENDONÇA — Muito obrigada.

A SRA. ESTHER FERRAZ — Quero, portanto, cumprimentá-la por isso. Quanto a maneira pela qual tratou aqui o problema da explosão demográfica, eu disse, há poucos minutos, ao ler o texto escrito do meu pronunciamento, que eu achava que no Brasil ainda não tínhamos o fenômeno chamado da explosão demográfica, levando em consideração as nossas dimensões continentais, o fato de termos ainda uma grande área inexplorada e o fato de a taxa de aumento populacional estar decrescendo. Quer dizer, em números absolutos, a população brasileira cresce, mas, em termos de taxa de crescimento, essa taxa está decrescendo a partir de 1950, o que é, de certa forma, auspicioso, não há alarme que deva ser desenvolvido nesse sentido.

Então, os dados têm que ser interpretados conjuntamente. V. Exª tem razão quanto diz que estamos aumentando, mas acho que eu também tenho razão quando fico serena ao perceber que essa taxa está diminuindo e sobretudo quando percebo que essa diminuição se verifica nas regiões mais desenvolvidas do País, isto é, no Sul e no Sudeste, sendo que aí onde há maior subdesenvolvimento, a taxa aumenta, o que me leva a concluir, intuitivamente naturalmente, que aí onde está faltando desenvolvimento, onde está faltando educação é que as taxas continuam a crescer.

De maneira que ousamos presumir que se lançarmos programas maciços de educação nessas áreas, resolvendo, entre outros inúmeros problemas, também esse problema do planejamento familiar, porque se não for pela educação, eu não sei qual a outra forma. Aliás, eu deixei bem claro que se não for pela persuasão, pelo convencimento, pela conscientização eu só vejo outro meio de se fazer o planejamento familiar: violência ou fraude, e com esses métodos nem V. Exª nem eu podemos pacificar. Então, ou nós insistimos na linha da persuasão ou tudo mais será inútil ou, pior ainda, será contraprodutivo.

Pergunta V. Exª o que pode fazer o meu Ministério. O meu Ministério não é tudo em termos de educação, aliás ele é muito pouco. Diante do sistema de ensino brasileiro, o Ministério da Educação e Cultura tem algumas tarefas, mas a educação se faz, sobretudo, nas salas de aula e se faz dentro do controle dos vários sistemas de ensino. Temos em cada Unidade da federação um sistema de ensino que é responsável pelas suas escolas, pelas suas instituições e assim por diante, e o Ministério tem uma rede que está sob a sua orientação.

É verdade que o Conselho Federal de Educação tem algumas atribuições que são, por assim dizer, nacionais. De maneira que acredito que o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e, também, outros Ministérios, podem entrar em acordo para fazer programas comuns insistindo nessa tecla de que os casais devem ser responsáveis e devem ter os olhos abertos para tudo, inclusive, para a própria realidade nacional; tudo que fizermos no sentido de abrir os olhos da população para o momento difícil que estamos atravessando, isto é, fazer uma promoção interessante.

Nesse particular, queria dizer a V. Ex<sup>e</sup> o seguinte: que de fato, é lamentável que tenhamos chegado, a esta altura, a essa conclusão mais ou menos inglória de que teremos que diminuir as nossas famílias, reduzindo-as àquilo que se chama minifamília ou quase família **kitchl-nette**. Chego a ter saudades das grandes famílias do nosso tempo, que eram verdadeiros viveiros, verdadeiros canteiros, em que se formavam as grandes virtudes, em que cada criança que nasce já sabe que tem que partilhar o pão, sabe que tem que partilhar os encargos e as responsabilidades, os mais velhos ajudando a criar os irmãos. Quero dizer, uma espécie de preparo moral e cívico para a vida em sociedade. Hoje, as contingências da vida moderna não permitem mais isso, de maneira que somos obrigados a educar os nossos filhos, no nosso caso, os nossos sobrinhos, para que eles tenham diante dos olhos essa realidade, até certo ponto, melancólica.

Mas as escolas brasileiras, os educadores brasileiros, vão ajudar ao Ministério da Saúde a, também, se preocupar com esse assunto que não é irrelevante, é um assunto muito importante.

Fico realmente feliz por ver que o Ministério da Saúde se colocou a disposição desse grande movimento de planejamento familiar, para tomar uma posição que é realmente um posicionamento de relevo, não é tudo, mas na medida em que o Ministério da Saúde se convencer de que, ao lado da assistência à saúde, ele tem que fazer uma também uma educação para a saúde, ele está cooperando conosco e somos obrigados a cooperar com ele.

Acredito que essa seria a forma pela qual se daria a nossa cooperação, mas, de qualquer maneira, tenho a certeza de que nós duas estamos de acordo. V. Ex<sup>e</sup> analisou um ângulo da problemática e eu analisei um outro. Não sei se o meu é mais otimista, talvez V. Ex<sup>e</sup> tenha sido mais realista, mas as mulheres são assim mesmo, cada uma é uma, e como dizia Afrâncio Peixoto "e há cada uma", lembra-se? De maneira que eu a felicito e tenho a certeza de que poderei contar muito com a sua preciosa colaboração para enfrentarmos mais esse problema.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra à nobre Senadora Eunice Michiles.

A SRA. EUNICE MICHILES — Senhora Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, lamento profundamente não ter estado aqui desde o início do seu depoimento, mas folheando-o aqui rapidamente percebi alguns dados, para os quais gostaria de ter alguma explicação maior.

V. Ex<sup>e</sup> afirma que, na verdade, não temos explosão demográfica, porque de 1950 para cá baixamos de 2.9 para 2.49, em termos de crescimento populacional, o que é verdade. Agora, eu lhe pergunto: isso é suficiente? Quer dizer, essa diminuição, demoraremos pelo menos 80 anos, 70 anos, até que se estabilize a população brasileira. Então, chegaremos ao ano 2000 com 200 a 220 milhões de habitantes, 210 milhões de habitantes. Eu pergunto, que milagre este País vai fazer se não pode, até este momento, resolver os seus problemas fundamentais, a começar pelas crianças, os milhões de crianças que estão neste momento fora da escola, pelos milhões de desassistidos ainda a nível de saúde, da casa própria, de saneamento, de mortalidade infantil, enfim, toda essa problemática, que apesar do esforço, da seriedade, da honestidade, dos homens públicos, não estamos conseguindo fazer muito no sentido de resolvê-la.

O depoimento que o **Fantástico** apresentou no domingo foi alguma coisa que chocou a nossa consciência cívica de cidadãos. Há uma realidade dolorosa. Então pergunto: de quem é a culpa? O que está acontecendo? Por que ainda não resolvemos? Estamos diminuindo um pouquinho a nossa taxa de crescimento, mas muito lentamente, o que significa que teremos uma superpopulação no ano 2000 insuportável se as coisas não melhorarem. Mas, pergunto: Como essas coisas vão melhorar? Que tipo de milagre vai acontecer? É meio romântico, é meio utópico, pensar, como muito bem colocou a Professora Ana Maria, que alguma coisa, agora, venha a acontecer. Vamos esperar que Deus dê um jeito. Acho que realmente teríamos que ter dados bastante mais práticos.

Há uma colocação que gostaria de fazer aqui: fala-se muito em distribuição de renda, quase como se uma coi-

sa fosse versus da outra, quer dizer, quem não acompanha, quem não é favorável ao planejamento familiar, diz que o problema deste País é de uma melhor distribuição de rendas, como se uma coisa fosse versus da outra.

Concordo plenamente que muita coisa se deva fazer neste caminho, nesta direção, mas entendo que redistribuição de rendas é uma questão de qualificação de pessoa, de qualificação de mão-de-obra, porque acho que não existe ninguém capaz de tirar o dinheiro do rico para dar para o pobre. Isso não existe.

Então, no momento em que se fala numa distribuição melhor de renda, se pressupõe uma qualificação daquele a quem vamos redistribuir essa renda. Ora, se as classes, as elites brasileiras, crescem muito lentamente, se uma família da classe média e da classe alta não tem mais de que um, dois, ou no máximo três filhos, enquanto que na base dessa pirâmide as famílias crescem na base de 10, 12 filhos, isso significa que cada vez vai ficar mais difícil essa distribuição de rendas, porque a família da elite pode educar o seu filho, às vezes até sofisticando, mandando-o estudar fora. Vejam que os nossos executivos são pagos a preços internacionais, mas o nosso homem de salário mínimo é, talvez, um dos que menos ganham no Mundo. Por quê? Porque há uma explosão, seu trabalho fica aviltado, quer dizer, a família pobre cresce numa velocidade tão grande que não se pode esperar agora que se tire dinheiro do mais abastado para dar para o menos abastado. Só se pode distribuir, a meu ver, melhor a renda no momento em que pudermos qualificar essas pessoas para disputar o mercado de trabalho.

Agora pergunto: como isso vai acontecer, se não podemos alimentar essa criança, se esse indivíduo já é desfavorecido até em termos de número de neurônios, quer dizer, ele é um desqualificado até desde o nascimento, até em condição mental, ele não tem como concorrer?

Pura concluir, Sr. Ministro, diria o seguinte, me parece, assim, tão desumano, tão cruel que a mulher da classe média, da classe alta, todo mundo faz, ninguém se preocupa se é ético se é aético, se é moral, se é contra a religião, se isso não vem de encontro a nossa tese de crescimento, vamos dizer, de potência, de mercado interno, não importa, quer dizer, a classe média, a classe alta faz o seu planejamento familiar. Então, quando alegam todos esses argumentos, não se está falando dos seus próprios filhos, está-se falando do filho da pobre, do filho da mais humilde. Isso me parece muito desumano, me parece tão cristalino, que para mim, me parece que isto não tem contestação.

Acho que é dever do Estado levar ao casal mais humilde as informações, e o direito de planejar. Se não quiser tudo bem, mas se quiser, o casal precisa ser assistido neste pormenor. Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra a Senhora Ministra.

A SRA. ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ — Senado, participei das palmas que lhe foram tributadas e quero dizer que sinto que V. Ex<sup>e</sup> não estivesse presente quando produzi o meu pronunciamento por inteiro, porque, na verdade, reconheci ao Estado o direito de intervir no chamado planejamento familiar. De modo que não neguei esse direito e até achei que ele tem o dever de intervir. É aquilo que em Direito nós chamamos de "poder-dever", o Estado pode, o Estado deve. Cheguei a ter frases muito nítidas no sentido de que cada cidadão só deve ter aqueles filhos que ele possa criar, educar e manter dignamente e que o Estado deve influir no sentido de que sua população seja compatível com os recursos de que ele possa dispor para esse efeito.

Então, todo o pronunciamento está entrelaçado, não há uma frase que não esteja vinculada com as outras, porque se eu dissesse, pura e simplesmente, isso — nosso crescimento demográfico está diminuindo, então vamos cruzar os braços, estamos nos melhores do mundo, numa atitude do Dr. Pangloss afim, mereceria censura, mas vou bem além e reconheço que o Estado precisa intervir, por todas as formas, lançando mão de todos os meios legítimos e recorrendo à ação de todas as agências. A Igreja, a escola, a iniciativa particular, a comunidade em geral, todos eles devem colaborar para que o ritmo de crescimento populacional brasileiro seja adequado ao seu desenvolvimento. Repito até uma frase do Ministro Danilo Venturini, dizendo: "que um país desenvolvido é aquele que tem um ritmo adequado de população".

Então, estou plenamente de acordo com V. Ex<sup>e</sup> e tomo até a liberdade de voltar um bocadinho atrás para responder à pergunta da Dr<sup>a</sup>. Ana Maria, no sentido de que não quero um Brasil potência, quero um Brasil bem organizado, um Brasil com os pés no chão, ocupando seu lugar e procurando chegar ao seu destino, porque se não for assim, nunca seria potência. O importante é que seja um país disciplinado e, em termos demográficos, que tenha aquela população que ele esteja em condições de suportar. De maneira que me inclino, de uma forma muito preocupada em relação, exatamente, às classes menos favorecidas, porque essas não fazem planejamento familiar porque nem estão em condições de compreender o problema, nem sabem que é possível limitar, nem sabem que há meios que podem e devem ser colocados a seu dispor. Porque cheguei ao detalhe de entender que o Estado deve colocar à disposição das classes menos favorecidas os meios para transformar em concreta realidade aquele direito de planejar. Porque se reconheço apenas o direito de planejar e não dou os meios para que esse direito se realize eu estou falando para as estrelas, estou falando para mudos. De maneira que todo pronunciamento está amarrado nas suas frases essenciais e acredito que, dentro desse aspecto, estou plenamente de acordo com V. Ex<sup>e</sup> (Palmas prolongadas).

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ruy Côdo.

O SR. RUY CÔDO — Sr. Presidente, Sr. Ministro Esther de Figueiredo Ferraz, às vezes, os caminhos errados nos levam aos caminhos certos. Peguei o caminho para, justamente, chegar à reunião dos farmacêuticos e bioquímicos que estão reunidos, agora discutindo um problema muito sério deles, lamentavelmente, e até diz de perto à Pasta de V. Ex<sup>e</sup>, porque bioquímicos e biomédicos estão aqui, há muito tempo, lutando para resolver um problema, cujo projeto foi aprovado em 1978 e, lamentavelmente, o Conselho Federal de Educação não tomou as providências, naquela oportunidade, porque deixou essa juventude numa situação afeita. A lei aprovada, naquela oportunidade, foi um acordo das Lideranças entre os Senadores e os Deputados e, a partir daquela data, as faculdades particulares, naturalmente, não podiam fazer novas matrículas. Mas veja V. Ex<sup>e</sup> que eu ia rumo aos farmacêuticos, que estão aqui reunidos, neste Congresso e, justamente, ouço V. Ex<sup>e</sup> falar com aquele brilhantismo que sempre lhe é característico e fico contente.

Mas quero deixar aqui consignado, Sr. Ministro, nesta CPI, o problema do controle da natalidade e o planejamento familiar, como queiram, acho, entendendo que o espaço brasileiro é muito grande e temos muito ainda que fazer para usá-lo. A grande verdade é que temos que preparar o nosso povo e o seu Ministério tem assim a bandeira nas mãos, é a educação.

A SRA. MINISTRA ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ — Foi também o que disse.

O SR. RUY CÔDO — Acho que controlar natalidade ou planejamento familiar fica a critério de cada um, de cada família. É tirar o direito sagrado, porque se o cidadão tem condições de ter uma família, uma prole grande, é evidente, que pode ter. Eu, por exemplo, tenho três filhos, felizmente, bem criados, mas quero também culpar aqui, talvez, o próprio projeto que dá o salário, aquela porcentagem que se destaca — auxílio-família — o cidadão ganha mais de acordo com os filhos. Acho que isso incentiva. Às vezes, devia ser o contrário, quem tem um filho ganha mais do que aquele que tem dez, porque aí o cidadão ia começando a pensar e não, naturalmente....

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Na China e na Índia parece que é assim.

O SR. RUY CÔDO — ...então, tem que fazer alguma controle nesse sistema. Em vez de dar condições para quem tem mais filhos, porque às vezes o cidadão diz — bom, vou ter mais um filho porque vou ganhar tanto por cento a mais, deve ser o contrário. Tanto é verdade que, a Alemanha, hoje, luta para aumentar o índice populacional. Estive lá em 1976 e falo como membro que sou da Associação Brasileira de Municípios e sei da luta que o alemão está tendo para poder, realmente, aumentar a sua população, está trazendo gente de todos os lados para poder não deixar perecer aí a Alemanha.

Então, como temos um país muito grande, o que precisamos fazer é aquilo que o ilustre ex-Prefeito de São Paulo, irmão de V. Ex<sup>a</sup>, foi condenado por todos os titulares, por este Brasil, quando ele disse: São Paulo tem que parar. O que ele queria dizer nessa altura? É justamente o mal direcionamento, espaços enormes. Somos hoje, em São Paulo, uma cidade-problema, esta é que é a grande verdade, mas não é o controle familiar que vai resolver o problema de São Paulo, da área da grande São Paulo. É preciso uma tomada de posição nacional e redistribuir esse pessoal todo, relocá-lo. Não adianta o nordestino ir para São Paulo e morar em favelas, porque o superserviamento, hoje, o cadiño da desgraça nacional é São Paulo. Por quê? Pela superpopulação, o superserviamento, então, é preciso uma tomada de posição nacional.

Acho que o controle da natalidade é aquela luta que faz o nobre Senador João Calmon a respeito da educação, que quer mais porcentagem, está correndo por este Congresso, apanhando assinaturas, para que a emenda dele seja apresentada, S. Ex<sup>a</sup> quer a assinatura, no volume total, dos Senadores e Deputados. E eu tenho certeza que V. Ex<sup>a</sup>, paralelamente, com a nossa emenda que vai entrar em setembro, da pré-escola que é justamente dando condições para que a criança, desde o zero ano até os sete anos de idade, tenha creche e jardim de infância, distribuindo aqueles 20% que se aplicam no ensino primário, que o município aplique na pré-escola para que a mãe possa ir trabalhar e deixar seu filho às 8 horas, onde ele recebe alimentação, saúde, recreação, educação, com médicos pediatras, com nutricionistas, com assistente social, enfim, com tudo. Mas quem pode e deve fazer isso? É a prefeitura que conhece a problemática, conhece a miséria da sua cidade, então, se ela tem o dispositivo de creche e pré-escola, de creche e jardim de infância, tenho certeza que pela educação resolvemos através da criança: Prepararemos um país diferente. O Estado só apanha a criança com sete anos de idade, aí a criança já foi, porque o cérebro da criança se desenvolve até os cinco anos de idade, então, já é tarde. É preciso uma tomada de posição nacional nesse sentido.

Louvo e cumprimento cada vez que me encontro com essa ilustre e extraordinária personalidade que é o nobre Senador João Calmon, que solicitei até ao Senado, para que à Comissão de Educação seja-lhe dado o nome João Calmon por causa da sua luta e do seu trabalho pela educação.

Então, veja V. Ex<sup>a</sup>, quando o seu ilustre irmão, ex-prefeito de São Paulo, fazia um apelo nacional para que parasse São Paulo, não queria dizer que façam controle de natalidade, porque o Brasil é muito grande, há muito que fazer. Os Estados Unidos têm 240, 260 milhões de americanos, afora aqueles milhões que lá comparecem. O que devemos fazer? É fechar as nossas entradas. Vejam o que temos de estrangeiros em São Paulo. Não queremos atacar a colônia coreana, não, mas ela entra pelo Paraguai a toda hora, a todo instante, estão ali pela liberdade; a Senhora conhece bem o que existe de pessoas sem documentos, tomando espaço de brasileiros. Ficamos a controlar a nossa família e permitimos que o Brasil seja invadido por outros, sem controle e sem nada.

Sinto-me feliz justamente de participar desta CPI e cumprimentar todos aqueles que defendem a educação acima de tudo, porque uma família preparada sabe autodeterminar-se (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra a Sra. Ministra.

A SRA. ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ — Fico muito feliz pelo fato de V. Ex<sup>a</sup>, passando pelo corredor ter tido, para mim, a feliz idéia de entrar neste recinto para que pudéssemos dialogar sobre esse assunto tão importante que é o da chamada programação da natalidade. Se não tivesse entrado, talvez ficasse com a falsa impressão de que eu estaria postulando aqui o controle da natalidade indiscriminadamente, quando é o contrário. Comecei o meu pronunciamento dizendo que o Brasil é um País muito grande, cuja densidade demográfica é muito pequena. 14,1%, e que mesmo que considerássemos a Amazônia como inabitável, teríamos apenas 28,2%, o que é uma coisa muito discreta.

Mas, levei em consideração o fato de que o crescimento demográfico está-se verificando de uma maneira mais explosiva nas regiões menos desenvolvidas do País, ao passo que a taxa de crescimento está diminuindo nas re-

giões mais desenvolvidas, o que nos leva a concluir que o problema é de subdesenvolvimento, não é de planejamento familiar. O que existe é que em certas regiões há subdesenvolvimento que se revela por vários índices, entre eles pelo número excessivo de filhos que determinada família tem sem condições de criá-los, suportá-los e educá-los. Então, é só sob esse ângulo que colocamos o assunto.

Entendemos que de fato há certas famílias que não podem e não devem procriar, ou por necessidades econômicas, ou por doença da mãe, ou por doença do pai, seja porque for. Uma série de razões de ordem biológica, de ordem psicológica, de ordem social e até mesmo de ordem moral, podem levar um casal, diante de determinada circunstância, a dizer: não posso ter mais filhos, ou quero ter meus filhos espacialmente. De maneira que eles precisam tomar essa decisão livremente. Ora, livremente quer dizer também conscientemente, devidamente informados sobre todas as circunstâncias do seu ato. Porque o homem não é livre na medida em que ele não está informado. Aí reconhecemos o dever do Estado de dar a esse casal as informações necessárias para que ele possa livremente se decidir num ou noutro sentido. Então, trata-se mais de um problema familiar do que de um problema demográfico.

Em relação à Cidade de São Paulo, a situação é a mesma das grandes metrópoles brasileiras; também Belo Horizonte está afetada pelo mesmo problema; também o Rio de Janeiro com aquelas favelas que chegam até ao centro da cidade. É verdade que essas grandes metrópoles, todas elas, precisam parar, se não vamos ver que se repetirão nessas cidades o mesmo fenômeno de São Paulo. De maneira que é uma questão de má distribuição da população, que não vai ser resolvida com planejamento demográfico, mas com uma série de medidas, entre elas, também um planejamento demográfico a cargo de cada casal, se ele entender que essa deva ser a solução.

De maneira que me congratulo pelo fato de ter tido oportunidade de bem explicitar junto ao meu ilustre conterrâneo e felicitá-lo pelo fato dele estar insistindo ultimamente a respeito da necessidade de darmos uma importância superlativa ao pré-escolar. Se nós atendemos a criança, sobretudo a de uma determinada classe, só a partir dos 7 anos, aí já é tarde demais. Parece incrível que aos 7 anos certas coisas já sejam tardias, e por assim dizer intempestivas. Os anos iniciais da vida da criança são tão definitivos que levam a consequências também definitivas.

De maneira que o que está acontecendo em termos de pré-escolar no Brasil é que quem está no pré-escolar é quem não precisa do pré-escolar, porque tem família organizada, tem dinheiro e poderá perfeitamente, na sua própria casa, receber aquele tipo de educação que lhe é necessário; ao passo que quem realmente precisa do pré-escolar, famílias em que o pai e a mãe trabalham, em que a criança, ficando entregue a si própria, vai para a rua, então, nesses casos é que o Estado precisa inclinar-se e antecipar a escolarização.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o Governo do Presidente Figueiredo foi sensível a esse dado, daí por que os chamados recursos do FINSOCIAL visam, em grande parte, dar atendimento a essa necessidade básica e nós pudemos este ano reservar um quantitativo bem significativo para o pré-escolar.

O SR. RUY CÓDO — Eu queria aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, eu me antecipei a outros oradores, V. Ex<sup>a</sup> foi muito cortês e gentil comigo, em virtude da reunião que eu tenho que participar com os jovens da Bioquímica e Farmácia, mas eu gostaria de fazer um apelo à ilustre Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Dei prioridade ao nobre Deputado regimentalmente.

O SR. RUY CÓDO — Muito obrigado.

Retardamos uma emenda em que trabalhamos em cima dela desde quando fomos membro e vice-presidente da CPI do menor abandonado, quando constatamos que temos 25 milhões de crianças carentes e abandonadas. Daí surgiu a necessidade de desviar o curso e passar aqueles 20% e mais outros elementos, naturalmente, para a prefeitura, em vez de aplicar no ensino primário, passasse a aplicar na pré-escola, ficando o primário a cargo do governo estadual. Então, eu gostaria de fazer

um apelo. Há uma conscientização nacional, e V. Ex<sup>a</sup> realmente tem-se batido bastante em cima disso: eu gostaria de fazer um apelo, ao lado desse meu paradigma da educação, João Calmon, e de outros Senadores e Deputados, no sentido de que essa emenda seja aprovada.

Acho e entendo que só os municípios que conhecem a sua carência é que devem realmente manipular isso, fazer as creches e os jardins de infância e entregar a criança já no ensino primário devidamente preparada, robusta; e nós com isso vamos esvaziar as próprias farmácias, as filhas do INPS, os remédios, porque atualmente estamos só pensando em dar remédio a todos, e não alimentos. Acho que isso seria a solução nacional. É o apelo que faço aqui nesta Comissão, hoje, que nos ajude a aprovar essa nossa emenda sobre a pré-escola.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A Senhora Ministra fez a devida anotação.

Passo a palavra agora à advogada Dra. Romy Medeiros da Fonseca, Presidente do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil.

A SRA. ROMY MEDEIROS DA FONSECA — Senhora Ministra, querida amiga, querida colega advogada, grande professora de Direito Penal da Universidade de São Paulo, eu quero dizer-lhe que as mulheres brasileiras têm pela eminente Ministra uma grande admiração e uma grande confiança no papel que está desenvolvendo no Ministério da Educação e Cultura.

Professora Esther de Figueiredo Ferraz, V. Ex<sup>a</sup> tocou, no seu discurso, num ponto que me interessa muito, que é a questão de discriminação do aborto. Na qualidade de relatora oficial da Ordem dos Advogados do Brasil, portanto, sei que juristas brasileiros dos mais eminentes estão profundamente interessados nesse problema da descriminalização do aborto. Porque se estamos defendendo um planejamento familiar livre, sem o controle governamental, como um direito do casal, nós não podemos desconhecer o problema da descriminalização do aborto.

Como V. Ex<sup>a</sup> disse ainda agora mesmo que tem que se pensar no planejamento porque às vezes a mulher está doente, a mulher tem uma cardiopatia, a mulher tem qualquer coisa em sua situação física que ela não pode ter um filho; mas muitas vezes nós sabemos que ela pode fazer o planejamento familiar com um elevado risco de morrer se ela não fizer um aborto legal nesses casos. Então, o que está acontecendo, que eu sinto aqui no Senado, nesta CPI, é o seguinte: foi programado esse planejamento familiar como uma posição do Estado, não só do povo. Mas eu, como mulher, como estudiosa da condição da mulher no Brasil, sempre me coloco numa posição de mulher. Eu aqui não sou Romy Medeiros da Fonseca, feminista, autora de trabalhos de reforma do Código Civil. Eu me sinto como aquela mulher, pode ser até uma favelada a mulher mais humilde do Brasil, que ela, na maior simplicidade, com a maior sinceridade, ela diz "eu não quero mais ter filhos", "não quero ter agora, quero ter mais tarde", e nós, na nossa classe social, por isso que a tese da OAB foi "Justiça Social e Aborto", ela tem toda cobertura, ela tem dinheiro para ter um planejamento familiar realmente válido. E essas mulheres estão dando tanta dor de cabeça a todo nosso desenvolvimento brasileiro, não por culpa delas, nem talvez, também, por tanta culpa de governo, eu não vejo culpa também do Governo. Eu sinto no Governo um desejo de ajudar a resolver esse problema, juntamente com o problema da educação. Mas, acontece que a mulher de baixa renda não tem possibilidade nenhuma, nem de planejamento familiar nem de evitar, a não ser cair num aborto clandestino. Nós estamos vivendo a década da mulher. Se V. Ex<sup>a</sup> observar a faixa etária até 35 anos de uma mulher, jovem, essa mulher está conscientizada do problema de descriminalização do aborto. Porque nós temos que pensar o seguinte: que o Estado não pode estar ligado à Igreja. Há muito tempo nos divorciámos disso.

Então, parece-me que ao católico e à católica cabe não fazer o aborto. Mas, a pessoa realmente que não comunica o espírito da nossa Igreja, tem o direito de praticá-lo. Eu devo dizer, publicamente, tenho dois filhos e quatro netos, nunca fiz um aborto na minha vida, mas eu assisti, em 1962, a uma jovem, naquela época em que não havia o divórcio, uma jovem de boa família, mas gente muito reacionária, que se apaixonou por uma rapaz desquitado e, com isso, ela engravidou, fez o tal aborto clandestino e, depois de um mês de sofrimento, no Hospital

dos Servidores do Estado, eu vi aquela jovem morrer. Uma jovem que era de grande futuro para o nosso País, uma mulher que falava cinco línguas, uma pessoa de valor, realmente.

Então, eu tenho que ver que não é o caso geral, eu tenho que ver esse caso das mulheres, que elas agora estão todas trabalhando, há o avanço tecnológico, ela mudou e essa mudança lava-a a acreditar que tem que haver uma descriminalização do aborto, como tem que haver o planejamento familiar, como ela deve estar consciente de que sexo e reprodução são coisas diferentes, que nós, da nossa condição social, podemos separar muito bem, e a classe pobre não tem esse direito. Afinal de contas, é um direito humano. Foi baseado nisso que, nos Estados Unidos, pelo reconhecimento dos direitos humanos das mulheres, em 1973, a Corte Suprema dos Estados Unidos tornou inoperante as leis restritivas sobre o aborto, levando em consideração que o direito à privacidade, fundamentado no conceito da Emenda 14 sobre a liberdade pessoal é suficientemente amplo para abranger a decisão de uma mulher sobre se quer ou não interromper uma gravidez.

Então, vejamos, o que acontece é que no momento em a Ordem dos Advogados já tem receio de uma pressão da Igreja, apesar de estar muito dividido, e devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, no ano passado, por ocasião da IX Conferência Nacional da OAB, em Santa Catarina, eu sofri pressões tremendas, porque numa reunião de mais de dois mil quinhentos advogados, com teses brilhantes sobre Constituinte, Lei de Segurança Nacional, a sessão mais concorrida daquele Congresso foi à que fui relatora do tema "Justiça Social e Aborto". E, acabada aquela sessão, que foi realmente um sucesso, advogados radicais, radicais bem mais de esquerda do que qualquer outra coisa, vieram procurar-me e disseram: Como é que você tem coragem de dividir a luta do povo? E eu lhes respondi: de que povo estou dividindo? Estou defendendo a mulher vítima, porque eu não quero que ela seja, a mulher brasileira ou estrangeira que more em nosso País, vítima do aborto clandestino. Então, o advogado me disse: Mas, você sabe que nós temos um acordo com a CNBB? E eu falei: eu não sou filiada a Partido nenhum, por isso mesmo, não quero saber disso, eu quero defender a mulher do meu País, a mulher que não tem direito ao planejamento familiar e que, portanto, morre vítima de um aborto clandestino. Como advogada, nós todos sabemos, quase 2/3 da humanidade toda já admite essa legalização, esta descriminalização do aborto.

Desculpem-me, mas eu tinha que falar alguma coisa sobre isso. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — Com a palavra a Ministra Esther de Figueiredo Ferraz para responder às considerações da Dr<sup>a</sup> Romy Medeiros da Fonseca.

**A SRA. ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ** — Eu quero saudar na Dr<sup>a</sup> Romy Medeiros da Fonseca uma das mulheres mais representativas da intelectualidade feminina brasileira, que realmente conduziu um movimento extraordinário no sentido da emancipação da mulher, movimento esse que acabou florescendo na Lei nº 4.121, de 1963, que modificou o Estatuto Jurídico da Mulher Casada no Brasil. Foi nessa ocasião que eu a conheci, e desde então passei a admirar a sua coragem, a sua combatividade, a sua extraordinária franqueza, e posso dizer que muitas portas foram abertas graças à coragem da Dr<sup>a</sup> Romy, muitas portas foram edificadas e muitas janelas foram arrombadas para que a mocidade feminina brasileira usufruisse hoje os direitos civis de que desfruta. A esta época pontificava entre nós a inesquecível Bertha Lutz. E eu não posso esquecer-me do quanto as duas estavam ligadas. De maneira que a minha saudação à Dr<sup>a</sup> Romy é muito sincera neste particular.

Agora, quero dizer a ela que, lamentavelmente, eu não concordo com a sua posição a respeito do problema do aborto. E se hoje estou aqui para defender o planejamento familiar, o fato de a mulher poder em determinadas circunstâncias o casal evitar ter filhos, é exatamente porque também sou contrária ao aborto indiscriminado, e vou dizer por quê.

Diz a Dr<sup>a</sup> Romy que sou ilustre Professora de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Sou apenas uma modesta professora, uma eterna estudiosa, que procura sempre aprender e colocar-se a par da disciplina que leciona e que sabe que esse assunto

ligado à defesa da vida, são todos eles assuntos muito dolorosos, muito torturadores, porque aqui está menos a lei do que a dolorosa condição humana dentro do Direito Penal.

O nosso Direito Penal pune o crime de aborto e só considera dois casos em que ele é justificado; quando há o aborto necessário, isto é, se não há outro meio de salvar a vida da gestante e, segundo, quando a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, do seu representante legal. Posso não estar certa, mas eu entendo modestamente que o Direito Penal brasileiro não deve ir além dessas duas causas. Entendo, porém, e, neste particular, já escrevi um trabalho que foi remetido a este próprio Senado, quando se tratava da reforma do Código Penal, que outros casos existem que poderiam ser contemplados, graças ao instituto chamado do perdão judicial. Casos existem como, por exemplo, o aborto eutanásico, o aborto sentimental, não sei se V. Ex<sup>a</sup> estava aqui desde o início da reunião, em que eu dizia que uma mulher pode perceber, por exemplo, já tarde, iniciada a gravidez, que ela teria tomado medicamentos, como apolitalidomida, que poderá resultar numa deformação do seu filho, então ela se sujeita a um aborto. Muito bem, o aborto não está previsto em nenhum desses dois casos. Entretanto, legislações existem, a uruguaias, por exemplo, se manifesta nesse sentido de que poderia haver aqui o caso do perdão judicial. O juiz poder deixar de aplicar a pena quando, dadas as circunstâncias, a personalidade do agente, os motivos determinantes do ato, sobretudo, a nobreza dos motivos leve à conclusão do juiz de que ele não deve aplicar pena nenhuma, de que ele deve perdoar. O instituto do perdão tem sido muito mal aplicado dentro do Código Penal. Isto é, há certos crimes que podem ser perdoados e que, a rigor, não precisariam ser perdoados. Mas, no caso do homicídio eutanásico, ou, no caso do abortamento eutanásico, nós poderíamos partir para essa solução, isto é, um mero processo já seria uma pena bastante para aquele caso particular, não permitindo, entretanto, a reincidência.

Eu não concordo com a plena descriminalização do aborto, porque eu não acredito que o produto da concepção seja parte do corpo da mulher. Esse produto da concepção está na mulher, mas é uma vida independente, que tem os seus direitos e que não pode ficar sujeita a uma determinação individual. Cada vez que uma mulher engravidá, ela está comprometendo todo o universo da vida, ela está comprometendo um destino, que pode ser um destino pobre, mas pode vir a ser um destino brilhante.

De maneira que eu acredito que os dois casos previstos no Código Penal são suficientes para atender àquelas situações de emergência e que nós poderíamos talvez partir para o perdão judicial. Eu já cheguei a propor que o perdão judicial fosse especificamente previsto para o homicídio e para o abortamento nesses casos em que a personalidade do agente e as circunstâncias do crime levem o juiz à convicção de que basta o processo, não é preciso nada mais. Não é por causa da Igreja, eu confesso que sou católica, católica praticante, mas não é pelo fato de ser católica, que chego a essas conclusões, é pelo fato que eu entendo que a vida tem um valor inestimável, que o corpo da mulher é o sustentáculo da vida, mas não é o dono da vida alheia. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — Concedo a palavra à Socióloga Flórida Accioly.

**A SRA. FLÓRIDA ACCIOLY** — Sr<sup>a</sup> Ministra, com todo o respeito e acompanhando o desenrolar dos debates, antes de formular propriamente a pergunta que eu tenho a dirigir a V. Ex<sup>a</sup>, gostaria de tecer alguns ligeiros comentários. Primeiro que se fala em país de extensão continental, e se esquecem que há uma diferença fundamental entre vazio econômico e vazio demográfico, aliás, este assunto é objeto de vários estudos do Professor Glauco de Paiva, de que teremos que nos preocupar com uma coisa mais expressiva que é a qualidade de vida. Se pensarmos que a ocupação do espaço seja tão importante, bastaria citar as favelas no Rio de Janeiro, com uma população às vezes de mais de 75 mil habitantes. Bastariam lembrar o que significa a formação das megalópoles, bastaria ciliar, por exemplo, que a área metropolitana de São Paulo cresceu — com os dados do último

censo — mais do que pelo menos sete grandes Estados brasileiros. Também, gostaria de tecer comentário quanto ao momento em que se fala da valorização da democracia, entretanto, pelo menos, se procura cercear aquilo que seria a democratização dos meios, do acesso aos meios e à informação para o planejamento familiar.

Na verdade, tivemos observado, ao longo de dezenas de anos na luta pelo planejamento familiar no Brasil, uma certa hipocrisia, porque as classes média e a classe média alta, já fazem planejamento familiar como uma opção existencial. Dificilmente, a gente encontra nesse tipo de classe social um índice de natalidade maior do que quatro ou cinco filhos e aí parece que de repente as pessoas querem realmente povoar o Brasil com aquela natalidade advinda das classes marginais e periféricas, que essas sim, têm realmente uma alta taxa de natalidade.

Temos que lembrar também que redução da natalidade não é um fato que ocorre hoje no Brasil por acaso, temos já programas de planejamento familiar há dezenas de anos. Temos toda uma parte de conscientização da mulher brasileira, a sua mudança de comportamento, a própria mudança de comportamento dentro da família. Hoje, o nosso modelo tradicional de família não é mais da grande família patriarcal, mas da família conjugal moderna. Realmente a gente vê que há uma tendência a não se partir para uma linha de multiparidade e sim o casal hoje, vejo que já mudou em todas as suas atitudes, opta por um máximo de quatro filhos.

O que eu gostaria de lembrar é que quando V. Ex<sup>a</sup> fala que um programa de planejamento familiar poderia deixar de trazer ao mundo gênios como Galileu, Platão, Aristóteles, a ausência desse mesmo programa de planejamento familiar talvez seja responsável pela existência dos trombadinhos e por uma incidência de mais de vinte milhões de menores caracterizados como abandonados, carentes, marginais, etc., uma estatística que nós não podemos nem precisar com exatidão.

Por outro lado, há a postura da Igreja e a gente esquece que nós estamos falando de uma sociedade pluralista, em que não é somente o pensamento da Igreja Católica, que pode prevalecer. Se V. Ex<sup>a</sup> observar, por exemplo, o que fala a Igreja Anglicana, o que fala o código de ética da Igreja Metodista, o que falam as Igrejas Batista, de um modo geral, o que falam até mesmo os cultos afro-brasileiros é numa linha de pugnar pela defesa de acesso aos meios e à educação para o planejamento familiar. Hoje, as pesquisas que prevalecem, realizadas no Brasil, mostram que há uma expressiva margem de população feminina que já faz planejamento familiar. De maneira que eu queria chegar ao âmago da minha questão. Causou-me uma certa dificuldade em entender a expressão usada por V. Ex<sup>a</sup> quando diz que nós devemos ter uma imensa precaução, tratar o assunto com luvas de pele.

**A SR<sup>a</sup> ESTHER FIGUEIREDO** — Não, mãos de seda.

**A SR<sup>a</sup> FLÓRIDA ACCIOLY** — Em outras palavras, tratar o assunto com todo esse cuidado, quando, na verdade, ele já é de domínio de toda a população feminina brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — Concedo a palavra à Sr<sup>a</sup> Ministra.

**A SRA. ESTHER FIGUEIREDO** — Quero cumprimentar à Socióloga Flórida Accioly pelos novos dados que ela tirou aqui sobre a Mesa que, realmente, merecem a nossa consideração. Quero começar pela sua última observação.

Quando eu falo em mãos de seda, eu não quero dizer preconceituosamente, não, aliás, eu sou uma pessoa que absolutamente não é preconceituosa, talvez pelo fato mesmo de ensinar Direito Penal a turmas de alunos da Faculdade de Direito em que eu trato com a maior naturalidade de assuntos que até poderiam ser considerados escabrosos, pelo código de costumes, estupro, atentados ao pudor, violência ao pudor, sedução etc., essas coisas todas são tratadas com naturalidade absoluta, livre de qualquer preconceito. Então, quando eu falo em mãos de seda, quero dizer com cuidado para não chegar a resultados além daqueles que nós estamos desejando, para

que o resultado não seja contraprodutivo. Então, é apenas dentro dessa linha e não com luvas de pelica é com cuidado para nós eu disse, não nos arrependermos amanhã de decisões ou de ações que não sejam aquelas, realmente indicadas pela realidade brasileira.

V. Ex<sup>a</sup> falou sobre os vazios, vazio econômico, vazio demográfico, e realmente são noções vindas da Sociologia que são muito úteis, no caso concreto. Mas, gostaria de que não se esquecesse de que eu falei na vida condigna. O importante é não só ter a vida, mas a vida condigna, que significa aquela vida em que o indivíduo desfruta de direitos essenciais da educação, da alimentação e assim por diante. Não basta viver. Então, nós não queremos povoar os nossos espaços hoje vazios com vidas concebidas por qualquer forma. Nós queremos, exatamente, povoá-los com seres cônscios dos seus direitos, capazes de lutar por eles, disputar por esses direitos, enfim, criaturas dignas, por todos os títulos de serem respeitados. Então, é assim que nós queremos preencher esses espaços vazios e não a classe chamada média alta, burguesia, se acomodando do lado de cá e querendo preencher os vazios brasileiros com os excessos da sexualidade transbordante das pessoas ignorantes, não é isso. Aliás a um educador nem ficaria bem colocar-se nessa posição. Nós queremos, exatamente, pela educação valorizar a todos, sobretudo, que precisam. Se há uma opção pelos pobres, não é só da Igreja, não é uma opção de educação, nós somos inclinados sempre pelos pobres, porque o rico pode ficar tranquilo, ele sempre se defende, ele sempre consegue o seu lugar no espaço e quando entra em choque a panela de barro e a panela de ferro, é a panela de ferro que fica íntegra, a panela de barro é que é quebrada. E eu tenho quebrado a minha vida em defesa da panela de barro, em defesa dos mais fracos, em defesa dos mais desprotegidos.

Falamos em Galileu. É verdade, quando eu fiz aquela colocação final, foi exatamente para chamar a atenção sobre a importância da matéria, de que quando nós falamos em planejamento familiar, nós temos que levar em conta que talvez deixassem de nascer pessoas que vieram a iluminar o mundo e que constituem, por assim dizer, o sal da terra. Também disse que o argumento podia levar ao sentido contrário, admitir que se essas pessoas tivessem nascido em condições desfavoráveis, talvez elas tivessem sido vítimas, desde logo, da mortalidade infantil, ou quem sabe, naquela época, se transformado em trombadinhas. O importante é que essas duas coisas sejam levadas em consideração e que se faça o planejamento familiar, quando necessário. Se não for necessário, é contraprodutivo. O importante, no planejamento familiar, é exatamente a forma pela qual ele se deva processar. Acredito que todos nós estamos de acordo de que o ato da procriação é um ato que deva ser responsável, não é um ato simplesmente animal. Então, o casal só deve praticá-lo livremente se ele estiver bem esclarecido. É obrigação de todos, e sobretudo do Estado, pelos meios ao seu alcance, instruir as pessoas. Quais são esses meios? A socióloga os conhece melhor do que eu, a educação é um deles. De certa forma, eu coloquei as mãos sobretudo na educação porque é a forma de controle que está mais nas minhas mãos. Se a socióloga conhece outros, melhor ainda. Quer dizer, por todos os meios à disposição dos Poderes públicos, da comunidade em geral, das Igrejas, sejam elas quais forem, as pessoas devem ser informadas sobre os problemas que elas terão que enfrentar se elas tiverem um novo filho. De como elas deverão agir se em circunstâncias muito graves elas entendem que não devem mais aumentar as suas famílias. Em última análise, eu acredito que nós estamos de acordo, também.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra a Dr<sup>a</sup> Rosa Maria, médica, Vereadora, em Curitiba.

A SRA. ROSA MARIA — Muito obrigada.

Sr<sup>a</sup> Ministra, sendo o planejamento familiar um direito humano básico e considerado do ponto de vista da medicina, ratificado pela Organização Mundial de Saúde, como um atendimento primário em saúde, se for implantado no Brasil um programa de planejamento familiar a nível nacional, baseado na educação do casal, em sua livre escolha dos métodos anticoncepcionais, sob a

orientação médica, qual seria o apoio que o Ministério da Educação poderia dar a esse programa? Poderia o Ministério da Educação fornecer os folhetos educativos e colaborar na qualificação de pessoal?

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra a Sr<sup>a</sup> Ministra Esther Figueiredo Ferraz.

A SRA. ESTHER FIGUEIREDO FERRAZ — Uma das pessoas que se manifestaram aqui, antes da Senhora, já tocou nesse assunto e nós dissemos que, na verdade, o Ministério da Educação, deve, tem obrigação de colaborar em tudo aquilo que diga respeito à Educação, seja ela a Educação Física, a Educação Sanitária, a Educação Médica, Educação Intelectual, Educação Religiosa, de maneira que o Ministério estaria disposto e poderia, inclusive, realizar cursos nesse sentido, não há dúvida nenhuma, curso de qualificação, curso de aperfeiçoamento, curso de especialização, tudo dependeria do lugar onde esses cursos se realizassem. Nesse sentido, eu acredito que as universidades estariam em condições excelentes para isso. As universidades brasileiras, em sua grande maioria, possuem cursos ligados à área de saúde. De qualquer maneira, as universidades têm cursos ligados à área de saúde, curso de medicina, de enfermagem, além disso, os cursos de serviço social, de maneira que seriam os lugares mais indicados para que tais cursos tivessem lugar. Sempre levando em consideração que todo o problema de assistência à saúde deve comportar um programa de educação para a saúde. Eu não posso compreender a saúde desvinculada da Educação. Houve tempo em que os dois Ministérios eram um só. É verdade que o Brasil era menos desenvolvido, àquela altura, mas é simbólico que o Ministério fosse da Educação e da Saúde, porque a Saúde tem que se exercer, sobretudo, na época em que as crianças estão na escola. Se nós formos desenvolver programa de assistência à saúde, com a criança fora da escola, dificilmente nós poderemos atingi-la. De maneira que eu acho que o Ministério da Educação e Cultura, por intermédio sobretudo de suas escolas, que são o que há de mais nobre dentro do Ministério, pode perfeitamente colaborar nesse setor.

A SRA. ROSA MARIA — Sr<sup>a</sup> Ministra, uma pergunta só, complementando. A Sr<sup>a</sup> falou nas faculdades de medicina, já é incluído no currículo das faculdades de medicina o planejamento familiar como matéria obrigatória, ou é opcional?

A SRA. ESTHER FIGUEIREDO FERRAZ — A senhora sabe como é que o Conselho Federal de Educação organiza o currículo que indica as matérias chamadas obrigatórias, as disciplinas chamadas obrigatórias, ficando a cargo de cada estabelecimento não só desdobrar cada matéria numa série de disciplinas, como também enriquecer o seu currículo com outras matérias que sejam julgadas importantes. Então, o que acontece é que as escolas ficam sempre no mínimo, ficam no currículo mínimo, quando há uma espécie de um incentivo do Conselho no sentido de que elas façam o seu currículo próprio. Então, eu estou de acordo que as escolas de medicina e outras ligadas a áreas de saúde e mesmo a escola de serviço social coloquem dentro dos seus currículos noções relativas ao planejamento familiar, o que poderia ser feito não só no curso de graduação, como também nos cursos de especialização, de aperfeiçoamento, de atualização, de extensão universitária e assim por diante.

A SRA. ROSA MARIA — Sr<sup>a</sup> Ministra, a senhora permita-me, pela admiração que eu lhe tenho, como pedagoga que sou, além de médica, fazer esse apelo para que a Sr<sup>a</sup> coloque, obrigatoriamente, nos currículos das faculdades de medicina, de serviços sociais ou de farmácia, das ciências biomédicas, de um modo geral, esse assunto tão importante do planejamento familiar. Fica aí o nosso apelo.

A SRA. ESTHER FIGUEIREDO FERRAZ — Eu levarei ao Conselho Federal de Educação, que é o órgão encarregado de fixar o currículo para os cursos superiores, esse apelo da Sr<sup>a</sup>, que merece uma consideração grande da minha parte.

A SRA. ROSA MARIA — Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — A seguir, concedo a palavra à Sr<sup>a</sup> Ludmila Mayrink, Vice-Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

A SRA. LUDMILA MAYRINK — Ex<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Ministra Esther Figueiredo Ferraz, hoje temos o prazer de participar da CPI da Natalidade. Natalidade implica em mortalidade; o enfoque que eu trago é um pouco diferente. É mortalidade proveniente, infantil ou mesmo em pessoas adultas, derivada dos crimes ecológicos.

Em 1980, eu apresentei um anteprojeto cuja proposta é a criação, através de lei especial, de um tipo penal autônomo que se demonima ecocídio ou, traduzindo, crimes ecológicos. Há pouco tempo, foi abordado que os meios abortivos poderiam ser, inclusive, empregados, na hipótese levantada, quando a prole comprometida poderia se-lo através de agentes químicos. Nós sabemos, num Estado como o meu, do Rio de Janeiro, que a Baía da Guanabara já tem um alto índice de poluição de mercúrio acima dos índices toleráveis, bem como que as águas dos efluentes, altamente contaminados, colocam em risco toda a população ribeirinha. Isto é do conhecimento de todos. Nesse anteprojeto que foi apresentado em 1980, e se encontra na Secretaria do Meio Ambiente, onde foi aprovado por duas comissões técnicas, eu proponho, num dos artigos, a obrigatoriedade do ensino da Ecologia no 1º e no 2º Graus. Eu sei que a Ecologia já faz parte dos conteúdos programáticos do 1º e 2º Graus, a nível da Química, da Física e outros. Mas nós sabemos que hoje, embora uma ciência nova, é uma ciência já com métodos e objetos próprios; embora relativamente autônoma, visto que uma ciência multidisciplinar, mas é uma ciência, hoje reconhecida.

Portanto, o meu apelo, falando uma frase do ilustre Senador Aderbal Jurema, educar é criar hábitos saudáveis e, também, me referindo a uma frase de V. Ex<sup>a</sup> quando mencionou, carinhosamente, a abrir os olhos da população, exatamente essa proposta, porque prevenir é muito mais fácil do que depois reprimir e nós sabemos os custos e as dificuldades pronvenientes disso. Espero, em primeiro lugar, que um dia o meu anteprojeto, em termos de delitos ecológicos, venha a fazer parte integrante, porque eu sou professora titular de Processo Penal, no Rio de Janeiro, e também professora da Universidade do Rio de Janeiro, do bojo da nossa legislação penal, mesmo especial ou talvez integrando o código. Mas, sobretudo, o apelo, para que esse ensino se dimensione realmente para o homem de amanhã. Sendo ensinada no 1º e 2º Graus a ciência da Ecologia com uma ênfase maior, nós preveniremos o homem de amanhã, que será o empresário de amanhã e que tendo esta visão ecológica, não poluirá, não fará com que a sua indústria tenha despejos industriais altamente poluidores e, portanto, destruidores do meio ambiente. O apelo é nesse sentido. Nós sabemos de uma experiência, apenas a título de exemplificação, eu estive na Alemanha durante a guerra, uma Alemanha devastada, e hoje ela tem 30% da sua superfície totalmente florestada, 30% de todo o território, mesmo levando em conta a sua dimensão territorial, toda ela com reservas florestais. Infelizmente, nós temos na nossa Amazônia hectares e hectares, milhares de hectares criminosamente devastados. Isso também faz parte dos crimes ecológicos, porque destruindo uma reserva florestal, destruindo uma mata heterogênea, nós mudamos todo o habitat, destruímos a fauna e a flora e, portanto, destruímos o nosso semelhante. Isso faz parte do tema ora abordado. Por isso meu enfoque é um pouco diferente, fui um pouco, mas me toca profundamente como mãe, como professora, como advogada e, hoje, como vereadora, onde eu não abro mão da defesa do meio ambiente e, portanto, do homem. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra à Sr<sup>a</sup> Ministra.

A SRA. ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ — Eu quero cumprimentar à nobre vereadora e jurista que de maneira tão técnica e tão elevada se manifestou a respeito de um assunto que é realmente um dos que mais despertam a nossa atenção.

Quando foram promulgados o nosso Código Penal e o nosso Código de Processo Penal, em 1940, a rigor não existia no Brasil o problema ecológico. Nós ouvíamos falar em ecologia, ouvíamos falar em poluição e pensávamos que fosse uma produção de cérebros americanos.

Eles já estavam lá altamente preocupados com a poluição e estavam tomando medidas energéticas nesse sentido; a Inglaterra foi talvez o país europeu que primeiro se movimentou nesse particular. Nós aquilo confiávamos na natureza, certos de que a natureza assimilaria os seus desejos. São Paulo, por exemplo, tem áreas industriais e os nossos rios, o rio Piracicaba passou a ser um esgoto a céu aberto, o rio Tietê inexiste, o rio Pinheiros inexiste. De maneira que toda aquela área industrial de São Paulo ficou irreversivelmente sacrificada. No entanto, o nosso Código Penal não se preparou para esse fenômeno.

Nós temos apenas duas infrações penais relativas à poluição: envenenamento de água potável e poluição de água potável. Mas em se falando de água potável, nós dizemos que ela nem existe mais. Falar em poluição de água potável é falar num delito impossível, porque nós não temos o objeto físico sobre o qual recaia uma ação dessa natureza. Por outro lado, a nossa Lei das Contravenções Penais se preocupa muito com a poluição atmosférica e nada mais. Então, o que acontece é que, tanto na cidade do Rio de Janeiro, como na minha terra, na Grande São Paulo, nós temos áreas em que as condições de vida são tais que as crianças já nascem absolutamente prejudicadas. Na Baixada Santista, na cidade de Cubatão, já são numerosíssimos os casos de crianças que nascem sem cérebro. De maneira que eu louvo, de todas as formas, a sua preocupação no sentido de que o nosso futuro estatuto penal contenha figuras que prevejam especificamente esses casos. E que, por outro lado, dentro do ensino, porque isto é mais importante, nós não devemos ficar só na lei, sobretudo nós que somos profissionais do Direito, sabemos até que ponto vai o Direito e sabemos que nós não podemos supervalorizar o Direito no combate aos males sociais. Ele tem o seu lugar, mas é um lugar discreto e a Educação, ao que eu a vejo, hoje, ela tem um poder maior do que o Direito. De maneira que eu estou de pleno acordo com a senhora.

**A SRA. LUDMILA MAYRINK** — O apelo que eu fiz a V. Ex<sup>a</sup> é de, efetivamente, incluir nos currículos de 1º Grau, de uma forma mais eficiente...

**A SRA. ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ** — Perfeito. Na verdade, o assunto já tem chegado ao Conselho Federal de Educação, muitas vezes, e o Conselho já se tem manifestado a respeito de projetos de lei que tem tramitado, no sentido da inclusão dessa matéria. Estou chamando de matéria e não de disciplina, porque a minha colega deixou bem claro que se trata de uma matéria interdisciplinar, que é coberta por várias disciplinas. Talvez em todas essas matérias do 1º e do 2º Graus haja um lugar para a Escologia, Na Biologia, na Física, na Química, nas Ciências Sociais, sobretudo na Educação Moral e Civica, deve ser chamada a atenção do aluno, a cada momento, sobre a importância do fenômeno da poluição e do bem-estar ecológico. Acho que uma disciplina no 1º e 2º Graus não haveria lugar, mas em cada disciplina nós poderíamos reservar um lugar para o assunto. Dirá V. Ex<sup>a</sup> que, neste caso, ela não ficaria obrigatória. Eu levarei o seu ponto de vista, ainda uma vez, ao Conselho Federal de Educação...

**A SRA. LUDMILA MAYRINK** — É um apelo que faço a V. Ex<sup>a</sup>

**A SRA. MINISTRA DA EDUCAÇÃO** ... porque ao Ministério não cabe atuação nenhuma nesse sentido. Nós não temos escolas de 1º e 2º Graus, a não ser algumas escolas que estão inseridas no contexto das universidades, além de uma rede de escolas técnicas. Mas eu me comprometo, cumprimentando a colega, a levar a sua idéia ao Conselho Federal de Educação.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Claudionor Roriz, Vice-Presidente desta Comissão.

**O SR. CLAUDIONOR RORIZ** — Sr. Presidente, Sr<sup>a</sup> Ministra, demais debatedores, tornou-se uma rotina, nestas reuniões, no problema vinculado ao aumento populacional brasileiro, que é motivo desta CPI, nós caminharmos sempre por um caminho único, que foi o do controle da natalidade: ou foi, de uma maneira ou de outra, levado a isto.

Eu queria comunicar que esta CPI terá que possuir dados de todos os ângulos, para que nós possamos infor-

mar ao Governo o que a população, o que a sociedade tem como um todo. Por exemplo, eu queria levantar, apenas para efeito de análise, agora ou posteriormente, nas reuniões subsequentes, três fatos principais, onde eu vejo com maior gravidade do que o controle da natalidade. Nós temos dados estatísticos de que apenas nove cidades, nove metrópoles do País, acumulam trinta e pouco por cento da população, sendo em áreas, sendo em superfície, de apenas 8%. Por conseguinte, 92% da área da superfície do País não tem uma proporcionalidade na distribuição da população. Então, eu perguntaria, eu indagaria e eu queria que nós pudéssemos tirar subsídios para o relatório final desta CPI, em cima do que é que entendemos, do que é que pensamos, por que o Governo não cria condições para a fixação do nordestino lá? Por que é que o nordestino tem que cair dentro dessas nove metrópoles?

Eu tenho um exemplo prático, vivido há dez anos, em Rondônia, quando eu cheguei lá tinha 110 mil habitantes e hoje nós temos um milhão. Então, nós temos já uma experiência de que a migração também resolve, quando o Governo faz os seus planos em cima de uma atuação de produção. Nós estamos em cima de uma fronteira agrícola, em que os módulos são dimensionados em 100 hectares, pequenas e médias empresas. Até quando o Governo vai seguir Rondônia, com uma superfície igual ao Estado de São Paulo, não deixando entrar os latifundiários para que ocupem as terras de produção, em cima daqueles pequenos e daqueles médios? Eu pergunto: quanto já desafogou o Estado do Espírito Santo? Quanto já desafogou todo o Norte do Paraná e o Mato Grosso do Sul? Um desafogamento social, o esmagamento em que ele está correndo, está chegando lá. De forma que esta é mais uma das facetas que nós devemos analisar como contexto geral do problema vinculado ao aumento populacional.

Um outro fator, que este é o que gera o maior problema e que pouco está sendo discutido: por que é que o Governo não procura descentralizar as fontes de produção? Por que centralizar em São Paulo? Por que centralizar nessas nove metrópoles? Por que, em vez de se fazer uma Itaipu, não se fez vinte minitaipus, para ter mão-de-obra específica e necessária, que é a energia, para a produção?

São problemas esses que, nesta CPI, nós vamos ter que levantar para transmitir ao Governo a preocupação, como um todo. Não é apenas ter filhos. Já está provado que existe uma condição de paralelismo entre desenvolvimento e planejamento. Se o momento do País é de ser compulsório, se o momento do País é de ser de esclarecimento é de um planejamento voluntário, ou se é uma maneira em que nós vamos esperar que o Governo, através do que foi conversado aqui, a que nós assistimos, necessita de dar mais dinheiro, mais verba para que a educação procure atingir um índice maior, se nós vamos esperar essa evolução, são maneiras que nós temos que analisar, são fatos que nós vamos ter que esmiuçar, de uma maneira social porque não podemos, de maneira nenhuma, analisar o problema de uma CPI como esta, sem levar em consideração o fator sócio-econômico.

Eu perguntaria também: será se com o controle, com o planejamento familiar, não tendo uma melhoria social na área de saúde, de educação, não vai continuar a morrer tanto ou quanto mais, não vai deixar de ser educado tanto ou quanto mais?

Então, esta CPI necessita realmente de todas essas fontes de argumentações, essas fontes, no contexto geral, é que tenho a certeza de que vão dar condições para que possamos levar ao Poder Executivo uma sã consciência do que a sociedade brasileira acha do problema levantado nesta CPI. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — Concedo a palavra à Sra. Ministra para fazer considerações sobre o que acabou de dizer o nobre colega, Senador e médico Claudionor Roriz, de Rondônia.

**A SRA. MARIA ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ** — É com muito agrado que conheço agora pessoalmente o Senador Claudionor Roriz. Quero dizer a S. Ex<sup>a</sup> que tive o prazer de conhecer antes de a ele apróprio o seu Estado de Rondônia que fui visitar duas vezes já depois que assumi a direção do Ministério da Educação e Cultura, ficando agradavelmente surpreendida com a forma pela qual lá são tocados os serviços públicos e

sobretudo a maneira pela qual o Estado se organizou para receber uma emigração interna vinda do Sul — Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo — uma emigração até certo ponto exigente porque se trata de pessoas que estavam acostumadas a um certo nível de vida e que foram para Rondônia querendo escolas para os seus filhos, querendo tratamento médico, dentário, saneamento básico, afinal de contas, todos aqueles bens que são indispensáveis para que se possa viver uma vida digna. O seu Governador é uma pessoa muito versada nesses assuntos, muito interessada em resolvê-los. De maneira que acho que esse Estado se coloca mesmo como um modelo dentro da Federação brasileira pela maneira com que trata o fenômeno da emigração.

O meu Estado, lamentavelmente, sobretudo a minha cidade, a minha Capital, é vítima de um fenômeno oposto. É que há uma falsa ilusão de que em São Paulo se vão encontrar, em quaisquer oportunidades, em quaisquer ocasiões, melhores condições de vida. De maneira que as ondas migratórias descem animadas dessa falsa impressão e lá vão colocar-se na periferia das grandes cidades, formando verdadeiras feridas, verdadeiros cinturões de miséria em que a vida é muito mais miserável do que em seus locais de origem.

Então, estou de acordo com o Senador quando S. Ex<sup>a</sup> diz que o problema não é só de planejamento demográfico nem seria especialmente de planejamento demográfico. O que há é uma má distribuição populacional, uma má distribuição de renda, uma má distribuição tributária. São distribuições errôneas, cuja errônia está levando a outras inúmeras distorções, das quais um dos indícios é exatamente esse acréscimo populacional.

Então, quero louvar a objetividade e o realismo com que S. Ex<sup>a</sup>, com esse seu ar de serlancejo, soube colocar a matéria. Digo que é interessante mesmo que esta CPI ouça o maior número possível de pessoas porque a matéria, eu reconheci desde logo, é interdisciplinar. É preciso chamar pessoas versadas em educação, saúde, saneamento básico, em demografia, e assim por diante, para que cada um trazendo o seu aporte, trazendo a sua palavra, esta Comissão se sinta em condições de transmitir ao Governo, não só as suas perplexidades, como também as suas certezas. Estamos em dúvida sobre isso e aquilo, mas temos as nossas certezas.

De maneira que foi muito bom que esta Comissão tivesse sido constituída e é bom que continue a funcionar, para ouvir os técnicos vindos de todas as áreas do saber.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — Como último inquiridor da Sra. Ministra, concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto, também médico e relator desta Comissão.

**A SRA. DAYSE LUCIDI** — Sr. Presidente, eu pedi para inquirir também.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — Nobre Senador Almir Pinto, antes de V. Ex<sup>a</sup> falar, e eu dei a interferência de V. Ex<sup>a</sup> como o último, mas a Deputada Dayse Lucidi está-me fazendo acenos de que desejava falar e como S. Ex<sup>a</sup> não se inscreveu durante os trabalhos, parece que ofereci, perguntei, mas S. Ex<sup>a</sup> dispensou-se, mas, democraticamente, a Mesa, com a aquiescência do nobre Senador Relator, se permitir, nós concederemos a palavra à nobre Deputada, como a penúltima inquiridora.

**O SR. ALMIR PINTO** — Pois não.

**O SR. PRESIDENTE (Mário Maia)** — Concedo a palavra à nobre Deputada Dayse Lucidi, como penúltima inquiridora.

**A SRA. DAYSE LUCIDI** — Eu fico muito agradecida. Realmente, não me inscrevi por que me satisfez tanto a palestra da ilustre Ministra, eu aprendi tanto, fiquei tão encantada com a sua lucidez, que não foi surpresa nenhuma, porque já a conheço, conheço o seu trabalho; de maneira que não me inscrevi. Mas, sou mulher de Comunicação e serei bastante rápida.

Gostei muito das colocações que a ilustre Ministra fez, sobretudo quando disse que se impõe ao Governo toda a responsabilidade de fazer tudo e temos que partir para um trabalho comunitário de divulgação. Isso é muito importante. Precisamos acabar com esse paternalismo de achar que o Governo é responsável por tudo e ele é quem tem que resolver. Nós todos somos responsáveis.

E como sou mulher de Comunicação, Ministra, eu acho que não podemos prescindir dos meios de Comunicação. Desde manhã que estamos perguntando como faremos o planejamento familiar, como o levaremos aos

lugares mais distantes. E estamos aí com os meios de Comunicação, quando podemos levar um ano para correr um município, por menor que ele seja, estão aí os meios de Comunicação que, num momento só, são capazes de fazer a cabeça de todo mundo. Nós não podemos abrir mão e estamos abrindo mão desses extraordinários veículos que são o rádio e a televisão. A ilustre Ministra mesmo tem sob a sua tutela a TV Educativa e eu pergunto: a Ministra colocaria, depois de estar bem conscientizada da necessidade do planejamento familiar como um bem para todos nós, sobretudo para essa massa tão infeliz e tão desassistida, V. Ex<sup>a</sup> colocaria, por exemplo, a Rede de Televisão a serviço do planejamento familiar?

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra à Sra. Ministra para responder à nobre Deputada pelo Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. MARIA ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ — Eu quero dizer à Deputada Dayse Lucidi que a conheço há muito mais tempo do que ela imagina, através dos meios de Comunicação, da televisão. S. Ex<sup>a</sup> sempre foi um dos meus ídolos e posso dizer que, quando eu sabia que havia uma programação em que S. Ex<sup>a</sup> apareceria, eu cortava todos os meus programas para ter o prazer de vê-la atuar numa área em que realmente S. Ex<sup>a</sup> é inexcável. De maneira que quando soube da sua eleição, fiquei feliz porque vi que uma pessoa da sua competência e sobretudo com a sua capacidade de comunicação com o público, se tinha transformado numa representante do povo em condições de encontrar uma nova forma de se comunicar; não é a mesma da rádio ou da televisão, mas é ainda uma forma de se comunicar. De maneira que queria render-lhe as minhas homenagens e, através da sua pessoa, a todo esse imenso universo que trabalha no rádio e na televisão e que querendo ou não querendo está fazendo educação para o Brasil.

A SRA. DAYSE LUCIDI — Muito obrigada.

A SRA. MARIA ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ — Então, diria que os meios de comunicação de massa não poderiam deixar de serem aproveitados, mas, naturalmente não quero dizer em termos, nem dizer com reservas, mas com cuidado; porque o meio de comunicação de massa, ou a televisão, sobretudo, ela entra dentro da nossa casa sem pedir licença e temos que compreender que dentro da nossa casa estão pessoas de todas as idades. De maneira que tem de ser uma coisa muito bem pensada, o programa tem que ser muito bem elaborado para que não leve a resultados contraproducentes, para que ele possa ser assistido, ao mesmo tempo, por crianças de tenra idade, por adolescentes, por jovens, adultos. Então, coisas haverão que não deverão constar do programa de televisão, senão será antecipação para crianças de problemas que nem estão ainda ao nível do seu conhecimento, mas, outros haverão que a criança possa perfeitamente acompanhá-las. Eu tenho visto em programas de televisão planos de aula, sobre, vamos imaginar, sobre a procriação das abelhas e outros animais, feitos de tal forma com tamanho engenho e arte, como diria Camões, que qualquer criança poderia perfeitamente aproveitar.

Então, estou de acordo com V. Ex<sup>a</sup>, lembrando apenas que o problema não é o que fazer, mas o como fazer. Esse *know how*, como fazer, é que tem que ser muito bem estudado para que a matéria se transforme em matéria educativa e não em deseducativa.

A SRA. DAYSE LUCIDI — Verdade, Ministra. A verdade é que temos essa preocupação em relação ao planejamento familiar, como isso chegará, mas o que as televisões comerciais estão mandando para dentro das casas são coisas terríveis em matérias de novelas e programas que desagregam a família e as pessoas não estão com esse cuidado...

A SRA. MARIA ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ — As pessoas não estão reagindo a isso.

A SRA. DAYSE LUCIDI — Até que há uma reação. Eu, uma vez conversando com o Presidente Figueiredo, Sua Excelência me disse, pessoalmente, que as cartas que ele recebia reclamando dos programas de televisão eram um sinal de que a família brasileira estava-se revoltando contra a licenciosidade, contra os termos que as novelas estavam usando, mas, se se tomar alguma providência começam logo a gritar que há censura. Eu acho que deveria haver uma ética dos donos de televisão, dentro do órgão, para que ele, o dono da televisão, fizesse a

sua própria censura, não deixasse que o Governo a fizesse.

A SRA. ESTHER DE FIGUEIREDO FERRAZ — Esses códigos de ética, via de regra, são organizados pelas próprias entidades interessadas. Por exemplo, nós advogados, nós mesmos organizamos a nossa Ordem dos Advogados, que é menos um órgão de defesa da classe do que um órgão de fiscalização da classe. Então, nós entendemos que também as televisões, os artistas podem organizar o seu código de ética para que essa regulamentação não venha de cima para baixo, por força de lei, que a lei tem sempre uma mão pesada. É preciso que ela parta dos próprios elementos que sintam a necessidade de se autodisciplinar.

A SRA. DAYSE LUCIDI — Muito obrigada, Sra. Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra o Senador Almir Pinto, agradecendo a benevolência de ter cedido a vez à nobre Deputada Dayse Lucidi.

A SRA. DAYSE LUCIDI — Agradeço também ao Senador a gentileza.

O SR. ALMIR PINTO — Com o maior prazer, porque o relator é aquele que ouve, Ex<sup>a</sup> Ministra, anota e procura assimilar, de tudo o que foi dito, o que de melhor possa constar no relatório que ele terá que apresentar. Mas devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que foi para mim uma grande satisfação, quando recebido por V. Ex<sup>a</sup>, lá no seu Ministério, levava eu o convite em nome do próprio Presidente, o Senador Mário Maia, para que V. Ex<sup>a</sup> comparecesse a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque sabíamos que o seu Ministério era um dos mais importantes a ser ouvido nesta Comissão. Saúde, Educação, depois virá a Previdência Social, Justiça e virá, inclusive, o Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas interessado sobre o assunto.

Vou aqui anotando, mas vários interlocutores vão invadindo a área de uma forma tal que eu não tenho nenhuma pergunta a fazer a V. Ex<sup>a</sup>. Primeiro porque os assuntos têm sido, de uma certa maneira, tão bem dissecados, tão bem estudados, por exemplo, hoje aflorou o problema quente, a questão do aborto. Pela manhã, quando a Socióloga Martha Suplicy, por sinal fez uma excelente conferência, e foi aflorado ligeiramente o problema do aborto, eu como médico e como fui Presidente do Conselho Regional de Medicina lá no Ceará, expliquei a parte ética do aborto, aliás dentro do próprio Código Penal.

V. Ex<sup>a</sup> começou a sua conferência exatamente abordando todos esses aspectos, o aspecto médico, o aspecto educacional, o aspecto jurídico do Direito Civil e do Direito Penal. Isso tudo está dentro do contexto desta Comissão, e permita Deus que eu me possa sair bem com esse relatório, porque irei assessorar-me bem, e talvez até de mulheres, porque notei que as mulheres estão fazendo uma frente muito grande dentro desta Comissão. Hoje foi um grande dia para esta Comissão. Um grande dia, porque pela manhã como eu já disse, tivemos a conferência da Socióloga Martha Suplicy, uma excelente conferência. Foi um assunto bem debatido, o plenário cheio, vários parlamentares do Senado, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas, como agora à tarde a sua apreciável conferência que demonstra o seu saber, a sua inteligência e sobretudo a sua racionalidade sobre o problema que está sendo enfocado por esta Comissão.

V. Ex<sup>a</sup> começou, e eu ainda anotei aqui quando disse: não se pode falar no Brasil, de maneira global, em superpopulação. Isso já tem sido um assunto tão bem esclarecido que eu nada mais tenho a dizer, porque a Professora Ana Maria Mendonça, praticamente, respondeu àquela inquietação do nobre Senador, meu colega e querido conterrâneo, que é casado com uma cearense, apesar de capixaba, aquela inquietação que ele tinha sobre a questão da expansão demográfica do País. Nós sabemos, pela manhã já tive o cuidado de dizer que como existe o mundo desenvolvido e o mundo subdesenvolvido, nós temos o Brasil desenvolvido e o Brasil subdesenvolvido, esta é que é a verdade. Mas estava eu e o Deputado Ruy Côdo quando S. Ex<sup>a</sup> falou do problema da superpopulação do seu Estado, São Paulo, que de fato existe, e foi demonstrado naquele programa que nós vimos domingo, no *Fantástico*, que muito nos impressionou, aquelas

crianças vadias, a prostituição, o homossexualismo, degrada muito uma população num Estado culto e progressista como São Paulo. Mas na verdade, São Paulo já está cuidando do seu planejamento familiar, não tenho dúvida disso. Há poucos dias, eu li, numa entrevista, não sei bem de quem, de um médico inclusive, numa estatística levantada dentro de São Paulo, entre as mulheres paulistas, quais as que desejavam planejamento familiar e quais as que não desejavam; 70% foi favorável ao planejamento familiar. Quer dizer, São Paulo está com um crescimento talvez de 1%, crescimento de natalidade, porque o migratório é muito maior. O que está sufocando São Paulo é a migração, sobretudo. V. Ex<sup>a</sup> sabe disto; do Norte, do Nordeste, dos diferentes Estados do País. Essa questão está mais ou menos, eu acredito que não haja mais dúvida, que isso foi muito bem explicado pelo Senador Roberto Campos, quando da sua palestra, na sua estréia no Senado, quando S. Ex<sup>a</sup> disse: todo Estado desenvolvido tem uma população de 0,9 a 1 ponto de crescimento, e os subdesenvolvidos ou em desenvolvimento têm um crescimento maior de até 3%. No Brasil, há uma certa divergência, do Brasil Sul, do Brasil Norte, Nordeste, mas, a rigor, quando aqui esteve o Dr. Montello do IBGE, nós estávamos ainda com um crescimento de 2,4%. É um crescimento, como disse a Professora Ana, um tanto exagerado para que no ano 2000 nós não tenhamos mais de 200 milhões de habitantes, porque a previsão é de muito mais. Há quem calcule para o Brasil, no ano 2000, até uma população de 220 a 230 milhões de habitantes, se continuar neste aumento ainda um tanto exagerado.

Quanto à questão do território, nós vimos, por exemplo, o Canadá. O Canadá é um país, parece que maior do que o Brasil, quando eu estudava geografia era, não sei se ele terá estreitado um pouco mais, mas na verdade era um pouco maior, e como é que o Canadá tem crescido? Tem crescido com uma população economicamente produtiva e com investimento. Vai crescendo de acordo com a sua capacidade de crescer. Não é crescer para nós nos vermos numa situação como aquela, São Paulo, como nós vemos na Amazônia, como vemos no Pará. Eu, por exemplo, andei nas barrancas do rio Jari, do rio Tapajós, do rio Amazonas, uma viagem interessantíssima para quem vai à Amazônia pela primeira vez, não aconselharia nunca que se fosse de avião, mas que se fosse de navio para ver aquelas palafitas dentro d'água, aquelas casas de madeira, e as famílias têm como único meio de comunicação, a montaria. A montaria, como eles chamam, é a canoa. Então, aquelas crianças nuas, quando vêm a zoadas do navio, elas vêm remando as suas canoas, suas montarias, para perto do navio e os passageiros atiram roupa, pão, comida. Enfim, é uma situação muito difícil ainda da Amazônia. Não adianta nós crescermos assim. Pela manhã, o médico Amorim Aboim disse: O que é mais fácil? É dar alimentação a um, dois e três, ou a dez, quinze ou vinte? Nós ainda não temos condições de crescermos assim tão exageradamente, mesmo que já hoje uma certa restrição na taxa demográfica.

Mas o Senador Claudio Roriz, meu estimado conterrâneo, lá da Cidade do Jardim, sofredor como eu, como todo o cearense, hoje na Rondônia, já está muito mais forte do que quando saiu do Ceará, porque a Rondônia hoje é um eldorado. S. Ex<sup>a</sup> falou exatamente sobre as suas preocupações, o porquê de Itaipu, mas não vá esquecer-se que há Samuel e há Albina lá para a Amazônia, também para fornecer energia e ver o trabalho que o Governo já está começando a dispensar no setor educacional. Como a Ministra disse já em Rondônia por duas vezes, e S. Ex<sup>a</sup> tem dez meses de Ministério, quer dizer de cinco em cinco meses ela está indo a Rondônia. O Ministro Danilo Venturini também lá esteve, e eu por sinal, fiz até um discurso no Senado, mostrando a preocupação de como ocupar o Território de Rondônia, através do próprio INCRA. S. Ex<sup>a</sup> falou em área de 100 hectares, mas inclusive, estão fazendo até de áreas menores, até de 25 hectares, porque acham os estudiosos que seis braços, dentro de dez anos, poderão cultivar uma área de 25 hectares.

Há um planejamento, inclusive na cidade de Urupá se não me engano, o projeto está sendo desenhado por engenheiros, agrônomos, professores, médicos, quer dizer, o Governo está conscientizado de que deve olhar justamente para esses Estados novos, para essas fronteiras novas do Brasil, para que se dê um crescimento racional,

sobretudo. Porque sabia que, até 10 anos atrás, a população de Rondônia era de 110 mil habitantes, até 1975, aproximadamente, já tinha chegado a quase 450 mil habitantes. Agora o próprio Senador de Rondônia é que nos afirma que Rondônia já está beirando 1 milhão de habitantes. Foi gente que nasceu em Rondônia? Não foi a migração, principalmente de nordestinos, porque essa situação, como todos nós sabemos, em que estamos enfrentando o quinto ano de uma estiagem, sem uma situação de plantio, sem uma situação de vida condigna, o homem cearense, acostumado no trabalho, em lavrar a terra, tem que migrar, ora para São Paulo, ora pra o Paraná e agora está indo mais para Rondônia, às vezes para Roraima e Amapá, à procura de minério, como agora está lá em Serra Pelada, no Estado do Pará.

Por conseguinte, caríssima Ministra, não quero tomar mais tempo dessa gente que está aqui há mais de três horas, ouvindo uma palestra excelente, como foi a produzida por V. Ex<sup>a</sup>, respostas perfeitas e, na verdade, todos os interlocutores devem ter ficado satisfeitos, pela maneira inteligente como V. Ex<sup>a</sup> ofereceu as respostas às perguntas que lhe foram formuladas.

Isto para nós é motivo de imensa alegria, porque fizemos, no dia de hoje, uma documentação fabulosa, para que possamos, como relator, e com ajuda de Deus e de algumas pessoas que nos possam ajudar, fazer um relatório que seja encaminhado ao Executivo e que o Governo de fato possa tirar alguma coisa de bom do que possamos aqui mandar, para o seu projeto, o seu programa de planejamento familiar.

Aliás, devo dizer que o Governo, pelo que eu li, não quer nada de controle, não quer impor, compulsoriamente, ele quer uma planejamento, uma coisa espontânea, democrática entre o casal. Mas precisa ser uma coisa orientada, fiscalizada porque ora é a pilula que não faz bem, ora é uma situação diferente que também não é muito aceita pelo casal, o DIU, por exemplo, há aquela dúvida, principalmente. Ministra, para quem é católico, se o DIU é ou não é abortivo. Aqui nesta Comissão duas autoridades afirmaram que não tem nada que venha afirmar que o DIU é abortivo. Finalmente, tudo isso está nos depoimentos que foram aqui dados, pelas pessoas que vieram aqui com as suas presenças honrar esses depoimentos e dizer a V. Ex<sup>a</sup> que está sendo esta Comissão praticamente freqüentada por mulheres, que são as mais interessadas. V. Ex<sup>a</sup> é a quinta mulher que depõe aqui, depois virá ainda Da. Léa Leal, Presidente da Legião Brasileira de Assistência. Quer dizer, vamos tirar disso tudo um somatório, aquele somatório que pretendemos oferecer ao Presidente da República, dados que possam orientá-lo na idéia que S. Ex<sup>a</sup> tem de dar ao Brasil um planejamento familiar, correto, honesto e, sobretudo sensato, porque é natural que esse problema do planejamento tenha a participação do Governo que não pode ficar assim solto como está.

Eu homenageio, inclusive, a BENFAM que tem levado muito a sério, dentro das suas possibilidades, o trabalho que vem sendo feito no Brasil. Mas, na verdade, o Governo brasileiro precisa ter uma responsabilidade maior, orientar e fiscalizar o planejamento familiar no Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra a Sra. Ministra para fazer considerações sobre a palavra do relator e concluir o seu depoimento.

A SRA. ESTHER FERRAZ — Eu quero agradecer ao Senador Almir Pinto as palavras generosas com que S. Ex<sup>a</sup> manifestou a respeito do meu despretensioso pronunciamento.

S. Ex<sup>a</sup> deve-se lembrar que, quando me procurou ao Ministério da Educação e Cultura, para formular o seu convite, eu fiquei um pouco assustada com a responsabilidade desse encargo, mas S. Ex<sup>a</sup> me serenou dizendo que eu abordaria a questão sobre o aquilo que eu entendesse fosse o mais adequado.

Então me aventurei a penetrar nesses dois fatores, o da Educação e o do Direito, que eu conheço menos mal, porque as coisas hoje caminham tão depressa que por mais que a gente se especialize em determinado setor, sempre está, de certa forma, desatualizado e a reboque dos acontecimentos.

Mas, de qualquer maneira, vim trazer a minha contribuição e fico feliz, vendo-o sintetizar o meu pensamento, que me fiz compreendida. Só não queria que ficassem pequenas dúvidas a respeito do meu pensamento.

A primeira observação seria esta: quando falo em Educação, não me quero referir à escolarização. A Educação pode-se fazer fora da escola, por todos os meios, métodos e agências imagináveis. Se eu fosse imaginar, se eu fosse pensar, se eu fosse postular que essa chamada educação se fizesse sempre dentro da escola, eu ia esperar o resto da vida e a população brasileira iria crescendo indefinidamente.

O que eu entendo é exatamente esse movimento de mobilização nacional em torno da Educação, de tal maneira que cada um no seu lugar se encarregue de cumprir o seu dever em termos de Educação.

Por outro lado, quando falamos que a taxa de crescimento ainda não é impressionante, é sempre em termos globais. O Brasil não é Brasil, são cem Brasis, cada qual com as suas cambiantes locais. Então, se é verdade que em alguns lugares essa taxa de crescimento impressiona, em outros ela deixa de impressionar, porque ela está crescendo e decrescendo com uma velocidade tal que tudo indica que ela chegará, mais depressa do que se imagina, aquela taxa ideal, porque país desenvolvido é um País que tem a sua taxa de crescimento demográfico adequada. Nós não atingimos essa taxa adequada, mas vamos fazer por atingi-la e um dos meios mais eficientes, a meu ver, talvez eu seja pretensiosa por ser educadora, é a Educação. A Educação sempre nesse sentido amplissimo. Fora da Educação, teríamos que recorrer a métodos que não são compatíveis com a nossa posição de País civilizado, de País democrático, que respeita, antes e acima de tudo, o direito humano das pessoas.

Côngratulo-me por ter vindo aqui e pelo fato de tantas mulheres estarem sendo ouvidas por um problema que interessa a todos, mas interessa de uma maneira muito especial à mulher. Em todo o assunto em que a mulher é interessada, ela precisa ser ouvida.

Alguns anos atrás, quando se falava que a mulher deveria ser legisladora, eu dizia o seguinte: "como é que a mulher há de se abster da faculdade de legislar se a lei vai-se aplicar tanto ao homem quanto a ela? Será que ela não vai ter oportunidade de dizer a sua palavra a respeito de uma norma que vai afetar a sua conduta?" Então, realmente, é compensador verificarmos que as mulheres já são convocadas e que elas vêm aqui desassombradamente dar o seu pensamento, quer se concorde com elas, quer não se concorde com elas.

Vejo que já deixou a sala de sessões a Dr<sup>a</sup> Romy Medeiros da Fonseca, que foi talvez a única pessoa de quem discordei frontalmente em relação a um detalhe. Mas quero aproveitar esta oportunidade para render a ela a minha grande homenagem pela grande mulher, a grande batalhadora, a grande líder feminista que ela é. O fato de eu discordar dela numa matéria que diz respeito ao Direito Penal não diminui o meu grande entusiasmo pela sua pessoa.

Muito obrigada aos Srs. que me ouviram, muito obrigada aos Srs. Senadores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Sr<sup>a</sup> Ministra, antes de encerrar a reunião, esta Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga problemas vinculados ao aumento populacional do Brasil, quer registrar, nesta tarde, uma das páginas, entre as páginas de ouro que já foram registradas com outros depoimentos aqui, a presença de V. Ex<sup>a</sup>, e se sente plenamente gratificada pela exposição sincera, lúcida e sabia de V. Ex<sup>a</sup>. Como educadora, como mestra, como ministra e como advogada e jurista nos gratificou com essa exposição tão apropriada para o assunto que nós tratamos aqui. Não só isso, também propiciou a que 12 pessoas interessadas no assunto se dirigissem a V. Ex<sup>a</sup>, ora fazendo perguntas, ora expondo os seus pontos de vistas para elucidar esse palpável problema.

Hoje foi um dia muito proveitoso para nós, porquanto na parte da manhã nós tivemos aqui, também, com o depoimento da Professora Martha Suplicy a intervenção de cerca de 14 pessoas que a inquiriram e também expuseram, democraticamente, seu pensamento e agora tivemos 12 inquiridores à Sr<sup>a</sup> Ministra, num total, portanto, de 26 opiniões diversas sobre o assunto e cobrindo um total de sete horas e trinta minutos de depoimentos, uma vez que na parte da manhã nós cobrimos quatro horas e agora nós estamos completando três horas e trinta minutos. Portanto, eu quero congratular-me, agradecendo a presença de todos.

Antes de encerrar a reunião, a Senadora Eunice Michiles me pede a palavra por um minuto. Concedo, então, a palavra a nobre Senador Eunice Michiles.

A SRA. EUNICE MICHILES — Quero apenas aproveitar a oportunidade para convidar a todos para a palestra de amanhã, às dez horas da manhã, no salão azul do Hotel Nacional, com a presença do Senador Jarbas Passarinho. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Então, feita esta comunicação, nós queremos registrar a nossa grande satisfação porque atraímos para a nossa reunião vereadores, deputados estaduais, deputados federais, médicos, senadores, advogados, sociólogos, juristas, sexólogos, enfermeiros, presidentes de associações de classes, presidentes de associações femininas, enfim, todas as classes e camadas representativas da sociedade brasileira estavam aqui nos brindando com a sua presença nesta reunião.

Portanto, sentimo-nos plenamente gratificados e agradecendo à presença de todos, declaramos encerrada a sessão. (Palmas. A depoente é cumprimentada.)

(A reunião foi encerrada às 20 horas e 35 minutos.)

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR PROBLEMAS VINCULADOS AO AUMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO.

##### 13<sup>a</sup> reunião, realizada em 9 de agosto de 1983

Aos nove dias do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e três, às dez horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia, presentes os Srs. Senadores Almir Pinto (Relator), Claudiomor Roriz, Passos Pôrto, Gastão Müller, Aderbal Jurema, José Ignácio Ferreira, Saldaña Derzi e Octávio Cardoso, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada com o objetivo de investigar problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Mário Maia, João Lobo, Marcondes Gadelha, Eunice Michiles, Hélio Gueiros e Jaison Barreto.

Assume a presidência o Sr. Senador Claudiomor Roriz, Vice-Presidente da Comissão que declara abertos os trabalhos.

O Sr. Presidente solicita ao depoente que proceda a leitura do juramento.

Em seguida, o Sr. Presidente concede a palavra ao Reitor da Universidade de Campinas — UNICAMP, Prof. José Aristodemo Pinotti, na qualidade de depoente.

O Magnífico Reitor em seu pronunciamento declara ser uma honra e uma grande oportunidade para ele e sua Universidade poder transferir ou refatar algumas experiências adquiridas no correr dos últimos anos com esse problema em função de alguns conceitos que pouco a pouco foram se tornando cada vez mais firmes sobre a complexidade do planejamento populacional.

Durante a fase interpelatória, usam da palavra os Srs. Senadores Passos Pôrto, Aderbal Jurema, José Ignácio Ferreira, Almir Pinto, Claudiomor Roriz e as Sras. Ana Maria Mendonça e Ellen Maravalhas.

Finalizando, o Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, Edson Luiz Campos Ábreo, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

**ANEXO À ATA DA 13<sup>a</sup> REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR PROBLEMAS VINCULADOS AO AUMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO, REALIZADA EM 9 DE AGOSTO DE 1983, DESTINADA A OUVER O DEPOIMENTO DO PROF. JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI, REITOR DA UNICAMP QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

Presidente: Senador Mário Maia

Relator: Senador Almir Pinto

(Integra do Apanhamento Taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Claudionor Roriz) — Está aberta a 13ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro, criada pela Resolução nº 1/83.

Convidado o depoente, Prof. José Aristóteles Pinotti, Magnífico Reitor da UNICAMP, para compôr os trabalhos da Mesa, pedindo-lhe para fazer a leitura do julgamento.

O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Claudionor Roriz) — Concedo a palavra, para o pronunciamento sobre o problema vinculado ao aumento populacional brasileiro, ao Pro. f. José Aristóteles Pinotti, Magnífico Reitor da UNICAMP. Queríamos, neste primeiro contato, informar ao Magnífico Reitor, que temos uma praxe nesta Comissão, de que além dos Parlamentares fazerem uso da palavra, qualquer um dos ouvintes, com a permissão de V. S<sup>a</sup>, poderá também fazer qualquer interrogatório. Assim, perguntaremos se V. S<sup>a</sup> aceita? (Anuência do Depoente.) Concedo a palavra o Magnífico Reitor da UNICAMP.

O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI — Exmo Senador Cláudionor Roriz, Presidente desta Comissão de Inquérito, Senador Almir Pinto, Relator da mesma Comissão, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. e Srs:

Considero uma honra e uma grande oportunidade para mim e para minha Universidade poder transferir ou relatar aqui, algumas das nossas experiências adquiridas no correr dos últimos vinte anos com esse problema, e também tentar argumentar em função de alguns conceitos que pouco a pouco foram se tornando cada vez mais firmes na nossa Universidade, sobre o complexo problema de planejamento familiar, aumento populacional, controle da natalidade, ou outros nomes que se possa dar a ele. Tentarei ser o mais sintético possível e procurarei desenvolver o assunto, dividindo-o em 4 ou 5 tópicos fundamentais.

Em primeiro lugar, tentarei demonstrar com dados, que há uma queda importante da fecundidade em nosso País; em segundo lugar, estudarei com V. Ex<sup>s</sup> as determinantes desta queda, cujo principal é o planejamento familiar instalado; em terceiro lugar, procurarei apontar algumas das principais e dramáticas distorções do planejamento familiar como ele está sendo feito no nosso País e, em quarto lugar, tentarei propor um caminho na solução desta problema, baseado fundamentalmente, como mostrarei a seguir, na integração do planejamento familiar com o Sistema Oficial de Saúde. Finalmente, tentarei colocar algumas críticas que são feitas a esse caminho, que é o que nós achamos o mais adequado, e responderei a essas críticas com alguns exemplos importantes. Para tanto, vou usar alguns slides.

Existem muitos trabalhos que demonstram que no nosso País a fecundidade está caindo e, consequentemente, a natalidade, a taxa de crescimento populacional, também está caindo. Escolhi apenas um deles, que é bastante recente, publicado em 1983, de Merrick & Berquó, que trata dos números de fecundidade, ou seja, o número médio de filhos por mulher. Vejam V. Ex<sup>s</sup> que se acompanhamos esse número médio de filhos por mulher, de 1940 até 1980, verificamos que em 40, 50 e 60, ele estava razoavelmente estabilizado. Mas, a partir de 1960, ou seja, na década de 70 até 1980, ele teve uma queda bastante drástica. É interessante notar alguns aspectos dessa queda e eu vou me referir apenas a um ou dois: este aqui diz respeito a queda por região. Vejam que essa queda da fecundidade não ocorreu uniformemente em nosso País; enquanto ele teve taxas em torno de 20/25% nas regiões do Rio de Janeiro, São Paulo, Estados do Sul de uma maneira geral, Minas Gerais e Espírito Santo, no Nordeste ela teve uma queda bem menor, ou seja, de apenas 17%.

O próximo slide, por favor!

Uma consideração muito importante nessa diferencial por Região, que mais do que uma diferencial por Região, é uma diferencial por nível sócio-econômico e por condições de vida. O que eu tento demonstrar nestes números que estão aqui colocados é que isto é muito im-

portante em termos de programas de planejamento familiar, de política de planejamento familiar em nosso País, é que uma população só aceita, recorre e faz uso de métodos de planejamento familiar para regular sua fertilidade, quando ela tem um mínimo de condições de saúde atendidas, um mínimo de condições de vida antedidas. A população — e isso historicamente é provado, não só no nosso País como também em outros Países do mundo, mas agora também fica provado no nosso País — aceita controlar sua fertilidade quando ela tem, devido a condições mínimas adequadas de vida, uma garantia de sobrevivência de sua prole.

É interessante se notar isso nesses números. Nós aqui colocamos alguns dados da Região Sul e alguns dados da Região Nordeste e tentamos relacionar estes dados com alguns itens que V. Ex<sup>s</sup> verão. Vejam, a partir deste primeiro item, quais os programas de planejamento familiar privados, os programas de planejamento familiar organizados, não o planejamento familiar que se faz por conta e risco da própria mulher ou do seu médico particular, mas os programas de planejamento familiar privados que são decorrentes de instituições específicas para prover planejamento familiar no País, são muito mais atuantes no Nordeste do que no Sul. A mortalidade infantil no Sul, é de 55 por mil, enquanto que no Nordeste é de 138 por mil. O uso de anticoncepcionais em mulheres casadas, apesar de nós termos uma atuação muito maior de programas de planejamento familiar no Nordeste, é muito menor do que no Sul. Vejam que é quase a metade: 38% das mulheres casadas no Nordeste usam métodos anticoncepcionais, enquanto 66% usam no Sul em que pese o fato de que há muito mais insistência em programas no Nordeste do que no Sul.

Finalmente, a queda da fecundidade no Sul foi muito maior do que a queda da fecundidade no Nordeste, ou seja, de certa forma, adianta pouco prover ou insistir com programas de planejamento familiar, mesmo que seja por razão de controle da natalidade, se não se oferecer à população condições mínimas de sobrevivência da sua prole, que são dadas em função de melhores condições de vida de uma maneira geral. Este é um fato bastante conhecido em outros países do mundo, que começa a poder ser demonstrado em nosso País.

Um outro aspecto que eu gostaria de mostrar também muito sinteticamente, mas apresentando dados, diz respeito a razão pela qual existe essa queda da fecundidade em nosso País, ou seja, a queda da fecundidade pode ser devida a inúmeras razões, pode ser devida a um celibato voluntário, pode ser devida a aumento da mortalidade, que por sua vez, diminui a taxa de crescimento populacional e pode ser devido a planejamento familiar.

Os dados indicam claramente que em nosso País a queda da fecundidade e a diminuição do crescimento populacional ocorrem por uma ação de planejamento familiar já instalada no Brasil. Esse é um fato que, como V. Ex<sup>s</sup> verão a seguir, tem uma importância fundamental. Se nós verificarmos o uso de anticoncepcionais em alguns Estados do Brasil no período de 78 a 82, já se pode ter uma ideia desse fato. Vejam que no Rio Grande do Sul, 72% das mulheres casadas de 15 a 44 anos, estão usando algum método anticoncepcional e essas taxas não são muito menores em Santa Catarina e São Paulo e Paraná.

O SR. ADÉRBAL JUREMA — E no Nordeste?

O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI — No Nordeste, é bem menor. Eu tenho um slide que mostra 38% das mulheres casadas de 40 a 44 anos.

Num estudo ainda recente, de Merrick & Benck, estuda-se os determinantes do declínio da fertilidade no Brasil, publicado em 1983, foi aplicado um índice chamado de Índice de Baumgarth; não importa muito como ele é aplicado, mas o fato é que quanto mais longe de estiver o índice, mais importante é o fator no sentido de explicar a queda da fertilidade.

Então, vejam que medida a infertilidade pós-parto que é dada pela lactação natural — deveria ser em nosso País um fator importante, mas não o é porque é quase próximo a um. O aborto provocado, apesar de ter uma incidência epidêmica em nosso País também não é tão importante, o celibato tem uma certa importância, mas a contracepção tem a maior importância. Concluo aqui o seguinte: existe um declínio da taxa de crescimento populacional, existe uma queda da fecundidade em nosso

País e o fator mais responsável e mais importante por essa queda da fecundidade é a contracepção. Esse é um fato bastante importante, na medida em que nos leva a considerar não só a necessidade de expandir programas de planejamento familiar com o objetivo que se quiser ter, mas nos leva a considerar também, e com tanta ou maior importância, o fato de como está se fazendo essa contracepção, com que respeito aos direitos individuais e à saúde das nossas mulheres, das nossas famílias isso está sendo feito, e o que se deve fazer em termos de aprimorar esse tipo de contracepção que é tão frequente, é tão incidente, que já consegue importantes diminuições na taxa de fecundidade das mulheres brasileiras.

Por isso, vou-me dedicar em seguida, a um capítulo onde vou usar um pouquinho mais do tempo e da paciência de V. Ex<sup>s</sup>, porque acho da maior importância, que diz respeito às distorções do uso de anticoncepcional no Brasil.

É muito difícil analisar globalmente todas essas distorções, entre outras razões, porque elas são bastante profundas, bastante extensas e bastante graves. Vou procurar dar alguns exemplos de distorções e fazer algumas análises em função desses exemplos.

Começaria dizendo que em São Paulo e no Rio Grande do Sul, 10% das mulheres casadas entre 40 e 44 anos ainda usam pílula. Isso pode ser uma afirmação desprovida de qualquer importância, mas não o é, uma vez que se sabe claramente que a pílula anticoncepcional não está indicada em mulheres acima dos 30 anos e, muito menos, em mulheres acima dos 40 anos de idade. E se 10% das mulheres casadas no Estado de São Paulo e no Rio Grande do Sul ainda usam pílula depois de 44 anos, isso tem um significado numérico, um número de mulheres extremamente grande, e o risco que isso pode estar causando é realmente muito elevado.

Alguns estudos na área médica demonstraram claramente que essas alterações bioquímicas ocasionadas pelas pílulas anticoncepcionais como as que aqui estão listadas, que não têm importância no sentido de serem esmiuçadas, porque elas são — Plasmática, atividade protoclinica, agregação placentária, etc, etc, levam a doenças rombo-embólicas e cardiovasculares que se traduzem em enfarte do miocárdio, hemorragias subagónoides, acidente vascular cerebral, embolia pulmonar e trombose pélvica.

Isso se dá de uma forma não perceptível ou em níveis compatíveis com a aceitação do risco do uso da pílula, se a mulher não tem doenças predisponentes, se ela não usa a pílula por mais 5 anos, se ela tem menos do que 30 anos e se ela não é uma fumante que fuma muito. Mas, se essa mulher tem mais de 30 anos, é uma fumante — ou tem doenças cardiovasculares hepáticas variosas e miocárdicas, a incidência dessas doenças aumenta de 3 até 9, 10, 15 vezes mais do que a incidência normal encontrada no sexo feminino. Pode se dizer até que a pílula tornou a mulher tão suscetível ao enfarte do miocárdio, se usada de uma forma inconveniente, quanto nós homens, somos suscetíveis a essa doença.

Existe uma série de outras doenças também que têm sua incidência aumentada com o uso da pílula. Esse slide é muito complicado, mas eu gostaria de chamar atenção por que é um slide de Tito, um americano que estuda a epidemiologia da contracepção de 73, mas é o risco de morte associada ao uso de contraceptivo por 100 mil mulheres. Eu gostaria de chamar só a atenção de V. Ex<sup>s</sup> para a análise das pílulas anticoncepcionais e o risco que elas ocasionam, de acordo com os grupos etários e pelas condições de fumantes e não fumantes.

Vejam V. Ex<sup>s</sup> que as mulheres fumantes pesadas, que usam pílula na sua juventude, já têm um risco de morte muito maior do que as outras. Mas quando uma fumante passa a usar pílula depois dos 30 anos, e seu risco de morte aumenta assustadoramente em relação ao risco de morte global das pílulas para as mulheres não fumantes. Então, realmente, a pílula anticoncepcional usada de uma forma não adequada significa um importante risco para a saúde da mulher que a utiliza. Multiplique esse risco por alguns milhões — e o que está acontecendo em nosso País nos dias de hoje.

Um outro exemplo de distorção para o qual eu chamo a atenção de V. Ex<sup>s</sup> é que no Estado da Paraíba e no Rio Grande do Norte mais de 15% das mulheres casadas com um número igual ou menor do que dois filhos estão esterilizadas. Esse é um fato que fala por si só: nos Esta-

dos da Paraíba e no do Rio Grande do Norte, mais do que 15% das mulheres casadas com um número igual ou menor que dois filhos, já estão esterilizadas, por ligadura tubária. Este já é um número que fala por si só: essas mulheres, particularmente pertencendo a um nível sócio econômico mais baixo da população, têm uma grande chance de serem abandonadas pelos seus maridos, o próximo companheiro vai querer que elas engravidem, elas não vão poder engravidar, o que vai gerar problemas.

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Mas esses problemas de classe econômica só tem ocorrido nesses Estados ou existe em outros?

**O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI** — Vou-lhe mostrar alguns slides a seguir, onde a porcentagem de esterilização em alguns Estados do nosso País, não difere por classe econômica, ou seja, nós temos em média 30% de mulheres esterilizadas na classe alta, média e baixa.

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Mas esse processo de esterilização deve ser exclusivamente oriundo do tipo de condição da mulher mais carente.

**O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI** — Não é bem assim, Senador. Existe todo um mecanismo de esterilizar as mulheres pobres, que vale a pena ser citado aqui, porque ele envolve algumas distorções que ocorrem no próprio INAMPS.

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Pode ser citado até o caso da cesárea, etc.

**O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI** — É. Nesse sentido, o abuso da cesárea continua, apesar de que esteja ciente das medidas que o INAMPS está tomando. Para se ter uma idéia do tanto que o abuso da cesárea as últimas estatísticas sobre incidência de cesárea dão, para o Estado de São Paulo, 43% de parto cesáreo, o que é um verdadeiro absurdo. Na nossa maternidade da UNICAMP, nós temos menos de 10 a 12% de parto cesáreo, tratando com mulheres de alto risco que devem ter uma incidência altíssima de parto cesáreo. Essa incidência de parto cesáreo foi por nós analisada num seminário da Universidade de Campinas, e eu tenho para mim que as razões da sua alta incidência são, em primeiro lugar, uma distorção muito grande provocada pelo próprio INAMPS, que é o pagamento dos médicos por unidade de serviço. É uma coisa que eu tenho sido muito criticado por falar contra, mas eu não percebo a oportunidade de fazê-lo novamente, pois acho que o pagamento dos médicos por unidade de serviço é um dos fatores maiores de estímulo à corrupção neste País e de desestímulo ao tratamento adequado das doenças. O médico tem que ganhar bons salários, mas não dessa forma.

A cesárea tem sido feita até com o propósito de ligar trompas e, com esse propósito, ela aumenta o risco tanto para a mulher — porque um parto cesáreo tem sempre um maior risco — e, principalmente, para o recém-nascido, porque as consequências de um parto cesáreo para o recém-nascido, principalmente se se tira um recém-nascido prematuro, são muito graves e podem ocasionar — e ocasionalmente — um maior índice de mortalidade por problemas pulmonares relacionados com embraminalina.

Então, esse problema ainda continua, porque ainda se continua pagando por unidade de serviço. E não só esse o fator, mas também toda a organização do sistema que, por maior comodidade do médico, acaba se fazendo mais cesáreas. É muito mais fácil fazer uma cesárea — o Senador Almir Pinto está aqui para me corroborar o que eu vou dizer —, do que passar ao lado da mulher 8, 10, 15 horas, para fazer um parto normal.

A organização do nosso sistema, a perda da parteira prática — que eu tenho a certeza que o Senador, no interior do Ceará, usava — aliás, no Ceará, existe um programa lindíssimo feito pelo Prof. Glauber de Araújo, que eu tenho certeza de que o Senador conhece, aonde se reviveu a parteira prática e a atenção dela ao parto.

**O SR. PRESIDENTE (Claudionor Roriz)** — É praxe nossa, Magnífico Reitor, que todas as perguntas ao depoente, sejam feitas no final da exposição para que V. Ex<sup>a</sup> possa ter um raciocínio contínuo, para dar uma melhor observação também do Relator, quando da análise do pronunciamento. Então, eu pediria aos companheiros da reunião, que a qualquer hora se utilizem do papel

para anotarem as perguntas para, posteriormente, serem dirigidas.

**O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI** — Com essa pergunta que foi bastante oportuna, eu creio que já inclusive passei para esse 2º item, que era exatamente o problema das cesáreas. Vou acrescentar alguns dados para demonstrar, em primeiro lugar, que a cesárea não é de forma nenhuma, a melhor oportunidade para se ligar trompas, não só porque ela confere um maior risco para a mulher e para o recém-nascido, como também as condições emocionais que envolvem a mulher que está fazendo cesárea não são as adequadas para uma decisão desse tipo, dessa importância. Tanto é assim que um dado de Hemens de 1978, mostra o grau de satisfação das mulheres que ligaram trompas, em diferentes ocasiões — depois de cesárea de parto e no intervalo entre um parto e outro.

Vejam que tanto as relativamente satisfeitas como as insatisfeitas, que são as mulheres que estão de certa forma arrependidas desse procedimento, foram muito maiores logo depois de cesárea, muito maiores logo depois do parto e muito menores no intervalo interpartal, onde a mulher tem realmente uma oportunidade de raciocinar, de conversar com o seu marido e de tomar uma decisão muito mais adequada. De maneira que, no nosso entender, a cesárea é um pessíssimo momento por todas essas razões, inclusive pela razão de que não dá à mulher o direito pleno de tomar uma decisão sobre um fato extremamente importante do seu corpo e da sua vida, que é a sua fertilidade.

Vou passar por cima desse slide, apenas para mostrar que a ligadura de trompa pode ter efeitos também hormonais, no sentido de que a curva hormonal das mulheres ligadas é uma curva hormonal menor do que as mulheres não-ligadas em termos de estrógeno. Então, é também de se pensar nisso, principalmente pelo fato de que se faz muita ligadura hoje no nosso País, por falta de conhecimento da diversidade de métodos. Existiria uma boa parte das mulheres que são ligadas, que são esterilizadas que, se fossem convenientemente advertidas de outras possibilidades de metodologias de evitar a gravidez, não teriam sido ligadas e não teriam efeitos também como esses sobre o seu futuro.

Vou me referir, agora, a uma outra distorção bastante polêmica, que eu tenho certeza vai interessar aos Srs. Senadores aqui presentes, que diz respeito a ausência de determinadas opções no nosso País de métodos anticoncepcionais, ou que não entraram, ou que são poucos usados, ou que são proibidos por lei ou que, por algum aspecto ético ou religioso deixam também de dar acesso a determinadas mulheres. Refiro-me claramente à aprovação oficial do DIU, e ao uso pequeno dos anticoncepcionais injetáveis de depósito.

A maior importância, a nosso ver, do problema da aprovação oficial do DIU, é que o DIU é um método que tem bastante eficiência e que pode ser usado não só como opção à esterilização, como também como uma continuidade ao uso da pílula nas mulheres mais velhas. A pílula é um excelente método para as mulheres até 30 anos, com todas as suas limitações, mas depois de 30 anos, o uso da pílula passa a ser muito arriscado e o uso do DIU passa a ser o melhor para a mulher. E muitas mulheres, neste País, estão sendo esterilizadas porque não existe acesso ao uso do DIU. Um dos maiores obstáculos que se coloca ao uso do Dispositivo Intra Uterino, é exatamente o fato de que se diz que ele é microabortivo, ou seja, que ele impede o óvulo fecundado de se nidar dentro do útero.

Em primeiro lugar, não existem provas suficientemente claras desse mecanismo de ação do DIU e, em segundo lugar, os DIUs chamados ativos, principalmente o DIU que usa cobre, tem a propriedade de inibir o espermatozóide e, portanto, de impedir a fecundação e não a nidificação. De maneira que esse tabu do aborto relacionado com o DIU, é um tabu não comprovado nos DIUs não-ativos e totalmente afastado nos DIUs de cobre.

Existem várias experiências nesse sentido. Uma das mais simples é a do teste em vitro de penetração espermática, ou seja, se coloca muco cervical dentro de um tubo capilar e se faz com que o espermatozóide entre de um lado para ver quando sai do outro. E, aqui, V. Ex<sup>a</sup>, veem que quando esse muco cervical é retirado de mulher-controle, de mulher com DIU de cobre ou de mulher com DIU sem cobre, o número de mulheres que

tiveram espermatozoides até chegar ao último centímetro do tubo, foi total nos mucos — controle, ou seja, o muco que, não tem ação do cobre, permitiu que o espermatozóide caminhasse até o fim do tubo em todos os casos, enquanto que quando se retirou o muco cervical de mulheres com DIU de cobre, em dois casos, o espermatozóide ficou bloqueado antes de entrar; em quatro casos, no primeiro centímetro; em quatro casos, no segundo centímetro e, em nenhum caso, foi até o fim, coisa que não ocorreu com o DIU comum, ou seja, em todas as mulheres os espermatozoides foram até o fim do tubo. Então, isso mostra claramente que o cobre impede a penetração espermática e não tem nada que ver com aquele mecanismo microabortivo do DIU.

Existem várias provas, e amealhei aqui algumas: em primeiro lugar, os espermatozoides em contato com baixas concentrações de cobre, ficam imobilizados, e segundo lugar, o muco cervical que aquele fluxo, aquele tampon mucoso que cobre o colo do útero da mulher que usa o DIU, com o cobre têm altas concentrações do metal. Portanto, existe cobre no muco cervical das mulheres; em terceiro lugar, o muco cervical de mulheres que usam o DIU com cobre, não permite a penetração do espermatozóide, como ficou comprovado naquela experiência anterior e muitas outras. E, finalmente, nunca foram achados espermatozoides que ultrapassassem as trompas em mulheres usando dispositivo de cobre.

Então, todas as provas estão aí a demonstrar que se existir alguma dúvida quanto ao fato do DIU ter um mecanismo microabortivo, no caso do DIU de cobre não existe nenhuma dúvida, não há esse mecanismo microabortivo. Isso eu digo por que a utilização do DIU no sentido de dar mais oportunidade de anticoncepção à mulher é muito importante. O mesmo ocorre com os injetáveis de depósito, principalmente a medroxiprogesterona. São injeções que, dadas uma vez cada três meses nas mulheres, protege-as eficientemente contra a gravidez. As críticas que têm sido feito a esse método é de que ele pode provocar esterilização definitiva, mas quando convenientemente utilizado, isso não ocorre, que podem provocar ausência de menstruação, mas quando utilizados num número de doses pequenas, isso também não ocorre, e esse método tem uma enorme vantagem que é a de proteger a lactação, porque a mulher que está lactando, se usar pílula anticoncepcional a lactação diminui ou acaba.

Essa é um problema gravíssimo no nosso País, porque nós sabemos que a diferença de mortalidade infantil nas mulheres que dão de mamar no peito e nas mulheres que dão de mamar com a mamadeira é extremamente grande. Na nossa Universidade, o Dr. Martins Filho fez um trabalho onde ele demonstrou que a incidência de gastroenterocolites e de pneumopatias nos recém-nascidos era dez vez maior nas crianças que mamavam na mama-deira, do que naquelas crianças que mamavam na mama. Essa são as causas mais importantes de mortalidade infantil no nosso País.

Portanto, a manutenção da lactação e o estímulo para aumentar a lactação é alguma coisa muito importante e o uso de pílula indiscriminado como está no nosso País, é um fator contrário ao estímulo à lactação. A possibilidade de usar esse método como alternativo durante seis meses, nove meses ou um ano, para estimular a lactação natural, é uma coisa importante no sentido de oferecer à mulher melhores condições de saúde, enquanto faz proteção de anticoncepção.

Além disso, um outro aspecto que diminui a gama de possibilidade das mulheres é o alto preço do condom, da camisinha e do diafragma, que é muito pouco conhecido no nosso meio. Ambos são muito caros e o fato de eles serem caros, dificultam a que as mulheres, principalmente as mais pobres, façam uso desse método anticoncepcional.

Aqui, V. Ex<sup>a</sup>s têm uma idéia clara de como, por diferentes educação, nenhuma educação primária incompleta e alguma coisa mais que o primário, a utilização de diferentes métodos anticoncepcionais varia. E aqui eu termino de responder a pergunta, Senador, que mesmo em diferentes graus de educação, a porcentagem de esterilização é mais ou menos a mesma. Agora, eu tenho certeza — não tenho esse dado em mãos — que as razões, os momentos, as oportunidades, e as motivações são com-

pletamente diferentes nos três grupos. Acho que as mulheres de nível mais elevado têm condições adequadas de saber quando querem e o fazem em condições adequadas. As mulheres de nível mais baixo têm poucas condições de escolherem o momento e o fazem em condições inadequadas.

A pílula é largamente usada nos três grupos. Mas vejam que ela é muito mais usada nas mulheres mais pobres, que realmente têm as condições piores de usar a pílula. As mulheres mais pobres têm maior índice de hipertensão, têm maior índice de varicosidade nas pernas, que são contra indicações do uso das pílulas. E os outros métodos — e por outros métodos, eu me refiro a esses todos que eu falei aqui: não só o ritmo, o condou, o DIU, os vaginais, mas também a medroxiprogesterona e os injetáveis de depósito, — são usados muito mais pelos grupos sócio-econômicos e culturais mais elevados do que pelos grupos de nível menos elevados. Portanto, a esse grupo de mulheres está se dando muito menos possibilidade de escolha e menor qualidade de programas de anticoncepcionais do que aos grupos de mulheres que têm mais acesso ao mercado de capital.

O coito interrompido, que é um método bastante rudimentar que cria problema no relacionamento sexual etc., é muito mais utilizado no grupo de mulheres mais pobres e menos utilizado no grupo de mulheres mais educadas. Finalmente, como um último exemplo de distorção, eu diria que a falta de instrução sobre anticoncepção nas escolas de Medicina deste País, por todo o tabu que cercou o problema da anticoncepção no nosso País nos últimos trinta ou quarenta anos, é um fator que tende a perpetuar essas distorções e outras mais que eu poderia continuar citando.

Passaria, agora, para uma tentativa de demonstrar qual a melhor solução ou quais as melhores soluções para o problema que aí se coloca, ou seja: nós temos uma população cuja fecundidade está decrescendo, esse fecundidade está decrescendo por uso elevado a de anticoncepção, mas nesse uso, elevado de anticoncepção, existe um número grande de distorções que estão restringindo a liberdade de escolha da mulher e agravando as suas condições de saúde. Este é o retrato, a meu ver, da situação atual da anticoncepção no nosso País.

Qual a proposta de ação para que isso se corrija? Em primeiro lugar, sem dúvida nenhuma, corrigir essas distorções de utilização dos anticoncepcionais. E, aqui, eu já tomo a liberdade de propor aquilo que eu encontro como a melhor solução que é a inserção da anticoncepção dentro do Sistema de Saúde. É só com inserções das ações de anticoncepção dentro do Sistema de Saúde oficial, que vamos ter oportunidade de corrigir essas distorções. Se nós não fizermos isso, se a anticoncepção continuar na mão de entidades privadas que têm como objetivo, quase que única e exclusivamente a anticoncepção, as distorções vão continuar. Vou procurar mostrar porquê e quais as outras distorções que vão ser acrescentadas a essas, na medida em que se mantém essa situação que existe no nosso País.

No outro extremo, no outro lado do problema, está um aspecto que também é muito importante que nós não podemos oferecer planejamento familiar a todas as mulheres indiscriminadamente. Explico melhor: na medida em que nós não temos condições no nosso País de oferecer, de imediato, planejamento familiar ou métodos anticoncepcionais a todas as mulheres, nós precisamos ter critérios de saúde que selecionam aqueles grupos que mais necessitam de ações de planejamento familiar. Isso não ocorrerá senão naquelas circunstâncias em que o planejamento familiar estiver inserido dentro do Sistema Oficial de Saúde, com controle do Governo e com controle social.

Gostaria de mostrar alguns dados da Universidade de Campinas que demonstram, com números, esses fatos. Essa é uma experiência que eu diria interessante. É uma experiência que nós fizemos recentemente na Universidade de Campinas e tomamos dos nossos fichários, em 1964, um número aproximadamente de cem mulheres de

alto, médio e baixo risco. Mulheres de alto risco gestacional são aquelas mulheres que se engravidarem, têm um grave risco para a sua saúde e para o seu conceito. Por exemplo, mulheres hipertensas: se engravidam podem ficar com toxicose, agravar sua hipertensão, ter eclampsia, até morrer e seu conceito será sempre um prematuro, desnutrido, etc, podendo morrer também.

Então, nós tomamos um grupo de mulheres de alto risco gestacional do fichário, tomamos um grupo de mulheres de baixo risco gestacional, e fomos ver o que aconteceu com elas nesses anos que se passaram entre 1976 e 1980. Verificamos que em que pese nenhuma delas quiserem engravidar, todas elas engravidaram. E, o que aconteceu com seus conceitos? Esse é o ponto em que chamo atenção de V. Ex's Vejam que a incidência de aborto no grupo de alto risco foi de 15%, enquanto que no grupo de médio e baixo, foi de 6%.

A incidência de mortalidade perinatal, nos três últimos meses de gravidez, primeiro mês de vida, foi de 31% — aqui de 13%. E a perda total de produtos conceptuais, no grupo de alto risco foi de 47%, enquanto que nesse grupo foi de 19%. Vejam V. Ex's que mulheres de alto risco que não queriam engravidar, engravidaram, agravaram a sua saúde e perderam 50% dos seus conceitos. Vejam que perda enorme! Até a mortalidade infantil, nesse grupo, foi de 11%, maior do que a mortalidade infantil no outro grupo.

Portanto, o que eu quero reafirmar é que uma vez que as ações de planejamento vêm por dentro do Sistema de Saúde, é perfeitamente possível selecionar grupos de mulheres que passam a ter maior atenção de planejamento familiar por critérios de saúde, do que grupos de mulheres que não precisam ou precisam menos. Só através do Sistema Oficial de Saúde, isso é possível ser feito, porque quando é feito através de programas verticais, é feito indiscriminadamente, tanto no uso do método, como na escolha das pacientes usuárias. Está provado que nós precisamos escolher por critérios de risco também.

Um outro aspecto da nossa proposta, que é tão importante quanto os outros dois, ao meu ver, é de prover o atendimento conjunto das demais necessidades básicas de saúde da mulher. Eu queria também mostrar aqui números, para que V. Ex's pudesssem ter uma idéia numérica desse problema. E esses números eu vou buscar num programa muito simples que nós fazemos também na Universidade de Campinas. Esse programa foi iniciado em 1977, aonde nós passamos a fazer um "chek-up" ginecológico simplificado feito por pessoal paramédico — enfermeiro ou estudante de medicina — em todas as mulheres que vinham procurar o Hospital das Clínicas sem queixas ginecológicas: porque não enxergava bem, porque tinha dor de estômago, porque tinha tosse, etc. Portanto, não tinha nenhuma queixa ginecológica que justificasse a sua presença naquele hospital, sem outras queixas.

Fizemos "chek-up" simplificado em todas essas mulheres e vejam o que se encontram, alguns números: mulheres grávidas sem saber: 27 por mil; citologia positiva para câncer do colo do útero, por exemplo, câncer do colo do útero: 7 por mil; tumor de ovário 4 por mil; doenças sexualmente transmissíveis; 97 por mil — praticamente 10% das mulheres com doença sexualmente transmissíveis, sem queixa ginecológica que, pelo menos, justificasse — câncer de mama, 3 por mil; patologias mamárias benignas, 64, por mil, etc, num total de 286 por mil, aproximadamente 30% das mulheres que procuraram o hospital sem queixa ginecológica, portanto, que se julgavam sadias do ponto de vista ginecológico, com problemas, com patologias ginecológicas importantes. São essas as mulheres, e muitas outras que têm queixas ginecológicas, que procuram um programa de planejamento familiar. Atender uma mulher com uma dessas patologias na área do planejamento familiar e não atendê-la na sua patologia, é quase um crime. Atender uma mulher que tem um câncer de colo, dando-lhe pílula e mandando-a para casa, é quase um crime. Então, é extremamente importante que ao atender a mulher, se atenda não só o problema de anticoncepção que a motiva ou que motiva a agência que está fazendo a anticoncepção, mas que se atenda a mulher como um corpo integral, como um ser humano que merece um cuidado inte-

gral de sua saúde. Isso não é nada difícil. Um exame como esse é feito, nós hoje temos 29 mil mulheres examinadas nesse programa, não levamos mais do que 12 minutos para examinar cada mulher, isso é feito por pessoal paramédico e por estudantes de medicina, até hoje em nosso ambulatório de tóxicoginecologia preventiva.

Portanto, é muito importante prover atendimento conjunto das demais necessidades básicas da mulher. E, também esse é um argumento poderoso, ao meu ver, para justificar o fato de que o planejamento familiar tem que estar inserido no Sistema Oficial de Saúde, porque é só lá dentro que vai haver um balanço adequado das diferentes patologias da mulher e um atendimento hierárquico adequado dessas patologias, atendendo a mulher como um todo e não apenas na sua porção de fertilidade.

Uma outra razão também muito importante é a hierarquização conveniente das ações de saúde, incluindo o planejamento familiar. É muito frequente devido ao fato de que há estímulo econômico ao planejamento familiar, pelo menos no nosso País e em outros países da América Latina também, existe dinheiro que está sendo posto em planejamento familiar; dinheiro que em geral vem de fora do nosso País, é muito frequente que esse dinheiro colocado para fazer ações de planejamento familiar nos centros de saúde ou em outros locais onde o médico deveria atender a mulher como um todo, faço com que haja um desbalanceamento da prioridade dessas ações, ou seja, o pessoal de saúde fica mais interessado em atender ações de planejamento familiar, porque para isso recebem, do que atender as ações globais, porque não recebem nenhum extra para atender câncer de colo, câncer de útero, câncer de mama, doenças sexualmente transmissíveis, etc.

Então, as ações, o dinheiro empregado estimulando ações de planejamento familiar, freqüentemente distorce as hierarquias de saúde e freqüentemente permitem que outras patologias importantes, outras áreas de necessidades as vezes mais básicas da mulher, não sejam atendidas, para se atender o planejamento familiar.

Essa é mais uma razão pela qual eu argumento que o planejamento familiar deve estar inserido dentro do Sistema Oficial de Saúde, como uma das muitas ações que se devem realizar em relação às nossas mulheres. Esta é a nossa conclusão como uma proposta de ação nacional, ou seja, de que por todas essas razões o planejamento familiar deve estar inserido no Sistema Oficial de Saúde e esse planejamento familiar deve ser uma das múltiplas ações que cobrem os interesses da mulher.

Termino por aqui, colocando-me à disposição para responder as perguntas, as críticas e os comentários que V. Ex's tiverem à nossa posição. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Claudionor Roriz)** — Dando continuidade, nós queremos explicar ao Plenário que temos uma sequência de quem quer interpor o depoente. E, no desenrolar, a qualquer um desses que aqui estejam, por favor façam chegar até à Mesa, para que nós possamos colher as assinaturas.

Dando continuidade à segunda parte, vamos ouvir o aparte do companheiro Senador Passos Pôrto.

**O SR. PASSOS PÔRTO** — Professor José Aristode-mo Pinotti, inicialmente as nossas congratulações pela magnífica exposição que V. Ex's fez aqui no Plenário. V. Ex's mostrou, mais uma vez, a tradição cultural de São Paulo e é, inegavelmente, um grande especialista na área de saúde quando se trata de ginecologia e de obstetrícia. Mas eu gostaria, como parlamentar e como político, de fazer inicialmente uma indagação a V. Ex's: um País como o nosso, com a dimensão territorial que tem, com a população que já tem, provada através da sua história econômica, que toda a nossa expansão foi feita pelo povo brasileiro, pelo homem comum, pelo pobre, pelo homem pobre brasileiro, pois na busca, na aventura da conquista de seu território, foi ele quem fez. Não foram os imigrantes estrangeiros que fizeram a conquista do nosso território, mas o povo brasileiro, através de nordestinos, de homens mesmo do Sul, que em busca de melhores dias, foram conquistando o nosso País.

Eu não sei se estariam na hora, sob o ponto de vista político, de haver um controle da natalidade com fins de controlar a população brasileira, visto que nós temos área e precisamos de população para a conquista de todo

o nosso território, se o problema ainda não está inserido nos nossos desajustes sociais, talvez nos nossos desajustes de natureza cultural e econômica muito mais do que numa política de planejamento familiar. Então, a pergunta inicial a que eu faria a V. Ex<sup>a</sup> é a seguinte: se seria oportuno — sob o ponto de vista político, não sob o ponto de vista de saúde, porque V. Ex<sup>a</sup> fez uma exposição de como se controlar e administrar a natalidade de pessoas que são, às vezes, portadoras de defeitos, de não compatibilização para com a natalidade. Se num país com a expansão necessária à sua conquista territorial, ao seu desenvolvimento econômico, seria conveniente uma CPI de controle do Planejamento Familiar?

O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI — Muito obrigado nobre Senador, pela pergunta que realmente é uma das mais difíceis de contestar.

Eu iniciaria dizendo que a nossa postura está muito longe de ser um postura de controle da natalidade, mas também não é uma postura de aumento populacional, ou seja, a nossa visão de planejamento familiar como instrumento de saúde é uma visão - vou ter de apresentar um último slide dos direitos individuais das mulheres. Se as nossas mulheres têm acesso ao conhecimento e uso de anticoncepção, achamos justo que as mulheres mais pobres têm o mesmo tipo de conhecimento e uso; se as nossas mulheres podem escolher anticoncepcionais de acordo com as suas condições de saúde achamos justo que as mulheres mais pobres possam também; se as nossas mulheres são aconselhadas pelos médicos em termos de anticoncepção, para retardar uma gravidez que vai ser nociva para ela ou para o seu conceito, as mulheres mais pobres devem ter esse direito também. Esse tipo de postura, que é só possível com o planejamento familiar inserido dentro de um programa de saúde, não tem nada a ver com o controle da natalidade, ou seja, essa postura do planejamento familiar como das ações de saúde é compatível com uma política populacional de aumento da natalidade, assim como com uma política populacional de diminuição da natalidade.

Talvez essa pequena confusão que se faz entre uma coisa e outra, é que tenham levado continuamente o nosso País a não definir tampouco um projeto de planejamento familiar, como uma política populacional, que venha da vontade nacional, que venha das próprias necessidades do nosso País, como V. Ex<sup>a</sup> bem colocou com um argumento poderoso, que é da manutenção do território nacional. O da ocupação de áreas eu acrescentaria outros: o próprio problema econômico está ligado muito mais ao mercado interno do que qualquer problema de exportação. Nós sabemos que os países que têm

um grande mercado interno são países ricos. O próprio Japão e um país que é rico e poderoso, não pela sua exportação, mas sim pela utilização do seu mercado interno.

De maneira que é muito importante e eu aproveitaria para mostrar o último slide fazer uma diferença bastante clara entre o que é planejamento familiar e o que é controle populacional, porque freqüentemente, neste País, programas com objetivos de controle populacional, cujas motivações vêm de fora do País, não são nem discutidas neste País, se vestem com uma roupagem de planejamento familiar e se dizem de planejamento familiar. Este é um dos aspectos mais importantes que está ocorrendo gravemente neste País.

Eu aproveitaria a sua pergunta para um último slide, onde eu demonstraria algumas diferenças sutis, mas muito grandes entre o que é controle da natalidade e o que é planejamento familiar. Não importa o nome, porque o nome pode estar aqui ou lá, mas na realidade, quando se quer fazer controle da natalidade, a preocupação é exclusiva com anticoncepção, distribuição maciça de pílulas, inserção maciça de DIU, ligaduras de trompas, como se fosse na Índia a troca de um rádio de pilha, e assim por diante. No planejamento familiar, a preocupação global é com saúde e necessidades básicas, e não só com o planejamento familiar em si.

O controle da natalidade tem preocupação com quantidade. Os relatórios têm que definir a quantidade de mulheres sob o controle de DIU, sob controle de pílulas, sob controle de esterilização; aqui, a participação é também com qualidade. Aqui no controle da natalidade, não se define prioridades, se dá DIU para todas as mulheres, ou se dá pílula para todas as mulheres, independente do risco. Aqui, as prioridades são prioridades de saúde. O uso dos métodos, em geral, nos problemas de controle de natalidade, é restrito, porque isso barateia o custo do programa. Coloca-se DIU ou pílula em todas as mulheres, ou coloca-se um anticonceptivo na água de uma cidade para diminuir a natalidade, coisas desse tipo, enquanto que aqui, no planejamento familiar, existe uma adaptação dos métodos às características de cada mulher e de cada fase da vida da mulher. Aqui, existe uma hipervalorização das ações anticoncepcionais, como se fosse uma panaceia, ou seja: nós temos muitos pobres, a maneira de acabar com a pobreza é diminuir o número de pobres. É este o pensamento do controle da natalidade, é um pensamento Malthusiânico aqui, existe um bom equilíbrio do planejamento familiar como um direito individual da mulher, com as demais atividades de saúde na área materno-infantil.

Terminando a resposta, o nosso programa, o nosso projeto está nessa área. Fazendo isso, nós podemos definir uma política de diminuição da população ou de aumento da população, criando estímulos: se o salário-família aumentar sensivelmente, existe um estímulo global neste País para as mulheres terem mais filhos, para as famílias terem mais filhos, ou criando condições, porque é mais do que sabido que quando se garante a sobrevivência da prole, isso por si só é um estímulo para que as mulheres tenham mais filhos.

O SR. PASSOS PÓRTO — É muito boa a resposta de V. Ex<sup>a</sup>, porque vem juntamente definir a filosofia e a ideologia que deve presidir esta Comissão Parlamentar de Inquérito, não é verdade?

Veja V. Ex<sup>a</sup> de que no Brasil, quando se quer estimular o controle de natalidade para diminuir a população, é porque o Produto Interno Bruto é uma relação entre o que se produz e o número de pessoas do País. Por aí, já vê V. Ex<sup>a</sup> que se aumentaria o Produto Interno Bruto, a média, a renda per capita, se se diminuisse o número do pobres, o que é um absurdo!

Mas eu gostaria de fazer ainda duas perguntas, já que somos poucos os Senadores aqui presentes. V. Ex<sup>a</sup> se deteve na análise da mulher como matriz do processo de concepção. Eu lhe perguntaria: por que não uma palavra sobre o homem, se deveria ser também esterilizado, e não a mulher, que já tem tantos problemas de saúde, no controle do planejamento familiar?

O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI — Tem toda razão, nobre Senador. Eu acho que são resquícios do nosso machismo latino-americano, sem dúvida nenhuma. A ideia — e a gente acaba sempre deixando de lado isso, por uma inféria histórica e tradicional de que a mulher é a responsável por isso — é de que o homem, cada vez mais, possa ser responsável.

Existe uma experiência científica que explica um pouco também esse fato: é de que os métodos anticoncepcionais no homem são de evolução mais difícil do que os métodos anticoncepcionais na mulher, mas já começam a existir. Já existem várias tentativas nesse sentido e, na nossa Universidade, nós indicamos — dependendo das condições do casal — para a esterilização, quanto é necessária, tanto a vasectomia, quanto a ligadura tubária.

Mas V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão. Às vezes, até eu pessoalmente me esqueço desse fato, pela tradição cultural nossa.

O SR. PASSOS PÓRTO — Doutor, eu gostaria de fazer então a última pergunta, que seria a seguinte: V. Ex<sup>a</sup> disse uma coisa que me deixou muito preocupado: é que o uso da pílula para a mulher depois de 30 anos é nocivo. Eu não sei, porque sou leigo, não ouço nos programas de educação familiar da mulher, etc., nada que chame a atenção para o fato de mulher brasileira, após 30 anos de idade, estar sujeita a uma série de doenças decorrentes do uso da pílula. Não vejo nenhuma propaganda, nem mesmo de planejamento familiar. Outra pergunta que se faria é a seguinte: V. Ex<sup>a</sup> falou aí muito no uso do DIU, a partir justamente dessa idade, e eu me lembro que houve uma campanha no Brasil tremenda contra o uso do DIU, porque dizem que ele tem efeitos colaterais terríveis, fatais, ele teria sido usado em mulheres do Nordeste que teriam morrido em consequência disso, porque ele tem efeitos colaterais, criando doenças, etc. Eu queria uma palavra sua sobre isso.

O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI — Pois não, Senador. Tanto o DIU quanto a pílula tem indicações e contra-indicações. Eu costumo comparar, de certa forma, que ser protegido por anticoncepção é um pouco como andar de avião: a gente aceita risco de cair e morrer, mas procura a facilidade da viagem rápida e confortável. O que a gente tem é que pesar em cada caso, em cada situação, a taxa benefício-risco.

Eu diria que as principais contra-indicações da pílula são exatamente essas: usar mais do que cinco anos; quanto mais idade a mulher tenha acima de 30 anos, maior a probabilidade dela desenvolver doenças tromboembólicas e cardiovasculares com o uso de pílula; quanto maior quantidade de cigarros ela fuma, maior a probabilidade também dela desenvolver. Portanto, essas condições são negativas para o uso da pílula.

Agora, realmente, a pílula tem sido usada fora dessas situações porque, em primeiro lugar, há falta de edu-

FIGURA 13

CARACTERÍSTICAS QUE PERMITEM IDENTIFICAR PROGRAMAS DE "CONTROLE DE NATALIDADE" E DE "PLANEJAMENTO FAMILIAR INTEGRADO AO SISTEMA DE SAÚDE"

<b>"PLANEJAMENTO FAMILIAR INTEGRADO AO SISTEMA DE SAÚDE"</b>
- PREOCUPAÇÃO EXCLUSIVA COM ANTICONCEPÇÃO
- PREOCUPAÇÃO COM QUANTIDADE
- NÃO DEFINE PRIORIDADES
- USO DE MÉTODOS RESTRIITOS
- PROPAGANDA
- HIPERVALORIZAÇÃO DAS AÇÕES ANTICONCEPCIONAIS
- PREOCUPAÇÃO GLOBAL COM SAÚDE E NECESSIDADES BÁSICAS
- PRIORIDADES DE SAÚDE (GRUPOS DE RISCO)
- ADAPTAÇÃO DOS MÉTODOS ÀS CARACTERÍSTICAS DA MULHER
- INFORMAÇÃO
- DENTRO DAS ATIVIDADES MATERNO-INFANTIS

cação em termos de planejamento familiar, falta de educação do povo, porque não existe um programa de planejamento familiar oficial no Sistema de Saúde, falta de educação nas escolas médicas, porque planejamento familiar no Brasil tem sido tratado sempre como coisa tabu, ou seja, se faz escondido, e essa falta de educação resulta que os métodos são usados de maneira errada.

Por outro lado, tanto o DIU quanto a pílula, tem contra-indicações, que são tão importantes e tão graves quanto a pílula, mas são diferentes da pílula. O DIU não tem nenhuma contra-indicação em termos de idade, pois é um excelente método para a mulher usar depois dos 30 anos. Eu posso até contar a história da minha mulher, que usou pílula até os 30 e poucos anos, depois nós tivemos o nosso segundo filho, colocamos um DIU, ela ficou 7 anos com esse DIU; tiramos o DIU, tivemos o nosso terceiro filho, colocamos um outro DIU, com o qual ela ficou até os seus 39 anos, afi, resolvemos tirar o DIU e ligamos a trompa. Então, ela usou pílula, em alguns intervalos nós usamos métodos de barreira, depois usou DIU durante dois períodos e, no fim, ligou a trompa. Quer dizer, não houve prejuízo dela com o uso de anticoncepção.

O SR. PASSOS PÓRTO — É o método biológico?

O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI — Método biológico da abstinência periódica? É um excelente método desde que o casal esteja motivado para ele, ou seja, é um método que deve fazer parte do arsenal de métodos que a gente oferece. Casais católicos que tenham a convicção que a abstinência periódica é o método mais aconselhável para não engravidar, convenientemente instruídos, conseguem perfeitamente praticar a anticoncepção.

Eu estava conversando, agora mesmo, com o Secretário-Geral do Ministério da Saúde, que me dizia que ele sempre praticou — e ele disse isso publicamente, eu posso dizer publicamente também — abstinência periódica e tem dois filhos só. Então, é um bom método, nessas circunstâncias.

O SR. PASSOS PÓRTO — Eu faço essa pergunta a V. Ex<sup>e</sup>, não para os Senadores que já estão fora de combate, mas para o público. É uma brincadeira, Senador.

Os Senadores já estão fora de combate. Isso é só uma especulação cultural. (Risos.)

O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI — Não verdade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Claudionor Roriz) — Dando continuidade, nós vamos ouvir a interpelação do Senador Aderbal Jurema.

O SR. ADERBAL JUREMA — Prof. Pinotti, a sua exposição confirma a sua experiência científica como médico e como professor. Velho professor que sou, observei durante toda a sua exposição, além da coerência, aquilo que é um dom do professor: despertar o interesse dos seus alunos.

O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI — Nunca tive alunos tão ilustres, Senador.

O SR. ADERBAL JUREMA — Certa vez, quando eu dirigia um colégio no Recife, aos 24 anos de idade, cheguei à conclusão que o professor que não desperta a simpatia e o interesse de seus alunos, é um homem à procura de uma vocação. V. Ex<sup>e</sup> tem a sua vocação definida e respeitada em todo o País. Por isso, quero congratular-me com a Presidência desta Comissão e com o seu Relator, pelo convite que fizeram a V. Ex<sup>e</sup> para aqui comparecer.

Professor, o problema que V. Ex<sup>e</sup> abordou centralizasse, sem dúvida, num outro, que é o problema educacional. Sem o auxílio da educação, esses métodos todos fracassam. Por isso é que eu pergunto: não acha V. Ex<sup>e</sup> que, no Brasil, os Ministérios são um tanto estanque, ao invés de agirem como vasos omunicantes? Por isso, muita coisa que poderia ser feita através dos serviços de Educação, deixam para a Saúde e a Saúde não tem instrumentos, não tem recursos humanos para isso. Veja V. Ex<sup>e</sup>, para explicar melhor como eu encaro esse problema, é que criou-se um curso de biblioteconomia no Brasil. Então, se pinçam elementos que fazem vestibular para serem bibliotecários: um pobre rapaz, uma pobre moça vai para uma biblioteca especializada em Medicina

ou em Engenharia Eletrônica, quando devia se pegar um engenheiro eletrônico ou um médico, e dar-lhe um curso de 6 meses de biblioteca.

Assim é o problema de Saúde na área educacional. Temos aí professores, assistentes sociais, orientadoras educacionais, que não têm nenhuma orientação nesse sentido. No entanto, pegamos visitadoras-coitadas! — que conhecem apenas aquela parte de Saúde e jogamos na massa para ensiná-la planejamento familiar.

Assim, pergunto a V. Ex<sup>e</sup>: já em São Paulo, despertaram para essa união entre os serviços de Educação e Saúde?

O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI — Senador Aderbal Jurema, em primeiro lugar, muito obrigado pelas considerações de V. Ex<sup>e</sup>, que muito me agradaram. Em segundo lugar, a pergunta e o comentário de V. Ex<sup>e</sup> me dão oportunidade de dividir um pouco a resposta. Em primeiro lugar, analisar o componente de Educação para a Saúde que é o fator mais importante para a promoção de Saúde. Acho que uma pessoa, criança, homem, mulher, só mantém a sua saúde quando ela está educada no sentido de mantê-la; mesmo a oferta de serviços não é tão importante quanto a educação da pessoa no sentido de saber como utilizá-los. É verdade que as coisas têm que vir juntas: a oferta de serviços e a educação para a saúde. E é verdade também que a Educação para a Saúde é um capítulo da educação extremamente difícil. Se nós plantarmos uma variedade de milho num determinada região agrícola, que dá 10% a mais na colheita no fim do ano, em poucos anos todos os agricultores estão plantando essa mesma variedade de milho.

Entretanto, Papa Nicolau, por exemplo, que foi quem inventou o método da colheita da citologia do colo uterino, na década de 40, portanto, há 50 anos atrás, que realmente previne a morte por câncer de colo, ou seja, diagnosticado nessa fase, não se morre dessa doença, ainda hoje não se conseguiu educar todas as mulheres a fazerem uso desse sistema, nem nos Estados Unidos, nem na Europa — muito menos, no Brasil.

Na Educação para a Saúde, existe uma técnica muito importante, que é a criação do efeito-demonstração, ou seja, nós temos que começar oferecendo serviços para que as mulheres, sejam vizinhas, tias, ou irmãs, percebam que uma determinada mulher que teve um determinado diagnóstico precoce foi curada, continua vivendo com o marido e cuidando dos filhos por anos e anos. As elas começam a perceber que alguma coisa de novo e de bom existe naquilo. Então, esse efeito demonstração é uma coisa que se cria com a oferta de serviços. Assim, eu acho que o primeiro ponto da Educação para a Saúde é a oferta adequada de serviços. A medida em que oferecemos adequadamente os serviços, podemos não só criar o efeito-demonstração, como também passar a educar, porque educada, ela tem o que procurar. Se não criarmos apenas uma angústia, uma demanda que é reprimida porque não tem onde buscar o objeto demandado.

O SR. ADERBAL JUREMA — Educar é criar possibilidades novas.

O SR. JOSE ARISTODEMOS PINOTTI — Exato! Então, esse é o primeiro aspecto que sua pergunta me dá oportunidade de demonstrar. O segundo diz respeito à fragmentação dos serviços, particularmente de Educação e Saúde em nosso País. Esta é uma verdade. No Estado de São Paulo também não existe essa união. Acredito que a Educação no Brasil está desvinculada da vida: informa, mas não se educa. Os projetos que existiram de Educação vinculados à vida para ciclo primário e secundário, no Estado de São Paulo, por exemplo, que foram os projetos de ensino vocacional, foram considerados na época em que houve uma mudança de regime, de 1964 em diante, como educação subversiva: os cursos foram fechados e alguns dos professores foram até presos e, infelizmente, essa experiência não voltou e a Educação continua sendo muito mais informação da Educação para vida. Quando se caracterizar a Educação como uma forma melhor de viver, acho que a Educação para a Saúde será um componente importante do que se faz nas escolas, porque realmente é um absurdo não se educar para a Saúde nas escolas, inclusive a anticoncepção. Há poucos dias, a filha de um amigo meu engravidou com 14 anos de idade, porque não sabia que coito levava à gravidez. Realmente, coisas desse tipo ainda aconte-

cem! Essa fragmentação ainda é mais importante, Senador, quando ela se faz no próprio setor de Saúde.

Aproveito a oportunidade para dizer perante esta plateia seletiva, que não consigo entender, até hoje, como as ações de Saúde em nosso País estão divididas entre dois Ministérios. Realmente, é uma coisa absurdamente incompreensível no meu ponto de vista: não é possível que o Ministério da Previdência Social detenha a maior parcela da verba para Saúde neste País, quando o Ministério da Saúde, que é chamado de Saúde, detenha uma pequena parcela e, portanto, tenha um espaço de ação muito pequeno. Essa é uma distorção gravíssima, quando se diz que o Ministério da Saúde é responsável pela prevenção e o Ministério da Previdência pelo tratamento, como se pudesse se dividir prevenção e tratamento, pois são coisas que vêm absolutamente conjuntas. Então, é muito difícil se estabelecer uma política de Saúde no País, enquanto dois Ministérios dividem a responsabilidade da Saúde.

A última consideração que a pergunta de V. Ex<sup>e</sup> me dá a oportunidade de fazer, Senador — e não quero perder essa oportunidade — é a própria conceituação do processo de desenvolvimento. Acho que se voltarmos as vistas para os últimos 20 ou 30 anos, o que significou desenvolvimento neste País, verificaremos que significou construção de grandes obras públicas, tentativa de saneamento econômico, milagre econômico, ou coisas desse tipo que hoje estão desmistificados, ordenamento ou saneamento político, mas não significou aquilo que, a meu ver, significa realmente desenvolvimento num país pobre, que é melhorar as condições de vida. E isso se faz através da priorização da Saúde, da Educação e da alimentação. É absolutamente necessário que nessa crise que, a meu ver, significa fundamentalmente uma oportunidade, se procure mudar as prioridades, porque se não se mudar as prioridades, continuaremos do mesmo modo. O setor Saúde carece de estímulo econômico, de estímulo de integração. O setor Saúde não é prioridade neste País — o de Educação também não é prioridade. Se fosse, teríamos mais integração, mais aporte de fundos. Muito obrigado pela sua pergunta.

O SR. ADERBAL JUREMA — Professor Pinotti, V. Ex<sup>e</sup> respondeu completamente a minha indagação, sobretudo quando, no final, fala da escala das nossas necessidades, onde houve uma como que inversão de prioridades, porque tivemos o mito do cimento armado. Sem dúvida, o complexo de inferioridade fez com que o Brasil envergasse por esse caminho das obras monumentais, esquecendo-se do dia-a-dia. No entanto, uma nação se constrói no dia-a-dia, uma nação se constrói das pequenas coisas. Por isso, tenho sempre aconselhado aos meus amigos que se iniciam no Governo, para que façam as pequenas obras. Essa é uma legenda que colou agora em Pernambuco, com o atual Governador, porque todos nós, professores universitários — e ele é também — insistimos nisso. De maneira que quero prestar minha homenagem a V. Ex<sup>e</sup> pois sua resposta foi completa à minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Claudionor Roriz) — Mais algumas das Srs. Parlamentares desejam fazer uso da palavra? (Pausa.)

Concedo a palavra à nossa nobre companheira Ana Maria que nos tem acompanhado em todos os depoimentos.

A SRA. ANA MARIA — Em primeiro lugar quero cumprimentar o Professor José Aristodemus Pinotti, que nos brindou com essa brilhante exposição sobre o planejamento familiar. O que me chamou a atenção, em determinado momento, foi justamente uma afirmação no sentido de que não só o problema da anticoncepção deve ser atendido no Sistema de Saúde. Parece que de tanto falarmos no planejamento familiar, de não o termos oficializado, parece-nos que já se tem a impressão de que se faz mais planejamento familiar do que as demais ações de Saúde, enquanto que nem oficial o planejamento familiar é no Brasil, e nem incluído entre o atendimento de Saúde, quando se promove, por exemplo, a vacinação, como se promove o pré-natal e quando se atende o pré-natal. Ai, concordamos plenamente com o Professor José Aristodemus Pinotti, porque realmente parece que esse é um problema de tabu que já se arraigou de tal for-

ma, que mesmo sem a existência de um planejamento familiar oficial, temos assistido permanentemente pessoas afirmarem que o Governo já está fazendo controle de natalidade, que está querendo um programa de controle da natalidade. Essa seria somente uma constatação que nós, que acompanhamos esse assunto, temos realmente observado.

Uma outra questão que me chamou a atenção foi a colocação do Senador Aderbal Jurema com referência à questão da comunicação de vários órgãos desenvolverem programas de interesse do povo, de problemas na área de Saúde, como o planejamento familiar. Diante de toda essa situação que o Professor expôs, fica ainda alguma coisa que eu gostaria de ouvir sua opinião, como pessoa experiente na área, que inclusive já foi objeto de uma colocação de um outro debatedor: como levar o homem a participar mais, a responsabilizar-se mais, tanto no aspecto moral, quanto no aspecto biológico do planejamento familiar?

Outro aspecto que às vezes me intriga é o que falta para que o DIU seja incluído entre os anticoncepcionais oficiais? Porque pelo que me consta, o DIU ainda não está inserido entre esses anticoncepcionais que são prescritos pelos médicos dentro do Programa oficial de Saúde.

Outro aspecto que causa uma preocupação muito grande é como atender a necessidade de planejamento familiar dos adolescentes? Como sabemos e como o próprio Professor disse, ocorre a gravidez na adolescência, sendo essa gravidez indesejada. Diante disso, dentro dessas três perguntas, ainda gostaria de lembrar um outro aspecto: é que o atendimento ao planejamento familiar somente dentro do Sistema de Saúde, mediante o acompanhamento da ficha médica das mulheres que vão ao ginecologista, talvez seja por demais restrito, uma vez que pessoas que nunca foram ao médico, se não forem alertadas de uma outra forma, não terão uma ficha para que o médico possa dizer, "olha, essas aqui são pessoas que devem ser acompanhadas". Deveria haver uma outra forma, uma outra maneira para que realmente as pessoas recebessem esse atendimento sem discriminação, como se atende as pessoas que precisam fazer a vacinação ou quando têm que fazer o tratamento de prevenção do câncer, oferecer esse tratamento e, como hoje, muitas pessoas não sabem dessa existência, precisa haver um mecanismo para que isso se torne mais abrangente.

Com essas considerações, gostaria de ouvir também a opinião do nosso ilustre expositor sobre esses assuntos. Muito obrigada.

**SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI** — Muito obrigado pela pergunta, Sra. Ana Maria Mendonça, muita rica e plena de várias oportunidades para respondê-la. Talvez não responda exatamente na ordem em que a Sra. colocou, mas tendo os itens selecionados de uma maneira diferente.

Em primeiro lugar, o problema dos adolescentes. Temos alguma experiência com isso, porque há questão de cinco ou seis anos um de nossos assistentes, Dr. João Luis de Carvalho Pinto e Silva, que trabalha na Universidade de Campinas, elegeu o assunto, "adolescente" para sua área de interesse, inclusive defendeu tese de doutoramento nesse assunto, e continua trabalhando com esse assunto, o que me parece uma coisa muito importante, porque não usou os adolescentes como objeto de sua tese, mas, sim, do interesse pelos adolescentes, nasceu a sua tese, que acho bastante importante em termos de pesquisa com mulheres, ou com humanos.

A conclusão a que se chega em relação ao atendimento médico das adolescentes, não só das ações de contracepção, como de todo o resto, é de que elas precisam ser atendidas em condições separadas. Na medida em que as adolescentes são atendidas no contexto das demais mulheres, elas mesmo acabam abandonando a atenção médica ou se segregando, e acabam sem atenção.

É absolutamente necessário que se entenda a mulher, não como a mulher dos 18 aos 50 anos, mas se entenda a mulher também antes dos 18, no período da adolescência, e depois dos 50, no período da menopausa. São fases muitas esquecidas da mulher, porque a mulher tem sido muito entendida no período fértil e pouco observada e atendida nos períodos que não são férteis, que são os extremos da vida.

Um outro aspecto que a Sra. colocou logo no começo, sobre o receio que se tem de que se diga que o Governo já está encetando ações anticoncepcionais, etc., realmente não está. Mas, apesar de não estar — e a comparação que a Sra. fez com pré-natal é muito boa —, existe uma porcentagem muito maior de mulheres cobertas com anticoncepção, com dados que pude demonstrar e outros, do que mulheres cobertas com atenção pré-natal. Na nossa maternidade da Universidade de Campinas, mais do que 40% das mulheres que dão à luz, não tiveram nenhuma atenção pré-natal, enquanto que 60/70% das mulheres têm cobertura anticoncepcional.

Um outro aspecto muito importante do seu comentário foi em relação a uma comparação que me parece ter sido feita no sentido de que, da mesma forma com que se faz programas de vacinação, se deve também fazer programas de planejamento familiar ou, pelo menos, de informação sobre planejamento familiar, uma vez que o Sistema de Saúde não está suficientemente organizado para dar atenção a todas as mulheres, e todas as mulheres têm necessidade do planejamento familiar.

Quase que eu diria que um erro não justifica o outro, e também diria que as duas coisas têm que se fazer ao mesmo tempo, ou seja, o Sistema de Saúde tem que ser reorganizado no sentido de privilegiar a atenção primária, onde se exercerão ações integradas de Saúde para todas as mulheres e o planejamento familiar tem que ser inserido dentro desse conjunto de ações que se vai oferecer à mulher. Chamaria a sua atenção e recomendaria a leitura de um projeto que ainda não mencionei aqui, mas aproveitei a oportunidade para mencionar, do Ministério da Saúde, que é o Projeto de Atenção Global à Mulher...

**A SRA. ANA MARIA MENDONÇA** — Conheço.

**O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI** — ... que exatamente contempla isso. Esse projeto, ao meu ver, tem uma importância muito grande. Entre outras razões, por duas fundamentais: primeiro, porque ele considera o planejamento familiar dentro do contexto das ações de saúde, que foi toda a argumentação que procurei fazer aqui. Segundo: porque ele vai ser uma cunha na organização do Sistema, uma vez que ele privilegia a atenção primária e organiza a referência e contra-referência para as mulheres, ou seja, uma vez que se organiza para as mulheres, que é a parte que tem maior dano da sociedade, maior necessidade de atenção, por uma certa vizinhança, se organizará a atenção infantil. Hoje, pela manhã, estou vendo que em Recife o programa começa, não com uma atenção global à mulher, mas com uma atenção global à mulher e à criança e, também, atenção ao adulto. De maneira que o fato de não existir um sistema de atenção primária adequado no nosso País, — e é preciso dizer que não existe —, a meu ver não justifica um outro erro que seria o de fazer planejamento familiar em sistema vertical.

Há dois itens aqui que acho que o Professor Aníbal Faúndes que está me acompanhando, talvez possa responder melhor do que eu: o por que não da oficialização do DIU no Brasil.

O Professor Aníbal, que está muito interessado nesse problema, principalmente por uma questão familiar, porque a sua esposa tem muito interesse nisso, poderia dizer duas palavras sobre problema do homem dentro do planejamento familiar: por que não o homem, ou seja, por que o homem não é tão chamado para o planejamento familiar?

**O SR. PRESIDENTE (Claudionor Roriz)** — Convocamos o Secretário-Geral do Ministério para se fazer presente um pouco mais à frente.

**O SR. ANÍBAL FAÚNDES** — O Professor Pinotti colocou muito claramente no início, de sua palestra, de sua apresentação, como as razões pelas quais o dispositivo intra-uterino tinha sido deixado de lado oficialmente no Brasil, principalmente por ser-lhe atribuído um mecanismo de ação pós-fecundação, ou seja, um mecanismo que seria chamado de micro abortivo.

Eu diria que nos últimos cinco ou seis anos, após maiores experiências com o Dispositivo Intra-Uterino ativo, que tem cobre, como o Professor Pinotti colocou durante a sua exposição, tem se acumulado evidências muito claras de que esse método anticoncepcional com o

cobre, esse mesmo método — o cobre é anticonceptivo, independentemente da sua colocação dentro de um dispositivo colocado dentro do útero — anticonceptivo tem um efeito anterior à fecundação; como o professor Pinotti mostrou, esse fundamentalmente tem um aspecto sobre os espermatozoides. Assim sendo e vistas essas evidências, esperamos que o posicionamento frente ao DIU, especificamente o DIU com cobre, mude proximamente a nível do Ministério da Saúde — obviamente que nós só esperamos, pois é o Ministério que tem de tomar a decisão.

Também colocou-se aqui, durante a discussão, o problema de complicações com o DIU; com os Dispositivos Intra-Uterinos, nas experiências iniciais no Brasil.

(Fora do microfone — inaudível.)

**O SR. PRESIDENTE (Claudionor Roriz)** — Concedo a palavra à Sra. Elen Maravalhas, da assessoria do Ministério da Previdência e Assistência Social.

**A SRA. ELEN MARAVALHAS** — A primeira pergunta que faço a V. Ex<sup>e</sup> diz respeito a uma questão conceitual. Por tudo que tenho lido sobre o planejamento familiar nos últimos dois meses, não consegui detectar uma diferença fundamental entre planejamento familiar e controle de natalidade. Numa linguagem econômica, acho que planejamento familiar e controle de natalidade não são, conceitualmente falando, bens substitutos, ou seja, um não é substituto do outro, pois não se tem uma opção entre planejamento familiar e controle de natalidade, partindo do princípio que planejamento familiar a médio prazo leva a um controle de natalidade. Eu não consegui ver uma diferença fundamental nisso aí.

Analizando também as estatísticas que me têm chegado às mãos, não vejo nenhum fantasma de explosão demográfica para o caso do Brasil. As estatísticas provam que a população duplica a cada 30 anos. A nossa perspectiva para o ano 2000 está nessa duplicação em 30 anos, o mesmo espaço de tempo. Como V. Ex<sup>e</sup> aqui demonstrou que temos um declínio na taxa de fecundidade e um alto índice de mortalidade no País, não vejo como uma ação de controle de natalidade venha efetivamente resolver, um problema crítico em nosso País, que é o desenvolvimento social.

De forma que por trás dessa diferença de conceitos de planejamento familiar e de controle de natalidade, acho que existe uma intenção ou uma ação. O planejamento familiar estaria mais afeto ou daria uma abertura maior para a iniciativa privada, enquanto que o controle de natalidade seria restrito tão-somente a uma ação governamental. Essa é uma distinção conceitual convencional, pelo que tenho visto. Diante disso, eu lhe perguntaria: a assistência médica deve ser privatizada ou não? É uma colocação que vejo por trás disso tudo: a privatização da medicina. Este o primeiro ponto.

Eu preferia substituir no caso de uma política demográfica para o País, o nome "planejamento familiar" por um outro; já que a palavra é planejamento, vamos planejar o social neste País; com relação ao desenvolvimento econômico, estamos no nível de país desenvolvido, em termos da classificação universal. Agora, em relação à questão social, nós ainda somos bem subdesenvolvidos, e a questão do planejamento é planejamento social. Eu não vejo o desligado planejamento familiar, que seria uma ação. Um programa de saúde materno-infantil, este sim, mas ele não é uma ação unilateral, se não ele não se viabiliza; ele não tem viabilidade nenhuma, isolado de um contexto de planejamento social.

A outra questão é a sua posição relativa aos incentivos, aos benefícios da Previdência Social, como auxílio-natalidade e salário-família. A sua colocação é de que esses benefícios estariam estimulando a natalidade e desestimulando um planejamento familiar. Eu me permito discordar um pouco aqui. Acho que esses são direitos adquiridos pela sociedade brasileira. Nós, mulheres não somos culpadas da crise econômica. Aliás, em todo o período de crise econômica, nós somos o sustentáculo, nós é que estamos aguentando este País sózinhas. Logo, não somos culpadas de nada.

De forma que se nós conseguirmos usar esse direito, esse benefício de auxílio à natalidade que, para muitos casos, como mães solteiras ou mulheres casadas, esse be-

nenhuma tem a sua razão de ser. Acho uma posição muito distorcida com relação...

O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI — Permitame um aparte, só para corrigir: eu não privilegiei nenhum incentivo. Eu disse apenas que controle da natalidade é diferente de planejamento familiar e que para o controle da natalidade se poderia usar, se se quiser diminuir ou aumentar a natalidade, o aumento de incentivo para aumentar a prole ou não. Não sou a favor, nem contra isso.

A SRA. ELEN MARAVALHAS — É porque vejo a sociedade se manifestar nesse sentido; muitas pessoas têm ido contra o salário-família, o auxílio-natalidade, como elementos incentivadores da natalidade no País, enquanto o que se era deveria fazer um controle de natalidade eficaz. V. Ex<sup>a</sup> me desculpe, porque eu não havia entendido bem a sua colocação; assim como não entendi também a sua colocação com relação a esses pagamentos das unidades de serviços que têm colocado mau atendimento médico. Essa é uma colocação séria com relação ao meu Ministério.

Uma última pergunta com relação a médico-paciente; e eu me coloco como sua paciente: qual a alternativa para uma mulher que não se dê bem com nenhum método anticoncepcional, ou seja: a pílula lhe provoca efeitos colaterais sérios, como os cardiovasculares; o DIU, apesar de V. Ex<sup>a</sup>s afirmarem aqui que não há nenhuma restrição com relação ao mesmo, digamos que há uma rejeição por parte do organismo da mulher com relação ao DIU; o diafragma, eu confesso que desconheço — dos métodos anticonceptivos é o que menos conheço; é claro, talvez as pessoas não tenham acesso — o diafragma seria uma solução no caso de uma rejeição do DIU. E no caso em que o organismo da mulher rejeitar totalmente o método anticoncepcional, a ligadura de trompas seria uma solução ou não? Por último: há uma pressão social, que foi levantada no Encontro das Mulheres do PDS, com relação a se a ligação de trompas deveria ser uma operação que o INPS cobriria, se deveria ser institucionalizada de certo modo. V. Ex<sup>a</sup> veria algum custo social sério com isso? Parece-me que V. Ex<sup>a</sup>, se colocou com restrição, em termos à ligação de trompas. Não quero dizer que seja contra, mas tenho estatísticas que provam que o grau de satisfação da mulher após a ligadura de trompas, é alterada. Por isso, parece-me que a opção para nós mulheres, com direito à nossa sexualidade, acima de tudo, tem que se diferenciar na sociedade que nós, mulheres, não somos animais tão-somente procriadores, mas temos direito à nossa sexualidade, acima de tudo. Nós conseguimos direitos na sociedade. Esse é também um direito nosso, como mão-de-obra especializada, ou não, que sustenta essa sociedade.

V. Ex<sup>a</sup> veria algum custo social, algum problema com relação à prolação, a institucionalização da ligação de trompas? Parece-me que no momento, pelas estatísticas, a mulher, no seu período mais consciente, é que deve se definir, porque no momento em que ela foi operada, era onde os índices apontavam o maior grau de insatisfação.

Era só isso. Muito obrigada pela posição democrática desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Claudionor Roriz) — Concedo a palavra ao magnífico Reitor, José Aristodemus Pinotti, para responder às indagações.

O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI — Muito obrigado pelas suas perguntas, Sr<sup>a</sup> Ellen Maravalha. Vou tentar responder uma a uma, de uma forma concisa.

Em primeiro lugar, não há nenhum fantasma de explosão demográfica. Procurei demonstrar desde o começo que não há. Pelo contrário, nós temos é um decréscimo populacional evidente, comprovado com números.

Em segundo lugar, realmente não se pretende resolver problema social com planejamento familiar, e quase que toda a tônica do meu pronunciamento foi essa. Eu até me refiri contrariamente àqueles que pretendem resolver problema social com planejamento familiar, ou seja, que têm uma posição totalmente distorcida, no sentido de que tem muito pobre e, diminuindo o número de pobres, aumenta a riqueza. Até um dos Senadores que está aqui presente, disse que a forma mais distorcida era a renda

per capita aumentar, diminuindo o número de pobres. Longe disso. Mas, o planejamento familiar inserido com uma entre muitas medidas de Saúde, veiculadas através do Sistema de Saúde oficial, esse sim, resolve o problema social, ou ajuda a resolver o problema social. Eu acho que não resolve sozinho, porque é preciso saneamento básico, precisa nutrição, precisa moradia etc., mas ajuda a resolver.

A diferença entre planejamento familiar e controle da natalidade para mim é muito visível. Apenas, o que acontece, como demonstrei com aquele último slide, é que uma coisa se fantasia de outra freqüentemente.

A SRA. ELLEN MARAVALHA — Uma questão de grau.

O SR. JOSÉ A. PINOTTI — Exato. Mas, é visível não no nome, mas nas ações. É um exemplo de que planejamento familiar pode não ser controle da natalidade, é que quando se faz planejamento familiar com critérios de saúde, se diminui a natalidade, mas pode também diminuir a mortalidade infantil, e diminuindo a mortalidade infantil e a natalidade, pode haver até um equilíbrio da taxa de fecundidade e do crescimento populacional, ou seja, o planejamento familiar é considerado como uma necessidade de saúde e como um atendimento ao direito individual, não como medida controlista. O controle da natalidade pode se exercer de acordo com uma política demográfica do País, e eu acentuei muito claramente que precisa ser definida dentro do País e não fora dele. Essa política demográfica pode usar estímulos. Eu lembrei apenas, como um exemplo, o estímulo do aumento do auxílio natalidade, para estimular o aumento da prole, etc.

Quanto àquele caso da mulher que não pode usar pílulas porque tem efeitos colaterais, tem restrições ao uso do DIU, não conhece o diafragma, é óbvio que tem solução para ela, sem dúvida nenhuma. Não só se pode dar a ela o conhecimento do diafragma, que é um dos métodos mais usados, por exemplo, nos países nórdicos, que é um método bastante eficiente quando convenientemente utilizado, junto com geléias espermicidas. Aí vem um pouco o que a Dr<sup>a</sup> Anna Maria estava dizendo, da participação do homem, que pode usar condon, que é um método, quando bem utilizado, bastante eficiente, e vem também toda uma gama de metodologia nova, que está aparecendo. Na Universidade de Campinas, por exemplo, nós temos uma investigação dirigida pelo Professor Faúnde, com um novo método que já está em fase de pesquisa em humanos, já passou por todas as outras fases de pesquisa, que é um anel vaginal, que se coloca na vagina da mulher durante o período entre uma e outra menstruação e que previne realmente a fecundação. É um anel que, em contato com a vagina desprende os hormônios dos esteróides, mas com uma vantagem sobre a pílula, porque os esteróides não passam pelo figado, mas vão direto para a circulação geral, então, os efeitos secundários são muito menores. E há vários outros métodos alternativos, ou seja, essa mulher se entrar em contato com um serviço que atende como um todo, que tenha a disponibilidade, não só em conhecimento, mas ao acesso ao uso dos diferentes métodos anticoncepcionais, terá o seu problema resolvido.

Quanto ao problema da institucionalização da laqueadura e da esterilização, é evidente que eu sou a favor, totalmente a favor, porque só institucionalizando é que se pode regularizar. No momento, por não estar institucionalizada, obviamente não deixa de ser feita, é feita a larga mão. Mas, não é regulamentada, nem tem a fiscalização social e, muito menos, a fiscalização do Governo. Então, a institucionalização permite criar regras para que a laqueadura seja feita quando tem indicação, e não fora das suas próprias indicações.

Finalmente, o pagamento por US, que é um problema extremamente conflitante, mas eu volto a me posicionar, eu acho que ele propicia graves distorções no Sistema de Saúde, porque se está querendo exercer uma Medicina liberal aonde, na realidade, ela não é liberal. Eu entendo por Medicina liberal, aquela medicina em que o médico monta o seu consultório, assume os riscos econômicos e sociais das suas ações, faz o que quer, cobra como quer e ganha pelo que faz. A Medicina social, a Medicina libe-

ral colocada dentro do INAMPS, é uma Medicina liberal amputada de uma parte importante, ou seja, o médico não está colocando lá o seu consultório, mas ele está usando os próprios do INPS para exercer uma Medicina liberal, que não é liberal.

Por outro lado, as doentes freqüentadoras do INAMPS não têm o poder de crítica e de cobrança que têm as doentes que freqüentam os consultórios privados da Medicina liberal. É, infelizmente, o pagamento por US tem criado indicações desnecessárias de procedimentos médicos. Isso é uma coisa muito grave que estou falando, mas estou falando com todo o peso de que estou dizendo a verdade. Isso não quer dizer que o médico não deva ser bem pago. Eu acho que o médico é muito mal pago neste País, é importante que se diga, ao mesmo tempo, e que precisa ser melhor pago. Mas não é contra a quantidade de pagamento, é contra a forma de pagamento que está sendo feita, a forma está errada. Mesmo porque o pagamento por US privilegia as ações curativas em detrimento das ações preventivas. Não conheço nenhum pagamento por US por ações do tipo colheita do Papa Nicolau, atenção primária, pré-natal etc. Mas, eu conheço pagamento por US, por cesária, por apendicectomia, períneo, por amídalectomia e outras coisas desse tipo. Então, o estímulo econômico — nós estamos num País que obedece a estímulos econômicos — se faz no sentido de distorcer as ações de Saúde, quando se usa o pagamento por US. Tenho certeza que o Ministro Beltrão é contra essa forma de pagamento.

A SRA. ELLEN MARAVALHA — Mas V. Ex<sup>a</sup> não se posicionou com relação à privatização da Medicina.

O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI — Eu gostaria de entender um pouco mais a pergunta.

A SRA. ELLEN MARAVALHA — Eu entendi assim: que o planejamento familiar daria uma maior penetração para a iniciativa privada, enquanto que o controle da natalidade, assim suposto, restringiria a ação privada em benefício da uma ação fiscal.

O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI — Acho que não. Deixe eu explicar melhor: é exatamente ao contrário, porque o que se está propondo nesses argumentos que tentei colocar, é que o planejamento familiar seja englobado oficialmente pelo Sistema Público de Saúde.

A SRA. ELLEN MARAVALHA — Mas, isso não seria só restrito a um planejamento familiar, e sim a um Programa Nacional de Saúde Materno-Infantil. Eu preferi esse nome comprido a esse nome restrito, que toca um ponto, assim como se nós fôssemos causadoras de qualquer distorção social ou crise econômica, quando não é o fato.

Qual a posição de V. Ex<sup>a</sup> se fosse passada no momento uma política — eu acho que deveria sair uma política nesse sentido, uma política demográfica, que é o que se está pensando no Governo agora — com relação à ação privada? Não gostaria de particularizar, mas como veria o caso da BENFAM, por exemplo?

O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI — Sou totalmente contrário. Os argumentos foram os básicos do meu depoimento. Eu tentei demonstrar que é fundamental que o planejamento familiar se faça dentro do Sistema Oficial de Saúde, em conjunto com o atendimento das demais necessidades básicas da mulher, e não por uma agência privada que tem como objetivo principal, senão às vezes único, o planejamento familiar.

A SRA. ELLEN MARAVALHA — Essa a colocação. Daí porque eu falei em privatização em sentido mais amplo.

Gostaria de dizer que tive conhecimento, outro dia, que a Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, rompeu um convênio com a BENFAM porque descobriram que a pílula anticoncepcional engordava. Então, na falta de outro tipo de alimentação, resolveram distribuir anticoncepcional para seus filhos, porque só assim eles conseguiram ficar um pouco mais gordinhos.

O SR. ALMIR PINTO — Mas, eu não tinha conhecimento até aquela notícia, de qualquer convênio da Secretaria de Saúde do Ceará com a BENFAM. Sabia do

Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, mas, se houve, foi coisa recente.

Agora, o que eu acho — é que sem ser demógrafo, fico dia a dia mais confuso e teria que me aconselhar muito bem — que vejo aqui duas representantes do sexo feminino, e mais uma, que está comparecendo como representante do Ministério da Previdência, a professora Ana Maria, que foi uma das nossas belíssimas depoentes — eu, então, teria que recorrer a essa gente, porque o controle familiar, pelo que estou entendendo e já tivemos ocasião de deixar bem claro, o planejamento familiar é uma opção democrática do casal.

Vou me estender, vou ocupar um pouco do meu tempo, porque senão, perco o embalo e vou me perder.

Nós temos tido aqui vários depoentes e o que se diz é o seguinte: o controle familiar é uma coisa do Estado, é obrigatório. E cita-se o caso da China, do Paquistão, da Índia, onde não pode, se tiver filho vai preso, vai sofrer penalidade, etc.

O planejamento familiar acontecerá se o casal quiser planejar o número de filhos, isto é, não é uma coisa obrigatória, mas opcional e muito democrática. Este é o problema do controle e do planejamento: o planejamento é opcional e o controle é obrigatório.

Vou parar aqui, para deixar que a Professora Ana Maria possa fazer as suas perguntas. Depois, continuarei sobre o DIU e outras coisas mais.

**O SR. PRESIDENTE (Claudionor Roriz)** — Concedo a palavra à companheira Ana Maria, que tem mais alguma coisa a ser esclarecida.

**A SRA. ANA MARIA** — Então, a impressão que se tem quando um fala, outro fala, é que neste País não existe Sistema de Saúde, porque chega um instante que o planejamento familiar que não foi oficializado, que não tem controle, está sendo sem regulamentação, parece que é a única coisa que se faz.

Acho que seria muito bom que se colocasse cada coisa no seu lugar. Existe, no País um Sistema de Saúde que, atendendo bem ou mal, atende a população e, aliás, um Sistema de Saúde bastante grande. Evidentemente, ele não está atendendo na forma ideal, mas ele já existe.

Dentro desse Sistema de Saúde, é claro que deve haver atendimento a toda a população, indiscriminadamente: homens, mulheres, adultos, crianças e idosos. Dentro desse Sistema de Saúde, uma série de atividades estão regulamentadas, estão oficializadas e estão com o controle do Sistema. Ocorre o seguinte: que o planejamento familiar não está oficializado, não tem o controle e não tem a regulamentação através do Sistema de Saúde. Então, tem que ficar muito claro, que quando se defende o planejamento familiar, quando cada mulher defende o planejamento familiar, ou outras não defendem porque não estão entendendo a dimensão ou as particularidades de cada coisa, está se defendendo que seja eliminada uma discriminação contra a mulher, porque como todos sabem, o ônus maior aqui no Brasil, como em toda a parte do mundo, o ônus maior da concepção, o ônus maior da gravidez, do parto, é da mulher mesmo — em termos sociais este ônus tem sido da mulher.

Ora, é incrível como isto tem sido discriminado, porque até hoje não se estudou e não se sabe que tipo de DIU pode ser usado. Já se estudou, já se pesquisou e já se tem vacina para quase tudo, mas o DIU está paralizado e não tem uma regulamentação para que seja usado.

Ora, é uma discriminação que não haja uma oficialização para que seja regulamentado, para que se controle e para que a saúde da mulher seja protegida.

Bem, ai nós chegamos a uma outra questão. Seria privatização do planejamento familiar? Oficialização significa que só o Governo pode fazer.

Meu Deus! Os hospitais estão aí. Existem hospitais privados, existem hospitais oficiais, existem clínicas que oferecem apenas serviços em determinadas áreas.

Ora, planejamento familiar não pode ser visto como um fantasma que não possa ter um atendimento privado nesta área. Claro que deve poder, mas claro que antes disso, ou mesmo que não tenha sido feito antes, que agora se oficialize, para que se tenha controle, para que se regulamente o planejamento familiar, eu acho que não é hora de se discutir mais se deve ou não. É hora de oficia-

lizar, é hora de se controlar, é hora de se regulamentar e, depois, que funcione como hospitais privados ou como público, mas que se dê um atendimento integral incluindo planejamento familiar, que hoje está fora do Sistema de Saúde como um atendimento oficial.

**O SR. PRESIDENTE (Claudionor Roriz)** — Dando continuidade, nós queríamos ordenar para poder chegarmos a um raciocínio para o trabalho.

Se a companheira tem mais alguma coisa a dizer, eu gostaria que fosse rápido, porque nós temos o final.

**A SRA. ELLEN MARAVALHA** — (Fora do microfone...) ... nesse sentido, que dê condições à mulher, ao direito à sua sexualidade.

Agora, para que a iniciativa privada atue neste setor, é preciso cautela. Aí, eu acreditaria que para isso, seria necessário uma comissão que fiscalizasse essa ação.

**A SRA. ANA MARIA** — Para isso é que defendemos a oficialização: para que esse controle possa existir.

**A SRA. ELLEN MARAVALHA** — Está certo, mas sempre com cautela.

**O SR. PRESIDENTE (Claudionor Roriz)** — Eu quero comunicar que o centro das respostas está direcionado ao nosso depoente.

Dando continuidade, vamos ouvir a palavra do companheiro Relator. Antes, porém, para uma questão de ordem, ouviremos o Sr. Mozart.

**O SR. MOZART** — À Dr<sup>a</sup> Ellen afirmou que o Professor Pinotti, e depois generalizou, disse os Srs. aqui presentes, que o DIU não tem contra-indicações. O DIU tem uma enorme quantidade de contra-indicações, e por isso é que nós, inclusive, estamos estudando o aspecto ligado à supervisão médica da sua utilização. Quando se fala na atividade de planejamento familiar, num programa de assistência integral à mulher, nós temos que considerar significativo que não temos que escolher métodos, em cada um programa escolher métodos. Vai-se usar o método A, B, ou C, — isso quem vai dizer, é a condição específica da mulher, a sua necessidade, a significação que ela possa dar esse a esse fato. Portanto, devemos esquecer esse negócio de qual o método indicado. O Ministério recomenda que método? O Ministério não recomenda método nenhum, porque quem vai dizer é a relação entre a mulher que dele necessita e o Serviço de Saúde que cabe orientá-la no contexto global e a atenção que tem que ser prestada a ela.

**O SR. PRESIDENTE (Claudionor Roriz)** — Muito obrigado.

Continuando, vamos ouvir a palavra do Relator, Senador Almir Pinto.

**O SR. ALMIR PINTO** — Inicialmente, quero felicitar o Dr. José Aristides porque na verdade ele se constituiu, dentre os depoentes, que aqui estiveram, em um dos mais brilhantes, esclarecendo os programas que na verdade necessitavam ser esclarecidos, principalmente porque pessoas novas compareceram à esta Comissão e interrogaram S. Ex<sup>a</sup> sobre aquilo que lhes causavam dúvidas. Mas, na verdade, quando peguei a palavra da ilustre jornalista sobre a questão do controle, do planejamento familiar, dos métodos agora indicados, dos prejuízos que poderão causar à saúde da mulher e até mesmo do homem, sei que um único método não é prejudicial: é aquele quando a mulher é regular, e utiliza os métodos naturais. Mas acontece que esse planejamento, esse método natural preconizado pela Igreja, dificilmente é concebido pela classe menos favorecida, pela classe sem qualquer instrução.

Nós tivemos o cuidado de, quando instalamos esta Comissão — e isso tem sido discutido aqui — ver a relação entre o problema de saúde que envolve o problema de planejamento familiar, e o problema educacional, a falta de informação. Nós tivemos o prazer imenso de já termos ouvidos aqui S. Ex<sup>a</sup>, o Ministro da Saúde, S. Ex<sup>a</sup> a Sr<sup>a</sup> Ministra da Educação, e por outros Ministros que aqui passaram, como o de Assuntos Fundiários. Já foram convidados o Ministro da Justiça, o Ministro da Previdência Social, o Ministro do EMFA, porque nós sabemos da alta população militar do País. Com isso te-

mos tido uma gama de expositores que facilita, o mais possível, a ação do Relator, que na verdade se confessa um homem não especializado no assunto, mas um médico provinciano. Somos três médicos, todos do interior, constituindo esta Comissão: o Presidente é o Senador Mário Maia, do Acre, o Senador Cláudionor Roriz, que é cearense, mas radicado em Rondônia, e eu, médico do Ceará há muitos anos. Há quarenta e sete anos que conheço muito bem o problema do sofrimento das pobres mulheres interioranas. Só estudamos o problema da explosão demográfica olhando praticamente só o Centro-Sul. A explosão demográfica existe no Nordeste, e é perigosíssima. Nós sabemos que São Paulo não tem explosão demográfica, e está regularizada.

Há poucos dias, tive a oportunidade em dizer que numa enquete feita na cidade de São Paulo, sobre quais as mulheres que gostariam de fazer o planejamento familiar, parecia uma taxa de 70%. São mulheres instruídas, são mulheres alfabetizadas, que conhecem justamente o perigo de procriar só por procriar, esta é que é a grande realidade. Eu sei que o Brasil é imenso, como imenso é o Canadá. Mas como se está fazendo a ocupação do Canadá? Com uma população economicamente produtiva, esta é que é a grande realidade.

O que nós vemos aí — não podemos fugir à realidade — é que poucos produzem para muitos consumirem. O cuidado que nós temos especialmente com o problema da regularidade do planejamento familiar é mais por áreas: é o Setor Norte/Nordeste e o Setor Sul. Isso é que deve acontecer. Não é que a pobre mulher do Norte ou do Nordeste não tenha o direito à sua sexualidade, ela tem. Mas ela, coitada, não está muito por dentro deste assunto, como já tenho repetido aqui, elas dizem mesmo que é o único divertimento que Deus deixou para gente pobre, foi esse. Isto é uma realidade, insisto nisso. Falasse da BEMFAM, mas até que seja atribuído oficialmente ao Ministério da Saúde, o planejamento familiar no Brasil, a BEMFAM é que ainda tem feito alguma coisa, temos que reconhecer isso. Na verdade, ela não pode contar, pois não é um órgão oficial, recebe apenas uma subvenção externa para o trabalho que ela executa no Brasil com técnicas, com pessoas mais ou menos orientadas. Quanto ao problema DIU, decerto essas pobres mulheres não foram muito bem instruídas — monitoras — e podem correr o risco de estarem perfurando úteros a toda hora com introdução do DIU. Tenho sempre feito a pergunta se o DIU é ou não abortivo mas agora está bem explicado, depois do DIU de cobre. Assisti, em Porto Rico, mulheres que colocavam aquele DIU comum, engravidarem e, naquela ocasião, a filosofia era que devia retirar o DIU para que a gestação continuasse. Hoje, é o contrário: deixa-se o DIU para não provocar o aborto.

Tenho visto radiografias de úteros grandes com DIU, mas agora, com DIU de cobre, como foi muito bem explicado na exposição do Professor Pinotti, nós sabemos que o risco é principalmente colocar-se esse DIU, não podendo ser por qualquer pessoa. Daí eu achar que depois que o Ministério da Saúde estiver devidamente autorizado e esta Comissão é exatamente para oferecer subsídio a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República — deseja na verdade mudar a política de planejamento familiar, fazer um planejamento opcional, como é natural, porque não é o controle que ele quer fazer. Isso deve ser supervisionado pelo Ministério da Saúde, através de quem? Pelos Postos de Saúde, para quem não possa depois dos trinta e cinco anos, usar a pílula, usarem o DIU, que tem os seus inconvenientes, as suas contra-indicações. E só quem poderá saber quais as suas contra-indicações, não é a mulher, mas o médico, aquele que vai assisti-la, que vai fazer a introdução daquele artefato dentro do seu organismo. É uma coisa muito séria.

Anotei aqui várias coisas, mas o Dr. Pinotti foi de uma abrangência muito feliz na sua exposição. O que eu queria citar mesmo é justamente isso, porque o Senador Passos Pôrto falou sobre os métodos naturais, mas esses métodos, só para mulheres que tem alguma instrução. Existe o Método Ogino-Kanauss, e um outro que é um tanto ridículo, porque diz que "se não entender procure um instrutor". Qual é a mulher do Tocantins, que não sabe bem quando está transparente, quando está opaca, ou leitoso, vai procurar um instrutor para dizer se está ou não na hora do perigo?

Nós temos de nos conscientizarmos que essa política de planejamento familiar compete ao Ministério da Saúde. Na verdade, com essa correlação da educação, da informação, que é muito importante. Mas sabemos que tudo isso depende da educação do povo e da informação que esse povo possa ter.

Quero, nobre Professor, parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, porque foi um momento muito grato para nós a sua presença, numa conferência muito bem feita, dados perfeitos e, isso, estou certo que irá ajudar muito a esse humilde Relator no trabalho que terá que fazer com aquela responsabilidade que eu não desconheço, porque eu sei que desta Comissão nós teremos que fornecer ao Senhor Presidente da República, dados primorosos.

Sei que desta Comissão, nós teremos que fornecer ao Governo da República dados primorosos. Acredito que ele já os tenha, porque eu sei que o Ministério da Saúde tem já os técnicos elaborando um trabalho muito bem feito, no qual Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, possa se basear para dar uma política de planejamento familiar ao Brasil, de consenso — é a palavra em uso — e que, na verdade, nós não chegemos a uma luta entre o pensamento liberal do povo e qualquer dis-torção mais perigosa para esse mesmo povo.

O SR. PRESIDENTE (Claudionor Roriz) — Para encerrar, eu pediria ao nobre Reitor, para que a gama de conhecimento desta Comissão aumentasse ainda mais, a

opinião do nobre depoente, porque esta Comissão é de investigação de problemas vinculado ao aumento populacional brasileiro e, nesse momento, nós acabamos de assistir, uma das facetas que é o controle da natalidade, ou qualquer outro termo bem colocado que lhe seja posto. Gostaria de perguntar ao nobre depoente qual é o posicionamento que ele acha em cima da política econômica que o País atravessa? O que é que o depoente também tem a nos acrescentar em cima da imigração e da migração, da industrialização descentralização do Central-Sul para outras partes do País, para formação de novos pólos habitacionais pela renda per capita, enfim, por uma gama de outros posicionamentos que, no contexto geral, tenho a certeza que o nosso Relator irá propor à Presidência da República uma política demográfica, quer dizer, uma política de demografia em cima de todos os contextos generalizados, e não especificamente em cima do controle da natalidade. Eu pediria, ao nobre Reitor sua opinião em cima desses posicionamentos.

O SR. JOSÉ ARISTODEMOS PINOTTI — Muito obrigado por essa oportunidade, Sr. Presidente Cláudionor Roriz. Eu acho que posso responder de uma forma muito sintética a sua pergunta. Eu responderia dizendo que o primeiro ponto, e talvez o mais importante, é nós acordarmos para o fato de que este País precisa ter uma política demográfica, porque ele não tem. Uma política demográfica que conclua claramente se nós precisamos

aumentar ou diminuir a população, que conclua claramente se esses problemas são iguais, — como bem disse o Senador — no Sul, no Norte ou no Nordeste, porque eles são completamente diferentes, que conclua claramente sobre os problemas de imigração e migração, e que essa política seja definida e aplicada dentro do País. O grande risco que nós estamos correndo no vazio de uma indefinição de uma política populacional, é de que nós estamos sendo vítimas de uma política populacional imposta de fora para dentro do País, com interesses que seguramente não são os nossos, os interesses nacionais. Eu acho que eu respondo por aí.

O SR. PRESIDENTE (Claudionor Roriz) — Nobre Reitor, realmente essa era a resposta que nós estávamos a necessitar, para a complementação desse dia.

Em nome da Presidência, agradeço ao nobre Reitor por tudo o que nos foi dado para o aprimoramento dessa documentação toda que será encaminhada à Presidência da República.

Convidaria a todos os presentes para que compareçam no dia 16, quando teremos mais um depoente, o médico Hélio Aguiara, do Rio de Janeiro.

Agradecemos a presença de todos e os esperaremos, mais uma vez, nos debates do dia 16, para melhor chegar-nos à realidade do estudo demográfico brasileiro.

Está encerrada a reunião. Muito obrigado.

(A reunião é suspensa às 12 horas e 45 minutos.)